

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FCE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS – PPGEEI**

**MARCEL JAROSKI BARBOSA**

**A INSERÇÃO CHINESA NA ECONOMIA BRASILEIRA E A REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA NACIONAL**

**Porto Alegre**

**2021**

**MARCEL JAROSKI BARBOSA**

**A INSERÇÃO CHINESA NA ECONOMIA BRASILEIRA E A REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA NACIONAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Jacqueline A. Haffner

**Porto Alegre**

**2021**

### CIP - Catalogação na Publicação

Jaroski Barbosa, Marcel

A inserção chinesa na economia brasileira e a  
reestruturação produtiva nacional / Marcel Jaroski  
Barbosa. -- 2021.

172 f.

Orientador: Jacqueline Angélica Hernández Haffner.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Investimento Estrangeiro Direto . 2. Estrutura  
produtiva. 3. comércio exterior. I. Hernández Haffner,  
Jacqueline Angélica, orient. II. Título.

**MARCEL JAROSKI BARBOSA**

**A INSERÇÃO CHINESA NA ECONOMIA BRASILEIRA E A REESTRUTURAÇÃO  
PRODUTIVA NACIONAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima – Examinador  
UFPE

---

Prof. Dr. Diego Trindade D'avila Magalhães – Examinador  
UFG

---

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines – Examinador  
UFRGS

## DEDICATÓRIA

*Com respeito e admiração, dedico esta tese aos meus pais, José Barbosa do Anjos e Rosa Maria Jaroski Barbosa, a minha esposa Cristiane Knewitz Machado e ao “cãopanheiro” Thor.*

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais são a Deus por ter me possibilitado a oportunidade de percorrer esta trajetória e me capacitado para concluí-la. Agradeço aos meus pais pelo exemplo, estímulo e apoio incondicional que vocês me passaram ao longo da minha vida. Estes ensinamentos foram fundamentais para eu chegar até aqui e concluir esta etapa. Agradeço imensamente a minha esposa Cristiane que esteve sempre ao meu lado ao longo deste caminho, com seu incondicional apoio, amor e permanentemente compreendendo a minha ausência em várias oportunidades durante a realização deste trabalho. Certamente, esta conquista também é sua.

Manifesto, também, gratidão as minhas irmãs. A Cândice pelas inúmeras vezes que ajudou com os gráficos e formatações deste trabalho e a Christiane pela inestimável ajuda com a correção ortográfica do texto. Já a Débora, sou grato pelo seu constante otimismo e palavras de apoio em todos os momentos.

Sou eternamente grato à Prof<sup>a</sup> Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner pelo tratamento a mim dispensado ao longo deste trabalho. Sua enorme competência e seu caráter humano foram fundamentais para a superação das dificuldades atravessadas ao longo deste processo, especialmente na conjuntura em que vivemos. Todos esses elogios são absolutamente insuficientes para expressar minha gratidão.

Aos membros integrantes da Banca Examinadora, Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima, Prof. Dr. Diego Trindade D'avila Magalhães e Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines agradeço os comentários que contribuirão para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudo em parte do período de realização desta tese.

Finalmente, agradeço aos meus colegas e amigos Alberto Marcos Nogueira pelo diálogo e convivência ao longo desta caminhada e ao José Maurício Silvestre, pelas nossas conversas sempre enriquecedoras. Esse convívio ficará marcado nas minhas lembranças.

Esta minha conquista, embora seja decorrente do meu esforço, ela não teria se concretizado sem a participação destas pessoas e de Deus.

Muito obrigado a todos.

## RESUMO

A economia chinesa vem passando por significativas mudanças estruturais e apresentando uma extraordinária expansão por meio da realização de Investimento Estrangeiro Direto (IED) nas últimas quatro décadas; o que tem afetado indiscriminadamente a maioria absoluta dos países, especialmente a partir dos anos 2000. Concomitantemente, a economia brasileira vem sendo caracterizada por dois fenômenos da maior relevância: 1) a diminuição da sua indústria de transformação frente ao PIB e 2) a reprimarização da pauta exportadora nacional. Diante deste quadro, esta tese apresenta a seguinte questão: os IEDs chineses realizados no Brasil após o ano de 2000 são responsáveis pela mudança estrutural manifestada pela perda relativa da indústria de transformação e no padrão de comércio exterior brasileiro expresso pela sua reprimarização? O objetivo geral é analisar os impactos que os fluxos comerciais e os IEDs chineses provocaram no setor produtivo nacional, especificamente, na sua indústria de transformação e no padrão do comércio exterior. Neste sentido, os objetivos específicos são três: (i) apresentar os interesses da expansão chinesa, no âmbito econômico, em relação ao Brasil; (ii) investigar os principais setores beneficiados com os IEDs chineses e (iii) Identificar mudanças estruturais da economia nacional a partir de 2000. Esta pesquisa utiliza o método de estudo comparativo, por analisar dois períodos distintos. A abordagem é de natureza qualitativa e quantitativa. As fontes de dados utilizadas são a literatura acadêmica e o banco de dados de instituições nacionais e internacionais. A hipótese geral de que a estrutura comercial sino-brasileira existente no período 2000 – 2010 teve papel relevante para a formação produtiva constituída no período seguinte (2010 – 2019), foi confirmada.

**Palavras-chaves:** Investimento Estrangeiro Direto (IED). Estrutura produtiva. Comércio exterior.

## **ABSTRACT**

The Chinese economy has been undergoing significant structural changes and showing an extraordinary expansion through the realization of Foreign Direct Investment (FDI) in the last four decades. These changes have indiscriminately affected most of the countries, especially since the 2000s. At the same time, the Brazilian economy is characterized by two important phenomena: 1) the decline in its manufacturing industry regarding GDP, and 2) the reprimandization of the national export agenda. Given this context, this thesis presents the following research question: are the Chinese FDIs carried out in Brazil after the year 2000 responsible for the structural change manifested by the relative loss of the manufacturing industry and in the pattern of Brazilian foreign trade expressed by its reprimarization? The main objective is to analyze the impacts of the Chinese trade flows and FDI on the national productive sector, specifically, on its manufacturing industry and on the pattern of foreign trade. To achieve the main purpose, there are three specific objectives: (i) to present the interests of the Chinese expansion, in the economic scope, in relation to Brazil; (ii) to investigate the main sectors benefiting from Chinese FDI, and (iii) to identify structural changes in the Brazilian economy since 2000. This research has a qualitative and quantitative approach and used the comparative study method since two different periods were analyzed. Data sources are the academic literature and database from national and international institutions. The general hypothesis that the Sino-Brazilian commercial structure existing in the 2000 - 2010 period had a relevant role for the productive formation constituted in the following period (2010 - 2019) was confirmed.

**Keywords:** Foreign Direct Investment (FDI). Productive structure. Foreign trade.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Fluxo de IED global (US\$) em valores correntes em milhões (1970 – 2019) .....	27
Gráfico 2 – Estoque de IED chinês no mundo em bilhões (US\$) .....	39
Gráfico 3 – IED chinês realizados no BR (US\$ milhões) .....	42
Gráfico 4 – Indústria de Transformação - % PIB .....	45
Gráfico 5 – Participação dos bens básicos, semimanufaturados e manufaturados nas exportações brasileiras de 2000 - 2017 .....	46
Gráfico 6 – Participações dos bens básicos e industriais nas exportações brasileiras à China – 2000 a 2017 .....	46
Gráfico 7 – Participação (%) nas exportações brasileiras .....	50
Gráfico 8 – Exportações brasileiras para o mundo e para a China (US\$ bilhões) .....	51
Gráfico 9 – Importações brasileiras do mundo e da China (US\$ bilhões) .....	51
Gráfico 10 – Grau de abertura comercial – Brasil/mundo e Brasil/China (em %).....	52
Gráfico 11 – Participação % da Soja nas exportações brasileiras .....	54
Gráfico 12 - Participação % do Petróleo nas exportações brasileiras .....	55
Gráfico 13 - Participação % dos Minérios nas exportações brasileiras.....	57
Gráfico 14 - Participação % da Soja nas exportações brasileiras à China .....	58
Gráfico 15 - Participação % da Soja (exceto para semeadura) nas exportações brasileiras à China.....	59
Gráfico 16 - Participação % do Petróleo nas exportações brasileiras à China .....	59
Gráfico 17 - Participação % Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados nas exportações brasileiras à China .....	60
Gráfico 18 - Participação % Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados nas exportações brasileiras à China .....	61
Gráfico 19 – Evolução das exportações brasileiras de Minérios de ferro nas exportações brasileiras à China em quilograma líquido (bilhões).....	61
Gráfico 20 – Participação do setor primário, indústria e serviços no PIB chinês (%) .....	64
Gráfico 21 – População total da China em milhões e a população urbana em (%).....	66
Gráfico 22 – Participação dos componentes da demanda no PIB chinês (%).....	68
Gráfico 23 – Fornecimento Total de energia primária por fonte na China .....	71
Gráfico 24 – Importação mundial de petróleo da China em barris (milhões) .....	72
Gráfico 25 – Índices de preços de commodities (2000 – 2019) (2016 = 100) .....	83

Gráfico 26 – Indústria Extrativa - % PIB .....	87
Gráfico 27 – Coeficiente de exportação – indústrias extrativas (%) .....	88
Gráfico 28 – Importações brasileiras por atividade econômica (%) .....	91
Gráfico 29 – Participação (%) da China nas Importações brasileiras .....	92
Gráfico 30 - Participação dos bens básicos, semimanufaturados e manufaturados nas importações brasileiras 2000 – 2019. ....	93
Gráfico 31 – Importações Brasileiras por intensidade tecnológica (%) .....	95
Gráfico 32 – Importações Brasileiras por categorias econômicas (%).....	96
Gráfico 33 – Taxa de Câmbio nominal (R\$/US\$, cotação de venda, dados diários) – 2010 - 2020 .....	115
Gráfico 34 – Brasil - PIB - preços de mercado - var. real anual - (% a.a.).....	135
Gráfico 35 – Evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividades (2001 – 2009) – valores constantes .....	136
Gráfico 36 - Evolução da participação do valor adicionado por subsetores da Indústria (2001 – 2009) – valores constantes.....	137
Gráfico 37 – Taxa de Câmbio nominal (R\$/US\$, cotação de venda, dados diários) – 2000 - 2020 .....	139
Gráfico 38 – Evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividades (2010 – 2018) – valores constantes .....	140
Gráfico 39 - Evolução da participação do valor adicionado por subsetores da Indústria (2010 – 2018) – valores constantes.....	141

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação no Produto agregado na manufatura global (em %).....	40
Tabela 2 – Balança Comercial Brasileira (US\$ - Bilhões).....	84
Tabela 3 – IEDs na Indústria Extrativa (2003 – 2009).....	103
Tabela 4 – IEDs na Indústria de Transformação (2003 – 2009) .....	104
Tabela 5 – IEDs anunciados pela China, distribuídos por ativ. econ. (2003 - 09). Em US\$ e % .....	104
Tabela 6 – Efeito dos IEDs chineses sobre os empregos por tipo de investimento .....	106
Tabela 7 – IEDs anunciados pela China, distribuídos por ativ. econ. (2010 - 19). Em US\$ e % .....	107
Tabela 8 – IEDs na Indústria Extrativa (2010 – 2019).....	108
Tabela 9 – Financiamento chineses no Brasil (2007 – 2019).....	113
Tabela 10 – Brasil: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2001 – 2009 (%) .....	135
Tabela 11 – Brasil: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2010 – 2018 (%) .....	138
Tabela 12 – IEDs na Indústria de Transformação (2010 – 2019) .....	142

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	- Associação Brasileira do Agronegócio
ABIMAQ	- Associação Brasileira de Máquina e Equipamentos
BACEN	- Banco Central do Brasil
BRICS	- Agrupamento político-diplomático formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CFIUS	- <i>Committee on Foreign Investment in the United States</i>
CGV	- Cadeias Globais de Valores
CNA	- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNAE	- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNI	- Confederação Nacional das Indústria
CNOOC	- <i>China National Offshore Oil Company</i>
EPI	- Economia Política Internacional
ETN	- Empresa Transnacional
Fiesp	- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINSA	- <i>Foreign Investment and National Security Act</i>
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	- <i>International Energy Agency</i>
IED	- Investimento Estrangeiro Direto
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MVA	- <i>manufacturing value added</i>
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior
MOFCOM	- <i>Ministry of Commerce, People's Republic of China</i>
NIE	- <i>New Industrialized Economies</i>
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PD	- Países Desenvolvidos
PED	- Países em Desenvolvimento
PSI	- Processo de Substituição das Importações

RED ALC-CHINA	- Red Acadêmica de América Latina y el Caribe sobre China
SOE's	- <i>State Owned Enterprises</i>
UNCTAD	- <i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
ZEE	- Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>A GLOBALIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA GLOBAL.....</b>	<b>24</b>
2.1	NOVAS RELAÇÕES COMERCIAIS, DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (DIT) E CGVS .....	28
2.2	ESTRUTURA PRODUTIVA, COMÉRCIO EXTERIOR E EXPANSÃO CHINESA ..	32
2.3	EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS APÓS 2000 .....	48
2.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	62
<b>3</b>	<b>INTERESSES DA CHINA NO BRASIL .....</b>	<b>64</b>
3.1	A INFLUÊNCIA DAS ETNS SOBRE A PAUTA EXPORTADORA DOS PAÍSES RECEPTORES.....	73
3.2	BRASIL COMO FORNECEDOR DE <i>COMMODITIES</i> PARA A CHINA .....	81
3.3	BRASIL E SUA CONDIÇÃO DE CONSUMIDOR DOS PRODUTOS CHINESES ....	90
3.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	98
<b>4</b>	<b>PERFIL DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL .....</b>	<b>100</b>
4.1	FONTE DE DADOS: ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS .....	100
4.2	CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DOS IEDS CHINESES .....	102
4.3	REAÇÃO DOS PAÍSES RECEPTORES AOS IEDS CHINESES .....	118
4.4	A INFLUÊNCIA DO PADRÃO COMERCIAL SOBRE A ESTRUTURA PRODUTIVA .....	124
4.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	128
<b>5</b>	<b>NOVAS RELAÇÕES CHINA-BRASIL .....</b>	<b>130</b>
5.1	PADRÃO DO COMÉRCIO EXTERNO CHINA-BRASIL.....	130
5.2	MUDANÇAS ESTRUTURAIS À LUZ DO “EFEITO CHINA” .....	134
5.3	CHINA-BRASIL: RELAÇÃO SUL-SUL OU NORTE-SUL .....	143
5.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO .....	148
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>152</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>157</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A expansão chinesa realizada, nos últimos quarenta anos, é um processo complexo que tem provocado reflexos nos âmbitos políticos, econômicos e culturais ao redor do mundo e na quase totalidade dos países, incluindo, evidentemente o Brasil. Assim, com o intuito de estudar a influência que a relação sino-brasileira, estabelecida nos âmbitos comerciais e produtivos, teve sobre a mudança da estrutura produtiva local, de modo especial sobre a indústria de transformação e sobre a composição da pauta exportadora brasileira, é que surgiu o tema desta tese. A partir dos anos 2000, o fluxo comercial entre os dois países começou a se intensificar, por esse motivo o corte temporal da pesquisa será entre dois períodos: entre os anos de 2000 a 2010, será analisado o comércio sino-brasileiro para, em um segundo momento, investigar a relação produtiva realizada por meio dos fluxos de Investimentos Estrangeiros Direto (IEDs) chineses realizados no Brasil entre os anos de 2010 a 2019.

O tema central desta tese versa sobre os IEDs chineses, a estrutura produtiva e o padrão do comércio exterior nacional, tendo, portanto, como ator central as empresas transnacionais (ETNs), cuja atuação está diretamente relacionada a execução dos investimentos externos. Isso significa que esse tema está inserido em uma problemática maior que trata das profundas mudanças na forma de produção capitalista, isto é, nos processos de globalização ocorrido nas esferas produtivas, comerciais e financeira a partir das décadas de 1970 e 1980. Fenômeno esse que ensejou um reordenamento da estrutura produtiva global por meio da realização de um intenso fluxo de IEDs. Portanto, o entendimento desse período pregresso é fundamental para o estudo proposto nesta tese.

Efetivamente, a conjuntura internacional dos anos de 1970 foi marcada por taxas de câmbio voláteis, altas taxas de juros, demanda variável (decadência do modelo fordista e ascensão do sistema Toyota, baseado na produção *just in time*) e aumento dos preços dos insumos (especialmente a energia elétrica). Nesse cenário, surge um novo modelo de competição global que, no âmbito produtivo, é marcado pelo acirramento da competição das empresas transnacionais, situadas nos Estados Unidos, Alemanha e Japão (NASCIMENTO; SILVA, 2017). Este processo, aliado à mudança na forma de gestão destas empresas, as quais passam a priorizar a lógica financeira, ou seja, o retorno de curto prazo em detrimento da lógica produtiva, caracteriza, assim, a globalização produtiva e financeira.

Por esses motivos, a indústria manufatureira norte-americana migra para a Ásia, fazendo surgir novos atores no âmbito internacional, como as ETNs que, por meio de IEDs, provocam

a terceirização e fragmentação da produção, dando, assim, origem às denominadas Cadeias Globais de Valores (CGV) que substituem as cadeias locais de valores. No centro desse processo, está a China, a qual atraiu para dentro de seu território ETNs, recebendo significativos influxos de IEDs, usados estrategicamente visando o desenvolvimento de sua estrutura produtiva a fim de realizar atividades dotadas de maior conteúdo tecnológico nas CGVs e, posteriormente, por meio de suas próprias ETNs, iniciar sua internacionalização produtiva.

Observa-se que a China tem sido um dos países que mais tem se modificado nos últimos quarenta anos, apresentando um expressivo crescimento econômico, a partir dos anos de 1970. Nesse mesmo ano, o PIB chinês equivalia a 3% do PIB mundial, passando a equivaler a 16% em 2019 (UNCTAD, 2021). Nesse contexto, a estratégia de crescimento voltado para fora, uma das formas de desenvolvimento adotada pelo governo chinês desde então, contribuiu para tornar este país o maior exportador mundial e o segundo maior importador<sup>1</sup> em 2020, o que gerou superávits comerciais nas últimas duas décadas e gerou um acúmulo de 3,2 trilhões de reservas internacionais nesse mesmo ano (SAFE, 2021).

O avanço chinês também pode ser observado pelo fluxo mundial de IED. No ano de 2019, a China foi o segundo maior país na condição de receptor e o quarto lugar na de investidor. Nesse mesmo ano, o montante de IED, realizado no exterior frente ao recebido equivale a 83%, sendo que em 2018, este percentual chegou a ser de 93%. No tocante ao estoque de IED, a China ocupa o quarto lugar na condição de receptor e terceiro lugar na condição de investidor (UNCTAD, 2021).

Este expressivo crescimento da China foi acompanhado por acentuados processos de industrialização e urbanização nesse país, os quais desencadearam uma forte demanda chinesa por algumas *commodities*, na medida em que estes produtos passaram a ter importante papel para a manutenção do crescimento econômico chinês, de forma mais intensiva a partir dos anos 2000 (MEDEIROS et al, 2015; HIRATUKA, 2018). Além disso, o PIB chinês, pela ótica da oferta, evidencia uma diminuição do setor agrícola em detrimento do setor industrial e de serviços. Esta estrutura do PIB, bem como a necessidade de continuidade de expansão dos investimentos em infraestrutura, destacado por Conti e Blikstad (2017), reforçam a demanda chinesa por produtos básicos, dentre os quais, minério de ferro e óleo bruto que o Brasil exporta para a China.

---

<sup>1</sup> Ao longo das últimas décadas, a participação das exportações chinesa em relação às exportações mundiais também cresceu significativamente. Em 1980, elas representavam 1% e em 2020 saltaram para 15% (UNCTAD, 2021). Além disso, cumpre destacar que, no ano de 2009, a China passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos.



Nessa nova conjuntura, embora a China seja produtora de *commodities* (carvão, minério de ferro, trigo e arroz), sua produção não atende a sua demanda interna, o que a fez procurar mercados de *commodities* no exterior (MEDEIROS *et al*, 2015). Por estes motivos, entre as reformas promovidas, o governo Chinês, ao lançar o 10º Plano Quinquenal (2001-2005), promoveu a estratégia “*going global*”, através da qual as grandes empresas estatais chinesas foram estimuladas a investir no exterior, a fim de acessar os recursos demandados.

Nota-se, então, que já em 2010 a China demandava 60% do consumo global de minério de ferro, em função da forte expansão dos setores automotivo, naval, de construção e de energia. Desse total de minério de ferro consumido, metade é importado fundamentalmente do Brasil e da Austrália (CINTRA, 2013). Por esta causa, as empresas transnacionais chinesas estão investindo no exterior, seja realizando novos investimentos (*greenfield*<sup>2</sup>) ou adquirindo empresas no exterior (*brownfield*<sup>3</sup>) com o intuito de atender as necessidades da China por recursos naturais.

Inserido neste movimento está o Brasil. Desde os anos 2000, o fluxo comercial sino-brasileiro intensificou-se, de modo que em 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos e tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro, posição mantida desde então. A partir do ano de 2010, esta relação ampliou-se para o âmbito produtivo, de modo que a economia brasileira vem recebendo expressiva quantidade de IEDs chineses em diversos setores. Esses investimentos se destinam, como já abordado anteriormente, a satisfazer a demandas chinesas por recursos naturais, bem como ampliar o mercado consumidor dos produtos oriundos da China.

Cumpram também salientar que, após a crise de 2008, a China sentiu uma queda na demanda por seus produtos nos mercados tradicionais (Europa e Estados Unidos). Dado esse cenário, este país vislumbrou o mercado consumidor existente na América Latina, a fim de compensar o declínio das suas exportações nas economias centrais (CUNHA *et al*, 2012). Portanto, este movimento, também, explica o aumento dos IEDs chineses na região e especificamente no Brasil após o ano de 2010.

Concomitantemente, a realização dos investimentos chineses, no âmbito interno, a economia brasileira vem acompanhando uma redução da participação da sua indústria de transformação no PIB, a qual chegou a ter 17,8% em 2004 tendo sua participação reduzida para 11,03% em 2019 (IPEADATA, 2020b). No que tange ao padrão do comércio externo brasileiro,

---

<sup>2</sup> Investimento “*Greenfield*” ou “Nova Planta” representa a destinação de recursos com o intuito de construir novas instalações produtivas.

<sup>3</sup> Investimento “*Brownfield*” representam fusões e aquisições entre empresas já constituídas.

constata-se um processo de reprimarização da pauta exportadora em curso, na medida em que os produtos básicos vêm aumentando a sua participação em detrimento dos produtos industriais (semimanufaturados e manufaturados).

Nesta perspectiva, considerando a importância da China no Sistema Internacional e a conjuntura dos fatos apresentados, que levam a China a ampliar seus investimentos na América Latina e no Brasil, esta pesquisa trabalha o seguinte problema de pesquisa: os IEDs chineses realizados no Brasil após o ano de 2000 são responsáveis pela mudança estrutural manifestada pela perda relativa da indústria de transformação assim como pelo padrão de comércio exterior brasileiro expresso pela sua reprimarização? A hipótese geral adotada é a de que a estrutura comercial sino-brasileira existente no período 2000 – 2010 teve papel relevante para a formação produtiva constituída no período seguinte (2010 – 2019). As hipóteses específicas adotadas são (i) o “efeito China” tem sido um fator relevante para o aprofundamento da mudança da estrutura produtiva nacional bem como no padrão de comércio externo brasileiro; (ii) a relação sino-brasileira não resultará em transferência de tecnologia para a economia brasileira e (iii) o Brasil suprindo a demanda externa por recursos naturais terá benefícios econômicos a curto prazo, porém, a longo prazo, ficará dependente da demanda chinesa por estes recursos.

O objetivo geral da tese é analisar os impactos que os fluxos comerciais e os IEDs chineses provocaram no setor produtivo nacional, especificamente, na sua indústria de transformação e no padrão do comércio exterior. Neste sentido, os três objetivos específicos são: (i) apresentar os interesses da expansão chinesa, no âmbito econômico, em relação ao Brasil; (ii) investigar os principais setores beneficiados com os IEDs chineses e (iii) Identificar mudanças estruturais da economia nacional a partir de 2000.

O corte temporal adotado neste estudo é o período compreendido entre os anos de 2000 a 2019, sendo que a data inicial, foi determinada em função do início da intensificação da relação comercial entre os dois países ter ocorrido justamente nesse momento. Já o término da análise se deu em virtude de 2019 ser o ano mais próximo para obter dados econômicos consolidados dos dois países<sup>4</sup>. Além disso, a delimitação temporal é subdividida entre dois subperíodos, sendo o primeiro compreendido entre os anos de 2000 a 2010, marcado pela forte relação comercial e pelo fraco relacionamento produtivo entre os dois países; enquanto o

---

<sup>4</sup> Apesar de se escolher o ano de 2019 com o intuito de obter a maior parte dos dados econômicos mais recentes e efetivamente consolidados, nem todas as séries de dados usadas nesta tese conseguiram chegar até 2019, como por exemplo os dados apresentados nos gráficos 5 e 6 referentes as exportações brasileiras destinadas à China classificadas por fator agregados, ou seja, por bens básicos, semimanufaturados e manufaturados. Infelizmente, esta série de dados foi descontinuada pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (Mdic), sendo possível, portanto, obtê-la até o ano de 2017.

segundo período, entre os anos de 2010 a 2019, caracterizado pela intensificação da relação produtiva entre os dois países e pela manutenção do relacionamento comercial.

Para atender os objetivos desta tese, realizou-se uma análise dos fluxos comerciais (importação e exportação) no período de 2000 a 2010 e dos ingressos dos fluxos e do estoque de IED chinês na economia brasileira entre os anos de 2010 a 2019. Foi comparado um período com o outro a fim de identificar o comportamento dos setores exportadores e recebedores dos investimentos chineses visando analisar a evolução da participação destes segmentos na estrutura produtiva nacional e no comércio exterior brasileiro. A tipificação dos segmentos econômicos estudados se deu à luz da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). Considerando que a hipótese geral deste trabalho é que a estrutura comercial sino-brasileira existente no período 2000 – 2010 teve papel relevante para a formação produtiva constituída no período seguinte (2010 – 2019), esta pesquisa irá utilizar o método de estudo comparativo, por pretender analisar dois períodos distintos. A abordagem deste trabalho será de natureza qualitativa e quantitativa.

No que se refere a natureza qualitativa, buscou-se o entendimento das mudanças estruturais que a economia chinesa passou; especialmente a partir dos anos 2000, a qual foi realizada por meio de um intenso êxodo rural, o que exigiu a execução de um enorme processo de urbanização, bem como, do aumento da infraestrutura física da China. A implementação dessas mudanças levou a China a buscar no exterior determinados recursos naturais necessários para a execução desse processo. Por outro lado, a análise qualitativa também permitiu mostrar que o Brasil, desde a década de 1980, vem sofrendo crises políticas e econômicas assim como adotando uma série de medidas entendidas como “pró-mercado”, as quais direta ou indiretamente conduziam a economia brasileira a reafirmar sua condição de exportadora de recursos naturais. Em suma, por meio da abordagem qualitativa foi possível mostrar a existência de uma convergência de interesses que levaram ao aprofundamento do relacionamento sino-brasileiro. Já a natureza quantitativa do estudo reside na busca das relações existentes entre variáveis estudadas, tais como a composição da pauta exportadora nacional e a distribuição setorial dos investimentos chineses no Brasil; a evolução da estrutura produtiva nacional frente aos setores beneficiados pelos investimentos chineses.

Para a realização do estudo dos fluxos comerciais e a consequente determinação do padrão comercial brasileiro e, especificamente sino-brasileiro, utilizou-se os dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Para o cumprimento desta tarefa, o comércio externo brasileiro foi classificado pela ótica do fator

agregado (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados), por atividade econômica (setor agropecuário, Indústria Extrativa e manufatureira), por intensidade tecnológica (produtos média-baixa, média-alta, baixa e alta tecnologia) e finalmente por categoria econômica (bens intermediários, bens de capital, de consumo e combustíveis e lubrificantes).

Os dados macroeconômicos referentes a economia brasileira e, especialmente, os dados relativos à evolução do crescimento e da participação de cada setor componente da estrutura produtiva nacional foram obtidos junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Banco Central do Brasil (BACEN). Os dados referentes a China foram cotejados junto a *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), onde se obteve os dados macroeconômicos desta economia. Já a composição da matriz energética chinesa foi obtida na *International Energy Agency* (IEA). Finalmente, a série de dados atinentes a conjuntura internacional como índice de preços das *commodities* foi coletada no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Por fim, os dados referentes aos IEDs tiveram basicamente duas fontes de dados: a Unctad e principalmente a Red Acadêmica de América Latina y el Caribe sobre China (RED ALC-CHINA). Estas fontes de dados foram escolhidas em virtude do detalhamento exigido para a realização desta pesquisa, tais como: (i) a natureza da empresa investidora (pública ou privada), (ii) o tipo de investimento (*greenfield* ou *brownfield*) e (iii) a identificação dos setores beneficiados pelos investimentos de acordo com a CNAE 2.0. Face estas necessidades, o banco de dados da Unctad foi utilizado apenas quando se buscou ter acesso ao fluxo ou estoque de IEDs ou envio e recebimento de investimentos por parte um determinado país, sem a exigência de se determinar o destino ou todas os detalhamentos apresentados acima. Nas demais situações, utilizaram-se os dados fornecidos pela Red ALC-China em virtude desta fonte apresentar os detalhamentos descritos acima.

Deste modo, buscando (i) a padronização dos dados por meio do acesso a uma única fonte (ii) ter acesso ao detalhamento exigido para a realização da pesquisa proposta neste estudo e (iii) evitar as situações de *trans-shipping*<sup>5</sup> e *round-tripping*<sup>6</sup>, os dados referentes ao ingresso de IED chinês no Brasil foram coletados fundamentalmente na Red ALC-China e, em casos mais gerais que envolvessem fluxos globais, os dados foram obtidos junto a Unctad. Já os

---

<sup>5</sup> A prática denominada de *trans-shipping* ocorre quando uma ETN envia seus fluxos de investimentos para um destino intermediário para, somente em um segundo momento, enviá-los para o destino final pretendido. Esta ação dificulta o monitoramento dos fluxos de IEDs.

<sup>6</sup> A prática de *round-tripping* é quando uma ETN chinesa visando a obtenção de benefícios concedidos aos investidores estrangeiros, envia seus recursos ao exterior para, em um segundo momento, retornar a própria China. Esta iniciativa, assim como a *trans-shipping*, dificulta o correto monitoramento dos fluxos de IEDs.

valores referentes aos investimentos indiretos, ou seja, empréstimos e financiamentos concedidos por bancos chineses para a execução de obras no Brasil foram obtidos a *China-Latin American Finance Database*. Além destas fontes de dados, esta tese também se valeu de uma ampla literatura acadêmica compostas por artigos, livros e documentos devidamente referenciadas ao longo do trabalho.

Conforme já apresentado, esta tese tem como objetivo geral analisar os impactos que os fluxos comerciais e os IEDs chineses provocaram no setor produtivo nacional, e no padrão do comércio exterior brasileiro. Considerando que a ocorrência deste fenômeno tem como pano de fundo as profundas mudanças na estrutura produtiva global; o qual integra o processo de globalização econômica em curso desde a década de 1970, a tese lidou com variáveis específicas diretamente ligadas ao fenômeno estudado tais como fluxo e estoque de IEDs, fluxo comercial (importação e exportação), composição da estrutura produtiva nacional (participação de cada setor) bem como por variáveis pertencentes ao sistema produtivo global, tais como Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e CGVs.

Deste modo, no tange que ao arcabouço teórico e conceitual esta tese se apoiou nas contribuições fornecidas pelas disciplinas de Economia Internacional e Economia Política Internacional (EPI). As questões relacionadas a globalização econômica, especialmente aos âmbitos produtivos e comerciais; as quais estão no cerne das mudanças da estrutura produtiva global que ensejaram uma nova DIT bem como o surgimento das CGVs são objetos de estudo da economia internacional. Além disso, também se valeu desta disciplina para analisar as teorias explicativas do comércio internacional com a incorporação da atuação das ETNs. Já as questões atinentes ao comércio internacional e investimento estrangeiro direto e indireto são dois temas da maior importância no campo econômico para EPI (GONÇALVES, 2016).

A complexa reestruturação do sistema capitalista ou simplesmente a evolução do processo de globalização econômica, nos âmbitos produtivos e comerciais, após a II Guerra foi abordada nesta tese à luz dos trabalhos da Cepal (2002); Sarti e Hiratuka (2010), Arend (2015) Belluzzo (2009 e 2017), Nascimento e Silva (2017), Silvestre (2016), Hitatuka e Sarti (2015), Bresser-Pereira (2009), Baldwin (2011), Oliveira (2016) e Nonnenberg (2014). Estes estudos mostraram que sob o aspecto produtivo, após a década de 1970, a ocorrência de avanços tecnológicos resultou na decadência do regime de acumulação fordista e no surgimento do sistema Toyota de produção. Frente a esta nova realidade, as ETNs norte-americanas reagem ao aumento da concorrência imposta pelas ETNs japonesas e alemãs e, assim, passam a descentralizar sua produção, antes concentrada em cadeias locais de valores; originando as

CGVs e uma nova DIT. Sob o aspecto comercial, esta prática modifica o comércio internacional, até então caracterizado por bens finais, para ser formado por bens intermediários e insumos. Essas modificações se deram por meio do aumento do fluxo de capitais concretizando a transferência da indústria manufatureira norte-americana e europeia para a Ásia e especialmente para a China, o que posteriormente, desencadeou a internacionalização produtiva chinesa, sendo que parte deste processo se dá exatamente pelos IEDs chineses realizados no Brasil.

Atendendo parte do objetivo da tese que é analisar a influência dos IEDs chineses sobre o padrão do comércio internacional brasileiro, buscou-se suporte teórico dos modelos de comércio exterior que estudam a influência das filiais das ETNs sobre as exportações dos países receptores dos investimentos estrangeiros. Os trabalhos de Heplman (1984); Helpman; Krugman (1985) e Ethier; Horn (1990) desenvolveram modelos de comércio exterior com proporção dos fatores de produção e com investimentos verticais, ou seja, operações executadas por ETNs visando a fragmentação das etapas produtivas em diferentes países, com o intuito de melhor aproveitar a dotação dos fatores de produção de cada localidade. Por meio dos trabalhos de Krugman (1983), Brainard (1993), Markusen (1995) e Markusin; Venables (1995) foram estudados os modelos de comércio exterior também com a presença de ETNs, porém com investimentos horizontais, isto é, operações destinadas a construção de uma filial dotada com uma planta semelhante a possuída pela matriz e, por isso, capaz de confeccionar produtos semelhantes aos produzidos pela matriz.

Além dos aspectos globais citados anteriormente, também se buscou analisar a realização dos investimentos externos chineses sob o aspecto empresarial, valendo-se, para tanto do Paradigma Eclético ou Modelo OLI (*ownership, internalization e localization*) de Dunning (1988). Sob esta perspectiva, é necessário a existência de três condições para que o processo de internacionalização ocorra. É preciso haver a posse, por parte da empresa que está se internacionalizando, de ativos tangíveis ou intangíveis tais como marcas, patentes, capacidade tecnológica, habilidade para diferenciação do produto, potencial humano e *management*. Esses ativos constituem as vantagens de propriedade (O- *ownership*). A segunda condição para que o processo de internacionalização ocorra, se dá quando os benefícios de sua adoção superem outras formas alternativas de produção em terceiros mercados tais como conceder licenças a terceiros. Esta situação explicita as vantagens de internacionalização (I- *internalization*). Finalmente, a terceira condição decorre de características existentes no mercado receptor dos IEDs e que inexistem no país de origem dos investimentos. Exemplos

dessas vantagens são recursos naturais, mão de obra, *know how* tecnológico, infraestrutura e características do mercado, as quais representam as vantagens de localização (L- localization). Esta perspectiva teórica ajudou, também, a explicar a realização dos IEDS chineses no Brasil.

Além desta Introdução, esta tese esta composta por mais quatro capítulos e a Conclusão. O segundo capítulo apresenta o processo de globalização econômica que resultou em uma significativa alteração da estrutura produtiva global que levou grande parte da indústria de transformação dos países desenvolvidos para a Ásia, fragmentando a produção mundial que passou a ser regida pelas CGVs. Posteriormente, aborda-se brevemente a expansão da China com o intuito de mostrar a evolução deste país até culminar no seu processo de internacionalização por meio de IED, no qual o Brasil, evidentemente, está inserido.

O Capítulo 3 aborda as transformações de ordem interna que a China passou nos últimos anos, especialmente após os anos 2000, as quais conduziram esta economia a demandar recursos naturais exportados pelo Brasil, ou seja, aborda-se os interesses chineses no Brasil. Paralelamente, também são apresentados os interesses brasileiros no comércio com a China e que dado os interesses recíprocos de ambos os países culminou com a consolidação do relacionamento sino-brasileira nas esferas comerciais e produtivas. Conforme já observado, considerando que um dos objetivos deste estudo é apresentar a influência que este relacionamento causou no padrão do comércio exterior brasileiro, reservou-se um subcapítulo para discutir de que modo as teorias do comércio internacional abordam a influência das ETNs sobre a pauta exportadora dos países receptores.

O Capítulo 4 foi reservado para a análise detalhada dos IEDs chineses realizados no Brasil após o ano de 2010 à luz da metodologia proposta. Na medida em que a China vem realizando IEDs em nível global, isto é, em vários países ao redor do mundo, discutiu-se ainda a reação de outros países recebedores desses mesmos IEDs a fim de contrastar com a reação existente no Brasil. Mais uma vez, considerando que este estudo se propõe a analisar os impactos dos fluxos comerciais sobre o setor produtivo nacional, de modo especial, a indústria manufatureira, realiza-se uma breve revisão da literatura sobre a influência do padrão comercial sobre a estrutura produtiva de uma economia.

Finalmente, o Capítulo 5 identifica o padrão do comércio externo bem como as mudanças estruturais decorrente do relacionamento sino-brasileiro. No último subcapítulo, embora a maior parte da literatura caracterize a relação sino-brasileira como sendo do tipo Sul-Sul, debate-se o futuro deste relacionamento, isto é, se ela permanecerá sendo Sul-Sul ou dado

a evolução deste processo, ela mudará para uma relação do tipo Norte-Sul. Por último, são apresentadas as conclusões do trabalho.



## 2 A GLOBALIZAÇÃO E AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA GLOBAL

O processo de globalização econômica pode ser compreendido como uma reestruturação do sistema capitalista. Historicamente, esse processo se divide em duas fases, sendo a primeira compreendida entre os anos de 1870 até 1913 (período interrompido pela I Guerra), fase essa marcada pela mobilidade de capitais e mão de obra e pela diminuição dos custos de transportes, o que impulsionou o livre comércio. (CEPAL, 2002).

A segunda fase do processo de globalização iniciou após a II Guerra e é dividido em duas subfases de características absolutamente distintas. A 1ª subfase (1945 – 1973)<sup>7</sup> foi regida no âmbito das relações internacionais pelo acordo de Bretton Woods. Nesse período, foram criados organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, visando o aperfeiçoamento da cooperação nas áreas financeiras e comerciais. Com isso, este período foi marcado pelo incremento do comércio de manufaturas entre os países desenvolvidos e pela pequena mobilidade de capitais e de mão de obra, enquanto os países adotavam diferentes modelos de organização da atividade econômica (CEPAL, 2002).

Neste período, precisamente nas décadas de 1950 e 1960, os fluxos de IEDs se destinavam a expansão das Empresas Transnacionais (ETNs) norte-americanas em direção à Europa e aos países em desenvolvimento (PED), economias que estavam obtendo crescimento econômico superior ao dos Estados Unidos. As ETNs europeias e japonesas puderam reagir a esta investida, modernizando seus parques industriais e investindo no próprio Estados Unidos e em países periféricos. Estes movimentos acentuavam os fluxos de IEDs e também a concorrência global, a qual era comandada neste período pela lógica produtiva (SARTI e HIRATUKA, 2010).

Desta forma, as políticas macroeconômicas implementadas, durante os “anos dourados”, foram de cunho keynesiano e assim perseguiram o pleno emprego, o que possibilitou aumento de salário real e de demanda, bem como de progresso técnico (BELLUZZO, 2009). O aumento da produtividade decorria do regime de acumulação capitalista vigente na época, ou seja, do modelo fordista, o qual era baseado em forte centralização do capital, estrutura verticalizada e uma rígida divisão do trabalho (NASCIMENTO e SILVA, 2017).

Esta conjuntura internacional modificou-se a partir da década de 1970, quando, pelo lado produtivo, o acirramento da concorrência internacional motivado por rápidas mudanças

---

<sup>7</sup> Esse período foi chamado por Hobsbawm (1994) de “anos dourados” em virtude do expressivo crescimento econômico obtido pelas economias capitalistas ao longo desses anos com redistribuição de renda, ampliação do mercado interno e de desenvolvimento tecnológicos.

tecnológicas provocou a decadência do regime de acumulação fordista e o surgimento do sistema Toyota, sendo esse baseado no alto controle de qualidade aliado à existência de baixo estoque (demanda *just in time*) e na racionalização do trabalho (NASCIMENTO e SILVA, 2017). Essa mudança levou a uma contínua perda de competitividade das ETNs norte-americanas frente as empresas alemãs e japonesas. Inicia-se, assim, a segunda subfase do processo de globalização, marcada pelo livre comércio, aumento e expressiva mobilidade de capitais, além do significativo aumento das ETNs gerando assim os sistemas de produção integrados (o que posteriormente desencadeará nas Cadeias Globais de Valor - CGVs), padronização nos modelos de desenvolvimento (à luz das políticas neoliberais) e restrições aos movimentos de mão de obra (CEPAL, 2002).

No âmbito geopolítico e geoeconômico, o governo norte-americano trabalhou pela manutenção da centralidade do dólar, a fim de resgatar a competitividade norte-americana. Para tanto, em 1971, aboliu o padrão-ouro e, em 1973, adotou taxas de câmbio flutuantes. Essas ações resultaram na diminuição da demanda por esta moeda para a realização de transações comerciais e financeiras, bem como para composição das reservas internacionais, ou seja, implicaram no enfraquecimento do dólar. Com o intuito de retomar a centralidade do dólar os Estados Unidos aumentaram suas taxas de juros e assim reafirmaram o dólar na condição cimeira na hierarquia de moedas no sistema financeiro internacional, ou seja, reafirmar o dólar como a moeda mais líquida de todas as moedas. Contudo, estas ações por parte do governo norte-americano foram determinantes para o expressivo aumento da dívida dos países da América Latina e também fundamentais para a expansão do mercado financeiro, o que levou a desregulamentação e liberalização dos fluxos de capitais e comerciais, dos mercados de trabalhos e das reformas previdenciárias e da diminuição da atuação do Estado na economia, representando precisamente as denominadas políticas neoliberais e de globalização (BELLUZZO, 2009).

A defesa do dólar moldou a forma de acumulação capitalista após a década de 1970, ou seja, criou um ambiente para que a dominação financeira superasse a dominação produtiva resultando no próprio processo de financeirização que está intrinsecamente ligado à forma de atuação das ETNs. Logo, o final do sistema de Bretton Woods representou uma ameaça ao Sistema Financeiro Internacional, levou a economia dos Estados Unidos a priorizar a acumulação financeira em detrimento do investimento produtivo, o que posteriormente influenciou a própria estrutura produtiva global (SILVESTRE, 2016).

Hitatuka e Sarti (2015) defende que a estrutura produtiva global nos últimos anos foi, de fato, influenciada pelas mudanças de estratégias globais das ETNs norte-americanas expressa pela modificação de gestão e na forma de operação internacional dessas empresas. Iniciativas impulsionadas pela forte competição de empresas situadas na Europa Continental, Alemanha, especialmente, e, no Japão, as quais, após terem seus parques fabris renovados, passaram a competir com as ETNs americanas. Paralelamente, o modelo gerencial das ETNs norte-americanas passou a sofrer críticas pela alocação dos lucros em “projetos de investimentos que não necessariamente geravam retornos aos acionistas, resultando em perda de eficiência e competitividade internacional.” (HITATUKA e SARTI, 2015, p. 10).

Logo, as gestões das ETNs passaram por um processo de reestruturação, a fim de lidar com (I) pressão competitiva, (II) instabilidade macroeconômica (após a década de 1970) e a (III) obtenção de maior retorno no menor tempo possível para atender o interesse do mercado financeiro, ou seja, neste ambiente, a gestão passou a ser norteada pela lógica do *shareholder value*, ou, nos termos de Lazonick e O’Sullivan (2000), a estratégia de “racionalizar e distribuir”, enquanto nos “anos dourados” a estratégia era “reter e reinvestir”.

No tocante a estrutura produtiva global, a mudança de gestão das ETNs provocou o que o Bresser-Pereira (2009) define como globalização produtiva, situação em que as corporações multinacionais

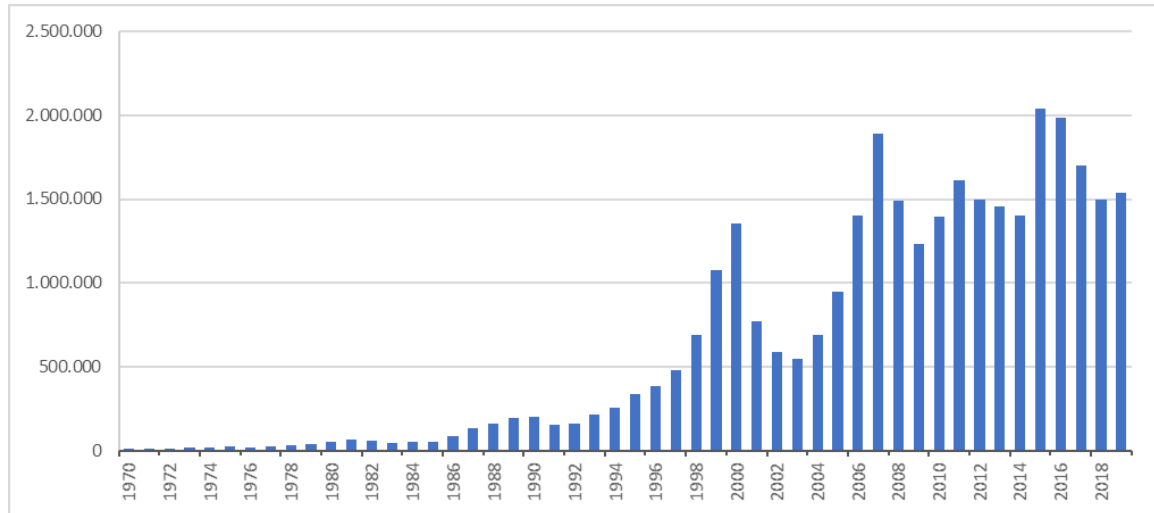
reorganizam sua produção à luz dos custos relativos que encontram em todo o mundo. Há então um enorme aumento das trocas intraindústrias e intraempresas. A divisão internacional do trabalho ocorre não mais apenas entre indústrias, mas também dentro das indústrias – a produção do mesmo bem se espalha por vários países. (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 30-31)

Nesse ambiente, ocorre a reorganização da produção por meio da realização de IEDs feitos pelas ETNs, as quais passaram a migrar sua matriz produtiva para locais onde a relação produtividade/salário fosse mais vantajosa. Dessa forma, a China possuidora de baixos salários e uma taxa de câmbio desvalorizada entra no radar das ETNs norte-americanas, europeias e japonesas. Assim, a economia chinesa passa a produzir manufaturas e exportá-las para as regiões de origem das ETNs (BELLUZZO, 2017).

Logo, o processo de internacionalização produtiva em curso após a década de 1970 é realizado por meio de IED e pelo comércio de bens intermediários e insumos, enquanto o mesmo processo no período anterior (“anos dourados”) foi realizado, também por IED, mas o padrão do comércio exterior era caracterizado por bens finais. De fato, o crescimento do fluxo de IED realizado após a década de 1980 é intenso, conforme mostra o Gráfico 1 abaixo, de

modo que o crescimento do fluxo de IED supera o fluxo comercial do período, bem como o PIB mundial. Entre 1981 até 2019, estes fluxos de IEDs cresceram em média 12%, enquanto o comércio exterior aumentou 6,33%, e o PIB mundial cresceu 3,3% ao ano<sup>8</sup>.

Gráfico 1 – Fluxo de IED global (US\$) em valores correntes em milhões (1970 – 2019)



Fonte: Elaboração própria com base em Unctad, 2021

Essa integração produtiva foi viabilizada em virtude de alguns avanços tecnológicos que permitiram a redução de custos de transportes, a revolução da informática, a qual facilitou e agilizou a transferência de ativos financeiros e diferenças salariais entre os Países Desenvolvidos (PD) e os PED (BRESSER-PEREIRA, 2009). Dessa forma, a globalização produtiva e financeira, embora sejam processos distintos, são absolutamente interligados e levaram a uma integração dos mercados em nível global. Logo, constata-se que houve o aumento da concorrência internacional aliado a uma “deslocalização produtiva”, ou seja, há uma transferência da indústria manufatureira dos Estados Unidos e da Europa para a Ásia, especialmente, a China.

Esta subfase da globalização em curso desde a década de 1970 provocou profundas modificações nas relações comerciais, fruto da nova estrutura produtiva global na qual as ETNs, através da realização de seus IEDs, passam a ter uma posição de destaque. Essas novas relações comerciais e produtivas, expressas no surgimento de sistemas integrados de produção, serão abordadas na próxima seção.

<sup>8</sup>A Unctad é a fonte dos dados do IEDs realizados e dos fluxos comerciais (exportações mais importações de bens e serviços), enquanto o PIB mundial é o FMI.

## 2.1 NOVAS RELAÇÕES COMERCIAIS, DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (DIT) E CGVS

No subcapítulo anterior, mostrou-se a importância que as ETNs passaram a desempenhar após os anos de 1970 com o surgimento do processo de globalização econômica. No âmbito produtivo, as ETNs ao terceirizarem e fragmentarem parte da produção por meio de IED, caracterizaram assim a denominada globalização produtiva, uma das faces da globalização econômica. Deste modo, as relações comerciais alteraram-se, ou seja, houve um aumento do comércio intraempresas e intrafirmas. Esta repartição da produção em termos globais representou o fim das atividades, antes realizadas entre matriz e filial. Por essa razão, o padrão de comércio internacional alterou-se deixando de ser fundamentalmente formado por produtos finais para ser composto por bens intermediários e insumos (NASCIMENTO; SILVA, 2017).

Dessa forma, esta reestruturação produtiva formou as cadeias globais de valores e possibilitou aos PED o acesso a atividades industriais específicas, não necessitando mais da absorção da cadeia produtiva inteira, o que demandaria investimentos de grandes recursos financeiros e tecnológicos, além da mão de obra qualificada dotada de habilidades técnicas e gerenciais com o intuito de atender a complexidade da cadeia produtiva inteira (BALDWIN, 2011). Logo, o fracionamento da produção ou precisamente a globalização produtiva possibilitou aos países emergentes a incorporação de parte da produção demandante do menor valor agregado, o que implicaria em uma nova divisão internacional do trabalho. Esta dinâmica é parte da explicação do deslocamento da matriz produtiva dos países desenvolvidos em direção aos países em desenvolvimento situados na Ásia, especialmente, a China. Sobre este processo, Oliveira (2016), afirma:

A manufatura, e gradativamente outras atividades que eram consideradas centrais, como compra de insumos ou logística, começaram a ser contratadas de outros fornecedores independentes fora da firma (outsourcing) ou mesmo de empresas de outros países que apresentassem vantagens comparativas locais (offshoring) (OLIVEIRA, 2016, pág. 31)

Esta estrutura engendrada por movimentos *offshoring* representa o denominado “comércio internacional de tarefas”. Nela cada etapa de agregação de valor, ao longo da cadeia produtiva, equivale a uma tarefa a ser realizada entre ou intraempresas. O objetivo destes movimentos *offshoring* é a redução de custos de produção alinhado a um aumento de produtividade. Entretanto, nesse processo, as ETNs passam a exercer um “novo papel”, ou seja, deixam de ser as responsáveis diretas pela produção para agora coordená-la por meios da fragmentação e da terceirização. Por conseguinte, a mudança estrutural em tela levou por um

lado a uma ligeira industrialização dos PED, especialmente aos asiáticos, os quais passaram a serem exportadores de manufaturas, ao mesmo tempo em que os PD passaram a enfrentar o processo de desindustrialização e conseqüente eliminação de postos de trabalhos, motivados pelos movimentos *outsourcing* e *offshoring*<sup>9</sup>(OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, a China passou a ter padrão de comércio exterior<sup>10</sup>, apontado por Medeiros (2008) e Nogueira (2012), apresentando um superávit com os Estados Unidos e déficit com os países com que ela importa recursos naturais, dentro os quais o Brasil.

A China<sup>11</sup>, se valendo da globalização produtiva nas décadas de 1980 e 1990, absorveu em princípio as atividades manufatureiras mais simples dentro das cadeias globais de valores para posteriormente incorporar a sua estrutura produtiva as etapas mais complexas, de modo que o valor agregado manufatureiro chinês representava 22,7% do PIB chinês, em 1990, passando para 31,1% em 2018 (UNIDO, 2019b). Assim, esse processo tornou a China um grande produtor e exportador de manufatura e posteriormente um importante importador de bens de capitais, insumos industriais, alimentos e recursos energéticos. Já os países latino-americanos, especialmente o Brasil, elevaram suas importações nos setores mais dinâmicos e de maior produtividade, ao mesmo tempo em que reprimarizaram as suas exportações.

Por conseguinte, a integração às cadeias globais de valores não se dá de forma homogênea entre os países em virtude da estratégia de desenvolvimento implementada por cada país e também pela coordenação das ETNs na própria distribuição de tarefas na produção global. Ou seja, a estrutura das cadeias gera oportunidades de desenvolvimento industrial absolutamente diferentes para cada país participante deste processo. Estabelece-se, então, uma estrutura produtiva global hierarquizada, na medida em que a capacidade de apropriação de valor de cada etapa da cadeia produtiva é significativamente distinta. No topo da cadeia produtiva, estão as grandes empresas líderes, as quais se situam nos PD e que possuem ativos intangíveis, tais como capacitações tecnológicas, P&D, criação de marcas, *design*, marketing e o estabelecimento de padrões dominantes. Estas atividades possibilitam as empresas líderes a criação e a apropriação da maior parte do valor agregado gerado na cadeia produtiva. No nível intermediário da cadeia, encontram-se as empresas capacitadas para realizar tarefas típicas do

---

<sup>9</sup>A desindustrialização motivada pela mudança estrutural não afetou apenas as economias dos PD, mas também os países da América Latina, especialmente o Brasil, objeto de estudo desta tese. Esses países se inseriram na integração produtiva na condição de fornecedores de insumos básicos. Esse assunto será abordado com mais vagar na próxima seção.

<sup>10</sup>A nota de rodapé 24 apresenta mais detalhes do padrão comercial chinês à luz de Medeiros (2008) e Nogueira (2012).

<sup>11</sup>A expansão e a integração chinesa serão tratadas com mais vagar na próxima seção.

serviço manufatureiro, bem como desenvolver o *design* específico de determinada peça ou produto. No outro extremo do sistema, estão as empresas, desprovidas de ativos intangíveis, as quais cabe executar tarefas padronizadas, menos complexas e que foram determinadas pelas empresas líderes. Naturalmente, as empresas situadas na base da cadeia têm muito menor condição de se apropriar do valor agregado gerado ao longo de todo o processo produtivo (SARTI e HIRATUKA, 2010).

A existência desta estrutura gera uma relevante mudança na competição internacional. Antes dos anos de 1970/80, um país buscava se especializar em um setor específico, a fim de aumentar a sua competitividade à luz da teoria das vantagens comparativas. Logo, todas as etapas da atividade produtiva como criação de conceito, *design*, planejamento da produção, construção de protótipos, produção-piloto, produção em massa e distribuição eram realizadas por uma única empresa em um local específico (NONNENBERG, 2014). Atualmente, um país pode se mostrar competitivo em uma etapa apenas da cadeia. Esta situação faz com que antigos instrumentos de proteção comercial como tarifas e barreiras comerciais se tornem ineficazes, pois impactam diretamente na capacidade de exportação do mesmo país. Assim, a disputa se dá por melhorar a posição de cada país na cadeia como um todo. Evidentemente que quanto mais básicas forem as atividades realizadas pelas empresas que um país abriga, menor será a sua atividade de reexportação. Esse é o caso precisamente do Brasil, fornecedor de recursos naturais e que tem as suas exportações reprimarizadas, resultando na participação do Brasil na CGVs, conforme afirma Arend (2015, p.21), “o Brasil insere-se nas CGVs como um fornecedor de insumos para empresas de outros países adicionarem valor na cadeia produtiva”.

A estrutura hierarquizada atinge as empresas assim como os países que as abrigam, pois, as empresas intermediárias e da base situam-se em PED. Por esta razão, o sistema produtivo como um todo oferece diferentes oportunidades de desenvolvimento aos países participantes deste processo. Nesse sentido, Silvestre (2016) destaca que a diferença, nas condições de acumulação nas economias centrais e periféricas em virtude do acirramento da concorrência intercapitalista e do novo padrão de comércio internacional, tem provocado uma nova Divisão Internacional do Trabalho, o que, em última instância, concentrou a riqueza mundial em dois extremos.

É natural que, mesmo com o processo da globalização produtiva e o surgimento das cadeias globais de valores e assim a inserção dos países em desenvolvimento em algumas etapas produtivas, a estrutura oligopolizada não mudou a ponto de permitir ou facilitar a entrada de novos concorrentes, ou seja, empresas e indústrias oriundas dos países em desenvolvimento

(HITATUKA e SARTI, 2015). Na verdade, as grandes empresas dos países desenvolvidos renunciaram a atividades não tão essenciais (metal-mecânico-químico) e voltaram-se para atividades para segmentos emergentes (microeletrônico, telecomunicação, biotecnologia, novos materiais) e realizaram no âmbito externo um intenso processo de fusões e aquisições visando ativos estratégicos em posse de concorrentes (AREND, 2015).

Com o esgotamento das possibilidades de inversão nos complexos metal-mecânico químico (paradigma fordista) já nos anos 1970, os países centrais buscaram se reestruturar tecnológica e produtivamente. Contudo, deve ficar claro que as indústrias núcleo do paradigma anterior continuaram sendo extremamente importantes, apesar de seu auge de investimentos estar concluído; no entanto, logo foram deslocadas do topo da matriz industrial, bem como deixaram de ser responsáveis pela dinâmica de crescimento das economias centrais. (AREND, 2015, p. 8)

Desse modo, a dinâmica das economias centrais deixou de ser os setores vinculados ao paradigma fordista e passou a ser os setores integrantes do paradigma microeletrônico (complexo eletrônico), a partir da década de 1980. Assim, nos Estados Unidos, a participação na indústria de transformação dos setores de material eletrônico e de aparelhos de comunicação (complexo eletrônico) aumentou de 32% em 2000 para 52% em 2009. Enquanto no Brasil, esta participação permaneceu ínfima nesse período, ou seja, 3% em 2000, decrescendo para 2% em 2009. Com isso, a estrutura produtiva brasileira evoluiu em sentido oposto aos países desenvolvidos, os quais se adaptaram ao paradigma microeletrônico. No ano de 2010, a matriz produtiva nacional era composta por 11% de *commodities* agrícolas, 33% por *commodities* industriais e 23% em atividades dos setores metal-mecânico-químico, ou seja, do paradigma fordista, 30% da indústria tradicional intensiva em mão de obra e apenas 2,4% das atividades da matriz produtiva nacional são ligadas ao novo paradigma microeletrônico. Cumpre salientar que os países em desenvolvimento asiáticos modificaram suas estruturas produtivas para ampliar a participação do emergente setor microeletrônico, ao contrário do Brasil que centrou sua produção nos setores ligados ao paradigma fordista, *commodities* agrícolas e industriais (AREND, 2015).

Em função do alto nível de integração produtiva que as economias estão vivenciando, é natural que as mudanças estruturais experimentadas por estas economias acabem por influenciar direta ou indiretamente o comércio exterior das mesmas. Sobre este tópico, destinar-se-á a próxima seção.



## 2.2 ESTRUTURA PRODUTIVA, COMÉRCIO EXTERIOR E EXPANSÃO CHINESA

Nas seções anteriores, procurou-se abordar o processo de globalização econômica, manifestada nas esferas produtivas, comerciais e financeiras, o qual foi motivado e possibilitado pelo novo contexto concorrencial, pelas novas condições macroeconômicas marcadas pela liberalização dos fluxos comerciais e de capitais, desregulamentação financeira e pelo surgimento de novas tecnologias de informação. No âmbito produtivo, observou-se uma intensa transferência da atividade industrial dos PD em direção aos PED. Entretanto, a integração dos PED às CGVs não se deu de forma homogênea, o que resultou na formação de diferentes estruturas produtivas nacionais e conseqüentemente em diferentes pautas exportadoras.

No período imediatamente anterior, o Brasil, assim como alguns países latino-americanos, industrializou sua economia em meados do século XX por meio do Processo de Substituição das Importações (PSI) que atraiu capital estrangeiro para a região. Esta política tornou os países produtores e montadores de produtos de média tecnologia, cujo destino seria o consumo interno bem como o comércio intrarregião, ou seja, com produtos finais nos moldes do comércio exterior dos “anos dourados”. Dessa forma, a dependência da economia brasileira que, antes da sua industrialização estava na exportação de produtos primários com baixa elasticidade-renda, passou a ser, após o PSI, a importação de tecnologia (bens de capitais) e matérias primas, constituindo, assim, os “estrangulamentos de oferta” (CUNHA *et al*, 2011, p. 31). Esta dinâmica levava o PSI a dois desequilíbrios: (i) quanto maior atividade econômica maior a necessidade de importação, o que produzia um déficit comercial; (ii) aumento dos níveis de preços (inflação). Logo, esta situação de déficits no Balanço de Pagamentos, inflação alta e o endividamento externo no final da década de 1970, levou o Brasil a implementação de políticas restritivas recomendadas pelo FMI no período seguinte, ou seja, na década de 1980, em que ficou conhecida como a “década perdida” em razão da estagnação econômica brasileira (CUNHA *et al*, 2011; SAWAYA, 2018).

Sob esse aspecto, Furtado (1961) já havia identificado o problema de uma economia com uma industrialização tardia se desenvolver impulsionada pelo capital estrangeiro em virtude da atuação das ETNs em setores de média e alta tecnologia estar associada aos centros hegemônicos; o que em última instância limitaria a modernização das estruturas produtivas das economias periféricas face a manutenção da dependência tecnológica. Em outra publicação intitulada, *A Pré-revolução Brasileira* (1962), Celso Furtado explicita as influências que o modelo de desenvolvimento brasileiro sofreu face a interação entre Estado, capital estrangeiro e capital nacional. Neste sentido, o mesmo autor defende na mesma obra, a necessidade de

disciplinar o capital estrangeiro a fim de atender os objetivos de desenvolvimento e de independência política. Entretanto, a evolução da economia brasileira não se deu exatamente sob estes ditames.

Nos anos de 1980, no âmbito internacional, a estrutura produtiva global estava passando por um processo de reestruturação, promovidos pelas ETNs e que resultou na “desestruturação produtiva” e no aparecimento das cadeias globais de valores. Dado o fraco desempenho econômico do Brasil na década de 1980, a sua estrutura produtiva não evoluiu a ponto de se beneficiar da integração produtiva em curso<sup>12</sup> nos anos de 1990. Já nos anos 2000, a economia brasileira volta a ser uma economia agro-exportadora. Devido ao já exposto, Sawaya (2011) afirma que a industrialização dos países periféricos após a II Guerra se deu em decorrência da aliança Estado-capital oriunda dos centros hegemônicos. Logo, as economias periféricas participantes deste processo efetivamente se desenvolvem, na medida em que mudam sua forma de acumulação de capital ao desenvolver o setor industrial, contudo a industrialização implementada cria novas relações de dependências. Dado a relação dos países com o capital internacional, o mesmo autor aponta a aparente inexistência de uma estratégia de desenvolvimento alternativa:

diante da forma como se deu a inclusão subordinada da periferia no processo de acumulação mundial no pós-guerra sob a hegemonia norte-americana, tornava-se difícil imaginar a possibilidade de uma alternativa estratégica autônoma, dada a estrutura hierárquica do capital no mundo assentada sobre um Estado-centro hegemônico que funcionava quase como uma “holding” de seus vários capitais individuais, suas grandes empresas multinacionais. Essa era a estrutura do capitalismo que a mundialização dos anos 90 parecia apenas reforçar, diminuindo ainda mais o espaço para qualquer estratégia alternativa: apenas parecia possível adotar uma estratégia de “desenvolvimento associado” – assim vendia o liberalismo – dando total liberdade ao capital eliminando todos os controles sobre ele, permitindo um Estado interventor para atuar exclusivamente para o interesse do grande capital, proposta em voga nos anos 90, aprofundando a subordinação e a dependência. (SAWAYA, 2011, p. 207)

Desta forma, na visão de Sawaya (2011), as políticas econômicas, adotadas pela China para se industrializar baseadas em política fiscal e monetária expansionista com grande investimento público e aumento de acesso a crédito aliada a uma política cambial que trabalhava pela desvalorização cambial, constituem apenas a parte formal desta estratégia de desenvolvimento. No entanto, o diferencial chinês foi a sua aliança não subordinada ao processo de globalização econômica em curso nos anos de 1990, o qual permitiu este país a atração da

---

<sup>12</sup>Conforme citado na seção anterior, Arend (2015) apresenta dados que mostram o aumento dos setores ligados ao complexo eletrônico na indústria de transformação norte-americana. Enquanto no Brasil, essa mudança, ou seja, aumento dos setores integrantes do complexo eletrônico em detrimento dos setores metal-mecânico não ocorreu.

matriz produtiva norte-americana e europeia, bem como de países asiáticos como o Japão e os “tigres asiáticos” (SAWAYA, 2011).

Logo, na visão desse autor, o processo realizado pela China possui certo ineditismo, ao contrário do processo que ocorreu na América Latina, quando essa região foi industrializada por meio de IED, pois as ETNs que lá se instalaram sempre mantiveram seus interesses ligados aos seus países de origem. Já os IEDs que geraram a industrialização chinesa serviram aos próprios interesses chineses, ou seja, aos interesses dos Estados e das ETNs continuam se coadunando, porém o Estado agora não é o país de origem das empresas e sim o próprio Estado chinês (SAWAYA, 2011). Com efeito, Monteiro (2005, p. 3) observa que “o governo chinês se revelou também extremamente hábil ao lidar a seu favor com as regras do capitalismo moderno.”

Cumprir destacar que as transformações realizadas pela China, estão inseridas em uma série de mudanças que o continente asiático passou no pós-guerra, as quais, no âmbito externo, foram coordenadas pelos Estados Unidos. Entre os anos de 1945 a 1970, o crescimento econômico asiático foi liderado pelo Japão, o qual foi beneficiado pela difusão de tecnologias e pela abertura do mercado norte-americano às exportações japonesas, absorvendo assim a crescente produção industrial nipônica. Em contrapartida os Estados Unidos estabeleceram o dólar como moeda conversível e instalaram bases militares no Japão, o que limitou significativamente as ambições do Japão de se tornar hegemônico regionalmente (LEÃO, 2011).

O ambiente favorável à economia japonesa modificou-se na década de 1970, quando houve a I Crise do Petróleo aliada a dificuldade da economia norte americana de crescer em função do acirramento da concorrência das corporações alemãs e japonesas e do déficit comercial com o Japão. Dado esta conjuntura, os Estados Unidos visando restabelecer o seu poder adotou fundamentalmente duas medidas para frear a ascensão nipônica. Em primeiro lugar, com o intuito de reduzir os custos, as empresas norte americanas foram estimuladas a se internacionalizar, por meio de IED destinados aos países integrantes da *New Industrialized Economies* (NIE I), ou seja, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong. Em segundo lugar, conforme tratado no segundo subcapítulo deste capítulo, o governo americano adotou medidas a fim de fortalecer o dólar no mercado internacional e assim valorizou-se um conjunto de moedas, dentre as quais o iene (LEÃO, 2011).

Também nesta década, ou seja, nos anos de 1970, houve o início da aproximação dos Estados Unidos com a China. Com esta iniciativa, o governo norte-americano visava frear o

avanço da URSS em plena Guerra Fria e é apontado por Acioly (2011 *et al*) como um importante condicionante externo que posteriormente daria condições para o “milagre chinês” ocorrer nas décadas seguintes<sup>13</sup>. Estes autores ainda advogam que a constituição do eixo sino-americano é consequência da globalização financeira praticada pelos Estados Unidos, a qual impulsionou transferências de empresas americanas para a Ásia e assim viria a se coadunar com as intenções chinesas de desenvolvimento no que se refere a atração de investimentos para o seu território. Neste sentido, esta convergência de interesses entre estes países, modificou significativamente a divisão internacional do trabalho nas décadas seguintes.

Posteriormente, nos anos de 1980, tal como o Japão no pós-guerra, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong receberam ajuda dos Estados Unidos por meio de transferência de expertise (tecnologia) e foram contemplados com a abertura do mercado norte-americano às suas exportações. Logo, diante destes acontecimentos e com a valorização da sua moeda em paralelo a da adoção de quotas de exportação por parte dos Estados Unidos, não restou alternativa ao Japão senão também transferir parte de sua indústria para os países do NIE-I. Nestas circunstâncias a mudança na estrutura asiática, ou seja, a transferência da indústria japonesa para os países do NIE-I foi motivada pela capacidade produtiva e tecnológica preexistente nos países do NIE-I e também dado a diferença de custos de produção destes países frente o Japão<sup>14</sup> (LEÃO, 2011).

Esta mudança estrutural realizada no continente asiático e que, posteriormente, possibilitou os países asiáticos melhor se integrarem as CGVs é conhecida na literatura como o modelo dos “gansos voadores”, o qual é marcado pelas transferências tecnológicas do país líder (Japão) para os países seguidores (NIE-I). Logo, esta dinâmica estabelece que desenvolvimentos tecnológicos ocorridos no país líder cause reflexos produtivos nos países seguidores, seja pela realização de IED do líder, seja pela transferência tecnológica com baixo custo de produção (MEDEIROS, 2006).

Esta forma de desenvolvimento, adotada pelo Japão e pelas NIE-I, caracteriza o “desenvolvimento a convite” trabalhado por Medeiros (2008) na medida em que estas

---

<sup>13</sup>Acioly (2011 *et al*) registram outros três condicionantes externos que possibilitaram a realização do “milagre chinês” nas décadas seguintes: *i*) a própria ofensiva comercial e financeira que os Estados Unidos realizou contra o Japão na década de 1970 e que culminou no Acordo de Plaza em 1985; Já nos anos 2000, registra-se *ii*) o ingresso da China na OMC em dezembro de 2001 e finalmente *iii*) a formação do eixo sino-americano o qual é caracterizado pela forte relação comercial, produtiva e financeira.

<sup>14</sup>Além desta situação desfavorável, Torres Filho (1997) observa que na década de 1980, as empresas japonesas diante da significativa variação cambial, portanto, prejudicial as suas exportações, e tendo elas livre acesso a atividades financeiras de cunho especulativo foram pouco a pouco se financeirizando, ou seja, buscando lucros não operacionais.

economias se integraram a economia internacional com incentivo dos Estados Unidos, muito embora elas também tenham adotado políticas internas para se desenvolver. Em relação à China o mesmo autor reforça a importância da estratégia de desenvolvimento adotada por este país pós-reformas iniciadas em dezembro de 1978, o que posteriormente a deixou menos vulnerável às ações norte americanas. Acioly (2011 *et al*) reforçam a importância da estratégia de desenvolvimento formulada pelo Governo Deng Xiaping, em 1978, e a aponta com o condicionante interno que possibilitou o “milagre econômico chinês”.

Em relação à China, as abordagens convencionais são desafiadas quando se considera que o sucesso pós-reformas não prescindiu do planejamento, das empresas estatais, do controle direto sobre a alocação dos investimentos, do monopólio estatal sobre a terra e da liderança de um partido/Estado. E, em que pese o apoio político dos Estados Unidos nos anos 1970 ter sido um fator estratégico da abertura iniciada por Deng Xiaoping, o fundamental é que a China, ao contrário dos Estados asiáticos convidados ao desenvolvimento pelos Estados Unidos – como o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan -, jamais abriu mão de sua estratégia de defesa autônoma, com capacidade militar nuclear independente, e de sua retórica antiimperialista liderada por um partido/Estado. (MEDEIROS, 2008, p. 177)

Por outro lado, Conti e Blikstad (2017) apontam a importância das bases criadas no período maoísta (1946-1976) para os resultados que as reformas pró-mercado obtiveram posteriormente, isto é, após 1978. Esses fundamentos foram a existência de um Estado forte, capaz de ditar os seus rumos, trabalho, saúde e educação para a população. Neste sentido, em meados do século XX, a China implementa o I Plano Quinquenal (1953-1957) sob o qual buscou desenvolver a indústria pesada e a infraestrutura do país. Com isso a dinâmica econômica chinesa foi modificada de modo que superou um longo período de estagnação ocorrido entre os anos de 1820 a 1950 para obter um crescimento médio na ordem de 5% ao ano entre 1950 a 1973 junto com um aumento da renda *per capita* de 2,9% ao ano. O comércio externo também apresentou um crescimento considerável, embora a pauta exportadora chinesa, na oportunidade, ainda fosse baseada em produtos básicos (CONTI e BLIKSTAD, 2017).

Deste modo, as condições encontradas por Deng Xiaping ajudaram na implementação das Reformas de 1978. No entanto, a estrutura econômica chinesa era limitada por gargalos. A prioridade dada à indústria pesada no I Plano Quinquenal (1953-57) resultou no desenvolvimento desse setor, o qual não foi acompanhado pelo setor agrícola e de indústrias leves, o que dificultou a geração de empregos pelo fato desses setores (agrícola e indústria leve) terem sido os maiores geradores de emprego. A partir deste diagnóstico, promoveram-se significativos investimentos em infraestrutura e na ampliação de acesso a bens intermediários com o objetivo de elevar a produção agrícola e modificar a estrutura produtiva em favor da indústria leve (CONTI e BLIKSTAD, 2017; MONTEIRO, 2005).

As reformas de 1978 também visavam possibilitar o acesso à tecnologia e implementação de uma política comercial, a fim de tornar o comércio exterior fundamental para o desenvolvimento chinês. Nesse sentido, criaram-se zonas econômicas especiais (ZEE) e estimulou-se o ingresso de IEDs por meio de tarifas reduzidas, infraestrutura, simplificação nas atividades burocráticas e salários flexíveis, porém se instituiu controles sobre os capitais mais voláteis. Na década de 1980, durante os Sexto Plano Quinquenal (1981-1985) e Sétimo Plano Quinquenal (1986-1990), foram estrategicamente escolhidas regiões da China (três grandes cinturões – *three belts*) para receber atividades produtivas<sup>15</sup>. A região costeira, dado o seu acesso ao mar, foi escolhida para abrigar as indústrias destinadas às exportações. As ZEE tiveram relevante participação do desenvolvimento chinês. Em 1992, com a saída de Deng Xiaoping do governo, novas estratégias foram formuladas tais como a ampliação das exportações e do recebimento de IEDs, e a criação de novas ZEE. Com o aumento das exportações, foi possível o acúmulo de divisas e assim a manutenção adequada das importações sem prejudicar a estabilidade macroeconômica (MONTEIRO, 2005; PINTO, 2011).

No âmbito externo, na década de 1980, os países do NIE-I (Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong), notadamente a Coréia do Sul, concederam subsídios fiscais e créditos especiais para setores mais dinâmicos (complexo eletrônico) ao mesmo tempo em que implementavam políticas protecionistas a fim de proteger estes setores e assim tornar as suas exportações dotadas de alto conteúdo tecnológico. Tal como fizeram com o Japão, os Estados Unidos influíram na política cambial da Coréia do Sul a fim de valorizar a sua moeda ao mesmo tempo em que revogou os benefícios concedidos às exportações sul-coreanas. Logo, assim como o Japão, os países do NIE-I também passaram a ter dificuldades para exportar, motivando assim a realização de IED nos países integrantes do NIE-II (Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia) bem como na China (LEÃO, 2011). Neste contexto da década de 1980 a China insere-se neste processo.

Na década de 1990, a ocorrência de um conjunto de fatores criou um ambiente desfavorável à acumulação de capital nos países do NEI-II, tais como, os preços das manufaturas decresceram ao mesmo tempo em que os custos de produção cresceram, dificultando o aumento do valor agregado na composição desses países. Na segunda metade da década de 1990, o dólar se valorizou frente ao Yen e as demais moedas dos NEI-II, salvo em relação ao Yuan Reminbi que se desvalorizou significativamente em 1994. Neste contexto, a

---

<sup>15</sup>A região central foi destinada à produção agrícola, e a região oriental especializou-se na criação de animais e na exploração mineral (MONTEIRO, 2005).

crise japonesa se acentuou<sup>16</sup> e os IEDs japoneses destinados aos países do NEI-II caíram, dificultando ainda mais a capacidade exportadora da Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia. Esta queda nas exportações dos NEI-II passou a ser atendida pela China que aproveitou da dificuldade desses países para consolidar a sua ascensão (MEDEIROS, 2010).

Concomitantemente, a China passou a investir e financiar empresas nos países em desenvolvimento da Ásia ao mesmo tempo em que era beneficiada com expressivos fluxos de IEDs, criando assim uma nova articulação produtiva no continente asiático<sup>17</sup> (LEÃO, 2011). Além disso, os capitais que ingressaram na China foram estrategicamente destinados ao setor produtivo e pertencentes as atividades geradoras de maior valor possível buscando com isso promover o *upgrade* tecnológico (SAWAYA, 2011).

Deste modo, fica claro que a entrada da China na articulação produtiva asiática ocorrida nas últimas década do século XX, diverge do ingresso verificado no Japão, Hong Kong e as economias integrantes das NEI-I e II, situação que é explicada pelo modelo dos “gansos voadores”, na qual a economia líder transfere parte da sua indústria e assim fornece tecnologia às economias receptoras. Nesta situação, inovações no país líder afetam a estrutura produtiva dos países seguidores. Contudo, as indústrias transferidas aos seguidores são dotadas de menor densidade tecnológica. Já a China, se valendo da situação enfrentada pelos “gansos líderes” nos anos de 1980 em diante, adotou uma política industrial que a permitiu evoluir significativamente sua capacidade de produzir bens com maior conteúdo tecnológico, ultrapassando desta forma os “gansos líderes”. Por esta razão, Oliveira (2006) define a China como “ganso retardatário”.

Ainda na década de 1990, o governo chinês implementou o processo de internacionalização de suas empresas como parte central para o desenvolvimento econômico nacional, bem como para a inserção geopolítica da China. Por meio do programa *Going Global*, buscou-se ampliar os IEDs chineses no exterior. Esta iniciativa visava permitir o controle do fornecimento de energia e alimentos, além de expandir os segmentos industriais relevantes como automóveis, informática e telecomunicações (ACYOLY; *et al* 2011). Efetivamente, após a implementação do programa *Going Global* em 1999 e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro de 2001, o estoque de IED chinês no mundo

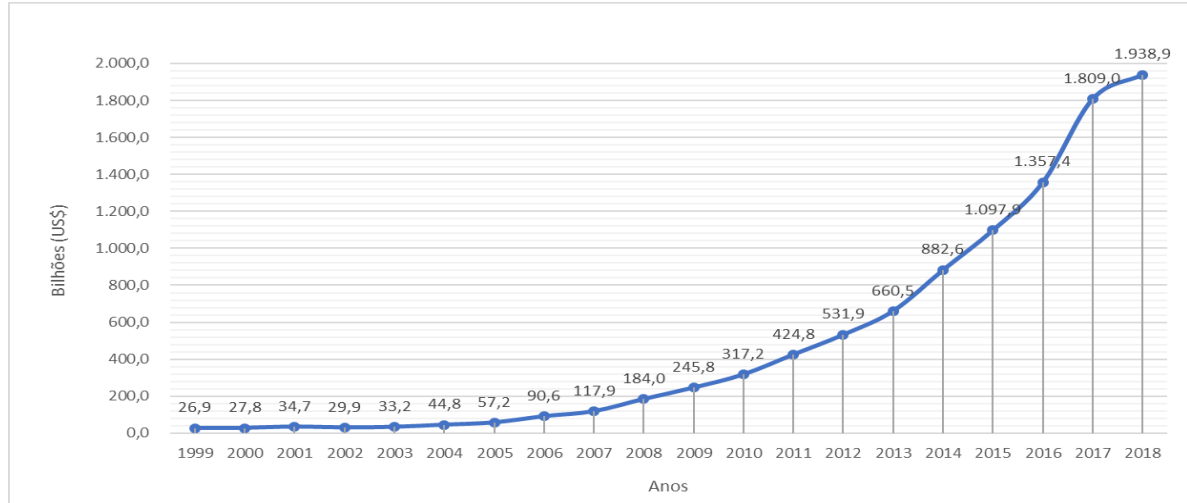
---

<sup>16</sup>Na década de 1990, o Japão apresentou um crescimento econômico médio na ordem de 1,35% ao ano, estando, portanto, estagnado. Nos anos de 1998 e 1999 apresentou crescimento negativo na ordem de -1,1% e -0,3% respectivamente (UNIDO, 2019). Ademais, o Yen apresentou uma desvalorização cerca de 30% entre 1996-98, prejudicando, portanto, as exportações japonesas (MEDEIROS, 2006).

<sup>17</sup>Leão (2011) trata detalhadamente a nova articulação produtiva criada no continente asiático a partir da ascensão chinesa.

aumentou significativamente, conforme apresenta o Gráfico 2 abaixo. Em 1999, o estoque de IED era de US\$27 bilhões passando para US\$1.939 bilhões e 2018.

Gráfico 2 – Estoque de IED chinês no mundo em bilhões (US\$)



Fonte: Elaboração própria com base em Unctad, 2021

Lall (2000) entende a mudança na forma de atuação das ETNs como fator relevante para se compreender o aumento e as mudanças nas exportações e nas respectivas pautas exportadoras dos países, de modo especial os PED. Esta mudança de atuação das ETNs resultou na já abordada reorganização produtiva global. De fato, analisando a evolução dos dados referentes ao produto agregado na manufatura (*manufacturing value added* - MVA), constata-se um aumento da participação dos PED nestes valores. Em 1980, os PED detinham 14,2% do valor mundial. Em 1990, geravam 16,7% e finalmente 24,1% em 2000. Entretanto, esta evolução ocorreu de forma desigual por região e país, conforme apresenta a Tabela 1 abaixo. Em 1990, a China e o Brasil detinham a mesma participação na MVA. Porém, nos últimos 27 anos, a China foi aumentando significativamente a sua participação no produto agregado manufatureiro enquanto o Brasil reduziu a sua participação (UNIDO, 2019a; b).



Tabela 1 - Participação no Produto agregado na manufatura global (em %)

Ano	China	Brasil
1990	3	3
2000	8	3
2010	18	3
2017	24	2

Fonte: Unido (2019a e b).

De fato, a China tem apresentado um expressivo crescimento econômico nos últimos 46 anos. De 1971 a 2017, o PIB chinês cresceu em média 9%. No início deste período, ou seja, em 1970, o PIB chinês correspondia a 1% do PIB mundial, em 1990, passou a corresponder a 2%, em 2000 a 3,6% e, finalmente, em 2019 o PIB chinês passou a equivaler a 16% do PIB mundial (UNCTAD, 2021).

Atualmente, a China é o maior exportador mundial e o segundo importador e, além disso, possui expressivos superávits comerciais nos últimos vinte anos. Em 2018, a China apresentou um superávit comercial na ordem 351 bilhões de dólares e suas reservas internacionais atingiram as cifras de 3,1 trilhões de dólares (SAFE, 2019). O aumento da participação chinesa nas exportações mundiais é significativo. Em 1980, elas representavam 1%, passando para 2% em 1990, 4% em 2000 e 10% em 2010 e, finalmente, atingindo 13% em 2018. Desde 2009, a conjuntura já indicava que a China se tornaria um grande *player* internacional quando, pela primeira vez, as exportações chinesas ultrapassaram as exportações norte americanas, representando respectivamente 10 e 8% das exportações mundiais (UNCTAD, 2021). Ademais, desde de 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, superando os Estados Unidos.

No que tange ao fluxo de IED, em 2018, a China é o segundo maior país tanto na condição de recebedor como na de investidor. Analisando os fluxos de IED, o coeficiente que relaciona IED realizado com IED recebido, verifica-se um expressivo aumento do investimento realizado pela China, ou seja, em consonância com o programa *Going Global* que buscava internacionalizar as empresas chinesas. No ano de 2000, este coeficiente (IED realizado / IED recebido) era de 2%, indicando que a China investia no exterior a proporção de 2% do que recebia de IED. Em 2010, este percentual saltou para 60% e finalmente em 2018 chegou a 93%.

Quanto ao estoque de IED, a China é o quinto país na condição de investimentos recebidos e o terceiro na condição de investidor realizado (UNCTAD, 2021).

Neste sentido, considerando o aumento do poder econômico da China, Fiori (2008) aponta que, já em 2008, a grande possibilidade de este país expandir sua atuação para além de suas fronteiras. Efetivamente, a China tem ampliado sua presença na África e na América Latina com o intuito de firmar seu papel de financiador de obras, e assim combater o déficit estrutural que os países do Sul possuem. Entre 2005 e 2012, o financiamento chinês, realizados pelos bancos estatais de fomento, destinado à América Latina foi de US\$86 milhões superando o empréstimo concedido por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Os bancos chineses possuem melhores condições de pagamento e não exigem condicionalidades políticas para a concessão dos empréstimos (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2013).

Cumprе salientar que o Banco de Desenvolvimento chinês teve papel relevante no desenvolvimento da infraestrutura interna da China. Nos últimos 15 anos, guiados pela política “*going out*”, este Banco voltou sua atenção para o apoio às empresas estatais chinesas no exterior (DOWNS, 2011). Ou seja, este Banco é um instrumento de disputa pelo poder global na medida em que a internacionalização e a posterior atuação das ETNs chinesas em territórios estrangeiros são direta ou indiretamente coordenadas pelo Estado chinês a fim de que este processo (internacionalização produtiva) colabore para a própria dinâmica econômica da China e conseqüentemente para o aumento do poder global deste país. Exemplo deste movimento são os IEDs chineses no Brasil aplicados em setores fornecedores de recursos naturais (minérios de ferro, soja e petróleo), os quais visam claramente atender uma carência interna por estes produtos na China.

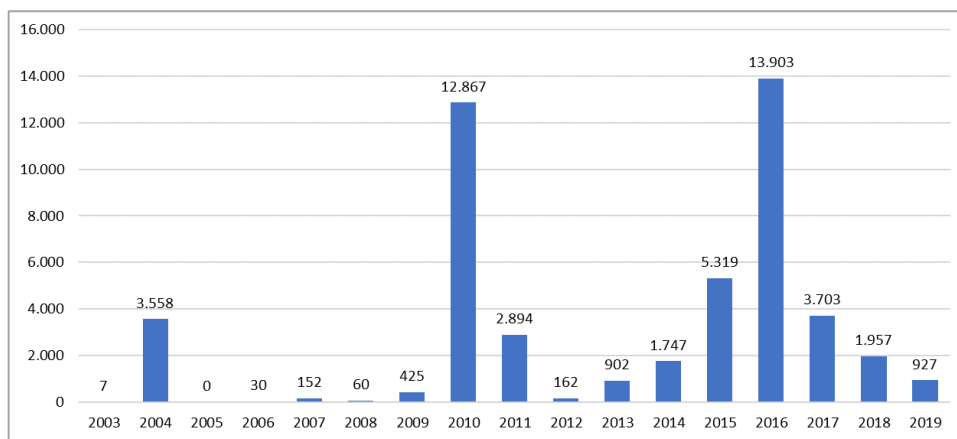
Já em 2007, a China inaugurou o *China-Africa Development Bank*, o qual se tornou o maior investidor chinês na África ao possibilitar o desenvolvimento de aproximadamente dois mil projetos neste continente (HINGA; JUN; YIGUAN, 2013). Finalmente, em junho de 2014, na 6º Cúpula dos BRICS sediada no Brasil, foi formalizada a criação de um Banco de Desenvolvimento.

Este novo Banco também visa alinhar as políticas econômicas destes países via estabelecimento de metas de crescimentos significativos e duradouros. Também em 2014 foi criado o fundo de reservas monetárias para atender os países dos BRICS em crise de curto prazo (Balanço de Pagamentos). Em outubro deste mesmo ano, o governo chinês criou o *Asian Infrastructure Investment Bank*. Estas ações, adotadas pela China, são definidas por Haffner *et*

al (2015, p. 9) como “uma forte política de internacionalização do capital financeiro e, ao mesmo tempo, a intenção de ocupar um lugar que está vago na economia internacional: o de financiar a infraestrutura dos países em desenvolvimento.”

Aliado a todo este processo de financiamento de obras de infraestrutura, conforme observado acima, a China é o segundo maior realizador de IED no mundo em 2018 (por fluxo). Nos últimos anos, os IEDs chineses, destinados ao Brasil, têm aumentado, especialmente após o ano de 2010 quando estes investimentos realizados na economia brasileira aumentaram significativamente (vide gráfico 3) representando uma relevante mudança no comportamento das empresas chinesas frente ao Brasil, reflexo da implementação da estratégia de internacionalização de empresas capitaneado pelo Governo chinês a partir deste ano, o que, na visão de Pereira (2018, p. 101), “inaugura uma nova fase da relação Brasil-China”.

Gráfico 3 – IED chinês realizados no BR (US\$ milhões)



Fonte: RED ALC-CHINA. Brasil: OFDI china a nível de empresa (2000-2019).

O período compreendido entre 2010 a 2019 pode ser dividido em quatro etapas nas relações sino-brasileiras. A 1ª delas corresponde ao ano de 2010 e foi marcada majoritariamente por investimentos destinados à exportação de commodities. A 2ª etapa compreende aos anos de 2011 a 2013, foi caracterizada por investimentos na área industrial visando atender o mercado interno brasileiro. A 3ª etapa é o próprio ano de 2013, o qual foi marcado por investimentos no setor financeiro. Já a última fase, ou seja, de 2014 até o presente momento, caracteriza-se por aumentos expressivos e sustentáveis dos IEDs nas áreas de energia elétrica e de infraestrutura física (CECB, 2019).

Inicialmente, ou seja, no ano de 2010, a China priorizou investimentos que viessem a suprir sua pauta de produtos exportados pelo Brasil para a China. Assim, os recursos foram canalizados para atividades ligadas às *commodities*. Exemplo deste processo é a aquisição de

40% da Repsol pela empresa estatal chinesa no valor de US\$7.100 milhões, o que equivale a 39% dos IEDs chineses realizados no Brasil em 2010. Esta compra visava atender a demanda de óleo bruto de petróleo importado pela China e integra o processo de internacionalização das empresas chinesas, as quais têm comprado várias empresas atuantes no setor de recursos naturais (CECB, 2017).

Na 2ª etapa (2011 a 2013), visando aproveitar o mercado interno brasileiro, os investimentos chineses dissiparam-se para as áreas industriais, como os setores de máquinas e equipamentos, automóveis e aparelhos eletrônicos (CECB, 2017). Cumpre salientar que, nesse período, nove projetos de investimentos foram do tipo *greenfield*, o que equivale a 25% (US\$3520 milhões) dos US\$13.670 milhões investidos entre os anos de 2011 a 2013 (AEI, 2017). Exemplo desses processos são as instalações da Sany (máquinas de equipamentos e aparelhos eletrônicos) e da Chery, pertencente ao setor automotivo.

Esta iniciativa também sinaliza uma mudança na política comercial chinesa após a crise de 2008, pois, depois dessa crise, mercados tradicionais, formados pelos países centrais (Estados Unidos e Europa), diminuíram a demanda pelas exportações chinesas, o que levou este país a ampliar o seu mercado consumidor, ou seja, voltando-se para o mercado interno da América Latina e especificamente do Brasil (CUNHA *et al*, 2012).

A 3ª etapa, a qual corresponde ao próprio ano de 2013, é marcada pelo estabelecimento de bancos chineses no Brasil ou aquisição de bancos nacionais e estrangeiros. Este período é caracterizado pelo desejo chinês de internacionalizar a sua moeda, o Yuan, além de ser registrada a chegada do Banco Industrial e Comercial da China.

Por fim, já a 4ª etapa é marcada pelo aumento sustentável dos IEDs, os quais se voltaram principalmente para a produção e transmissão de energia. De 2014 a 2016, o setor de energia recebeu 79% dos investimentos chineses. O segundo setor mais beneficiado foi o agrícola, recebedor de 5%. Nesse período, a maior parte dos investimentos tem sido do tipo *brownfield* (fusões e aquisições), pois esta forma de investimento é entendida como o meio mais eficiente de inserção das empresas chinesas no Brasil, uma vez que possibilita a posse de ativos já consolidados no mercado brasileiro<sup>18</sup> (CECB, 2017).

Também merece destaque, pela sua importância estratégica desta 4ª etapa, os investimentos no setor de infraestrutura. Dado à existência do déficit brasileiro neste setor, as empresas chinesas procuraram atuar neste segmento. Evidentemente, que esta atuação visa

---

<sup>18</sup> A análise mais detalhada dos investimentos chineses realizados no Brasil será feita com mais vagar no Capítulo 4 desta tese. No presente subcapítulo, estes dados estão sendo apresentados de forma preliminar com base em CECB (2017 e 2019) a fim de contextualizar a expansão chinesa.

facilitar o escoamento das exportações brasileiras demandadas pela China, tais como soja e minério de ferro.

De modo geral, o que se observa é que os IEDs chineses, realizados no Brasil, visam internacionalizar as empresas chinesas e, assim, (I) dar acesso a elas ao grande mercado interno brasileiro e latino-americano e (II) estimular a produção dos produtos exportáveis que a China demanda, ou seja, basicamente commodities.

Ademais, cumpre observar o aspecto geopolítico<sup>19</sup> envolvido na realização dos IEDs chineses não apenas no Brasil, mas na América Latina como um todo. Cabe registrar que, ao longo da Guerra Fria, os Estados Unidos tinham interesse estratégico na América Latina para evitar a expansão do comunismo. Com o término deste período, a política externa norte-americana centrou-se em outras questões tais como o combate ao terrorismo e imigração, deixando assim a América Latina em segundo plano. Esta mudança, aliada ao interesse chinês em ampliar seu espaço no sistema internacional, levou a China a ocupar este “espaço vazio” e, portanto, aumentar sua influência na região. Inserido neste processo está o Brasil que, no período de 2003 a 2016, recebeu 65% dos IEDs destinados à América Latina<sup>20</sup> (CECB, 2018).

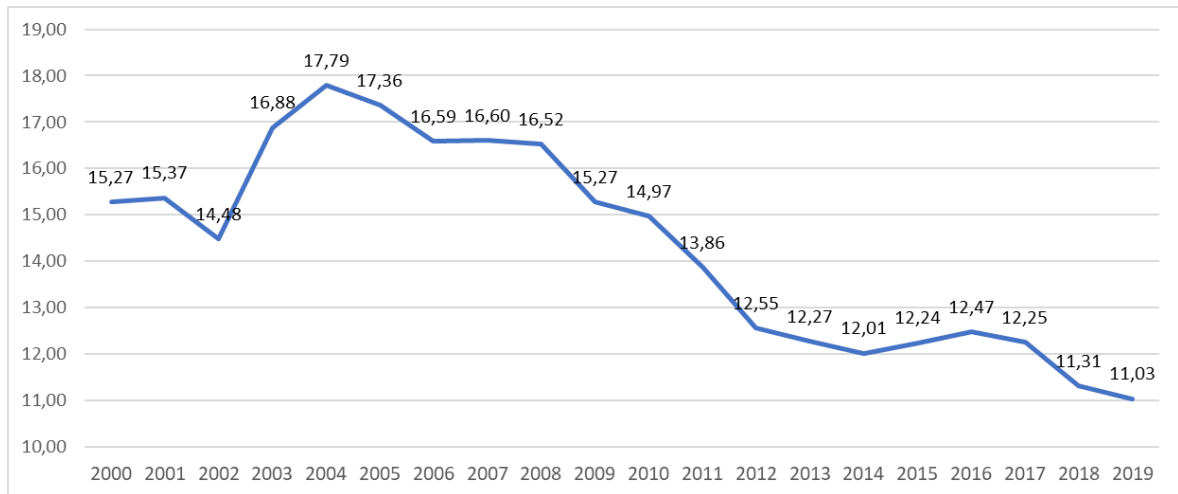
Concomitantemente, a realização dos investimentos chineses no Brasil, a indústria de transformação brasileira, vem diminuindo sua participação do PIB nacional. Em 1985, a indústria de transformação atingiu seu ápice como proporção do PIB, ou seja, 35,88%. A partir de então a economia brasileira vem sendo caracterizada por uma expressiva regressão industrial, de modo que a indústria de transformação diminuiu sua participação no PIB nacional de 26,25% em 1990, para 15,27% em 2000 para finalmente representar apenas 11,03% em 2019 (IPEADATA, 2020b). O Gráfico 4, apresenta a variação percentual da indústria de transformação no PIB brasileiro a partir dos anos de 2000 a fim de priorizar o corte temporal do presente estudo, ou seja, 2000 a 2019.

---

<sup>19</sup> O conceito de geopolítica utilizado nesta tese se baseia na definição de Robert Kaplan (2012). Segundo este autor a geopolítica é a análise do ambiente exterior que cada Estado se defronta ao estabelecer uma estratégia própria. Este ambiente é composto por outros Estado que, igualmente, buscam estabelecer suas estratégias, lutar pela sobrevivência e vantagens. Em suma, geopolítica trata da influência da geografia sobre as divisões humanas.

<sup>20</sup>A postura dos Estados Unidos em relação à América Latina se modificou no Governo Trump, principalmente em relação à crise da Venezuela.

Gráfico 4 – Indústria de Transformação - % PIB

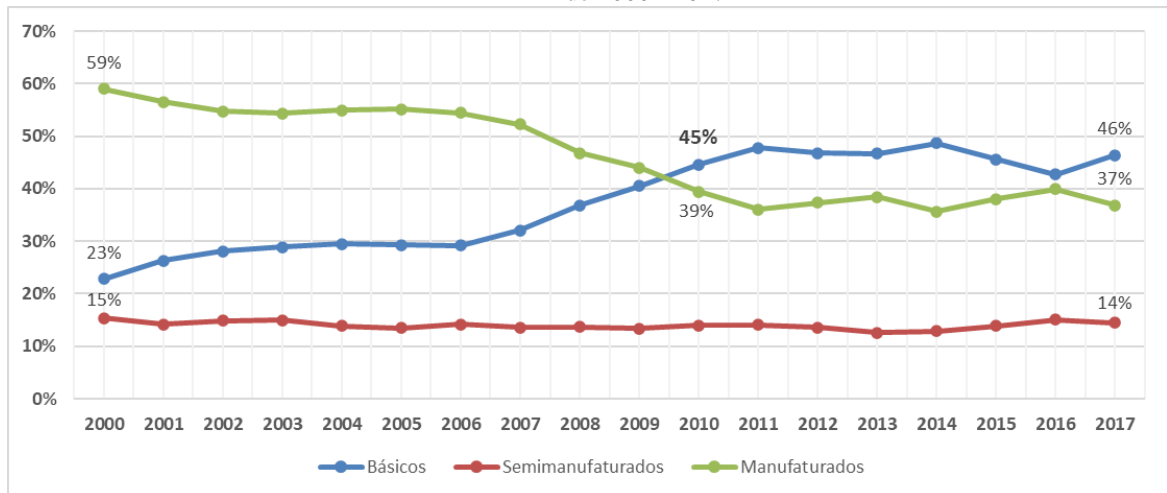


Fonte: IPEADATA (2020b).

No tocante ao comércio exterior, também se observa uma gradual modificação da pauta exportadora brasileira, a qual vem apresentando um decréscimo dos produtos manufaturados acompanhado por um significativo acréscimo dos produtos básicos<sup>21</sup>. O Gráfico 5, apresenta a evolução das exportações brasileiras por fator agregado, analisando os dados, percebe-se que no ano de 2000, a pauta exportadora brasileira era composta por 59% de produtos manufaturados, e 23% por produtos básicos. Em 2010, esta relação se inverteu, os produtos básicos superaram as manufaturas. Finalmente, em 2017, as manufaturas representavam 37% enquanto os produtos básicos 46% da pauta exportadora brasileira.

<sup>21</sup>O Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) classifica os produtos do comércio exterior utilizando o conceito de fator agregado, no qual as mercadorias são classificadas por básicas ou industrializadas (semimanufaturadas e manufaturadas). Os produtos básicos são os quais permanecem com suas características ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração tais como minérios, produtos agrícolas (café, milho, trigo e soja em grão), carne in natura. Os produtos industrializados passam por transformações substantivas. Se essas mercadorias ainda não estiverem em sua forma definitiva de uso (intermediário), elas são classificadas como semimanufaturadas, pois deverão ser submetidas a um outro processo para se tornarem manufaturadas. Exemplos dessas mercadorias são açúcar bruto / óleo de soja bruto (semimanufaturados) transformado em açúcar refinado / óleo de soja refinado (manufaturados).

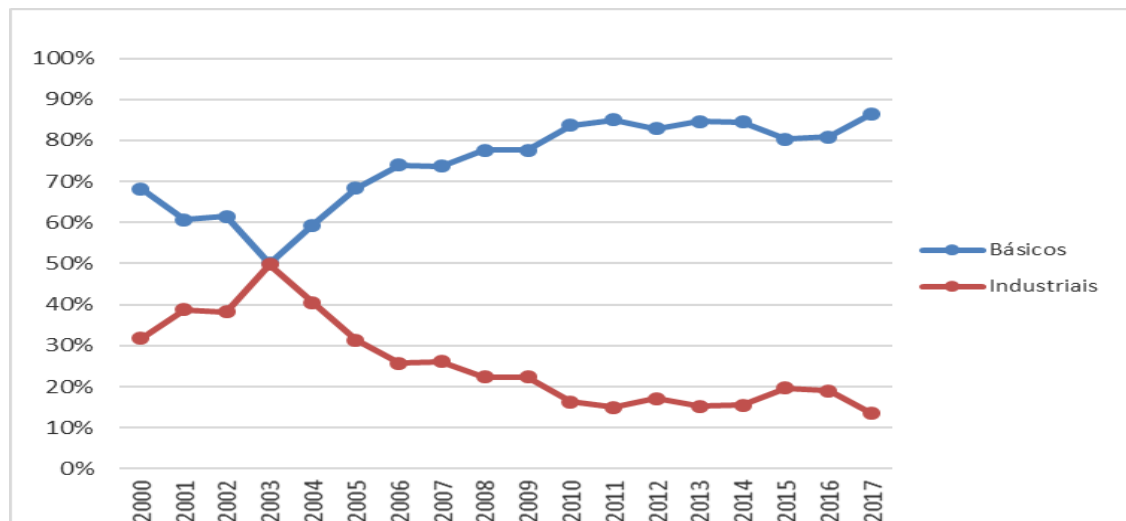
Gráfico 5 – Participação dos bens básicos, semimanufaturados e manufaturados nas exportações brasileiras de 2000 - 2017



Fonte: Mdic (2020).

Essa mesma modificação, porém, de forma mais acentuada, é observada nas exportações brasileiras destinadas à China nos anos 2000. Ou seja, observa-se uma diminuição das exportações de produtos industriais, os quais, em 2000, participavam com 32%, já, em 2017, representavam apenas 14%. Quanto aos produtos básicos, em 2000, participavam com 68% passando para 86% em 2017, conforme mostra o Gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6 – Participações dos bens básicos e industriais nas exportações brasileiras à China – 2000 a 2017



Fonte: Mdic (2020).

Sobre este aspecto, Fonseca *et al* (2017) advoga que a especialização brasileira em setores demandados pela China tende a reforçar o processo de reprimarização das exportações brasileiras. No tocante aos impactos que os IEDs causam nas economias receptoras e nas suas

exportações, Lall (2000) e Mortimore *et al* (2001) apontaram a existência de grande relevância dos investimentos externos no rumo da pauta exportadoras dos países receptores estudados nestes trabalhos (asiáticos<sup>22</sup>e latino-americanos<sup>23</sup>). Lacerda (2003, p. 63) também atesta a “crescente a influência dessas empresas (multinacionais) no padrão e na dinâmica do comércio exterior dos países”.

Conti e Blikstad (2017) analisam o “efeito-China” sobre a economia brasileira centrando-se no comércio exterior e nos IEDs. Para os autores, esses dois vetores resultam em mudanças na estrutura produtiva nacional e no aumento da vulnerabilidade externa brasileira. Em relação ao padrão de comércio exterior chinês, Medeiros (2008) e Nogueira (2012) classificam quatro padrões com diferentes características<sup>24</sup>. No que tange aos países periféricos, a China exporta produtos industriais, precisamente bens de consumo e de capital e importa alimentos, matéria-prima e energia. Esta dinâmica comercial aliada aos IEDs chineses resultaria, portanto, na mudança estrutural e no aumento da vulnerabilidade externa.

Em sentido contrário, Rowthorn e Ramaswany (1999), ao estudarem economias desenvolvidas, tais como Estados Unidos, França e Japão, Alemanha e Reino Unido, advogam a impossibilidade de o comércio mundial desencadear uma mudança na estrutura produtiva de local, ou precisamente desindustrializá-la. Já Silvestre (2016) defende que, em se tratando de países com industrialização tardia, tais como Brasil, Índia e México, o comércio exterior pode influenciar a estrutura produtiva local.

Desse modo, entende-se que as complexas modificações que ocorreram no âmbito externo, desde a década de 1970, são fundamentais para o entendimento deste processo interno (mudança da estrutura produtiva nacional). A globalização econômica promoveu mudanças nos âmbitos produtivos (mudança na estrutura produtiva das economias desenvolvidas, deslocalização produtiva e o surgimento das CGVs), financeiro (financeirização das atividades econômicas) e comercial (comércio internacional passou a ser composto por bens intermediários), bem como o surgimento de novos atores como as ETNs. Essas mudanças são o “pano de fundo” que afeta a indústria nacional assim como o tema de estudo deste trabalho, ou seja, os IEDs chineses no Brasil. Neste contexto, a próxima seção apresentará a evolução da

---

<sup>22</sup>Singapura, Malásia, Tailândia e Indonésia.

<sup>23</sup>México, Brasil e Chile.

<sup>24</sup>Medeiros (2008) e Nogueira (2012), mostram que a China tem outros três tipos de padrão de comércio exterior, a saber: I) o comércio com o Japão e a Coreia do Sul, no qual a China importa fundamentalmente bens de capital e produtos de alta tecnologia e exporta peças industriais intensivas em mão de obra; II) comércio com Estados Unidos e Europa, no qual a China exporta bens de consumo duráveis de menor valor agregado e compra bens de alta tecnologia. III) no Sudeste asiático a China exporta bens de capital e bens de consumo duráveis e importa insumo metalúrgicos, alimentos e matéria-prima.



balança comercial brasileira a fim de verificar possível influência deste processo sobre o comércio externo nacional.

### 2.3 EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS APÓS 2000

Esta seção tem como objetivo centrar-se na análise da evolução do comércio exterior brasileiro. Deste modo, para a melhor entendimento das modificações que a pauta comercial brasileira passou após 2000, é pertinente a recapitulação sumária do que Acioly (2011 *et al*) definem como o “milagre chinês”, pois entendem que este fenômeno causou impactos relevantes nas características do comércio exterior brasileiro.

A China apresentou um crescimento econômico médio de 9,59% aa entre 1980 a 2017 frente a um crescimento de 2,36% aa do Brasil no mesmo período. Dado o expressivo crescimento chinês, o PIB *per capita* deste país passou de US\$226,42<sup>25</sup>, em 1970 para US\$7.207,36 em 2017, ou seja, em crescimento de 3.083%, enquanto o Brasil modificou seu PIB *per capita* de US\$4.746,33 para US\$10.862,21, o que em termos percentuais equivale a 129%. Dessa forma, embora o PIB *per capita* brasileiro, em termos absolutos, ainda seja superior ao chinês, em termos percentuais, o crescimento *per capitada* China foi muito superior ao brasileiro. Enquanto em 1982, as exportações chinesas e brasileira correspondiam a 1% das exportações mundiais, em 2013, a China passou a exportar 10% das exportações mundiais, permanecendo o Brasil com apenas 1 % (UNCTAD, 2021).

Dado este aumento significativo da participação chinesa no comércio mundial, este país passou a ser um dos principais parceiros comerciais de muitos países. O Brasil, que tinha desde 1930 os Estados Unidos como o principal parceiro comercial, viu a China assumir este posto em 2009, permanecendo até então como o principal destino das exportações brasileiras. O Gráfico 7, abaixo, apresenta os principais destinos das exportações brasileiras desde os anos 2000. No início deste período, 24% das exportações brasileiras se destinavam aos Estados Unidos, 25% para a União Europeia, 20% para a América do Sul, sendo que 11% iam para a Argentina. Apenas 2% se destinavam à China.

---

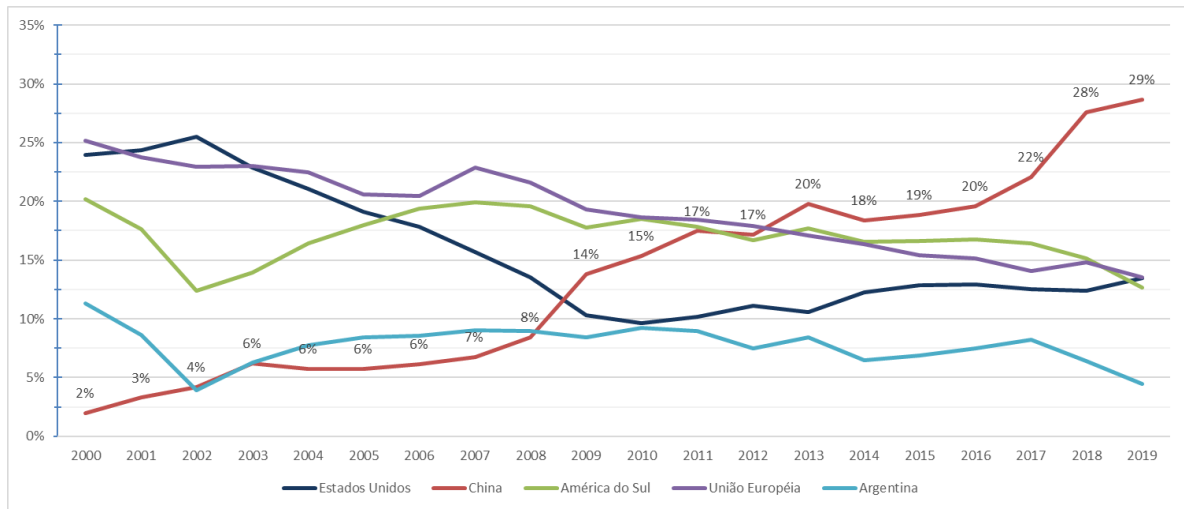
<sup>25</sup>Valores a preços constantes (2010).

A partir de 2000, em função da expansão da China, a participação deste país foi paulatinamente aumentando, a ponto de que em 2009, atingiu 14% das exportações brasileiras frente a 10% dos Estados Unidos, tornando-se assim o principal parceiro comercial brasileiro. Cumpre salientar que em 2009, o aumento da participação chinesa se deu frente ao decréscimo na participação de todos os demais destinos mostrados no Gráfico 7. Finalmente, em 2019, a participação da China nas exportações brasileiras atingiu seu ápice quando equivaleu a 29% da pauta exportadora nacional, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos passaram para 13% frente a 10% obtidos em 2010. Já a União Europeia, América do Sul e a Argentina diminuíram mais uma vez suas participações na pauta exportadora brasileira.

A queda do comércio com a América do Sul, a Argentina e especialmente com o Mercosul são importantes para o entendimento da mudança na pauta exportadora brasileira por fator agregado. Isso porque o comércio praticado entre os países integrados do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) são, em sua maioria compostos por bens manufaturados. Logo, a queda na participação deste Bloco Econômico no comércio exterior brasileiro contribui diretamente para a reprimarização das exportações nacionais.

Em 2000, o Mercosul representava 14% das exportações nacionais, o que equivalia em termos absolutos a US\$7.727 bilhões. A partir de 2000, a participação do Bloco que foi sequencialmente diminuindo sua participação percentual nas exportações brasileiras até chegar a 7%, em 2019, o que corresponde a US\$14.749 bilhões. Ou seja, houve um aumento em termos absolutos, porém uma queda em termos percentuais. Ao longo deste período, 80% das exportações intrabloco destinaram-se à Argentina, as quais em média 90% são formadas por produtos manufaturados. Para o Paraguai, o quadro é semelhante, ou seja, as vendas brasileiras a este país são 93% formadas por manufaturas. O comércio com o Uruguai apresenta uma tendência de queda das manufaturas (eram 90% em 2008 e são 55% em 2018), porém ainda formam a maior parte das vendas a este país. Deste modo, dado a característica das vendas aos países vizinhos, compostas em sua maioria por produtos manufaturados, argumenta-se que a queda do comércio exterior intracontinente, contribuiu diretamente para a reprimarização das exportações nacionais.

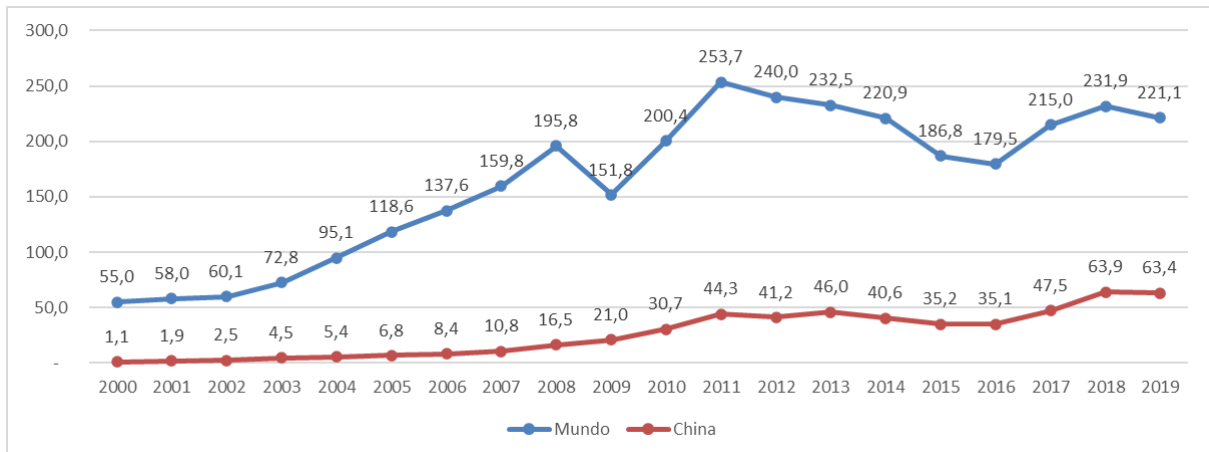
Gráfico 7 – Participação (%) nas exportações brasileiras



Fonte: Mdic (2020).

Em sentido contrário ao comércio realizado com os países vizinhos ao Brasil, o comércio com a China está em franca expansão. Isto pode também ser observado a partir do aumento da importância da China no comércio exterior brasileiro quando se analisa as exportações brasileiras totais e as exportações destinadas à economia chinesa, tal como mostra o Gráfico 8 abaixo. Desde o início do período a China vem ampliando a sua participação nas exportações. Mesmo no ano de 2008, quando as exportações brasileiras para o mundo caíram de US\$197,8 bilhões em 2008 para US\$152,9 bilhões em 2009, em função da crise global, as exportações destinadas à China seguiram a tendência de crescimento passando de US\$16,5 bilhões (2008) para US\$21 bilhões em 2009. De modo geral, o que se constata no Gráfico 8 é que embora as exportações brasileiras para o mundo tenham crescido ao longo do período, elas apresentaram variações significativas como em 2008 e 2015. Já as exportações para a China têm apresentado uma tendência constante de crescimento, de modo que, em termos percentuais, as exportações chinesas aumentando a sua participação. No ano de 2000, elas equivaliam a 2%, passando para 15% em 2015 e finalmente 29% em 2019. Registra-se que a participação chinesa nas exportações nacionais aumentou, mesmo em 2019, quando ambas as séries apresentaram uma ligeira queda em termos absolutos.

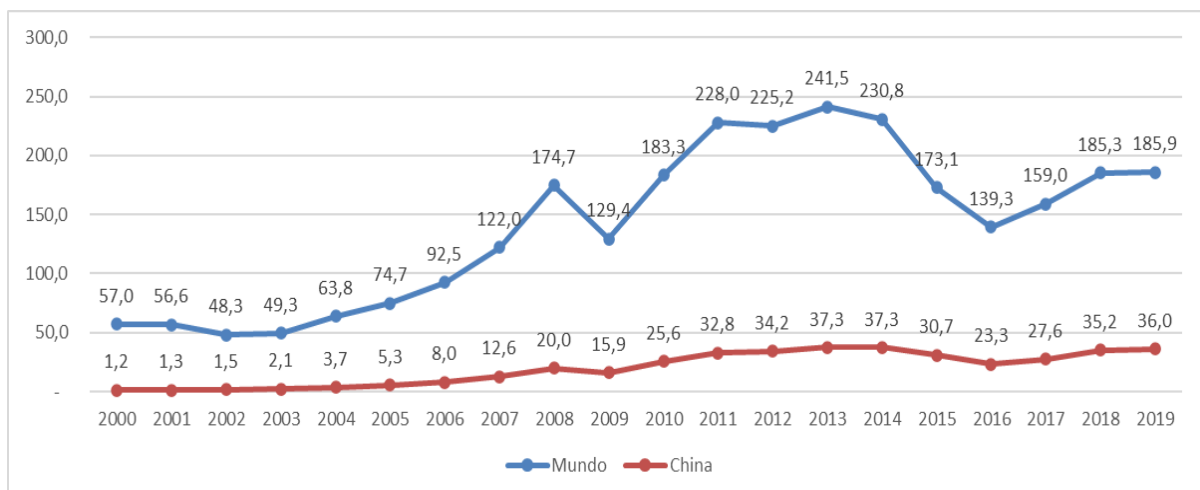
Gráfico 8 – Exportações brasileiras para o mundo e para a China (US\$ bilhões)



Fonte: Mdic (2020).

Pelo lado das importações também se constata a mesma característica observada nas exportações, ou seja, uma tendência de crescimento constante da participação chinesa maior do que as importações totais, conforme apresenta o Gráfico 9 abaixo. Mesmo em 2008 com a crise global e a partir de 2013, quando a economia brasileira desacelerou e as importações totais caíram, as importações chinesas mantiveram-se com tendência de crescimento, de modo que em 2019 as importações chinesas atingiram o ápice se US\$36 bilhões o que equivale a 19% das importações totais. Em termos percentuais, no ano de 2000, as importações chinesas representavam apenas 2% das exportações totais, passando para 14% em 2010 e, finalmente 19% em 2019. Ressalta-se assim que mesmo as importações totais apresentando variações maiores do que as exportações ao longo dos anos 2000, as importações chinesas mantiveram, em todo o período uma tendência de crescimento.

Gráfico 9 – Importações brasileiras do mundo e da China (US\$ bilhões)

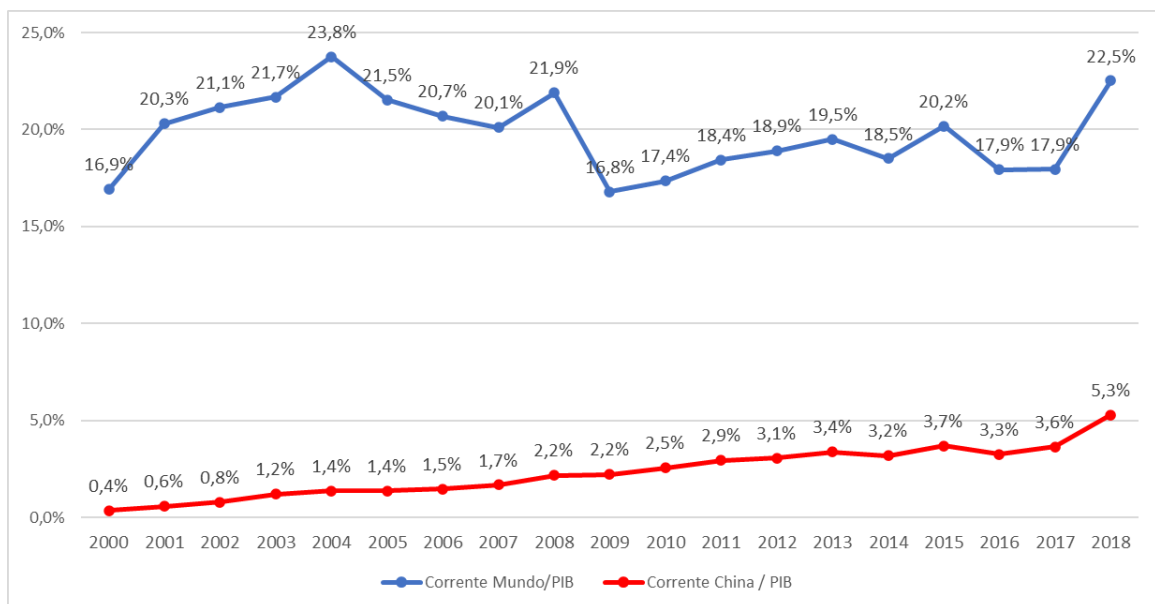


Fonte: Mdic (2020).

O aumento das relações comerciais sino-brasileira apresentado acima, resultou em um crescimento do grau de abertura comercial China-Brasil maior do que o grau de abertura comercial total da economia brasileira, ou seja, Brasil-mundo. A soma das exportações e importações totais da economia brasileira dividida pelo PIB nacional no ano de 2000 resultava em um coeficiente de 17%. Em 2010, este coeficiente permanecia em 17%. Em 2017, passou para 18%, aumentando um ponto percentual em relação a 2000, para apenas em 2018 atingir 22,5%.

Quando se analisa o grau de abertura comercial sino-brasileiro verifica-se um maior crescimento deste coeficiente. Em 2000, a soma das exportações brasileiras destinadas à China com as importações brasileiras oriundas da China dividida pelo PIB nacional deste ano (2000) equivale a um coeficiente de 0,4%. No ano de 2010, o grau de abertura comercial sino-brasileiro passou para 2,5% para finalmente atingir 5,3% em 2018. Em suma, a evolução do grau de abertura comercial Brasil-China significa que o Brasil intensificou mais suas relações comerciais com a China do que com o resto do mundo no período analisado, conforme mostra o Gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10 – Grau de abertura comercial – Brasil/mundo e Brasil/China (em %)



Fonte: Mdic (2020); IBGE (2020).

Deste modo, o grau de abertura comercial da economia brasileira apresentou pequenas variações durante a maior parte do corte temporal deste trabalho, ou seja, passando de 17 % em 2000 para 18% em 2017. Chama a atenção neste período a forte intensificação da reprimarização das exportações brasileiras, conforme exposto no Gráfico 5. Em 2000, as

exportações eram compostas por 58% manufaturas, 15% semimanufaturados e 24% por produtos básicos. O que se observa com o passar dos anos é uma relativa manutenção dos produtos semimanufaturados, os quais em 2017 participavam com 14% das exportações nacionais. Já os produtos manufaturados foram paulatinamente perdendo espaço nas exportações, de modo que em 2017, participavam com apenas 36%. Paralelamente, os produtos básicos aumentaram sua participação atingindo 48% em 2017, o que evidencia a reprimarização das exportações nacionais.

Quando se observa as importações brasileiras por fator agregado, constata-se o quadro diametralmente oposto, ou seja, um predomínio de importações de manufaturas, embora este quadro não tenha mudado ao longo do período analisado. Em 2000, a pauta importadora brasileira era composta por 81,2% de produtos manufaturados, os quais apresentaram um ligeiro aumento para 85,5% em 2017. Logo, entre 2000 a 2017 as importações de manufaturas corresponderam a aproximadamente a cinco sextos ou 80%. Os produtos semimanufaturados passaram de 3,8% em 2000 para 5,3% em 2017. Já os produtos básicos perderam participação diminuindo de 15% em 2000 para 8% em 2017 (Mdic, 2020). Em suma, ao longo do período as importações sempre foram predominadas por manufaturas

Dessa forma, registra-se que apesar da balança comercial brasileira ter apresentado superávit na maior parte dos anos, salvo em 2013 e 2014 em virtude do início da desaceleração que a economia brasileira passou nesses dois anos, o mesmo não pode ser dito quando se observa o comércio exterior por fator agregado. Ademais, as importações brasileiras, no ano de 2000, já eram em sua maioria (4/5) formadas por produtos manufaturados, quando nesta oportunidade a China detinha somente 2% das importações totais e ocupava o 11º lugar na lista dos maiores países importadores brasileiros. Logo, a relação comercial sino-brasileira, quando analisada pelo lado das importações, não foi responsável pela predominância de manufaturas nas importações nacionais no período recente.

De outro modo, a análise da pauta exportadora brasileira por produtos, indica que o processo de reprimarização efetivamente se acentuou ao longo dos anos 2000, o que se coaduna com a queda nas exportações para os países da América Latina e especialmente os integrantes do Mercosul<sup>26</sup>. Conforme abordado acima, o Gráfico 7, mostra que no ano de 2000, o comércio brasileiro com a América do Sul equivalia a 20% das exportações nacionais, percentual que diminuiu para 13% em 2019. Considerando que a grande parte das exportações de produtos

---

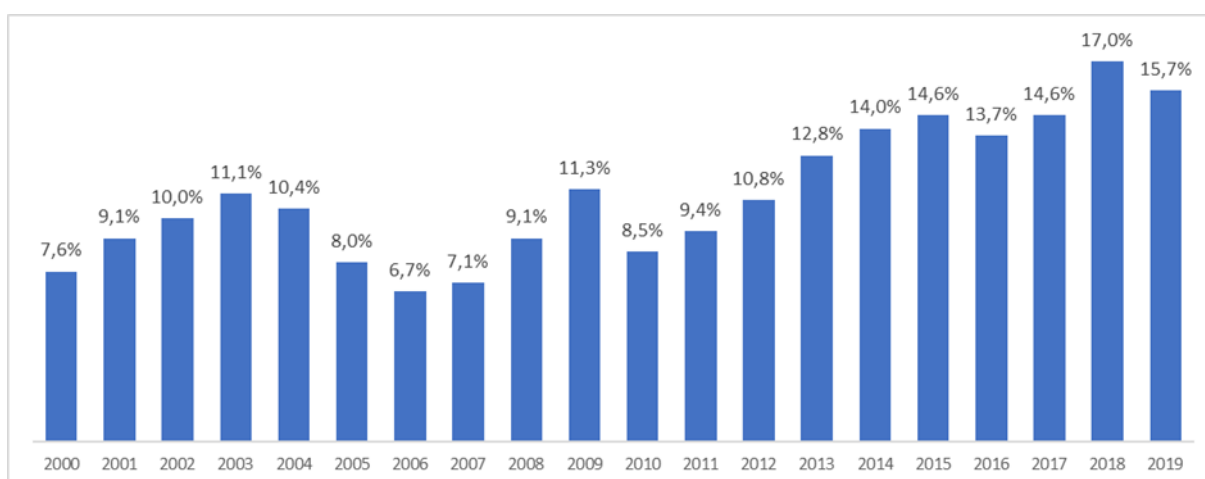
<sup>26</sup>O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) disponibiliza a série histórica das exportações brasileira por grupo de produtos entre os anos de 1997 a setembro de 2019. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>>

manufaturados se destina aos países da América do Sul, especialmente os integrantes do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai) explica-se, em parte, a queda do grupo de produtos “Materiais de transportes e componentes”, o qual em 2000 era o principal grupo de produtos vendidos ao exterior, equivalendo a 18% das exportações brasileiras. Nos anos seguintes, este grupo de produtos foi perdendo espaço no comércio exterior brasileiro, de modo que em 2010 já participavam com 10,81% e finalmente em 2019 correspondia apenas com 9,9%, sendo assim o quarto grupo mais vendido.

Ainda em 2000, o segundo grupo de produtos com maior participação é o denominado “Produtos Metalúrgicos<sup>27</sup>”, os quais correspondiam a 10,7% das exportações nacionais. Paulatinamente este rol de produtos foi perdendo participação nas vendas externas, de modo que em 2019 figurava como o sexto grupo mais vendido com 6,63% das vendas. Logo, os dois primeiros grupos no ano de 2000 (“Materiais de Transportes e Componente” e “Produtos Metalúrgicos”), diminuíram sua participação na pauta exportadora brasileira.

Em sentido contrário, o grupo de produtos que vem ganhando espaço desde 2000 é o denominado “Soja<sup>28</sup>”. Neste ano (2000) este grupo representava 7,62% das exportações nacionais. Em 2009, já participava com 9,9% e finalmente em 2018 equivale a 17%, ocupando, portanto, o primeiro lugar no grupo de produtos exportados. O Gráfico 11, abaixo mostra a evolução das vendas de soja nas exportações brasileiras totais.

Gráfico 11 – Participação % da Soja nas exportações brasileiras



Fonte: Mdic (2020a).

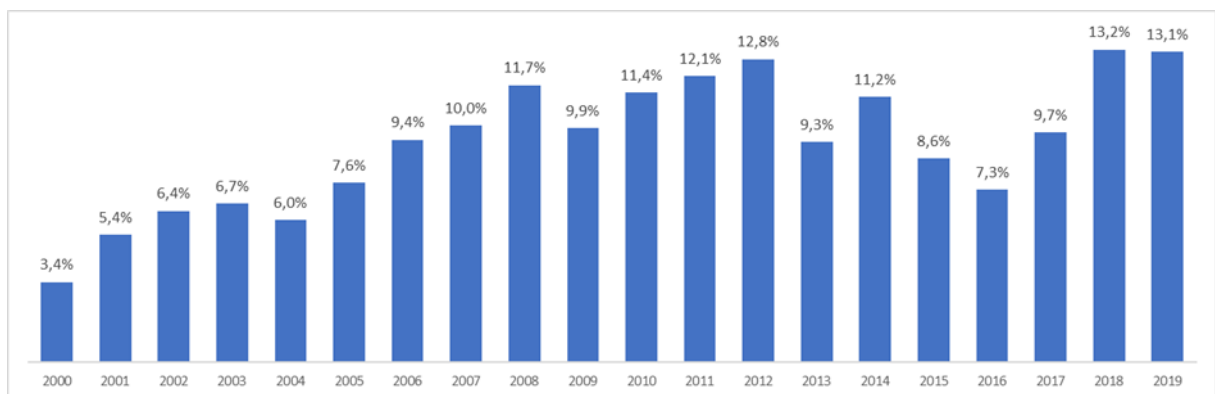
<sup>27</sup>Fundamentalmente este grupo é composto por produtos semimanufaturados de ferro e aço.

<sup>28</sup>O grupo soja é composto por produtos primários (soja) e semimanufaturados (soja mesmo triturada, farelo de soja, óleo de soja bruto, óleo de soja refinado).

O considerável aumento do Grupo Soja coincide com crescimento das exportações destinadas à China. A título de comparação, em 2000, as vendas brasileiras a este mesmo país representavam apenas 2%. Em 2009, já equivaliam a 14% e, em 2018, atingiu o ápice de 27%. Não por acaso, o principal destino da soja brasileira exportada é justamente a China. Em 2018, aproximadamente 4/5, ou seja, 78,88% da soja exportada foi comprada pela China, 2,87% pela Espanha e 1,88% pela Holanda. Logo, o país asiático é, de longe, o principal comprador desta *commodity*. O aumento das exportações deste produto com base no volume exportado é igualmente expressivo. Em 2000, o Brasil vendia ao exterior 11,5 bilhões de quilos de soja dos quais 1,7 bilhões de quilos, ou seja, 15,5% eram adquiridos pela China. Em 2018, o Brasil exportou 83 bilhões de quilos sendo que 68,5 bilhões (82%) foram comprados pelo país asiático.

Assim, como a soja, outro grupo de produtos que aumentou significativamente sua participação nas exportações foi o “Petróleo e seus derivados”. Em 2000, este grupo figurava em 12º lugar no grupo de produtos mais exportados com somente 3,4% das vendas ao exterior. Em 2006, mesmo ano da descoberta do Pré-sal, as exportações de petróleo já representavam praticamente 10% das exportações e, em 2018, este grupo de produtos já era o segundo mais exportado, participando com 13,22% das exportações totais. Cabe destacar que dentro deste conjunto “Petróleo e Derivados de Petróleo” houve uma substituição de produtos vendidos. Em 2000, a venda de “óleos e combustíveis para consumo de bordo” representavam 52,1% das vendas totais de petróleo ao exterior, a gasolina 21,66% e o “óleos brutos de petróleo” correspondia a apenas 8,47%. Estes eram os principais produtos exportados. O Gráfico 12, abaixo, mostra a participação percentual do petróleo na pauta exportadora brasileira entre os anos de 2000 a 2019.

Gráfico 12 - Participação % do Petróleo nas exportações brasileiras



Fonte: Mdic (2020a).



Cumpra salientar que ao longo dos anos 2000, observou-se uma paulatina substituição da venda da “gasolina” e do “óleo e combustíveis para consumo de bordo”, os quais em 2010 representavam respectivamente 1,62% e 15,5%, pela venda de “óleos brutos de petróleo”. Em 2017, estes dois produtos representavam somente 0,9% (gasolina) e 11,8% (óleos e combustíveis para consumo de bordo). Em sentido contrário, as vendas de “óleos brutos de petróleo” aumentaram constantemente ao longo do período observado, na medida em que em 2000, este produto correspondia a somente 8,5% das vendas de petróleo ao exterior. Em 2006, já representavam 53% e praticamente 80% em 2017. Em suma, o aumento das exportações de petróleo, as quais majoritariamente são compostas por “óleo bruto de petróleo” em detrimento da “gasolina” e “óleos e combustíveis para consumo de bordo” intensificam a reprimarização das exportações quando estas são analisadas por fator agregado.

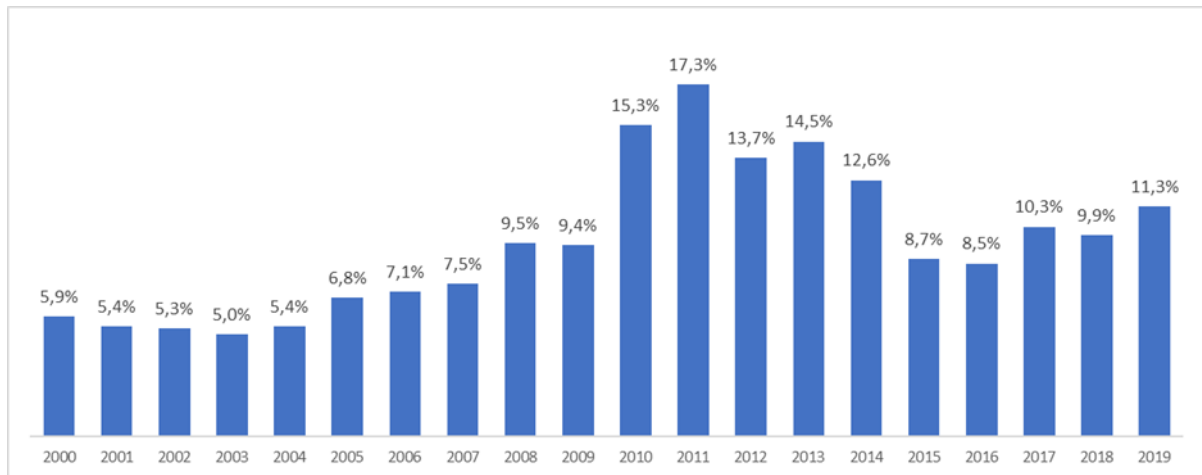
Da mesma forma que a soja, principal produto exportado pelo Brasil, estão os Óleos Brutos do petróleo, os quais figuram como o segundo produto mais vendido na pauta exportadora brasileira e, novamente, o principal comprador é a China, a qual de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), em 2018, adquiriu 54% do óleo bruto do petróleo vendido pelo Brasil. Em 2019, este percentual já chega a 65%, ou seja, de janeiro a agosto de 2019, a China adquiriu dois terços das exportações brasileira deste produto. O segundo comprador de óleos brutos de petróleo é os Estados Unidos, país que em 2018 e 2019 comprou 12% das vendas deste produto.

Outro grupo de produtos que ganhou espaço na pauta exportadora brasileira foi os “minérios metalúrgicos”, os quais são fundamentalmente compostos por minério de ferro<sup>29</sup>. Em 2000, esta gama de produtos era o quinto grupo mais exportado com 6% da pauta exportadora nacional. Em 2010, este rol de produtos correspondia a 15,26% das exportações nacionais e já ocupava a terceiro lugar dos grupos de produtos mais exportadores do Brasil, lugar que permanece até o ano de 2017, embora tenha diminuído a sua participação percentual nas exportações totais para 10%, conforme apresenta o Gráfico 13 abaixo.

---

<sup>29</sup>Entre 2000 a 2017, aproximadamente 91% do Grupo de Produto denominado “minérios metalúrgicos” é composto por minério de ferro.

Gráfico 13 - Participação % dos Minérios nas exportações brasileiras



Fonte: Mdic (2020a).

Novamente a China é o principal comprador deste produto. Aproximadamente metade das exportações brasileira de minério de ferro, ou seja, 55% foram adquiridas pelo mercado chinês em 2018 e 2019. Ademais, o quarto (celulose) e o quinto (carne de frango) produtos mais exportados pelo Brasil também tem a China como o maior comprador nesses anos. Deste modo, é inequívoca a importância da China no comércio exterior brasileiro. A análise da evolução das exportações enviadas à China no período de 2000 a 2017, deixam clara a influência chinesa na mudança do perfil exportador nacional.

Observa-se, concluindo, que no ano de 2000, a China participava com apenas 2% das exportações totais brasileira. Neste momento, os produtos mais adquiridos pelo China eram soja (31,10%), minério de ferro<sup>30</sup> (25%) e 3,33% de petróleo. Estes grupos de produtos adquiridos pela China continuaram no topo da lista de produtos adquiridos pela China ao longo do período estudado. No entanto, houve um expressivo aumento das compras chinesas, de modo que as exportações nacionais à China influenciaram as exportações totais brasileiras.

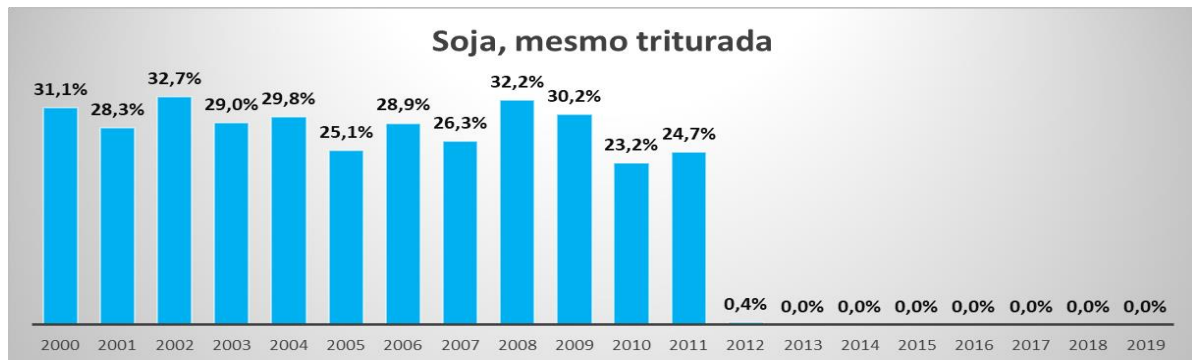
Em 2010, as vendas de minério de ferro (aglomerado e não aglomerado) correspondiam a 43% das exportações brasileira à China, a soja agora figurava em segundo lugar com 23% e a venda de petróleo participava com 13%. Estes três grupos correspondiam a aproximadamente 80% das vendas brasileiras para a economia chinesa, caracterizando, portanto, um alto nível de concentração nesta pauta exportadora.

A partir do ano de 2012, as exportações de minérios de ferro passam a diminuir enquanto as vendas de soja e petróleo passam a aumentar. Neste sentido, em 2018, a soja é o principal

<sup>30</sup>Esse percentual de 25% relativo a minério de ferro se divide em 16,22% referente a “Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados” e 8,78% a “Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados”.

produto exportado à China (42,6%), em segundo lugar o petróleo (22,5%) seguido pelo minério de ferro (17,1%), persistindo assim concentração nesses três produtos em 82,2%. Os gráficos abaixo apresentam a participação dos principais produtos vendidos à China ao longo dos anos 2000. A seguir no gráfico 14 é apresentada a evolução da exportação de soja triturada para a China.

Gráfico 14 - Participação % da Soja nas exportações brasileiras à China



Fonte: Mdic (2020a).

No tocante as exportações de soja enviadas à China, observa-se que esta *commodity* sempre apresentou uma participação relevante. No entanto, o subproduto da soja adquirido pela China entre os anos de 2000 a 2019 se modificou. O Gráfico 14 mostra as exportações brasileiras à China entre 2000 a 2011 compostas por soja em grãos, tritura e destinada à semeadura. A partir de 2012, a China continuou comprando grandes quantidades da soja brasileira, contudo, deixou de adquirir soja destinada à semeadura, conforme mostra o Gráfico 15. A mudança da compra do perfil da soja demandada pela China pode ser explicada pela relativa escassez de terras agricultáveis, na medida em que somente 15% do território deste país pode ser usado pelo setor primário (VIEIRA JÚNIOR, 2016 *et al*). Deste modo, estes autores observam que dado esta característica territorial chinesa e aliado ao aumento do consumo de carne, principalmente a suína, a China visando a sua segurança alimentar reservou os 15% do seu território agricultável para a criação animal, pois o cultivo de grãos demanda um grande espaço territorial e de água. Em virtude deste quadro, o país asiático tem buscado no exterior a importação de grãos (soja, algodão e milho) a fim de atender a sua demanda doméstica<sup>31</sup> e, por isso, deixou de comprar soja para semeadura do Brasil a partir do ano de 2012, tal como mostram os gráficos 14 e 15.

<sup>31</sup>Em 2017, a China comprou 95,53 milhões de toneladas de soja, sendo 50,93 milhões ou 53% do Brasil e 32,58 milhões de toneladas ou 34% dos Estados Unidos (<https://www.suino.com.br/por-que-a-china-importa-tanta-soja/> acesso em 03/11/2019).

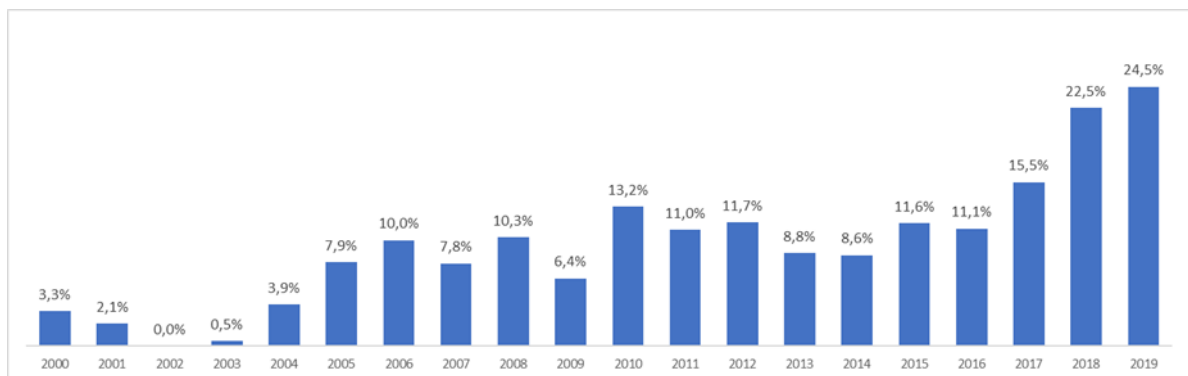
Gráfico 15 - Participação % da Soja (exceto para sementeira) nas exportações brasileiras à China



Fonte: Mdic (2020a).

O petróleo é atualmente o segundo produto mais demandado pela China. Ao contrário da soja que desde 2000 já tem uma participação significativa nas exportações enviadas para este país. Percebe-se, então, que o petróleo apresenta uma trajetória ascendente. Em 2000, esta *commodity* participava com 3,3% das exportações enviadas à economia chinesa, passando para 13,2% em 2010. Após apresentar pequenas variações a exportação de petróleo à China, chegou a 15,5% em 2017. Neste mesmo ano este país asiático tornou-se o maior importador de petróleo do mundo, superando os Estados Unidos. Esta liderança deve permanecer em virtude do expressivo crescimento econômico chinês aliado a expansão do seu mercado interno ao mesmo tempo em que há queda na produção petrolífera doméstica que vem ocorrendo desde 2016 (MASRIGALI, 2018; BARRON, 2019). Por esta razão, as exportações de petróleo aumentaram após este ano chegando a 22,5% em 2018, o que equivale a penas 5% da importação de petróleo que a China realiza. O país que mais fornece petróleo à China é a Rússia (14%), a qual em 2016 superou a Arábia Saudita (MASRIGALI, 2018).

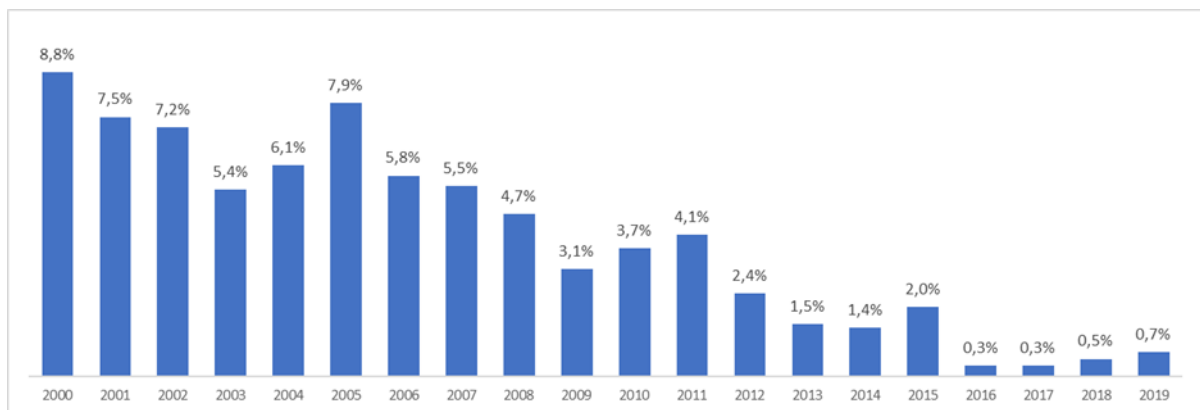
Gráfico 16 - Participação % do Petróleo nas exportações brasileiras à China



Fonte: Mdic (2020a).

O terceiro produto mais exportado à China é o minério de ferro. Tal como a soja, as vendas de minério de ferro se dividem entre “aglomerados e seus concentrados” e “não aglomerados e seus concentrados”. O Gráfico 17, abaixo, mostra que a venda de minério concentrado foi decrescendo ao longo dos anos 2000. Com a queda do minério de ferro aglomerado, houve a substituição pelo “não aglomerado”, conforme apresenta o Gráfico 18 abaixo. Em 2011, a venda desta *commodity* à China atingiu 44,6% das vendas àquele país asiático (soma do ano de 2011 do Gráfico 17 e 18). Após este ano, as vendas de minério diminuíram, em termos monetários, porém este recurso permanece sendo os três produtos (soja, petróleo e minério de ferro) mais demandados pela China, os quais representa 80% das exportações brasileiras destinadas à China.

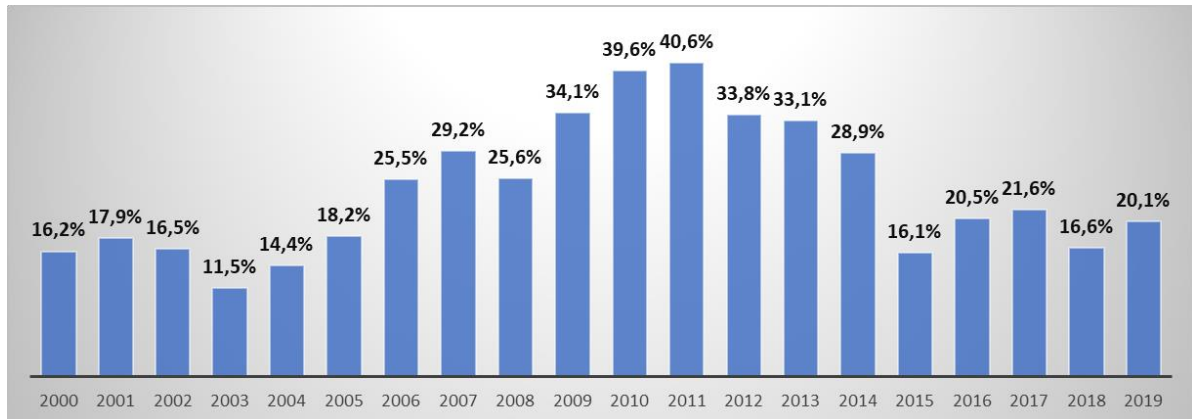
Gráfico 17 - Participação % Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados nas exportações brasileiras à China



Fonte: Mdic (2020a).

Não apenas o fluxo monetário das exportações de minério de ferro aumentou, mas também o volume físico deste produto básico cresceu significativamente a partir de 2000, ano que o Brasil exportava 156 bilhões de Kg de minério de ferro (considerando aglomerado e não aglomerado), dos quais 15 bilhões de Kg, ou seja, 9,63% se destinavam à China. Embora a participação do minério de ferro tenha diminuído a partir dos anos 2000, conforme mostra os gráficos 17 e 18, o volume físico desta *commodity* foi ano a ano crescendo neste período. Em 2018, o Brasil vendia ao mundo 355 bilhões de quilos, sendo que deste montante 225 bilhões de quilos foram adquiridos pela China, o que equivale em termos percentuais a 58%. Logo, destaca-se a expressiva crescente demanda chinesa por este produto, na medida em que em 2000, este país comprava 9,63% das vendas brasileiras deste produto básico passando para 58% em 2018.

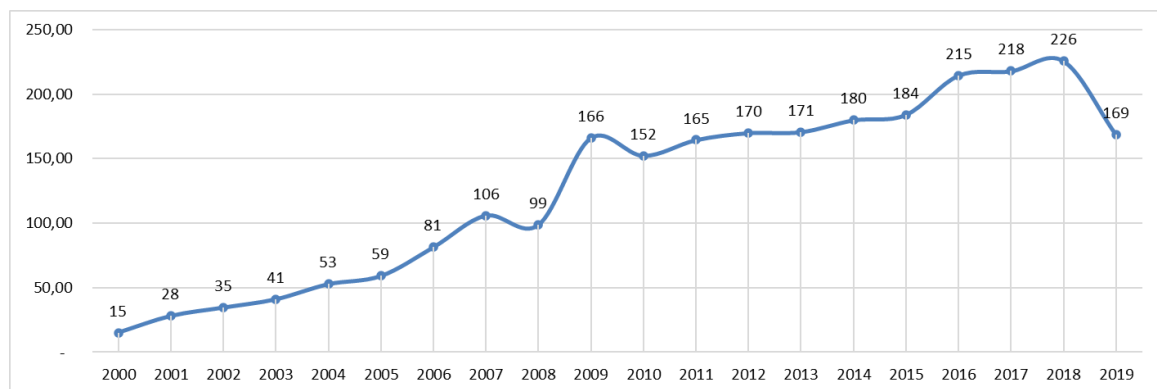
Gráfico 18 - Participação % Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados nas exportações brasileiras à China



Fonte: Mdic (2020a).

O Gráfico 19 abaixo apresenta a evolução das exportações brasileiras de minério de ferro destinadas à China.

Gráfico 19 – Evolução das exportações brasileiras de Minérios de ferro nas exportações brasileiras à China em quilograma líquido (bilhões)



Fonte: Mdic (2020a).

Com efeito, quando se analisa as exportações totais do Brasil em relação as exportações brasileiras destinadas à China, apresentadas nesta seção, constata-se as significativas semelhanças, tais como: (i) fator agregado, ambas compostas majoritariamente por produtos básicos, ou seja reprimarizadas, características esta que foi intensificada pelo aumento do comércio sino-brasileiro (vide gráficos 5, 6 e 8), (ii) produtos exportados (os três produtos mais exportados em ambas as pautas são soja, petróleo e minério de ferro), o que remete a terceira característica em comum, ou seja, (iii) concentração em poucos produtos, na medida em que

80% das exportações brasileiras enviadas à China são concentradas nesses três produtos, o que equivale a 35% das exportações totais brasileiras. Desta forma, é inequívoco a influência que a China exerceu nas modificações da pauta exportadora brasileira no período estudado.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A década de 1970 foi marcada por uma nova fase do processo de globalização econômica manifestada pela reestruturação da dinâmica de acumulação capitalista. Nos trinta anos anteriores, ou seja, no período que ficou conhecido como os “anos dourados”, o capitalismo era regido pela lógica produtiva, a qual proporcionou aumento de salários reais e consequentemente crescimento de demanda e avanço do progresso técnico. A produção manufatureira, baseada no modelo fordista, era realizada nos países desenvolvidos por meio de estruturas verticalizadas nas cadeias locais de valores, e o comércio internacional era majoritariamente caracterizado por bens finais.

Nos anos de 1970, este quadro começa a mudar. No âmbito produtivo há o acirramento da concorrência entre as ETNs norte-americanas, alemãs e japonesas, o esgotamento do modelo fordista e o surgimento de rápidas mudanças tecnológicas e do sistema Toyota de produção baseado na demanda *just in time*, ou seja, baixo estoque aliado a alto controle de qualidade. Neste contexto, as ETNs norte-americanas passam a ter uma visão de curto prazo, priorizando assim o rápido retorno dos investimentos. Nas palavras de Lazonick e O’Sullivan (2000), a estratégia muda de “reter e reinvestir”, visando lucros no âmbito produtivo durante os “anos dourados”, para “racionalizar e distribuir” visando retorno no âmbito financeiro após a década de 1970. Este cenário forma a nova dinâmica de acumulação capitalista.

Também neste período, ocorre a liberalização financeira e a intensificação do fluxo de IEDs entre os países aliado ao término do acordo de Bretton Woods, o fim do Dólar americano lastreado e a consequente defesa desta moeda por parte dos Estados Unidos a fim de solidificá-la como moeda conversível, ações essas que provocaram significativas consequências macroeconômicas globais. Neste contexto, se dá a transferência da indústria manufatureira para a Ásia, o que acaba modificando toda a estrutura produtiva global. De fato, as ENTs transferem suas estruturas produtivas para este continente visando redução de custos. Logo, a produção deixa de ser realizada em cadeias locais de valores e passa a ser divididas em etapas, cabendo a cada unidade produtiva, localizada em determinado país, realizar uma parcela específica da produção, dando assim origem as CGVs, promovendo, portanto, uma nova divisão

internacional do trabalho a qual é absolutamente hierarquizada. Nesta estrutura, há uma disputa interpaíses para produção de maior valor agregado. O comércio internacional se modifica e passa ser caracterizado por bens intermediários e de insumos.

A China, então, é fortemente beneficiada ao adotar uma estratégia diferente do Japão e dos países integrantes dos NEI-I e II, absorvendo grande parte da indústria manufatureira mundial e tornando-se a maior exportadora do mundo. A expansão chinesa acaba por influenciar direta ou indiretamente a todos os países participantes do comércio internacional. Nesse ambiente, o Brasil, após os anos 2000, intensifica sua relação comercial com a China de modo que a evolução do grau de abertura econômica Brasil-China supera o grau de abertura econômica Brasil-mundo.

A consequência deste processo é a clara influência do país asiático nas mudanças da pauta exportadora nacional, na medida em que as exportações Brasil-mundo guardam forte semelhanças com as exportações Brasil-China no que se refere a fator agregado, composição da pauta exportadora pelos mesmos produtos mais exportados e pelo alto índice de concentração em determinados produtos.

Cumprido, assim, analisar no próximo capítulo os interesses chineses no Brasil, tanto pelo lado das exportações, ou seja, o Brasil como fornecedor de *commodities* para a China como pelo lado das importações, neste caso abordando o Brasil na condição de consumidor dos produtos chineses para assim aprofundarmos a compreensão das relações comerciais sino-brasileira.

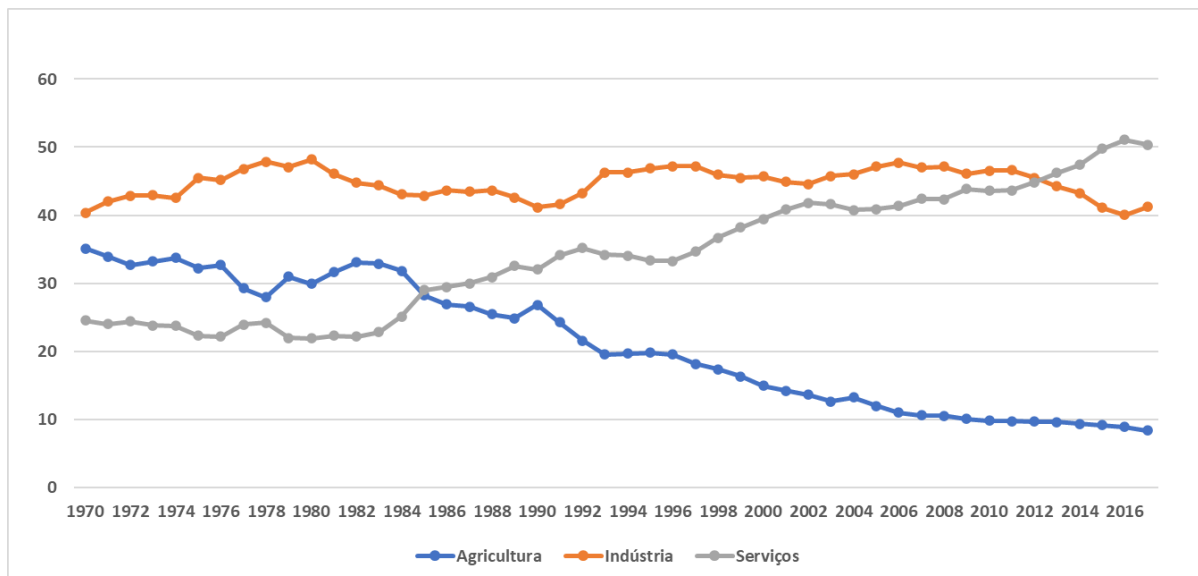


### 3 INTERESSES DA CHINA NO BRASIL

O objetivo deste subcapítulo é apresentar os interesses da China no Brasil. Para tanto, se faz necessário abordar as transformações estruturais sofridas neste país desde a década de 1980 e que provocaram novas necessidades na economia chinesa, os quais motivaram a atuação desta nação asiática em várias partes do mundo, incluindo o Brasil. A análise do PIB chinês pela ótica da demanda e da oferta ajuda na compreensão deste processo.

O PIB chinês pela ótica da oferta, conforme apresentado no Gráfico 20 abaixo, permite constatar a absoluta importância da indústria para o crescimento econômico nas últimas quatro décadas. Este setor teve sua participação variando de 40 a 50% do PIB e foi desenvolvido por meio do forte ingresso de IEDs, os quais foram devidamente coordenados pelo Governo central que os destinava para setores estratégicos e, assim, foi influenciando diretamente na estrutura produtiva nacional. Por meio deste processo articulou-se a atuação dos IEDs com o capital nacional possibilitando o desenvolvimento desde a indústria pesada até setores possuidores de alta tecnologia e demandantes de trabalho qualificado (BRAGA *et al*, 2013).

Gráfico 20 – Participação do setor primário, indústria e serviços no PIB chinês (%)



Fonte: Elaboração própria com base em Unctad, 2021.

A participação da indústria no PIB, em 1970 correspondia a 40%, seu ápice se deu no ano de 1980 quando atingiu o percentual de 48%. Desde então, apresentou pequenas variações percentuais até que em 2008 chegou a 47%, quando houve uma queda persistente da participação industrial no PIB até atingir a cifra de 41% em 2017. Em relação aos outros setores,

ou seja, agricultura e serviços, observam-se trajetórias opostas. Embora o setor agrícola tenha sido beneficiado por medidas já na 1º onda de reformas econômicas, em 1978, por meio da liberalização das atividades agrícolas nas áreas rurais tais como (i) flexibilização dos preços dos produtos agrícolas, (ii) permissão para os agricultores diversificar suas produções e não mais ficar restrito aos cultivos impostos pelo governo e (iii) por fim por políticas de aumento de mecanização e quimificação da produção agrícola; e em que pese estas medidas tenham gerado aumento de produtividade neste setor (BRAGA *et al*, 2013), a agricultura foi permanentemente perdendo sua participação no PIB chinês, uma vez que em 1970, representava um pouco mais de um terço deste agregado, ou seja, 35% e em 2017 participava com somente 8%.

Em sentido contrário ao setor agrícola, o setor de serviços mostra um paulatino crescimento desde o início do período apresentado no Gráfico 20, quando em 1970 este segmento representava um quarto do PIB da economia chinesa, em 1990 já era 32%, em 2000, 39% e finalmente em 2017 já representava 50%. BRAGA *et al* (2013) defendem que as causas deste crescimento estão fortemente relacionadas com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, estímulos dados pelo governo a atividades comerciais, de turismo e financeiras, e finalmente ao aumento do fornecimento de serviços públicos pelo Estado, tornando, portanto, o governo um grande empregador.

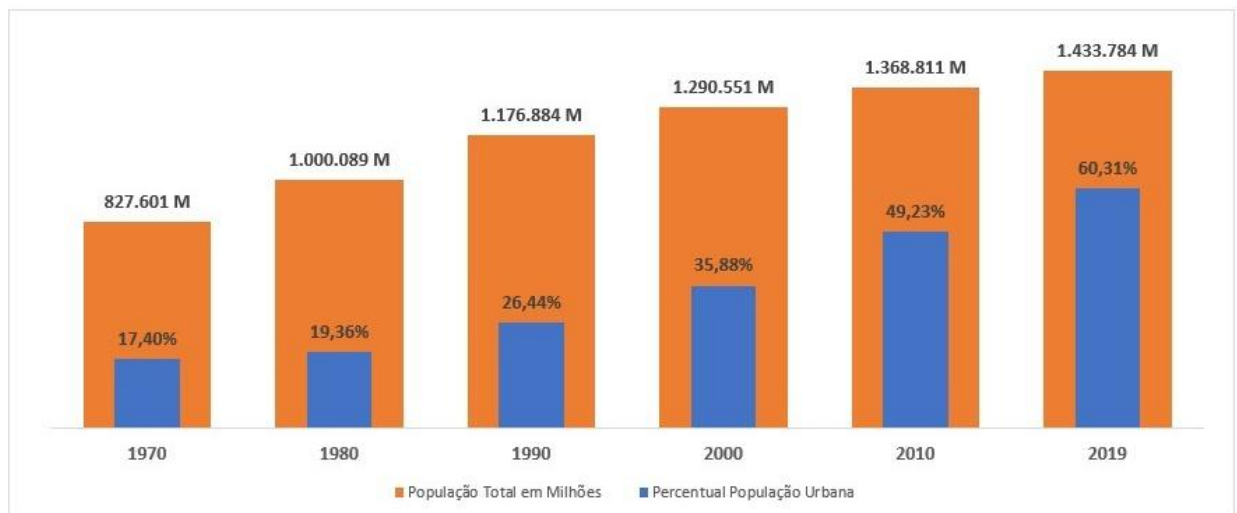
Outro fator explicativo para o contínuo crescimento do setor de serviços na economia chinesa é dado por Hiratuka (2018). Este autor defende que o rápido processo de urbanização na China desencadeou um significativo aumento da necessidade de serviços nas cidades. Conseqüentemente, a participação do setor de serviços no PIB chinês foi impulsionada em paralelo a uma diminuição do setor primário e da indústria, sendo esta queda muito provavelmente em setores intensivos em mão de obra barata.

Efetivamente, a industrialização chinesa se deu em paralelo a um forte processo de urbanização. Em 1978, quando a China realiza a 1º onda de reformas econômicas, apenas 18% da população chinesa vivia em áreas urbanas, o que correspondia a 174 milhões de pessoas. Na década de 1990, quando se implementa a 2º onda de reformas econômicas, a população urbana já representava 26% da população total em 1990, ou seja, 311 milhões de pessoas. No período seguinte, em 2000, esse percentual atingiu 36%, equivalendo a 463 milhões de pessoas. Em 2010, praticamente metade da população chinesa já vivia em área urbana, ou seja, 49% ou 674 milhões. Finalmente, em 2019, esse percentual atingiu 60% o que corresponde em termos

absolutos a 864 milhões de pessoas. O Gráfico 21 apresentado abaixo, detalha os dados sobre a evolução populacional aliado ao êxodo rural ocorrido na China.

É pertinente destacar, portanto, a rapidez com que se deu o aumento da população urbana na China, especialmente a partir dos anos 2000. A título de comparação, entre os anos de 2000 a 2010, deixaram as áreas rurais da China e se deslocaram para as áreas urbanas deste país cerca de 210 milhões de pessoas, ou seja, mais que um Brasil inteiro, cuja população na oportunidade (ano de 2010), era de 195 milhões de pessoas. Posteriormente, entre os anos de 2011 a 2019, a população urbana chinesa cresceu novamente o correspondente a quase que um Brasil inteiro: aproximadamente 190 milhões enquanto a população brasileira em 2019 era de 211 milhões. É inegável, portanto, que essa considerável migração urbana não tivesse resultado direto no aumento dos serviços nas cidades, os quais de forma agregada impulsionaram o incremento da participação dos serviços no PIB chinês.

Gráfico 21 – População total da China em milhões e a população urbana em (%)



Fonte: Elaboração própria com base em Unctad, 2021.

Todas essas questões apresentadas, constituem, precisamente, numa mudança na estrutura produtiva na economia chinesa (Gráfico 20 e 21), a qual foi fortemente coordenada pelo planejamento central e que resultou em um aumento da posição da China nas CGVs. Esse processo se deu por meio de uma elevada taxa de investimento agregado e das exportações. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) se elevou a partir dos anos 2000, passando de 34,5% neste ano para 47,5% em 2010. Cumpre salientar que em relação aos investimentos, estes foram canalizados para setores intensivos em capital responsáveis pelo aumento da oferta de infraestrutura urbana, de transportes e de comunicação entre as regiões na China, visando atender a demanda gerada pelo rápido processo de urbanização (HIRATUKA, 2018). Já as

exportações correspondiam a 3% do PIB em 1970. Uma década depois, ou seja, em 1980, as exportações já representavam 7%, em 1990, esta participação dobrou para 14%. O ápice das exportações chegou em 2011, atingido 26,5% do PIB.

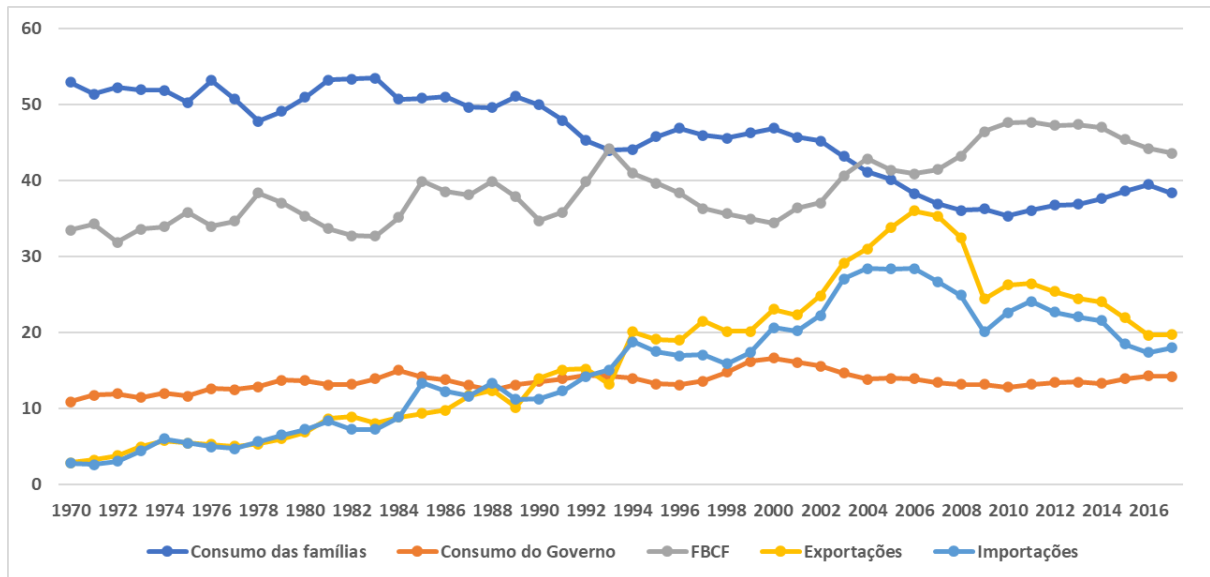
O Gráfico 22 abaixo apresenta o PIB chinês pela ótica da demanda. Por meio dele fica clara a queda contínua do consumo das famílias desde 1970 quando participava com 53% até 2017, momento em que atingiu 38%. A China efetivamente teve um expressivo aumento de renda *per capita* neste período passando de US\$226,42, em 1970, para US\$7.207,36 em 2017 (UNCTAD, 2021). No início do regime comunista a pobreza era relativamente generalizada na população, de modo que não havia grande concentração de renda. Essa situação se modificou com a implementação das reformas (1978 e na década de 1990) quando parte da população passou a receber maiores salários, enquanto outra parcela, especialmente nas áreas rurais permaneceu com baixos rendimentos. Essa situação levou a um aumento da concentração de renda na China, refletido pela variação do Índice de Gini<sup>32</sup> que passou de 0,29 em 1981 para 0,32 em 1990 e finalmente 0,48% em 2010 (BRAGA *et al*, 2013). Ademais, os mesmos autores observam que a inexistência de um sistema de proteção social que ofereça à população aposentadorias e pensões, fato que provoca um estímulo para a formação de poupança ao mesmo tempo em que reduz a renda disponível para consumo das famílias. Portanto, apesar do aumento dos salários de parcela da população e da renda *per capita*, o problema da desigualdade não foi solucionado.

Diante deste quadro, Hedrick-Wong (2011) advoga a existência de desequilíbrios internos na economia chinesa decorrente do baixo consumo das famílias e da desigualdade de renda, sendo, deste modo, o processo de urbanização um instrumento relevante para resolver este problema. Naturalmente a população urbana tende a apresentar um maior consumo do que a população rural, pois nos centros urbanos os salários são maiores do que em áreas rurais e o acesso a bens e serviços são muito maiores nas cidades, ou seja, a ideia implícita existente no estímulo ao processo de urbanização seria o enfrentamento da desigualdade social.

---

<sup>32</sup> O Índice de Gini expressa a concentração de renda de uma economia. Este coeficiente varia entre zero (0) e um (1), sendo que quanto mais próximo de 0, menor é a desigualdade de renda e mais próximo a 1 maior é concentração de renda. A partir de 2010, o Índice de Gini chinês apresentou uma ligeira queda, sendo que em 2019 este coeficiente foi de 0,46% (CEICDATA, 2020). Esta pequena variação nos últimos anos (0,48% em 2010 para 0,46% em 2019) indica, portanto, um lento avanço no combate à desigualdade social, o que reforça o fato de que o problema da desigualdade social não foi completamente superado.

Gráfico 22 – Participação dos componentes da demanda no PIB chinês (%)



Fonte: Elaboração própria com base em Unctad, 2021.

No entanto, a mudança na capacidade instalada da China, ou seja, o aumento da oferta de infraestrutura urbana capaz de abrigar o recebimento de aproximadamente 400 milhões de pessoas a partir dos anos 2000, não poderia ser realizada sem uma enorme quantidade de recursos naturais. Por isso, os insumos demandados pela construção civil aumentaram exponencialmente ao mesmo tempo em que dado o intenso êxodo rural, a demanda por comida nestas regiões urbana também aumentou de forma expressiva.

Não por acaso, houve a partir dos anos 2000, a intensificação das relações comerciais da China com a América Latina, e especialmente com o Brasil conforme detalhado no capítulo anterior. A China, passou a procurar no mercado internacional recursos naturais absolutamente necessários para a concretização da sua mudança estrutural e os encontrou na América Latina, como por exemplo, cobre, adquirido no Chile, aço, minério de ferro, soja e petróleo comprados junto ao Brasil etc. Em suma, se deu uma convergência de interesses na medida em que esta região historicamente é uma grande produtora e exportadora de recursos naturais e a partir dos anos 2000, a China passou a ser uma grande demandante destes recursos.

A análise do PIB chinês apresentado pela ótica da demanda, conforme mostrado no Gráfico 22 acima, também evidencia a importância das exportações para o crescimento deste país. Em 1970, as exportações de bens e serviços representavam apenas 3% do PIB chinês. Em 1980, este agregado já participava com 7% e, em 1990 equivalia a 14%. Dez anos depois, no ano de 2000, já participava com 23%. O ápice deste agregado foi atingido em 2006 quando chegou a 36%. Tão importante quanto o significativo aumento quantitativo das exportações

chinesas, há de se destacar as mudanças qualitativas deste agregado, ou seja, a diminuição de produtos com menor valor agregado tais como alimentos e matérias primas desde a década 1990, o que acabou sendo compensado pelo aumento das importações destes recursos, especialmente após os anos 2000 (BRAGA *et al*, 2013).

Logo, diante deste cenário marcado pelas transformações estruturais da economia chinesa resultantes da industrialização e urbanização deste país, a China aumentou sua dependência por importações de recursos naturais, ou seja, matérias-primas e energia, o que provocou o aumento do preço destes insumos e afetou significativamente a economia e a geopolítica global (MEDEIROS, 2011). Em reação a este processo, o mesmo autor aponta o aparecimento de grandes supridores destas *commodities* e posteriormente a realização da internacionalização das empresas chinesas. Neste ambiente, o Brasil entra diretamente no radar da China na condição de grande fornecedor de recursos naturais e a relações sino-brasileira tanto no âmbito comercial como produtivo se intensifica após os anos 2000.

Em última instância, além do acesso aos recursos necessários para a garantia da dinâmica de crescimento econômico, a China busca controlar, dentro do possível, as cadeias de valores destas *commodities*. Por dinâmica de crescimento compreende-se também a segurança alimentar do país, uma vez que a mudança estrutural promovida levou a economia chinesa a não ser autossuficiente em determinados recursos naturais. Daí a relevância na promoção da política “*going out*” visando a atuação das empresas chinesas nos países produtores destes produtos básicos (ESCHER *et al*, 2018). Inserido neste contexto está o Brasil, que teve o início da relação com a China no âmbito comercial e evoluiu para uma relação produtiva, na qual os IEDs chineses direcionaram-se principalmente para os setores de infraestrutura (Eletricidade e Gás), Indústria Extrativa e manufatureira. Por meio destas operações, especialmente as destinadas as atividades extrativas, a China tem acesso aos recursos naturais que demanda e controla a sua produção, pois passa a ter controle acionário nas empresas produtoras dessas *commodities*.

Este processo, ou seja, a busca da China por recursos naturais se deu em três fases segundo Escher *et al*. (2018). Entre os anos de 2000 a 2008, em virtude da rápida urbanização chinesa, a China passou a ser dependente por determinadas *commodities*. Este problema foi resolvido pela intensificação da importação de alimentos, energia (vide Gráfico 23 e 24, abaixo) e matérias-primas agrícolas e minerais. Esta primeira fase explica o expressivo crescimento comercial da China com o Brasil após os anos 2000 e a mudança nas importações chinesas destacadas acima por Braga *et al* (2013).

Com a ocorrência da crise de 2008, inicia-se a segunda fase do processo da busca chinesa por recursos naturais, compreendido entre os anos de 2008 a 2012. Entre esses anos, as empresas chinesas pertencentes ao setor do agronegócio vão ao exterior visando a aquisição de terras para cultivo direto destes insumos. Por essa razão, observou-se o incremento de IEDs chineses em várias partes do mundo tais como no Sudeste da Ásia, África e América Latina, contemplando o Brasil (ESCHER *et al.*, 2018).

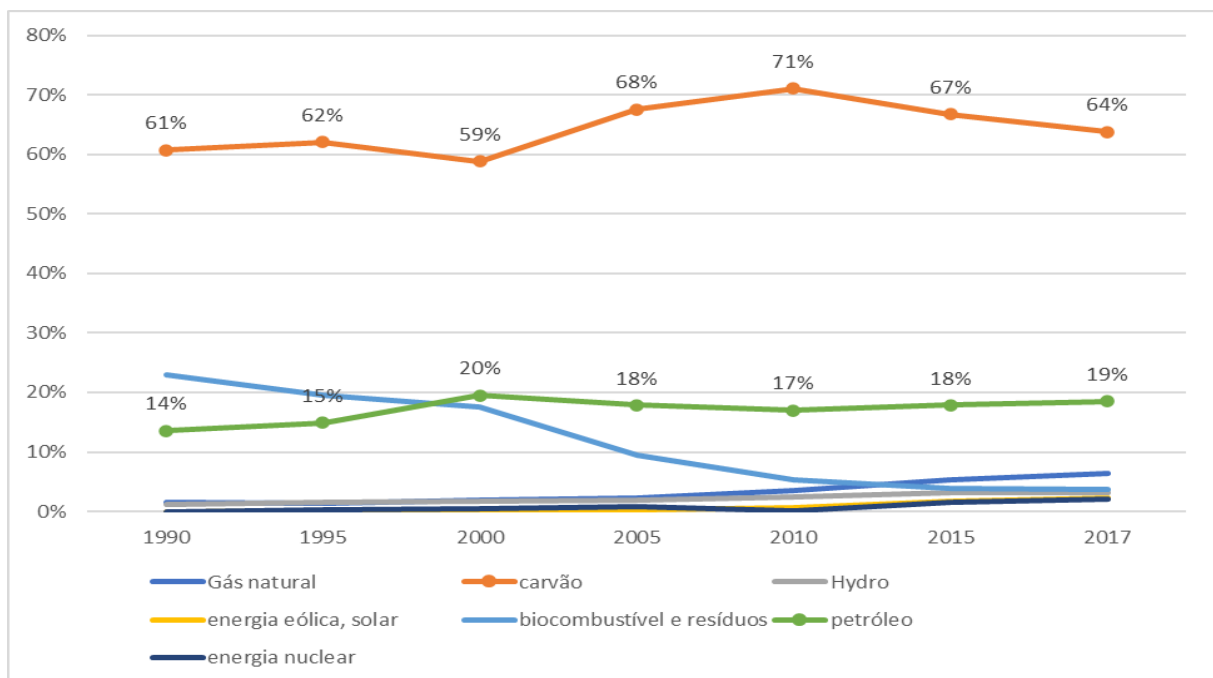
A partir de 2012, a estratégia de atuação das empresas é modificada e assim inicia-se a terceira fase na qual os IEDs chineses não mais se destinam ao cultivo dos insumos demandados pela China, mas sim são dirigidos à compra de parte dos ativos de empresas estrangeiras pertencentes ao agronegócio. Também caracteriza esta fase os IEDs em infraestrutura de logística, transporte e armazenagem dos recursos naturais produzidos. Essa mudança de atuação deixa claro o desejo chinês de aumentar sua ingerência no mercado de *commodities*, uma vez que ele é extremamente oligopolizado e, portanto, comandado por empresas multinacionais. Para tanto, realizou-se a aquisição de parcelas das multinacionais atuantes nesses segmentos a fim de ter certo controle sobre as cadeias de valor destes recursos naturais e assim reduzir a vulnerabilidade externa advinda desses mercados (ESCHER *et al.*, 2018).

Efetivamente, o processo de busca por recursos naturais na China está inserido em um contexto de mudança do padrão de desenvolvimento chinês. O Estado chinês sempre teve plena consciência da necessidade de avançar nas CGVs para participar das atividades mais rentáveis dentro da cadeia, tais como desenvolvimento de marcas, P&D, *design* etc. Com esse objetivo, a partir de 2013, com a chegada Xi Jinping ao Governo passa-se a almejar um perfil de crescimento econômico mais qualitativo. Para tanto, promoveu-se de 2016 em diante a retração de atividades intensivas em capital, pois estes setores são poluidores, portanto, surge a preocupação com a questão ambiental aliado ao fato de que o potencial crescimento destes setores a médio e longo prazo são pequenos frente a setores intensivos em conhecimento e inovação. Logo, promove-se uma mudança estrutural na qual setores intensivos em capital e baseados em mão de obra barata (aço, cimento, vidro etc.) perdem espaço para setores baseados em conhecimento e inovação (HIRATUKA, 2018). Esta mudança estrutural, promovida internamente na China, é sustentada externamente, pela internacionalização das empresas chinesas na busca por recursos naturais, especialmente nas 2 e 3 fases apresentadas por Escher *et al.* (2018).

Sendo assim, a apresentação da composição da matriz energética por fonte de recursos na China, ou seja, o quanto da energia utilizada nesta economia provém do gás natural, carvão,

hidroelétrica, energia eólica, biocombustível e petróleo reforça a dependência deste país por insumos básicos, neste caso o petróleo. Em 1990, três quartos do fornecimento total de energia por fonte da China era formada por carvão (61%) e petróleo (14%). O ápice destas duas fontes na oferta energética chinesa se deu em 2010, quando ambas representaram 88%. Em 2017, o carvão e o petróleo correspondem a 82%. No entanto, a participação do petróleo neste período vem constantemente crescendo, sendo em 2017 já representa 19%, conforme apresenta o gráfico 23 abaixo.

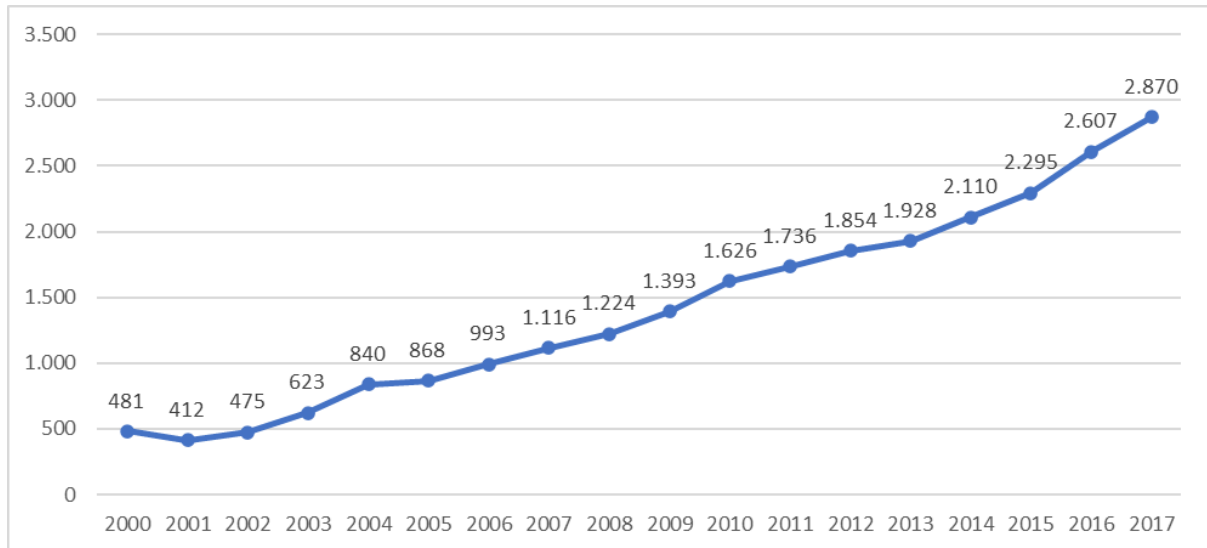
Gráfico 23 – Fornecimento Total de energia primária por fonte na China



Fonte: IEA (2019).

A manutenção do consumo de petróleo foi possível por meio do aumento da importação desta *commodity*. O Gráfico 24 abaixo apresenta o aumento da importação deste insumo desde 2000 até o ano de 2017. Neste período o crescimento da importação deste insumo pela China foi expressivo, passando de 481 barris em 2000 para 2.870 em 2017, o que representa um aumento médio anual de 11%, acumulando 497% ao longo do período. Deste total importado, o Brasil apesar de possuir uma pequena participação, vem constantemente crescendo sua parcela. Em 2004, o Brasil vendia a China o correspondente a 0,89% do total importado. Quatro anos depois, em 2010, esse percentual já estava em 2,24%. Em 2018, a participação brasileira novamente dobrou quando atingiu 4,67%.



Gráfico 24 – Importação mundial de petróleo da China em barris<sup>33</sup> (milhões)

Fonte: Elaboração própria com base em IEA (2019)

Em suma, ao longo deste subcapítulo procurou-se mostrar que nas últimas décadas a China, a partir dos diagnósticos de problemas estruturais em sua economia, adotou medidas para debelar esses entraves ao seu desenvolvimento. Estas ações geraram novas demandas, dentre as quais precisamente o objeto de estudo desta tese, ou seja, interesse chinês na economia brasileira concretizado pela relação comercial e produtiva entre os dois países.

O PIB chinês pela ótica da demanda mostra que o crescimento chinês foi nos últimos 50 anos impulsionados pelos investimentos e pelas exportações. Apesar do considerável aumento do PIB *per capita* obtido nesse período na ordem de 3.083% (US\$226,42 em 1970 para US\$7.207,36 em 2017<sup>34</sup>) o consumo agregado das famílias diminuiu sua participação no PIB, refletido na piora do índice de Gini, portanto, um aumento na concentração de renda. Além disso, o Estado chinês percebeu a necessidade de elevar a participação da China nas CGVs, ou seja, capacitar a sua estrutura produtiva para realizar tarefas que se apropriem da maior parte da renda gerada no processo produtivo ao longo das CGVs.

A partir deste diagnóstico, promoveu-se um intenso processo de urbanização, especialmente após os anos 2000, na medida em que o salário em áreas urbanas tende a superar a remuneração das famílias em zonas rurais. A urbanização de cerca 400 milhões de pessoas

<sup>33</sup> Os dados fornecidos pela IEA (2019) são expressos em toneladas equivalentes de petróleo (tep). Esta unidade de energia representa o calor liberado na combustão de uma tonelada de petróleo cru. A tep é utilizada nos balanços energéticos dos países, tal como apresentado pela IEA (2019). Considerando cada unidade de tonelada equivalente de petróleo (tep) que corresponde a 6,841 barris de petróleo equivalente (bpe), converteu-se, no Gráfico 24, os valores obtidos na IEA (2019) em tep, para bpe a fim de apresentar a importação chinesa em uma quantidade física, no caso barris de petróleo e não em uma unidade de energia.

<sup>34</sup> Unctad (2021)

nos últimos 20 anos, reduziu a participação do setor primário no PIB chinês e aumentou a demanda por alimentos nas cidades. Ademais, este intenso fluxo migratório ensejou o aumento extraordinários da oferta de infraestrutura, provocando uma demanda superior a capacidade interna chinesa de atendê-la. Já em meados da segunda década dos anos 2000, a China implementa um novo padrão de desenvolvimento, priorizando deste modo, atividades intensivas em conhecimento e inovação em detrimento de setores intensivos em capital e mão de obra barata. Soma-se a todos esses fatos o aumento do consumo de petróleo na China.

Esta conjunção de fatores levou a China a atuar ao redor do mundo a fim de obter esses recursos necessários para a continuidade da sua mudança estrutural e a sua própria dinâmica de crescimento. Neste contexto, o Brasil entra no radar da China na clara condição de fornecedor de *commodities*.

Desta forma, procurou-se discorrer sobre os fatos e razões que levaram a China a se tornar o principal destino das exportações brasileiras e que posteriormente ensejaram o ingresso de expressivos fluxos de IEDs chineses no Brasil sob a ótica do país asiático. Deste modo, tendo em vista as mudanças ocorridas no âmbito da economia internacional; as quais resultaram nas profundas transformações da estrutura produtiva global após a década de 1970; tendo a atuação das ETNs e seus fluxos de IEDs um papel central neste processo, cumpre agora realizar uma breve revisão teórica sobre a capacidade das ETNs influenciar as exportações dos países receptores de suas filiais. Sobre este tema, o próximo subcapítulo discorrerá.

### 3.1 A INFLUÊNCIA DAS ETNS SOBRE A PAUTA EXPORTADORA DOS PAÍSES RECEPTORES

O objetivo central desta tese, como explicitado, é analisar os impactos que os IEDs chineses provocaram no setor produtivo nacional bem como no padrão de comércio externo do Brasil. A ocorrência deste fenômeno está inserida em um complexo processo denominado de globalização produtiva ocorrido a partir da segunda metade do século XX e intensificado desde as décadas de 1970/80 quando o crescente aumento dos fluxos comerciais internacionais e de IEDs passaram a superar o próprio crescimento econômico dos países envolvidos. Entre os anos de 1981 a 2020, os fluxos de comércio exterior e de IEDs aumentaram, em média respectivamente, 6% aa e 11,45% aa (UNCTAD, 2021), enquanto o PIB mundial cresceu de 3,5% aa em média (FMI, 2021).

No âmbito interno, a economia brasileira foi, historicamente, o destino de fluxo de IEDs, de modo que a estrutura produtiva nacional sempre foi caracterizada por um significativo grau

de internacionalização. O próprio processo de industrialização da economia nacional realizou-se por meio do planejamento estatal que conciliou o emprego de capital público e privado bem como a atuação das ETNs, promovendo com isso a modernização da estrutura produtiva nacional no sentido de convergi-la com a existente nos países desenvolvidos no que refere a participação de cada segmento econômico na estrutura produtiva da economia (HIRATUKA, 2002).

Neste contexto, este subcapítulo se propõe a debater a influência que as filiais das ETNs exercem sobre a pauta exportadora dos países receptores. No entanto, este exercício não pode ser feito exclusivamente a partir das ações e reações das matrizes e filiais das ETNs. Ao contrário disso, entende-se que esta interação corporativa integra o processo de reorganização produtiva global executado pelas próprias ETNs. Neste sentido, cumpre lembrar que até a década de 1970 o comércio era caracterizado por bens finais. No Brasil ao longo do PSI, as ETNs estavam protegidas da concorrência externa e a interação entre filial e matriz, fundamentalmente, se restringia a transferência de capital. A partir da década de 1970, com o início da reorganização da produção em nível mundial, ensejando uma nova DIT e o surgimento das CGVs, a interação entre matriz e filial se modifica completamente, assim como a composição do comércio exterior que passa ser formado por insumos e produtos intermediários (HIRATUKA, 2002). Portanto, com a globalização produtiva, as ETNs passaram a controlar de forma direta ou mesmo indiretamente parte significativa dos fluxos comerciais (LACERDA, 2003). Em suma, para o entendimento da influência das ETNs sobre as exportações dos países receptores, é fundamental a compreensão do contexto internacional exposto com mais vagar no Capítulo 2 desta tese.

No âmbito teórico, as teorias tradicionais que apresentam o funcionamento do comércio internacional não contemplam a participação das ETNs no intercâmbio entre as economias. O modelo de vantagens comparativas de Hechscher-Ohlin prevê a imobilidade dos fatores de produção, o que implica na utilização desses recursos somente onde estes estivessem situados. Além deste pressuposto, o modelo opera em uma estrutura concorrencial na qual cada unidade produtiva fabrica apenas um produto. Logo, diante desta configuração, não se prevê qualquer possibilidade da existência de ETNs, na medida em que estas firmas operam em estruturas monopolistas ou oligopolistas.

Ao mesmo tempo, os estudos relacionados ao processo de internacionalização de empresas<sup>35</sup> se dedicam a análise das atuações das ETNs e a realização dos seus fluxos de IEDs, contudo a perspectiva desses trabalhos é apresentar as razões da existência das ETNs e os motivos que levam essas firmas a executar os IEDs e não propriamente explicar a relação existente entre as ETNs e o fluxo do comércio internacional (HIRATUKA, 2002). Sob este prisma, a produção e o comércio oriundo das ETNs eram vistos como uma forma alternativa de acessar os mercados externos, ideia que acabou não se sustentando empiricamente em virtude da fragmentação da produção manufatureira global (LACERDA, 2003).

Diante da limitação dos modelos de comércio exterior para lidar com a presença das ETNs, as teorias ligadas a esta área foram ampliadas a fim de trabalharem com elementos da atividade industrial como economia de escala e de aglomeração bem como diferenciação de produtos. A percepção de que as ETNs operam sempre com esses elementos, levou ao desenvolvimento de duas vertentes com o intuito de introduzir estas firmas aos modelos de comércio exterior. A primeira vertente se propõe a apresentar os investimentos verticais<sup>36</sup> realizados pelas ETNs, ou seja, operações relacionadas a fragmentação das etapas produtivas em diferentes países, visando o melhor aproveitamento da dotação dos fatores de produção de cada localidade. Já a segunda vertente explica os investimentos horizontais<sup>37</sup>, isto é, uma operação visando a construção de uma filial dotada com uma planta semelhante a possuída pela matriz e, portanto, capaz de produzir produtos análogos aos confeccionados na própria sede. O condicionante para a realização desta operação é a existência da proximidade de custos de transportes, renda, tamanho e dotação dos fatores entre o país investidor e a economia receptora do investimento horizontal (HIRATUKA, 2002).

As duas vertentes, isto é, tanto os autores que trabalham com investimentos verticais como os que utilizam os investimentos horizontais em seus modelos admitem que as ETNs são capazes de criar uma série de ativos intangíveis tais como P&D, criação de *know how*, patentes, capital humano, marcas e formas de gerenciamento específicas, os quais uma vez desenvolvido

---

<sup>35</sup> O processo de internacionalização de empresas é tratado na literatura sob duas principais dimensões: a econômica e a comportamental. A primeira abordagem é amparada em decisões racionais fundamentando-se em pesquisa de mercado e no contexto de atuação das empresas. Nesta abordagem, podemos citar Vernon (1966), autor da Teoria do Ciclo do Produto, Hymer (1976), autor da Teoria da Vantagem Monopolista, Bukley e Casson (1979), autores da Teoria das Vantagens Internacionais e Dunning (1980), autor da Teoria Eclética. Já a segunda dimensão baseia-se nas atitudes, percepções e comportamento dos dirigentes das empresas. Os principais autores desta abordagem é Johanson e Vahlne (1977 e 1990) da escala de Uppsala (Kim, 2007).

<sup>36</sup> Heplman (1984); Helpman; Krugman (1985) e Ethier; Horn (1990) desenvolveram modelos de comércio exterior com proporção dos fatores de produção e com investimentos verticais.

<sup>37</sup> Krugman (1983), Brainard (1993), Markusen (1995) e Markusin; Venables (1995) criaram modelos de comércio exterior com a presença de ETNs e a realização de investimentos horizontais.

pela firma, podem ser utilizados em várias unidades produtivas situadas em diferentes localidades sem prejuízo de valor para esses ativos, ao contrário do que ocorre com a utilização de ativos fixos. Logo, é justamente a posse desses ativos intangíveis que possibilita a firma produzir no exterior e realizar seus IEDs, na medida em que a mobilidade dos ativos intangíveis é naturalmente muito superior à dos ativos fixos. (HIRATUKA, 2002).

Neste sentido, o modelo criado por Helpman (1984) apresenta a atuação das ETNs integradas de forma vertical, em que a corporação controla todo o processo produtivo realizado em diferentes localidades ou mais precisamente em diferentes países. Logo, pressupõem-se a existência de dois fatores de produção e de dois setores distintos. O primeiro setor é capaz de produzir apenas um produto e operando com retorno constante de escala; enquanto o segundo confecciona dois produtos distintos e operando com retorno crescente de escala, o qual decorre da P&D.

Dado esses pressupostos, se os dois países possuem a mesma dotação dos fatores de produção e os preços desses fatores puderem ser igualados por meio da realização de comércio, não se realizarão IEDs. Conseqüentemente, a produção será feita por firmas nacionais gerando-se assim dois tipos de comércio: um do tipo interindústria decorrente das vantagens comparativas do uso dos fatores produtivos e outro do tipo intraindústria em virtude da existência de economia de escala e da diferenciação de produtos. De outro modo, se os dois países apresentam uma diferenciação em sua dotação dos fatores produtivos, isto é, um indicativo de graus de desenvolvimento diferentes, o que impede a equalização de seus preços através da realização do comércio, parte das empresas atuantes no setor diferenciado fragmentarão sua produção. Logo, atividades como P&D centrar-se-ão no país que possuir melhor dotação de capital frente a outra economia; enquanto atividades relativas à produção dar-se-ão no país melhor dotado do fator trabalho (HELPMAN, 1984).

Deste modo, no âmbito produtivo o país melhor dotado de capital realizará IEDs na economia melhor dotada do fator de trabalho; enquanto no âmbito comercial o envio será de serviços tecnológicos ou produtos intermediários. Em contrapartida, a economia recebedora dos IEDs e que, portanto, abrigará a filial, exportará para o país sede da ETN produtos finais. Deste modo, a parcela do comércio do tipo intraindustrial, existente na situação anterior quando os países possuem a mesma dotação dos fatores, é substituído pelo comércio intra-firma do tipo interindustrial, ou seja, com um setor somente exportando enquanto o outro apenas importa (HELPMAN, 1984).

Em suma, a atuação das ETNs prevista no modelo de Helpman, efetivamente modifica, de forma relevante, o comércio entre os países. Em última instância é dotação dos fatores de produção e os custos desses recursos que vão determinar ou não a existência das ETNs e a consequente fragmentação da produção; assim como qual país será investidor e exportador de serviços tecnológicos ou produtos intermediários e qual país será o receptor dos IEDs e exportador de produtos finais, confeccionados a partir da importação de serviços tecnológicos e de produtos intermediários.

A segunda gama de modelos de comércio internacional que preveem a existência de ETNs é os que adotam a realização de investimentos horizontais, ou seja, uma operação destinada a implementação de uma filial semelhante à matriz. Na verdade, estes modelos buscam explicar o aparecimento de ETNs entre países com o mesmo nível de desenvolvimento, ou mais precisamente, o fluxo cruzado de IEDs entre os países desenvolvidos. Para tanto, se compara a vantagem de a produção estar próxima ao mercado consumidor frente aos ganhos obtidos pela economia de escala quando a produção é concentrada em uma localidade somente (HIRATUKA, 2002).

Da mesma forma que o modelo criado por Helpman (1984), os modelos com ETNs horizontais também pressupõem a existência de dois setores, sendo um produtor de produtos homogêneos operando com retornos constantes e o outro produtor de bens distintos operando com retornos crescentes de escala. Todavia, este fundamento microeconômico não se limitaria a firma, mas também seria obtido em cada planta ou unidade produtiva da firma. Por isso, a concentração da produção reduziria os custos. Além disso, os custos dos transportes são igualmente uma variável relevantes para tomada de decisão no modelo (HIRATUKA, 2002).

Deste modo, sendo os dois países possuidores da mesma dotação dos fatores de produção, a localização da produção será determinada em função dos (i) custos dos transportes e (ii) da economia de escala obtida na unidade produtiva frente a economia de escala existente na firma. Logo, em uma situação em que (i) o custo do transporte seja considerável; portanto, não seja baixo; (ii) a produção realizada na planta obtenha uma economia de escala menor quando comparada ao retorno crescente obtido pela firma; criam-se condições que as duas empresas atuantes no setor diferenciado nos dois países realizem IEDs e instalem filiais no exterior, pois por meio desta medida a firma auferirá um lucro decorrente da produção externa maior do que o custo dispendido pela instalação de uma nova unidade produtiva em território estrangeiro (BRAINARD, 1993).

De outro modo, em uma situação em que os custos de transportes e as barreiras comerciais apresentarem-se inexpressivos, as firmas não se tornarão ETNs, ou seja, as empresas permaneceram sendo nacionais, exportando parcela da produção realizada no mercado doméstico. Na medida em que estas duas variáveis (custos dos transportes e barreiras comerciais) forem se alterando no sentido de tornarem-se mais expressivas e os ganhos de escala da firma for maior do que os ganhos de escala obtidos na planta individual, mais atrativo será produzir no exterior por meio de IEDs (BRAINARD, 1993).

Nesta mesma linha, Markusin; Venables (1995) trabalham em seus modelos com a presença de ETNs em países cuja níveis de renda, tamanho e dotação dos fatores de produção se assemelham. Quando os dois países analisados no modelo apresentam diferença no que se refere a dotação dos fatores, de tamanho ou de tecnologia disponível, o comércio exterior tende a ser praticado nos moldes da teoria neoclássica do comércio, ou seja, por meio das exportações das firmas nacionais com base na maior vantagem relativa. Deste modo, a produção será concentrada em unidades produtivas pertencentes a empresas nacionais e situada no país que tiver (i) o maior volume de venda; (ii) custos dos fatores produtivos mais baratos e, finalmente (iii) maior produtividade dos fatores.

Entretanto, quando os países passam a apresentar semelhança no que se refere as suas dotações dos fatores, de tamanho ou de tecnologia disponível, maior é a tendência para que o comércio interindustrial, realizado na situação em que os países têm diferença nesses quesitos, seja substituído pelo comércio do tipo intraindustrial. Com isso, quanto maior for a similaridade entre os dois países, maior será a participação das vendas externas das ETNs nas exportações totais do país (MARKUSIN; VENABLES, 1995).

A existência das ETNs nos modelos de comércio exterior abordados ao longo deste subcapítulo, representa um avanço, no âmbito teórico, na medida em que estes instrumentos, ao introduzir este novo ator cuja atuação é cada vez mais relevante no funcionamento da atual estrutura produtiva global; permite uma aproximação destas análises com a realidade observada empiricamente no âmbito da economia internacional. No entanto, a despeito da formalização de um modelo exigir a apresentação de pressupostos e hipóteses a fim de simplificar a realidade, ambos os modelos, ou seja, tanto os que trabalham com investimentos verticais como horizontais não explicam com clareza a atuação das ETNs chinesas no Brasil.

Nos modelos em que as ETNs realizam investimentos verticais, busca-se fragmentar a produção a fim de melhor aproveitar a diferença de custos dos fatores de produção existentes entre o país investidor e o receptor. Como resultado, países com diferentes graus de

desenvolvimento econômico, passam a realizar um comércio do tipo intrafirma e intersetorial em que o país investidor exporta serviços tecnológicos e/ou produtos intermediários e importa do país receptor dos IEDs produtos acabados. Esta linha de raciocínio desenvolvida nestes modelos pode ser estendida a fim de explicar a atual fragmentação da produção global, não só composta pela exportação de produtos intermediários e pela importação de produtos finais, mas também pela ampliação da fragmentação produtiva global em que o comércio intrafirma é composto por insumos e produtos intermediários. No entanto, já sob o aspecto negativo, a principal crítica que recai sobre os modelos que trabalham com ETNs verticais é o fato de que muitas vezes a decisão de realizar ou não IEDs não está relacionado ou não se limita a busca de minimização de custo, tal como proposto nos modelos (HIRATUKA, 2002).

Efetivamente, a abordagem tradicional que se propõem a explicar o processo de internacionalização das ETNs é o Modelo OLI (*ownership, internalization e localization*), desenvolvido por Dunning (1988). Segundo este modelo teórico, para que as firmas se internacionalizem é necessária a existência de três situações. A primeira delas é a empresa possuir ativos tangíveis ou intangíveis, tais como marcas, patentes, capacidades tecnológicas, habilidade para diferenciação do produto, potencial humano e *management*, o que proporciona a empresa as denominadas vantagens de propriedade (*O-ownership*). A segunda situação é quando os benefícios de internacionalizar a firma supera formas alternativa de se produzir no mercado externo como exportação e a concessão de licenças a terceiros, configurando-se assim as vantagens de internalização (*I-internalization*). Finalmente, o terceiro determinante para a internacionalização da firma é a existência das vantagens de localização (*L-localization*) no país receptor do IEDs, tais como recursos naturais, mão de obra, *know-how* tecnológico, infraestrutura, tamanho e características do mercado, instituições, estabilidade política e econômica, regime cambial e políticas econômicas implementadas. Em suma, a motivação para a realização dos IEDs se dá por fatores muito mais amplos do que simples busca por redução de custos.

Já os modelos que trabalham com investimentos horizontais relacionam economias com estágios de desenvolvimento semelhantes, isto é, buscam explicar os IEDs realizados no âmbito Norte-Norte. O modelo tem como variável fundamental os custos dos transportes e os ganhos de economia de escala obtidos na planta em relação aos mesmos ganhos da firma. Se a firma tiver maior ganhos de escala frente a planta e os custos dos transportes for alto, a produção será feita no exterior por meio de IEDs. Novamente, a redução dos custos está no cerne da decisão



para o surgimento das ETNs. Além disso, o próprio pressuposto de estudar economias desenvolvidas, já torna o modelo inadequado para a análise da relação sino-brasileira.

Deste modo, embora os modelos que trabalham com ETNs verticais ou horizontais representem, efetivamente, um avanço na esfera da economia internacional, não se pode negar que a capacidade explicativa destes modelos é, de fato, limitada ao tentar reduzir a estratégia destas empresas a simples minimização de custos. Todavia, mesmo com esta visão reducionista, há de se destacar que os modelos apontam que a presença das ETNs modifica de forma significativa o comércio exterior, o que de fato se coaduna com a realidade. Na verdade, a atuação das ETNs é muito complexa e envolve a capacidade para o desenvolvimento e o uso de ativos intangíveis, os quais são difíceis de serem reproduzidos pelos seus concorrentes, conferindo assim poder de mercado para essas empresas que passam a atuar em estruturas monopolistas ou oligopolistas.

No que tange aos IEDs chineses realizados no Brasil, objeto de estudo desta tese, os modelos apresentados ao longo deste subcapítulo têm igualmente limitada capacidade explicativa. Isso se deve ao fato de que os investimentos externos chineses integram o processo de expansão global deste país; que por sua vez também está inserido no quadro de mudanças da estrutura produtiva global abordadas no Capítulo 2 desta tese. Logo, diante desta complexidade de fatores, dificilmente as motivações dos IEDs chineses serão explicadas satisfatoriamente por modelos que naturalmente buscam sintetizar a realidade e expor fatores mais relevantes para determinadas ações, no caso a realização de investimentos.

No entanto, isso não significa que as ETNs chinesas não tenham a capacidade de afetar a pauta exportadora dos países que as recebem. O subcapítulo anterior procurou expor as significativas mudança de ordem estrutural que a economia chinesa passou, especialmente, após os anos 2000 e por isso levaram esta economia a buscar externamente determinados recursos naturais. Focando-se estritamente nesta motivação e considerando o tamanho da demanda da economia chinesas, não é difícil pressupor a capacidade de influência das ETNs chinesas nos países que a recebem, de modo especial em países como o Brasil que historicamente tem a vocação de exportar recursos naturais.

Neste sentido, o próximo subcapítulo, destinar-se-á explorar justamente os fatores de ordem interna e externa que levaram a economia brasileira a historicamente ser uma exportadora de recursos naturais. Esta condição pelo lado brasileiro convergiu com os interesses chineses, criando assim uma conjuntura favorável ao aprofundamento da relação comercial e posteriormente produtiva entre os dois países, resultando, finalmente, na temática abordada

neste subcapítulo, ou seja, a influência das ETNs sobre o comércio exterior dos países receptores.

### 3.2 BRASIL COMO FORNECEDOR DE *COMMODITIES* PARA A CHINA

As mudanças ocorridas no âmbito da economia internacional desde a década de 1970 que tornaram a produção global estruturadas em CGVs, reforçaram a importância da realização de atividades geradoras de maior valor agregado dentro destas cadeias para que o país responsável por estas etapas da produção pudesse melhorar sua posição ao longo deste processo produtivo. Não obstante, o Brasil após se industrializar no século XX, passa novamente por uma mudança de sua estrutura produtiva, o que reflete no padrão de seu comércio exterior e o recoloca em uma condição de exportador de recursos naturais, tal como já havia sido antes da implementação do processo de industrialização, quando exportava fundamentalmente café e açúcar. Neste contexto, este subcapítulo tem por objetivo explicar as razões de cunho interno pelo qual o Brasil se colocou nesta situação que na visão defendida nesta tese não lhe favorece.

De fato, a explicação para o Brasil encontrar-se nesta situação de exportador de recursos primários trata-se de um fenômeno complexo, resultante de fatores internos e externos. É inequívoco que a ascensão chinesa afetou indiscriminadamente a maior parte das economias nas últimas décadas, alterando, portanto, a conjuntura internacional. Entretanto, a forma com que as economias reagiram a esta mudança conjuntural não pode ser desprezada, pois explica em grande parte as suas participações atuais nas CGVs.

Assim, defende-se que a ascensão chinesa não colocou a Brasil na sua antiga posição de exportador de *commodities*, mas sim que esta situação é fruto das reações brasileiras frente a mudança conjuntural. Enquanto a China trabalhou, especialmente desde os anos 1980, no sentido de avançar em sua fronteira tecnológica, ou seja, modifica sua estrutura produtiva visando modernizar a sua indústria, a América Latina enfrentou, na década de 1980, uma grave crise política e financeira. Essa situação levou os países latino-americanos a ter uma estratégia econômica centrada no pagamento de suas dívidas, penalizando assim a promoção de um maior crescimento econômico nestes anos (MILANEZ *et al*, 2013). Por esta razão, este período ficou conhecido como a “década perdida” e levou nos anos de 1990 a implementação de políticas de cunho neoliberal.

O cerne das políticas neoliberais implementadas na década de 1990 nos países da América Latina, à luz do Consenso de Washington, foi a promoção da abertura econômica

visando à ampla movimentação de capitais e mercadorias estrangeiras. Neste sentido, os Governos adotaram medidas a fim de reduzir a participação do Estado na economia, ou seja, adotaram-se medidas “pró-mercado”, cabendo aos Governos somente a busca dos equilíbrios econômicos fundamentais por meio do manejo das políticas fiscais, cambiais e monetárias (MAGALHÃES, 2010).

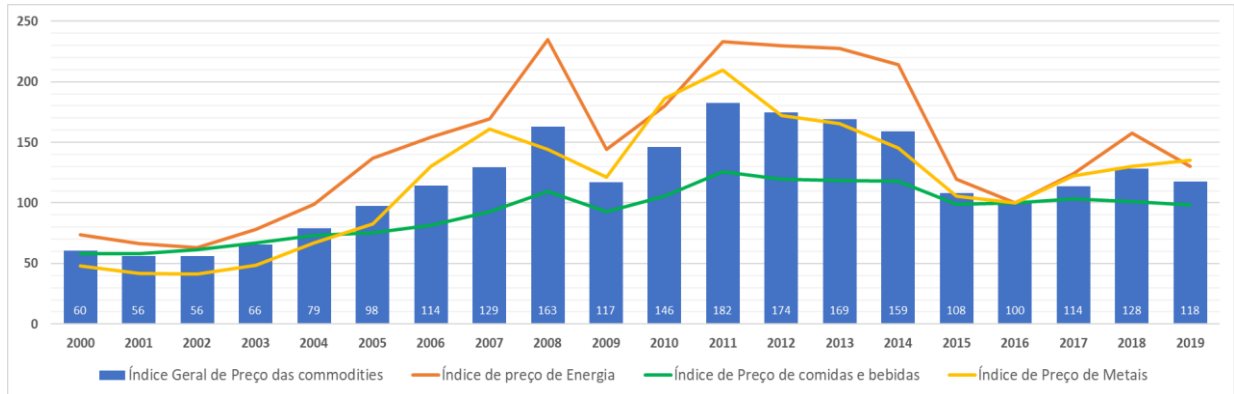
A implementação de política econômica guiada pela diminuição do Estado na economia é uma medida diametralmente à estratégia adotada por alguns países asiáticos tais como Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura e especialmente a Índia e China que por meio da realização de um grande planejamento estatal lograram promover mudanças estruturais as quais foram fundamentais para o aumento destes países nas CGVs.

Logo, os países latino-americanos e, especialmente o Brasil, inserem-se neste novo contexto internacional, incapazes de almejar a realização de atividades geradoras de maior renda nas CGVs, na medida em que se observou desde a década de 1980 uma desintegração da sua atividade produtiva expressa pelo início do processo de desindustrialização. Isso explica o padrão da relação comercial sino-brasileiro, encontrado nos anos 2000, absolutamente assimétrico, ou seja, o Brasil se colocando como um fornecedor de recursos naturais e importador de manufaturas especialmente de segmentos com maior conteúdo tecnológico.

Efetivamente, a conjuntura internacional da primeira década dos anos 2000, de modo geral, foi positiva, especialmente para aos países exportadores de *commodities*. O preço dos recursos naturais aumentou significativamente enquanto o preço das manufaturas caiu. O Gráfico 25, abaixo, apresenta quatro índices de commodities os quais confirmam a valorização destes insumos, especialmente na primeira década dos anos 2000. O primeiro indicador é Índice geral de preço das commodities que inclui tanto dos combustíveis como dos não-combustíveis; o segundo índice de preço de energia que inclui os preços do petróleo, gás natural, carvão e propano; o terceiro índice de preço de alimentos e bebidas composto por preços de gêneros alimentícios; e finalmente o quarto índice de preço de metais composto pelos preços do alumínio, cobre, cobalto, minério de ferro, chumbo, molibdênio, níquel, estanho, urânio e zinco (FMI, 2020). Nesta conjuntura, os países centrais reduziram suas taxas de juros, o que colaborou para o aumento da liquidez internacional e, por fim ocorreu um crescimento da realização dos IEDs. Esses fatores tiveram um papel determinante para a promoção do crescimento econômico dos países latino-americanos, contudo esta conjuntura favorável não foi utilizada no sentido de estancar a desintegração produtiva da região que passou a ser caracterizada pela produção de

recursos naturais (minérios, energia e alimentos) e por serviços de baixa tecnologia (PINTO; CINTRA, 2015).

Gráfico 25 – Índices de preços de commodities (2000 – 2019) (2016 = 100)



Fonte: Elaboração própria com base em FMI (2020).

Portanto, é compreensível que mesmo diante de um processo de perda do dinamismo industrial o que comprometeria a capacidade produtiva das economias a longo prazo, o crescimento gerado pelos setores primários no curto prazo fez com que essa perda fosse tolerável sob uma visão “curto prazista”. Não obstante, essa situação recria os limites ao desenvolvimento da região decorrentes das incertezas estruturais tais como a já citada desintegração produtiva, no âmbito interno, aliada a restrição externa proveniente da dependência do crescimento econômico da região vincular-se ao desempenho das economias norte-americana, europeias e especialmente da chinesa (PINTO; CINTRA, 2015).

Em suma, este contexto internacional agregado a situação interna vivida pelo Brasil e demais países latino-americanos marcado por crise política e financeira nas décadas de 1980 e 1990 e de adoção de políticas menos intervencionistas e, portanto, mais voltada ao mercado nestes anos levou esses países a se inserirem internacionalmente na condição de fornecedor de *commodities* nos anos 2000. Essa situação gerou impactos positivos e negativos para o Brasil.

Por um lado, o aumento dos preços das *commodities*, apresentado no Gráfico 25 acima, aliado a capacidade do Brasil de produzi-las, ou seja, de atender a forte demanda global por estes produtos, colaborou diretamente para a promoção do crescimento econômico brasileiro, o qual teve um efeito positivo sobre a renda e sobre a balança comercial. Também, a renda disponível aumentou, proporcionando um crescimento da demanda doméstica e importada.

Tabela 2 – Balança Comercial Brasileira (US\$ - Bilhões)

ANO	EXPORTAÇÃO (A)	IMPORTAÇÃO (B)	SALDO (A-B)
2000	55,0	57,0	-2
2001	58,0	56,6	1
2002	60,1	48,3	12
2003	72,8	49,3	23
2004	95,1	63,8	31
2005	118,6	74,7	44
2006	137,6	92,5	45
2007	159,8	122,0	38
2008	195,8	174,7	21
2009	151,8	129,4	22
2010	200,4	183,3	17
2011	253,7	228,0	26
2012	240,0	225,2	15
2013	232,5	241,5	-9
2014	220,9	230,8	-10
2015	186,8	173,1	14
2016	179,5	139,3	40
2017	215,0	159,0	56
2018	231,9	185,3	47
2019	221,1	185,9	35

Fonte: Mdic (2019).

A Tabela 2 acima apresenta a Balança Comercial Brasileira nos anos 2000 a 2019. Entre 2000 a 2010 as importações cresceram em termos percentuais 224%. Enquanto as exportações, dado a grande capacidade exportadora de recursos naturais da economia nacional cresceu no mesmo período 243%. O Brasil acumulou saldos positivos na maioria dos anos após 2000, salvo nos anos de 2013 e 2014, o que permitiu que o país acumulasse reservas internacionais<sup>38</sup> possibilitando, portanto, a redução da vulnerabilidade externa. Ademais, a relação comercial ensejou o forte ingresso de IEDs chineses no Brasil<sup>39</sup>. Ainda sob uma análise mais imediatista também é possível apontar a apreciação cambial que possibilitou a redução da inflação e ampliando assim o consumo (PINTO; CINTRA, 2015).

<sup>38</sup> As reservas internacionais do Brasil passaram de US\$36 bilhões em janeiro do ano de 2000 para US\$379 bilhões em dezembro de 2018 (Bacen, 2020).

<sup>39</sup> O ingresso de IEDs chineses no Brasil é apontado como um dos impactos positivo por Pinto e Cintra (2015) embora ele possa ter caráter contraditório no que se refere ao desenvolvimento do Brasil, uma vez que esses IEDs tendem a reforçar a relação comercial sino-brasileira e, portanto, acentuar a desintegração produtiva nacional. Por se tratar de um tema central a tese, este tema será tratado com mais vagar no Capítulo 4, quando abordar-se-á especificamente os IEDs chineses no Brasil.

Por outro lado, quando se analisa este mesmo processo sob uma visão a médio e longo prazo constata-se uma mudança da estrutura produtiva nacional no sentido de ampliar a produção de recursos naturais em detrimento da indústria manufatureira e na sua capacidade de competir internacionalmente, o que reflete, por conseguinte, nas características das exportações brasileiras ou precisamente na reprimarização destes produtos vendidos ao exterior. Neste contexto, a inserção internacional brasileira aprofunda a dependência à economia internacional e, especialmente, em relação à China (PINTO; CINTRA, 2015).

Este fator negativo da inserção externa brasileira remonta ao período agroexportador da economia brasileira (1889 – 1930), quando o crescimento brasileiro dependia das exportações de recursos naturais. A crítica a este padrão de comércio internacional decorre da deterioração dos termos de troca apontados nos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) escritos por Raul Prebisch (2000b). Alternativamente a esta situação implementou-se o Processo de Substituição das Impostações (PSI) que tinha por objetivo o desenvolvimento de uma estrutura produtiva capaz de fabricar internamente produtos industriais básicos anteriormente importados<sup>40</sup>. Este programa realizou-se por meio de endividamento externo e recebimento de IED (MILANEZ *et al*, 2013).

Na década de 1970, o PSI torna-se insustentável em virtude da (i) elevação das taxas de juros internacionais por parte dos Estados Unidos, fato que impulsionou o endividamento externo e (ii) déficit comercial crescente. Com estes problemas no horizonte, a década de 1980 é marcada pelas já citadas crises financeiras e políticas, por essas razões, as ações dos governos são canalizadas para o pagamento da dívida. Na década de 1990, ocorre a também já abordada “guinada neoliberal”, situação em que Barton (2006) aponta a diminuição do foco no mercado interno aliado a rematada do crescimento voltado para fora na qual as exportações são novamente identificadas como uma forma de estratégia de desenvolvimento. Todavia, os produtos industrializados produzidos internamente têm baixa competitividade, dado a desintegração produtiva iniciada desde a década de 1980, levando as exportações a serem impulsionadas por produtos intensivos em recursos naturais. Neste contexto se dá a inserção internacional brasileira.

Desta forma, no Brasil, a partir de 2002, e na maioria dos países da América Latina, ocorre a ascensão de governo identificados com políticas progressistas. Contudo, não se

---

<sup>40</sup> Esta tese não tem por objetivo estudar o PSI realizado no Brasil e suas consequências. Apenas se fez referência a este programa, a fim de contextualizar situação relativamente análoga em que se encontrava o comércio externo brasileiro antes da implementação desta política (PSI) com a situação atual do comércio exterior nacional. Contexto esse em que, o Brasil tem, nas exportações de recursos naturais, um papel relevante para o desempenho da sua economia e, até mesmo, uma estratégia de desenvolvimento.

observou mudanças de rumo no que se refere a volta da vulnerabilidade externa brasileira decorrente da exportação de recursos naturais. Ao contrário, houve o aprofundamento deste processo que passou a ser defendido com a “velha / nova” justificativa de que a dotação dos recursos produtivos dos países integrantes da América Latina os capacitam a ser grandes geradoras de riquezas atuando nestes segmentos, no caso específico a indústria extrativa, e que o crescimento econômico advindo desta atividade poderia ser utilizada no combate à pobreza e a desigualdade (GUDYNAS, 2012).

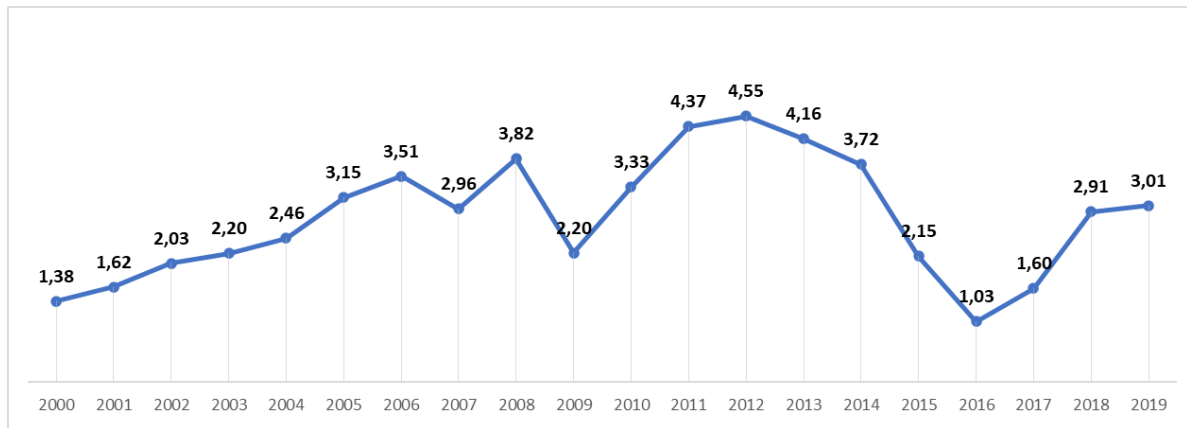
Esses argumentos naturalmente se intensificaram dado o “efeito China” que resultou no aumento dos preços das *commodities*, conforme apresentado no Gráfico 25 acima e o aumento da indústria extrativa<sup>41</sup> no PIB brasileiro, que em 2000 equivalia 1,38% chegando ao ápice de 4,55% em 2012, conforme apresenta o Gráfico 26 abaixo. Em termos absolutos, o PIB da indústria extrativa passou de R\$14 bilhões em 2000 para R\$184 bilhões em 2014 (IBGE, 2020). Sendo assim, O aumento da atividade extrativa esteve diretamente relacionado com o aumento das exportações destes recursos naturais. O Gráfico 27, abaixo, mostra a evolução da produção extrativista destinada ao exterior por meio do coeficiente de exportação da Indústria Extrativa<sup>42</sup>, entre os anos de 1996 a 2006, quando teve uma periodicidade anual. No ano de 2000, 35,7% dos produtos gerados pela indústria extrativa destinaram-se ao mercado externo, mesmo percentual registrado em meados da década de 1990. Em 2002, o coeficiente de exportação deste segmento já era de 55,7%, atingindo finalmente 60,3% em 2006.

---

<sup>41</sup> A Indústria Extrativa é composta pela extração de carvão, de petróleo e gás natural, de minerais metálicos, minerais não-metálicos. O grupo de minerais metálicos é dividido entre minério de ferro e o subgrupo de não-ferrosos composto por minério de alumínio, estanho, manganês, metais preciosos, minerais radioativos. Já os minerais não-metálicos é composto por pedra, areia, argila, adubos, fertilizantes, refino de sal, pedras preciosas e semipreciosas (CNAE 2.0).

<sup>42</sup> O coeficiente de exportação da Indústria Extrativa é calculado pela seguinte fórmula:  $C^X_K = V^{exp}_k / VP_k$  onde,  $C^X_K$  é o coeficiente de exportação da Indústria Extrativa;  $V^{exp}_k$  = valor das exportações da Indústria Extrativista e  $VP_k$  é o valor da produção da Indústria Extrativista e finalmente k é o setor B no CNAE 2.0, ou seja, a própria Indústria Extrativa que é composta pelas atividades de (i) Extração de carvão mineral; (II) petróleo e gás natural; (III) minerais metálicos; (IV) minerais não metálicos (CNI, 2012).

Gráfico 26 – Indústria Extrativa - % PIB



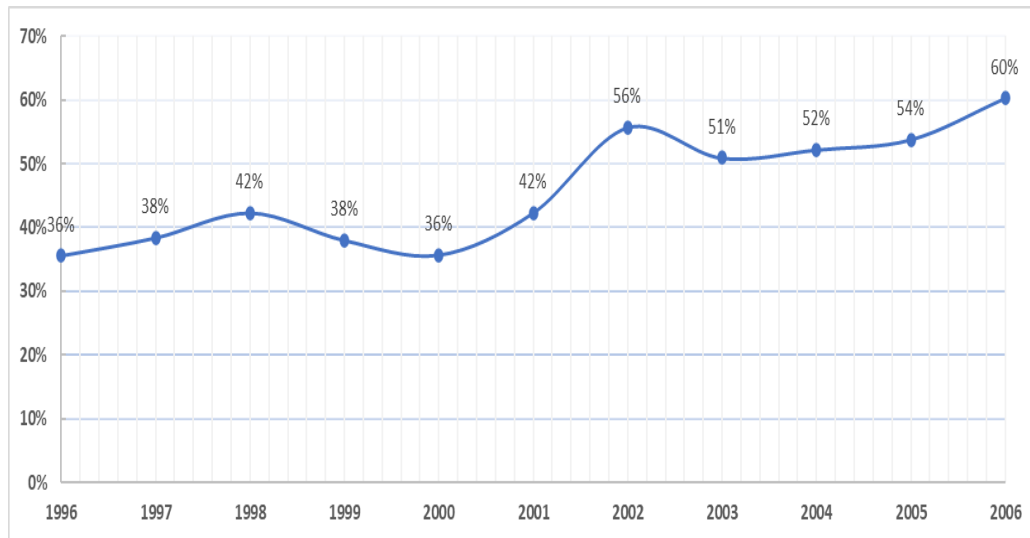
Fonte: IPEADATA (2020).

A partir de 2007, o coeficiente de exportação da indústria extrativista passou a ser calculado por trimestre a fim de minimizar os problemas de sazonalidade<sup>43</sup>. A tendência de aumento do coeficiente persistiu e o ápice deste indicador foi registrado nos segundo e terceiro trimestre de 2011 quando se atingiu 75,4%. O dado mais recente deste coeficiente é do segundo semestre de 2015, período em que este indicador parou de ser publicado. De qualquer modo, o último dado disponível deste coeficiente, ou seja, o percentual de 70,7%, confirma a tendência de que a quantidade exportada destes recursos efetivamente tem subido a partir dos anos 2000 (IPEADATA 2020a).

<sup>43</sup> Entre 1996 a 2006, o coeficiente de exportação da indústria extrativa foi calculado com a periodicidade anual. A partir de 2007 a periodicidade deste índice foi alterada para trimestral visando diminuir o efeito da sazonalidade. Logo, o resultado de cada coeficiente computa o acumulado dos quatro trimestres anteriores, ou seja, é obtido por meio da divisão da soma dos valores de exportação da indústria extrativa acumulados nos quatro trimestres anteriores até o trimestre de referência com a soma do valor da produção da indústria extrativista acumulado nos quatro trimestres até o trimestre de referência. Essa mudança na periodicidade do indicador, além da já referida eliminação do efeito da sazonalidade, possibilita que os coeficientes de um determinado trimestre sejam comparados quaisquer coeficientes de trimestres anteriores e também com os dados anuais anteriores, na medida em que os coeficientes trimestrais se referem ou acumulam períodos de um ano encerrados no próprio trimestre em análise. (CNI, 2012)



Gráfico 27 – Coeficiente de exportação – indústrias extrativas (%)



Fonte: IPEADATA (2020a).

O coeficiente de exportação da indústria extrativa também é calculado individualmente pelos segmentos que a compõem, qual seja carvão, de petróleo e gás natural, de minerais metálicos, minerais não-metálicos, utilizando-se da mesma metodologia empregada no cálculo do coeficiente geral da Indústria Extrativa apresentado acima. O coeficiente referente apenas aos minerais metálicos, na qual está inserido o minério de ferro, também apresenta uma tendência de crescimento ao longo dos anos 2000, muito influenciado evidentemente pela demanda chinesa. Assim como o coeficiente da indústria extrativa como um todo, entre 1996 a 2006, o indicador dos minerais metálicos foi calculado anualmente. Em 1996, ele equivalia a 70,6% e em 2006 chegou a 75,2%. A partir de 2007, passou a ser calculado trimestralmente. O último dado deste coeficiente é do quarto semestre de 2013 quando atingiu 85,2%, ou seja, mantendo a tendência de aumento da produção local destinada às vendas externas. O coeficiente de exportação de petróleo e gás apresentou um crescimento ainda mais expressivo. Em 1996, apenas 0,6% da produção nacional deste segmento era exportada. Em 2006, as vendas ao exterior já representavam 55,1%. A venda de petróleo e gás ao mercado externo atingiu seu ápice no primeiro trimestre de 2012 quando atingiu 88,2%. Posteriormente, no quarto trimestre de 2013, último período disponível deste indicador, houve um retorno ao nível apresentado em 2006, ou seja, 55,8%. (IPEADATA 2020a). Em suma, coeficiente de exportação da Indústria Extrativa bem como dos segmentos de minerais metálicos e petróleo e gás apresentaram aumento entre os anos que eles foram calculados.

Com base neste cenário, Gudynas (2012a) aponta o ressurgimento do neoextrativismo na América Latina, o que significaria o crescimento econômico puxado pela exploração de

recursos naturais com baixo grau de processamento, sendo que a maior parte destes recursos se destinam à exportação. O mesmo autor ainda ressalta que este modelo de desenvolvimento promove uma disputa entre os países pelo recebimento de IEDs destinados a estes setores ao mesmo tempo em que diminui a qualidade de vida da população e promove mudanças nas leis trabalhistas e ambientais visando flexibilizá-las.

No mesmo sentido, Moreno (2015) converge com ideia da existência de um modelo de desenvolvimento neoextrativista nos países latino-americanos cuja principal consequência é a modificação das estruturas produtivas desses países com viés desindustrializante associado a reprimarização das exportações. A mesma autora ainda advoga a substituição do Consenso de Washington pelo Consenso de *Commodities*. O primeiro consenso criou, na década de 1990, o receituário das políticas pró-mercado, ou seja, menos intervencionistas. A ausência de uma estratégia de desenvolvimento nesse período colaborou para uma mudança na estrutura produtiva em favor do setor primário ou para a indústria extrativista. A partir do crescimento destes setores, surge nos anos 2000, o Consenso de *Commodities* na qual a China tem um papel central.

No Brasil, especificamente, parte deste processo, de fato, ocorreu. A indústria manufatureira vem realmente diminuindo sua participação no PIB nacional ao mesmo tempo em que o setor extrativista vem aumentando a sua representatividade no PIB e especialmente nas exportações além de ter sido beneficiado pelo recebimento de expressivo fluxo de IEDs. No entanto, mesmo diante destas evidências, a existência do neoextrativismo no Brasil não é consenso. Barton (2006), por exemplo, refuta a ocorrência deste processo no Brasil em virtude da estrutura produtiva existente ainda possuir certa complexidade.

Diante desta conjuntura, torna-se evidente o papel insubstituível que a China exerce no comércio exterior brasileiro. Essa constatação se dá não apenas pela importância quantitativa que este país asiático possui nas exportações brasileiras ao adquirir um terço deste agregado, mas também pela absoluta ausência de outra nação compradora dos recursos naturais. Os Estados Unidos, por exemplo, também produzem os recursos naturais que o Brasil vende à China (MORENO, 2015).

Finalmente, além da já citada desintegração produtiva e a consequente reprimarização das exportações, há também de se considerar a estrutura oligopolistas do mercado de *commodities* que por sua própria característica apresentam grandes volatilidades dos preços desses recursos, fato que deixa os países exportadores dependentes dessa situação. Se os preços desses insumos apresentam variações positivas, tais como as que ocorreram na primeira década

dos anos 2000, os países exportadores têm um aumento de ganhos possibilitando a realização de gastos pró-cíclicos. Em sentido, contrário, se os preços das commodities baixa, a receita das economias exportadoras cai ensejando a ocorrência de déficits, redução de gastos pró-cíclicos e crises.

Em suma, a situação do Brasil como fornecedor de commodities para a China apresenta ganhos econômicos no curto prazo, embora também apresente riscos no curto prazo advindas da volatilidade deste mercado. No longo prazo, as perdas aos setores econômicos mais dinâmicos são mais evidentes. Essas perdas podem ser mais bem analisadas pela própria condição de consumidor das manufaturas chinesas, tema se que será abordado no próximo subcapítulo.

### 3.3 BRASIL E SUA CONDIÇÃO DE CONSUMIDOR DOS PRODUTOS CHINESES

No primeiro e no terceiro subcapítulo que compõem este capítulo procurou-se abordar as modificações que a China passou e que a levaram, em última instância, a necessidade de importação de uma série de recursos naturais, o que justifica, pelo lado chinês, a aproximação com vários países fornecedores destes recursos, dentre os quais o Brasil. No subcapítulo anterior, procurou-se apresentar a evolução brasileira diante deste processo, ou seja, os condicionantes que levaram o Brasil a intensificar sua condição de exportador de *commodities*. Defende-se, portanto, a ocorrência de uma série de fatores de ordem interna e externa que levaram os dois países a intensificar este comércio de recursos naturais.

Diante deste quadro, o presente subcapítulo destinar-se-á a análise quantitativa do fluxo comercial brasileiro a fim de mostrar que enquanto as exportações passaram por um processo de reprimarização, observa-se que as importações brasileiras com o mundo e notadamente com a China passam por uma trajetória diametralmente oposta, ou seja, estão são cada vez mais compostas por manufaturas caracterizadas por média alta e alta intensidade tecnológica, muito embora isto não represente déficits na balança comercial brasileira, conforme mostrada na Tabela 2 no subcapítulo anterior.

Conforme apresentado no Gráfico 28 abaixo, a análise das importações brasileiras, separada por atividades econômicas<sup>44</sup> e com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), é inequívoca quanto a este processo. Durante todo o período estudado,

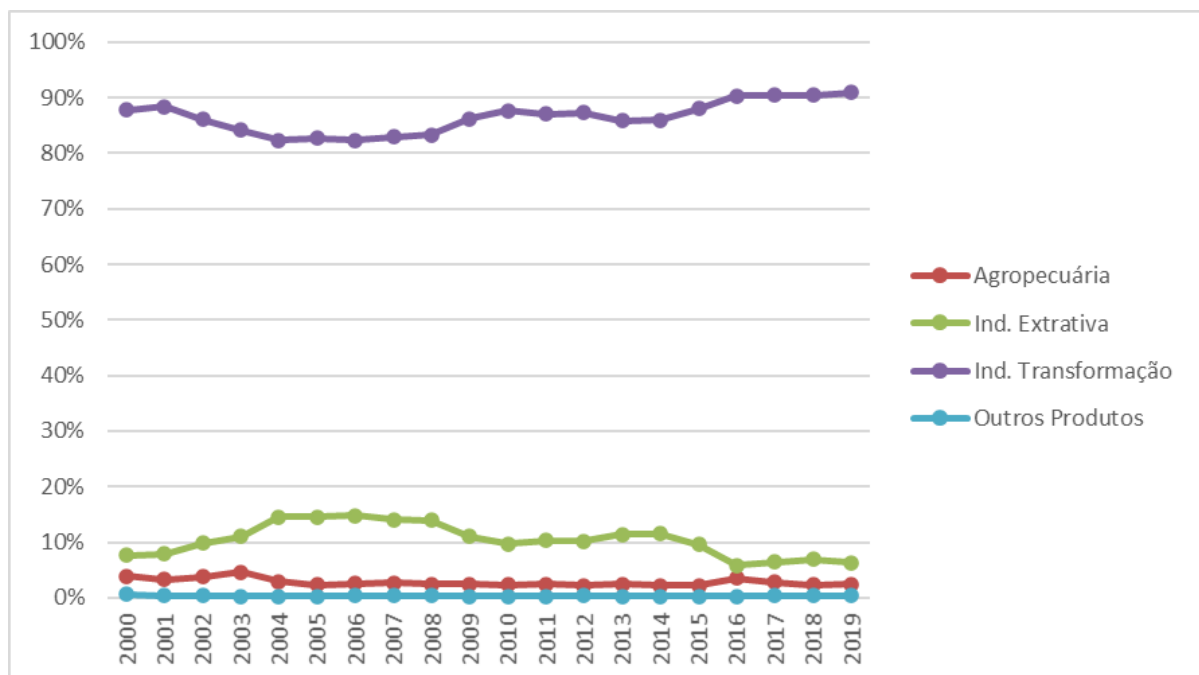
---

<sup>44</sup> Esta forma de apresentação das importações corresponde a Seção da Classificação Internacional Padrão por Atividade Econômica (Internacional Standard Industrial Classification of all Economic Activities – ISIC) disponibilizado pelo Mdic (2020).

ou seja, entre 2000 a 2019, aproximadamente 90% das importações totais brasileiras pertencem a Indústria de Transformação. O segundo ramo mais beneficiado com as importações é a Indústria Extrativa cuja participação no ano de 2000 era de 7,69% e em 2019 correspondia a 6,27%. A Agricultura, como era de se esperar, efetivamente representa a menor parte das importações e, além disso, vem diminuindo sua participação percentual. Em 2000, importava-se 4% de produtos agropecuários, percentual que caiu para 2,43% em 2019.

A enorme predominância da Indústria de Transformação nas importações nacionais aliada a contínua diminuição deste setor no PIB brasileiro<sup>45</sup>, desde a década de 1980 e acentuada nos anos 2000 é um indicativo da perda de dinamismo deste setor na economia brasileira. Está mudança estrutural se coaduna com o modelo de desenvolvimento adotado desde a década de 1990 no qual a exploração de recursos naturais é priorizada.

Gráfico 28 – Importações brasileiras por atividade econômica (%)



Fonte: Elaboração própria com base e, MDIC (2020a).

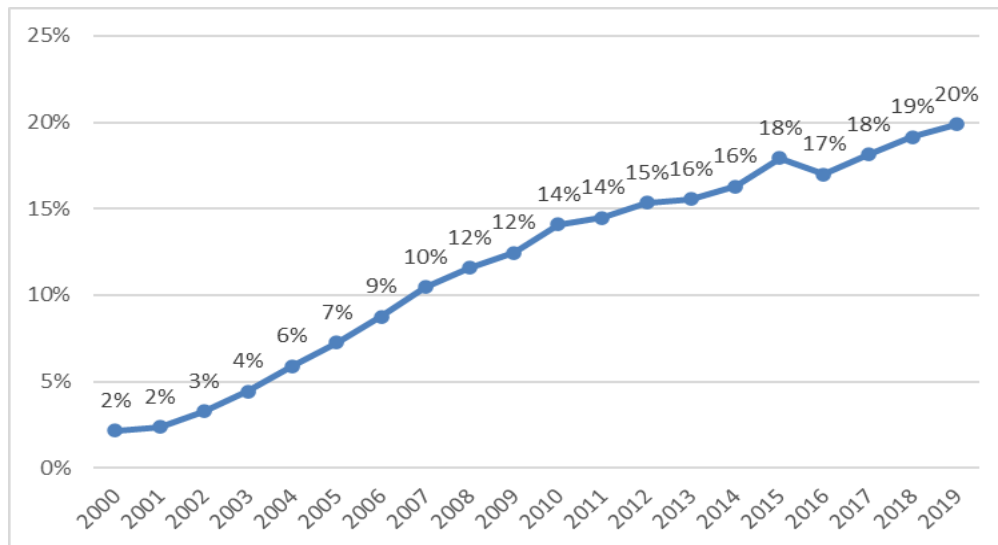
Também merece destaque o rápido aumento que culminou em uma expressiva participação chinesa nas importações brasileiras, algo também aconteceu pelo lado das exportações, evidenciando, portanto, a forte relação comercial sino-brasileira, pelo menos sob

<sup>45</sup> O Gráfico 4, apresentado no capítulo anterior, apresenta a evolução da participação percentual da Indústria de Transformação no PIB nacional. Em 2000, este setor representava 15,27% e em 2019 participa com 11%.

a ótica brasileira<sup>46</sup>. Em 2000, quando houve o início e a intensificação do comércio entre os dois países, as importações chinesas representavam apenas 2% do total das compras externas brasileiras. Este percentual foi constantemente subindo até atingir o ápice de 20% no ano de 2019<sup>47</sup>. O Gráfico 29, abaixo, apresenta a evolução desta variável nos anos 2000.

Quando se observa o influxo comercial brasileiro originário da China sob a mesma ótica apresentada no Gráfico 28, ou seja, dividido por atividades econômicas (Agropecuária, Indústria Extrativa e Indústria de Transformação) constata-se um predomínio ainda maior da Indústria de Transformação quando se compara com o influxo comercial brasileiro total. Entre os anos de 2000 a 2019, este setor participou, em média com 98%, das importações brasileiras junto a China.

Gráfico 29 – Participação (%) da China nas Importações brasileiras



Fonte: Elaboração própria com base em MDIC (2020).

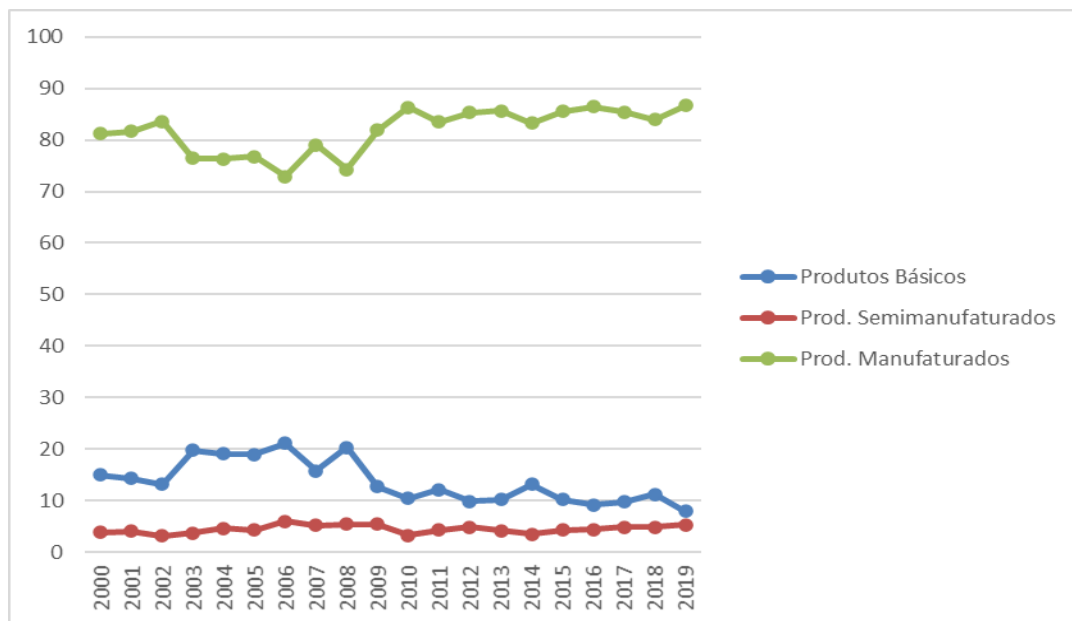
Além disso, a participação chinesa na importação total brasileira pertencente à Indústria de Transformação é absolutamente crescente. No ano de 2000, período inicial do aprofundamento da relação comercial sino-brasileira, a China participava com apenas 2,41% das importações destinadas à Indústria de Transformação. Em 2009, quando a China se tornou o principal parceiro comercial brasileiro, este percentual já era de 14,31%. Finalmente, em 2019, este percentual atingiu o ápice de 22% (MDIC, 2020).

<sup>46</sup> Evidentemente que a importância desta relação se dá muito mais pelo lado brasileiro cuja participação chinesa no comércio exterior brasileiro é maior, tanto em termos quantitativos como qualitativos, do que a participação brasileira no comércio exterior chinês.

<sup>47</sup> O Gráfico 9 apresenta esta mesma evolução, ou seja, a participação das importações chinesas nas importações totais brasileiras entre os anos de 2000 a 2019, porém em números absolutos, ou seja, em dólar americano.

Outra forma de se apresentar o predomínio da Indústria de Transformação nas importações nacionais é através da análise deste influxo sob a ótica do fator agregado<sup>48</sup>, tal como é apresentado no Gráfico 30 abaixo. Sob esta forma de apresentação, as importações são divididas em produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Embora a apresentação das importações por fator agregado esteja sendo descontinuada, optou-se por usá-la neste trabalho a fim de destacar o predomínio dos produtos manufaturados dentro dos produtos importados pela Indústria de Transformação de modo geral.

Gráfico 30 - Participação dos bens básicos, semimanufaturados e manufaturados nas importações brasileiras  
2000 – 2019.



Fonte: Elaboração própria com base em MDIC (2020).

Ao longo dos anos 2000, em torno de 86% das importações foram compostas por produtos manufaturados. Os produtos semimanufaturados aumentaram ligeiramente a sua participação, passando de 4%, em 2000, para 5,3% em 2019. Já os produtos básicos apresentaram uma queda acentuada. No início do período analisado, as *commodities* correspondiam a 15%, percentual que caiu para 8% em 2019. Esta queda dos recursos naturais nas compras provenientes do exterior corresponde ao fenômeno já apresentado no Gráfico 28, onde a diminuição da Agropecuária e da Indústria Extrativa, se coadunam ao modelo de

<sup>48</sup> O Mdic informa que esta forma de apresentação dos fluxos comerciais será descontinuada e posteriormente substituída pela forma apresentada no Gráfico 28 acima, ou seja, Seção da Classificação Internacional Padrão por Atividade Econômica (Internacional Standard Industrial Classification of all Economic Activities – ISIC) disponibilizado pelo Mdic (2020).

desenvolvimento adotado pelo Brasil pós década de 1990 no qual justamente essas duas atividades econômicas são intensivamente voltadas ao mercado externo. Portanto, à luz deste processo, é natural a diminuição dos recursos naturais nas importações nacionais.

As compras brasileiras adquiridas junto à China reproduzem estas mesmas características, contudo, de forma mais intensa, ou seja, os produtos básicos e semimanufaturados diminuem suas participações no computo total enquanto os produtos manufaturados praticamente passam a representar o todo. Em 2000, importações brasileiras de produtos básicos provenientes da China representavam 8% do total. Este percentual caiu para apenas 2% em 2018<sup>49</sup>. Os produtos semimanufaturados representavam 1%, em 2000, e passaram a participar com menos de zero por cento em 2018, enquanto os produtos manufaturados correspondiam a 90%, em 2000, passando a representar 98% em 2018.

Vistas pelo lado da intensidade tecnológica, as importações brasileiras também reforçam a ideia de perda de dinamismo do setor industrial brasileiro. Em média, 60% das importações nacionais a partir dos anos 2000 são compostos por produtos pertencentes a Indústria de Transformação de Média-Alta e Alta Tecnologia. Em contrapartida, os produtos pertencentes a Indústria de Transformação de Média-Baixa Tecnologia e Baixa Tecnologia representaram, em média, um quarto das importações totais. Ademais estes segmentos da indústria de transformação de Média-Baixa e Baixa Tecnologia apresentaram um aumento em suas participações no computo total<sup>50</sup>. O Gráfico 31 abaixo apresenta a evolução da Indústria de Transformação em função da intensidade tecnológica de cada segmento.

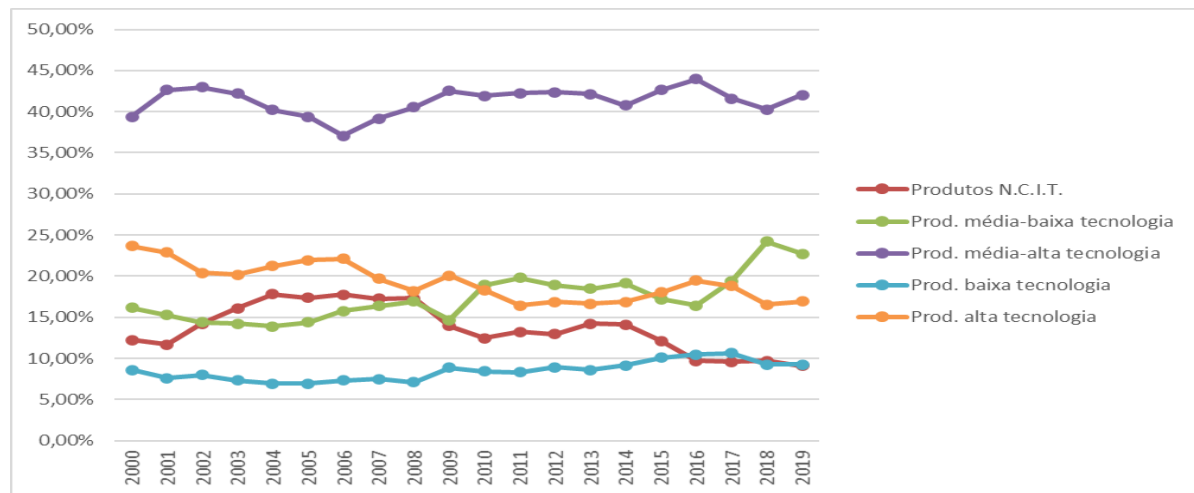
Deste modo, a análise das importações brasileiras, no período de 2000 a 2019, sob a ótica das atividades econômicas deixa claro a predominância da Indústria de Transformação neste influxo comercial, evidenciando, portanto, o papel exercido pelo Brasil no comércio internacional de grande consumidor de manufaturas. Além disso, a qualidade tecnológica das manufaturas importadas pelo Brasil, majoritariamente compostas por produtos confeccionados pela Indústria de Transformação de Média-Alta e Alta Tecnologia se coadunam com o lugar do Brasil no comércio internacional, ou seja, de exportador de *commodities* e de importador de manufaturas, o que reflete no lugar ocupado pelo Brasil nas CGVs.

---

<sup>49</sup> Os fluxos comerciais por países, apresentados por fator agregado, tiveram suas divulgações descontinuadas. Por essa razão a data mais recente das importações brasileira originárias da China é de 2018.

<sup>50</sup> Os produtos da Indústria de Transformação de média-baixa Tecnologia, em 2000, representavam 16% das importações totais. Em 2019, este percentual passou para 23%. Já a Indústria de Transformação de baixa tecnologia participava com 8,61%, em 2000 passando para 9,25% em 2019 (MDIC, 2019). Portanto, ambos segmentos dotados de baixa intensidade tecnológica aumentaram suas participações nas importações brasileiras.

Gráfico 31 – Importações Brasileiras por intensidade tecnológica (%)



Fonte: Elaboração Própria com base em MDIC (2020a).

Obs.: N. C. I. T. – Produtos Não Classificados na Indústria de Transformação.

Por fim, as importações podem também ser classificadas por grandes categorias econômicas<sup>51</sup>, na qual as compras externas são separadas por bens de capital, bens intermediários, bens de consumo e combustível e lubrificantes. Sob esta categorização constata-se que, durante os anos 2000, em torno de 60% das importações foram compostas por bens intermediários. Bens de capital e os combustíveis e lubrificantes tiveram suas participações praticamente estagnadas entre 2000 a 2019. Já a compra de bens de consumo aumentou quatro pontos percentuais passando de 10% em 2000 para 14% em 2019. O Gráfico 32 abaixo apresenta a evolução da importação desses bens ao longo dos anos 2000.

A maior parte dos bens intermediários importados, corresponde a “insumos industriais elaborados” tais como inseticidas, cloreto de potássio, nafta para petroquímica, partes de aparelhos de radiodifusão etc. Estes insumos correspondem, em média a 57% dos bens intermediários provenientes do exterior entre 2000 a 2019. A segunda parte mais representativa de bens intermediários importados são as “peças e acessórios para bens de capital” que participam em média com 21%. A terceira parte corresponde a “peças para equipamentos de transportes” que em média participa com 14%.

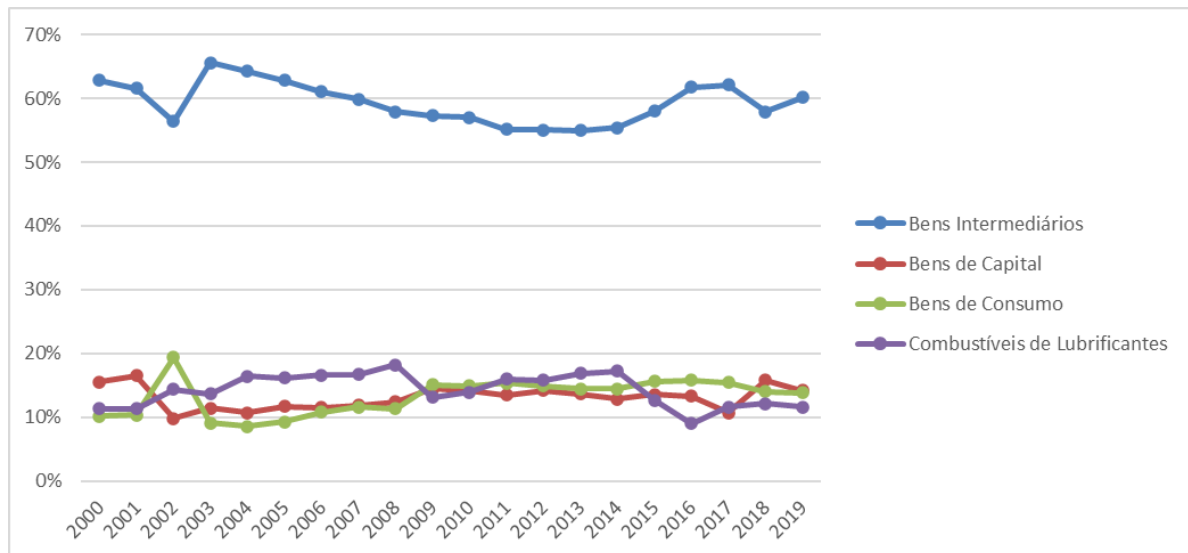
Deste modo, é possível apontar certa dependência da Indústria de Transformação brasileira ao mercado externo por duas razões. Em primeiro lugar, três quartos das importações deste segmento são compostas por bens intermediários e de capitais. Em segundo lugar, o

<sup>51</sup> Esta forma de apresentação das importações é denominada por Mdic (2020a) por Classificação por Grandes Categorias Econômicas (CGCE - Nível 1).



coeficiente de penetração<sup>52</sup> da Indústria de Transformação aumentou. No primeiro trimestre de 2007, este coeficiente era de 13,9%. No segundo trimestre do ano 2015, último período disponível deste indicador, o coeficiente chegou a 20,4% (IPEADATA, 2020c). Isso indica que um quinto do consumo da Indústria de Transformação é atendido por meio de compras externas.

Gráfico 32 – Importações Brasileiras por categorias econômicas (%)



Fonte: Elaboração Própria com base em MDIC (2020a).

Naturalmente, a participação da China nas importações brasileiras por categorias econômicas é constantemente crescente após os anos 2000. A maior participação dos bens intermediários é predominante e corresponde, em média 62% nesse período. Os bens de consumo figuram como o segundo rol de bens mais importado junto a China correspondendo, em média 19%. Já os bens de capital têm uma participação média de 15%. Os combustíveis e lubrificantes chegaram a corresponder a 14% das compras junto à China em 2003. Após esse ano, diminuíram significativamente sua participação, de modo que em 2019 correspondem a menos de 1%. Neste ano, os bens intermediários, de capital e de consumo correspondem a 99% das compras junto à China.

Hitatuka e Sarti (2015a) defendem que as importações chinesas entre os anos 2000 a 2008 tiveram um papel complementar à produção industrial na medida em que este setor assim como a economia nacional como um todo cresceu de forma relativamente rápida para os padrões brasileiros, quando o PIB do Brasil cresceu em média 3,78% aa nesse período. Nos

<sup>52</sup> O coeficiente de penetração da Indústria de Transformação indica quanto deste segmento é atendido pelas compras oriundas do exterior. Logo, quanto maior for este coeficiente, maior será o consumo ou oferta da Indústria de Transformação que é atendido por meio das importações.

anos seguintes, ou seja, no período pós crise de 2008, os mesmos autores entendem que com a mudança de conjuntura provocou um acirramento da concorrência da produção nacional com as importações chinesas o que implicou no deslocamento da produção doméstica, dificultando em certa medida a retornada do crescimento econômico do Brasil. De fato, entre os anos 2009 a 2019 o crescimento médio da economia brasileira foi de 1,29% aa, ou seja, significativamente inferior ao período antes da crise<sup>53</sup>.

Por se tratar de um tema relativamente complexo, a influência direta ou indireta das importações e, naturalmente das exportações sobre a estrutura produtiva nacional necessita ser abordado com mais vagar, o que foge propriamente dos objetivos deste subcapítulo. Preliminarmente, faz-se uma análise prévia à luz dos dados das importações brasileiras originárias da China por categorias econômicas. Portanto, este tema será retomado em um subcapítulo própria no capítulo seguinte.

Cabe lembrar que este subcapítulo objetivou evidenciar a condição brasileira de consumidor das manufaturas chinesas. Esta situação, desempenhada pelo Brasil, foi apresentada através da exposição as importações nacionais separadas por atividades econômicas (agropecuária, indústria extrativa e de transformação e outros produtos), por fator agregado (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados). por intensidade tecnológica (alta, média alta, média baixa e baixa tecnologia) e, finalmente por categorias econômicas (bens de capital, intermediário, de consumo, combustível e lubrificantes) entre os anos de 2000 a 2019.

Deste modo, as importações nacionais apresentadas por atividades econômicas evidenciam a predominância absoluta de produtos pertencentes a Indústria de Transformação, pois 90% das compras externas são ligadas a esta atividade. Quando se analisam apenas as importações oriundas da China sob esta ótica, o predomínio da Indústria de Transformação é ainda maior, ou seja, 98%.

As importações por fator agregado, tornam clara a condição brasileira de consumidora de manufaturas, especialmente das chinesas. Do total de produtos importados pelo Brasil, em média 86%, são classificados como produtos manufaturados ou semimanufaturados. Já os produtos exclusivamente vindos da China, 98% são produtos manufaturados. O mesmo fluxo de produtos vindos do exterior, porém agora classificados por intensidade tecnológica, mostram que 60% destes bens são dotados com alta e média alta tecnologia.

---

<sup>53</sup> Os dados de crescimento do PIB nacional foram obtidos em IPEADATA (2021).

Por fim, o influxo comercial classificado por grandes categorias econômicas mostra que dois terços das importações nacionais são classificados como bens intermediários. Esta mesma proporção praticamente se mantém nas importações vindas da China, quando, em média, 62% são formadas por bens intermediários e 99% das compras em 2019 são compostas por bens intermediários, de capital e de consumo.

Com isso, tendo as importações brasileiras apresentadas sob essas quatro formas ao longo deste subcapítulo, evidencia-se a clara condição brasileira de consumidor de manufaturas e, especialmente, dos produtos chineses. Neste sentido, dado a relevância do comércio sino-brasileiro, ao menos sob a ótica brasileira, o próximo capítulo destinar-se-á a análise do destino setorial dos investimentos chineses realizados no Brasil visando apresentar as características estruturais desses projetos.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Este capítulo teve como objetivo inicial discorrer sobre os interesses chineses e brasileiros que os levaram a realização de uma expressiva relação comercial após os anos 2000. Considerando que a relação sino-brasileira é marcada por forte intensificação comercial e produtiva e que neste processo a atuação das ETNs tem um papel de destaque, destinou-se o segundo subcapítulo a apresentação de modelos sobre o funcionamento do comércio internacional que incorporem a presença dessas empresas. Portanto, o primeiro subcapítulo tratou dos interesses chineses no Brasil, o segundo da influência das ETNs nas exportações dos países receptores, enquanto o terceiro apresentou os fatores de ordem interna e externa que conduziram a economia nacional a ser exportadora de recursos naturais e, portanto, fornecedora de commodities para a China. Posteriormente, buscou-se analisar, em termos quantitativos, as importações nacionais a fim de evidenciar o caráter desigual da relação comercial praticada entre as duas economias.

Deste modo, mostrou-se no primeiro subcapítulo que a China ao promover uma mudança na sua estrutura produtiva por meio de um forte processo de urbanização e industrialização, aumentou expressivamente a sua demanda por recursos naturais. Ou seja, a urbanização de aproximadamente 400 milhões de pessoas em quase vinte anos, aumentou na mesma proporção a demanda por alimentos nas cidades e gerou a necessidade da realização de obras de infraestruturas nas localidades que receberam este imenso fluxo migratório. Esta

realidade motivou a China a buscar no exterior alimentos e insumos para a construção civil. Neste contexto, intensificam-se as relações comerciais sino-brasileira a partir dos anos 2000.

No segundo subcapítulo mostrou-se que embora tenha havido uma evolução teórica na área da economia internacional, ao se incorporar a presença das ETNs nos modelos de comércio exterior, a capacidade explicativa destes recursos permanece limitada na medida em que esses estudos vinculam a decisão de realizar IED a busca por minimização de custo. No entanto, mesmo com essa conclusão reducionista, os modelos apontam que as ETNs modificam a composição do comércio internacional e, por conseguinte, a pauta exportadora dos países receptores. Esta conclusão se coaduna com as evidências empíricas e, especialmente, em relação as ETNs chinesas atuantes no Brasil, fato que será explorado com mais detalhes no último capítulo desta Tese.

No terceiro subcapítulo advogou-se que não foi a ascensão chinesa que recolocou as exportações de recursos naturais como “motor da economia brasileira” e sim a forma como o Brasil reagiu a mudança da estrutura produtiva global. A crise política e econômica na década de 1980 e a adoção de medidas econômicas pró-mercado, na década de 1990, colaboraram para a desintegração produtiva brasileira e assim, o colocaram como exportador de recursos naturais. Essa situação veio a se coadunar com os interesses chinês nos anos 2000.

Por fim no último subcapítulo evidenciou-se que o Brasil é um importador de manufaturas, especialmente as chinesas. Apresentadas por diferentes classificações, este influxo de bens é majoritariamente caracterizado manufaturas, sendo que 60% desde produtos pertencem à Indústria de Transformação de média-alta e alta tecnologia. Isso significa que dados as características das exportações brasileiras ao mundo, bem como especificamente à China, o comércio exterior sino-brasileiro é caracterizado por uma enorme assimetria e de certo modo ajuda a explicar o lugar que Brasil ocupa nas CGVs.

Dado este contexto e as características da relação comercial sino-brasileira, cumpre investigar se esta estrutura comercial influenciou a relação produtiva entre os dois países intensificada após os anos 2010. Com este desiderato, o próximo capítulo destinar-se-á a análise dos IEDs no Brasil e sua possível influência sobre a estrutura produtiva nacional, seja ela, decorrente da relação comercial ou produtiva ou evidentemente das duas.

## 4 PERFIL DOS INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo apresentar de uma forma detalhada os influxos de investimentos chineses no Brasil a fim de fornecer subsídios para a realização da análise proposta no Capítulo 5, isto é, a influência destes investimentos sobre o padrão do comércio exterior brasileiro bem como sobre a estrutura produtiva nacional. Igualmente, em virtude da internacionalização chinesa por meio de seus investimentos se tratar de um fenômeno global, apresentar-se-á também neste Capítulo as reações de alguns países receptores dos capitais chineses. Por fim, no último subcapítulo realizar-se-á uma breve discussão teórica a respeito da influência que o padrão comercial de uma economia exerce sobre a sua estrutura produtiva.

### 4.1 FONTE DE DADOS: ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS

Este subcapítulo visa apresentar detalhadamente os fluxos de IEDs chineses realizados no Brasil com o intuito de analisar a intensificação produtiva sino-brasileira ocorrida após o ano de 2010. Para tanto, exige-se um detalhamento não apenas circunscrito ao fluxo ou ao estoque de investimentos chineses realizados no Brasil. Busca-se, além disso, informações tais como: (i) a natureza da empresa investidora, ou seja, se ela é pública ou privada; (ii) o tipo de investimento que está sendo feito, o qual pode ser *greenfield*, situação em que se trata da instalação de uma nova unidade produtiva, o que aumentará a capacidade instalada do país receptor ou *brownfield* quando o IEDs simplesmente represente uma fusão ou aquisição, ou seja, uma troca de posse de ativos, o que, portanto, não influencia a capacidade instalada do país receptor; (iii) os setores econômicos ou atividades econômicas à luz da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) que cada investimento se destinam.

Os órgãos oficiais que disponibilizam os dados de IEDs poderiam ser utilizados para alguns fins desta seção, mas não integralmente. O *Ministry of Commerce, People's Republic of China* (MOFCOM), por exemplo, registra os fluxos de IEDs, porém considera somente o primeiro destino dos investimentos, o que por vezes, não corresponde à realidade na medida em que usualmente muitas empresas chinesas se valem de locais como Hong Kong, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas e Singapura, os quais atuam como receptores intermediários antes dos fluxos de IEDs acessarem efetivamente o destino pretendido ou final. Esta ação é chamada de *trans-shipping* e dificulta o monitoramento dos fluxos de IEDs. Em outra situação, as empresas chinesas com o intuito de se valer de benefícios concedidos aos investidores

estrangeiros realizam a prática de *round-tripping*. Neste caso, o capital chinês é enviado ao exterior e depois retorna a própria China. Portanto, essas duas práticas (*trans-shipping* e *round-tripping*) dificultam o uso indiscriminado dos dados da MOFCOM (KUPFER; FREITAS, 2018).

A Unctad disponibiliza dados de origem e destino dos fluxos de IEDs. Porém, por utilizar os dados da MOFCOM e dos demais órgãos oficiais de cada país, os problemas de *trans-shipping* e *round-tripping* permanecem. Os dados da Unctad podem perfeitamente ser utilizados para determinados fins, tais como o fluxo global de IED dentro de um determinado período, tal como foi feito no Gráfico 1, mas não para todos os objetivos desta pesquisa.

O Bacen (2020a) disponibiliza os fluxos de IEDs ingressantes no Brasil de diversas formas e períodos. A série denominada “Ingressos de investimentos diretos no país – Participação no Capital” discrimina o fluxo de IEDs entrantes no Brasil entre os anos de 2001 a 2019 por país de origem. Em outra série denominada “Ingressos brutos de investimentos diretos no país – Participação no capital”, o mesmo órgão apresenta o fluxo de IEDs no período de 2010 a 2019 discriminado por país investidor, ou seja, a origem do capital bem como o setor da atividade econômica (à luz do CNAE 2.0<sup>54</sup>) beneficiada pelo investimento no Brasil.

Deste modo, apesar de certo detalhamento, os dados fornecidos pelo Bacen não apresentam as empresas investidoras tampouco a sua propriedade (pública ou privada). Ademais, os já relatados problemas de *trans-shipping* e *round-tripping* não são solucionados. Um relatório do Centro Empresarial Brasil-China publicado em 2013<sup>55</sup> aponta que a aquisição da empresa brasileira Repsol por parte da empresa chinesa Sinopec no valor de US\$7,1 bilhões foi registrada no Bacen como capital originário de Luxemburgo, ou seja, em uma clara ação de *trans-shipping*.

Logo, considerando as dificuldades existentes de se obter junto aos órgãos oficiais detalhamento dos fluxos de IEDs tais como as empresas investidoras e sua propriedade (pública e privada) e os efetivos países da origem dos capitais, faz-se necessário a utilização de fonte de dados alternativos. Por estas razões, os dados dos IEDs chineses realizados no Brasil trabalhados nesta seção foram obtidos junto a Red ALC-China. Esta Rede se vale de várias fontes como *China Global Investment Tracker*, *FDI Markets*, *Bloomberg* e *Thomson Reuters* para assim disponibilizar informações detalhadas sobre os projetos de investimentos e suas características como *greenfield* ou *brownfield*, empresa investidora etc.

---

<sup>54</sup> As grandes atividades econômicas apresentadas nesta série são 1) Agricultura, pecuária e extração mineral; 2) Indústria; 3) Serviços; 4) Aquisição e venda de imóveis.

<sup>55</sup> Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Junho/2013.

Naturalmente, a partir da dificuldade de contabilização dos IEDs anunciados e efetivamente realizados, muitas vezes não há uma exatidão nos valores dos IEDs. Além disso, há situações em que o fluxo de investimentos de um determinado projeto ocorre ao longo de alguns anos, todavia o seu registro se dá em um único ano. Esta situação pode gerar algumas diferenças de valores tanto no fluxo como no estoque dos IEDs, quando analisado ao longo de um determinado período. Contudo, tendo em vista que o objetivo desta Tese não se limita a análise quantitativa dos fluxos de IEDs, mas também da análise qualitativa deste processo, estas variações, embora existentes, não impedem a realização do estudo. A análise quantitativa se refere ao levantamento dos influxos de capitais chineses na economia brasileira entre os anos de 2000 a 2019, o que compõem o estoque e o fluxo de IEDs, bem como o fluxo e o estoque de investimento indireto, ou seja, os empréstimos e financiamento de longo prazo concedido por bancos chineses neste mesmo período. A análise qualitativa será reservada ao mapeamento do destino deste influxo de capital na economia brasileira em termos setoriais. Por meio das atividades econômicas existentes no CNAE 2.0, se identificarão os principais setores receptores dos investimentos chineses, estudo que subsidiará à identificação dos impactos destes influxos de capitais no setor produtivo nacional, de modo especial na indústria manufatureira e no padrão de comércio externo brasileiro. Portanto, o próximo subcapítulo destinar-se-á ao entendimento das características estruturais dos IEDs chinês realizados no Brasil.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DOS IEDS CHINESES

Os dados apresentados pela Red-ALC-China, mostram que entre 2003 a 2019, o estoque de investimentos chineses foi de US\$48.611.169.346,00 por meio de 128 operações no Brasil. Dividindo-se esta sequência de anos em dois períodos, sendo o primeiro compreendido entre 2003 a 2009 e o segundo de 2010 a 2019, constata-se que efetivamente a maior parte do influxo de capitais chineses no Brasil ocorreu após o ano de 2010, ou seja, no segundo período (Red-ALC-China). Esse fato se coaduna perfeitamente com a evolução da relação sino-brasileiro, a qual foi marcada na primeira década dos anos 2000 por uma forte relação comercial e posteriormente expandiu-se para uma relação comercial produtiva na segunda década deste século.

Logo, apenas 9% deste valor, ou seja, US\$4.231.700.000 foram investidos durante os anos de 2003 a 2009 por meio de 15 projetos. O setor mais beneficiado foi a Indústria Extrativa que recebeu 93,58% distribuídos entre apenas 4 operações. Três destes projetos são

classificadas como do tipo *greenfield*, e correspondem a 88% dos recursos investidos. A quarta operação é do tipo *brownfield* e equivale a 10% dos recursos aplicados na Indústria Extrativa neste período. A Tabela 3, abaixo, apresenta os investimentos neste segmento entre os anos de 2003 a 2009 (Red-ALC-China).

Tabela 3 – IEDs na Indústria Extrativa (2003 – 2009)

valor	%	Tipo	propriedade	operação
3.500.000.000	88%	<i>greenfield</i>	público	2
60.000.000	2%	<i>greenfield</i>	privado	1
400.000.000	10%	<i>brownfield</i>	público	1

Fonte: Red ALC-China.

Observa-se, portanto, a clara preferência por investimentos do tipo *greenfield* na Indústria Extrativa neste primeiro período de análise, em que a característica marcante, conforme já observado, foi a intensificação da relação comercial entre os dois países. No período subsequente, ou seja, a partir de 2010, quando ocorre a intensificação da relação produtiva, o tipo de investimento predominante no setor extrativo passará a ser fusões e aquisições em virtude da mudança da forma de atuação da China neste segmento, buscando, deste modo, um maior controle no mercado de recursos naturais.

A segunda atividade econômica mais beneficiada neste período, muito atrás da Indústria Extrativista, foi a Indústria de Transformação que recebeu 4,29% do total dos IEDs. No entanto, este pequeno volume destinado à Indústria manufatureira se deu por meio de 7 operações, o que representa 47% das 15 operações totais realizadas entre os anos de 2003 a 2009 (vide Tabela 4 e 5 abaixo). Dentre os 7 projetos de investimentos realizados, cinco são do tipo *greenfield* e apenas dois são do tipo *brownfield*. Contudo, quando se analisa esses projetos por volume de investimento, verifica-se um maior equilíbrio, na medida em que os cinco projetos do tipo *greenfield* equivalem 56% do total investido no setor, enquanto os dois projetos do tipo *brownfield* correspondem aos outros 44%. Todos os recursos aplicados nesta atividade econômica são de origem privada, tal como apresenta a Tabela 4 abaixo.



Tabela 4 – IEDs na Indústria de Transformação (2003 – 2009)

valor	%	tipo	propriedade	operação
101.700.000	56%	<i>greenfield</i>	privado	5
80.000.000	44%	<i>brownfield</i>	privado	2

Fonte: Red ALC – China.

Após a análise destes dados, fica evidente a influência do padrão de comércio exterior sino-brasileiro, fortemente concentrado na exportação de recursos naturais, no destino dos IEDs, ou seja, na Indústria Extrativa. Esta situação é expressa pelo predomínio absoluto dos investimentos públicos na Indústria Extrativa, os quais correspondem a 98% do total investido no setor, conforme apresentado na Tabela 3. Esta distinção setorial no que se refere a propriedade do capital configura um certo padrão na condução dos investimentos por parte do Estado chinês. Setores identificados como estratégicos por serem fornecedores de recursos naturais são destino de IEDs públicos, já atividades de cunho manufatureiro são oriundos de propriedade privada (HIRATUKA, 2019). A Tabela 5 detalha os IEDs chineses realizados neste período, discriminando os setores beneficiados com base no CNAE 2.0 e o número de operações correspondentes.

Tabela 5 – IEDs anunciados pela China, distribuídos por ativ. econ. (2003 - 09). Em US\$ e %

Ativ. Econ. (CNAE 2.0)	valor (US\$)	%	Operações.	%
B - Ind. Extrativa	3.960.000.000	93,58%	4	27%
C – Ind. Transformação	181.700.000	4,29%	7	47%
G - Comércio, reparação	3.000.000	0,07%	1	7%
J - Informação e Comunicação	2.000.000	0,05%	1	7%
K - Ativ. Financeiras	85.000.000	2,01%	2	13%
Total	4.231.700.000	100%	15	100%

Fonte: Red ALC – China.

No período compreendido entre os anos de 2010 a 2019, ocorreram 91% dos IEDs realizados em território nacional, ou seja, US\$44.379.469.346,00 por meio de 111 operações. Quando se observa a distribuição setorial dos investimentos constata-se que predominantemente três setores são beneficiados. Em primeiro lugar, está o setor de Eletricidade e Gás (Atividade Econômica D no CNAE 2.0) recebeu US\$18,8 bilhões, o que corresponde a 42,4% dos investimentos totais do período, por meio de 9 operações, executadas

por quatro empresas estatais chinesas. A Indústria Extrativa (Atividade Econômica B no CNAE 2.0) aparece em segundo lugar. Este segmento recebeu a importância de US\$12,5 bilhões, o que equivale a 28% dos investimentos totais, por meio de seis operações realizadas por seis empresas, sendo 5 de propriedade estatal e uma de propriedade privada. Por fim, o terceiro está a Indústria de Transformação (Atividade Econômica C no CNAE 2.0) que recebeu US\$4,5 bilhões, o equivalente a 10% dos investimentos totais através de 59 operações, sendo 76% dos recursos de propriedade privada e 24% de posse estatal. Logo, embora o setor manufatureiro possua somente 10% do estoque de IEDs, há uma grande concentração quando se analisa percentual de operações realizadas neste segmento, na medida em que o setor participa com 53% dos totais de projetos executados (Red ALC – China). Fica evidente, portanto, que as operações realizadas nas atividades manufatureiras possuem menor valor monetário frente as operações realizadas nos setores extrativos e energéticos, os quais apesar de deter somente 12% das operações totais, representam, em termos de volume monetário, 70,5% do capital total investido no período inteiro, conforme mostra a Tabela 7 nas próximas páginas.

No que se refere ao tipo de investimento realizado, verifica-se a predominância de investimentos do tipo *brownfield* (fusão e aquisições) que correspondem a 89% frente a somente 11% de investimentos do tipo *greenfield*. A existência de grande volume de investimentos desta natureza é justificada pela forte concentração dos IEDs no setor elétrico e na Indústria Extrativa. Sob a ótica da estrutura produtiva nacional, isso representa um menor impacto na capacidade instalada da economia brasileira, ou seja, na sua capacidade de geração de maior valor adicionado e de novos empregos.

A partir de uma análise superficial sobre o efeito provocado pelos investimentos chineses na geração de empregos em função do tipo de investimentos realizado<sup>56</sup> (*greenfield* e *brownfield*), constata-se que a expectativa de geração de novos empregos é, de fato, pequena, embora o número de postos de trabalhos afetados por este processo tenha aumentado em virtude do grande número de fusões e aquisições realizadas ao longo do período analisado. Entre 2003 a 2009, estima-se que os IEDs chineses tenham criado aproximadamente 6.710 postos de trabalho e tenham afetado 6.000 trabalhadores, na medida em que o processo de fusões e aquisições enseja reestruturação das empresas adquiridas, o que não raras vezes resulta em extinção de funções e demissões. Posteriormente, entre os anos de 2010 a 2019, projeta-se a

---

<sup>56</sup> A análise do impacto dos IEDs sobre os empregos gerados e já existentes, efetivamente, requereria uma observação mais detalhada dos efeitos destas operações em relação a salários, condições de trabalho etc, o que foge dos objetivos propostos neste trabalho. Por isso, apresentou-se sumariamente os dados dos números empregos afetados e criados em decorrência das operações de *brownfield* e *greenfield*.

criação de 27.000 novos empregos frente a influência em aproximadamente 141.910 trabalhadores. Logo, percebe-se que no geral, a maior parte dos empregos já existiam antes dos IEDs chineses serem realizados, o que é natural dado o predomínio de investimentos do tipo *brownfield*. A Tabela 6, abaixo, apresenta a estimativa de empregos afetados por este processo (Red ALC – China).

Tabela 6 – Efeito dos IEDs chineses sobre os empregos por tipo de investimento

Tipo IED	2003 - 2009		2010 - 2019	
	Brownfield	6.000	47%	141.910
Greenfield	6.710	53%	27.075	16%
Total	12.710	100%	168.985	100%

Fonte: Red ALC – China.

Em termos setoriais geração de empregos se deu como era de se esperar, fundamentalmente nos setores mais beneficiados pelos IEDs chineses. De fato, a análise dos dados entre os anos de 2003 a 2009, evidencia que a criação de novos postos de trabalho ocorreu principalmente na Indústria Extrativa, na qual se gerou 6.030 empregos o que corresponde a 90% dos 6.730 novos postos de trabalho criados em função dos IEDs chineses do tipo *greenfield* nesse período; e na Indústria manufatureira em que foram criadas 491 novas contratações de funcionários, o equivalente a 7% dos novos postos de trabalho. Portanto, estes dois segmentos foram responsáveis por 97% dos novos postos de trabalhos criados. No período seguinte, compreendido entre os anos de 2010 a 2019, os setores mais beneficiados, ou seja, o Elétrico e a Indústria Extrativa foram contemplados com somente investimentos do tipo *brownfield*, portanto, não geraram diretamente nenhuma nova contratação de funcionário. Logo, coube a Indústria manufatureira que foi beneficiada com 10% dos IEDs do período, sendo 88% deles do tipo *greenfield*, gerar 15.008 empregos, correspondente a 55% dos 27.075 dos novos postos de trabalho criados ao longo destes anos pelos investimentos chineses nos diversos setores beneficiados (RED ALC – CHINA).

A Tabela 7, apresentada abaixo, detalha todos os IEDs chineses após o ano de 2010. Antes de se analisar cada um dos três setores mais beneficiados individualmente, é possível apontar que o padrão dos investimentos chineses no Brasil é claramente caracterizado por (i) uma forte concentração setorial, na medida que 80,7% do estoque de IEDs se concentra em apenas três setores; (ii) intensa coordenação do Estado Chinês nesse processo, manifestado pelo expressivo volume de IEDs de propriedade estatal, sendo que o destino destes investimentos

são concentrados fundamentalmente em setores ofertantes de recursos naturais; os quais são demandados internamente pela economia chinesa; explicitando, portanto, que a internacionalização das empresas estatais chinesas são feitas visando o atendimento das suas necessidades econômicas internas. Além disso, destaca-se a operacionalização de mecanismos de apoio a estas empresas públicas por meio da concessão de financiamentos e empréstimos atrelados as suas atividades no exterior, o que será abordado com mais vagar na análise dos dados apresentados na Tabela 9; (iii) grande predomínio de investimentos do tipo *brownfield*, os quais correspondem a 82% entre 2003 a 2019. Esta composição de investimentos majoritário do tipo fusões e aquisições é um indicativo do pequeno potencial de impacto que este processo terá sobre a estrutura produtiva nacional e conseqüentemente na capacidade de geração de novas frentes de empregos<sup>57</sup> (RED ALC – China).

Tabela 7 – IEDs anunciados pela China, distribuídos por ativ. econ. (2010 - 19). Em US\$ e %

Ativ. Econ. (CNAE 2.0)	valor	%	Operações	%
D - Eletricidade e Gás	18.813.214.500,0	42,4%	9	8%
B - Ind Extrativa	12.479.000.000,0	28,1%	6	5%
C - Ind Transformação	4.533.374.846,0	10,2%	59	53%
K - Ativ Financeiros	2.980.780.000,0	6,7%	9	8%
H - Transporte, armaz., Correio	1.827.060.000,0	4,1%	7	6%
A - Agropecuária	1.100.000.000,0	2,5%	1	1%
E - Água, esgoto, ativ. Gestão de resíduos	400.000.000,0	0,9%	2	2%
G - Comércio	311.020.000,0	0,7%	5	5%
Q - Saúde Humana	308.000.000,0	0,7%	1	1%
J - Informação e Comunicação	244.770.000,0	0,6%	7	6%
L - Ativ imobiliária	140.100.000,0	0,3%	1	1%
F - Construção	124.950.000,0	0,3%	1	1%
G - Comércio	992.700.000,0	2,2%	1	1%
M - Ativ profissionais, científica e técnicas	104.500.000,0	0,2%	1	1%
I - Alojamento e Alimentação	20.000.000,0	0,0%	1	1%
Total	44.379.469.346,0	100%	111	100%

Fonte: RED ALC – China.

Becard *et al* (2020) sustenta que a explicação para o expressivo volume de investimentos chineses no setor energético brasileiro pode ser compreendido a partir de dois níveis, sendo o primeiro deles correspondente a fatos internos à economia chinesa e o segundo a fatos atinentes

<sup>57</sup> Esta discussão sobre o impacto dos IEDs chineses sobre a estrutura produtiva brasileira será retomada em um subcapítulo posterior quando abordar-se-á justamente a influência do comércio sobre a estrutura produtiva nacional.

a economia brasileira. A conjunção desses dois níveis, portanto, resultou na dinâmica dos IEDs chineses no Brasil.

Pelo lado chinês, entende-se que este país passou por significativas mudanças estruturais, conforme apresentado no Capítulo 3, o que levou esta nação a demandar recursos naturais externamente. Isso significa que o acesso a essas *commodities* agrícolas e minerais tem sido de vital importância para a China na medida em que elas proporcionam ou fazem parte de uma cadeia de medidas voltadas ao próprio desenvolvimento nacional chinês, por esta razão a relação sino-brasileira pode ser caracterizada como interdependente<sup>58</sup>. Logo, os investimentos chineses em infraestrutura física e energética nos países produtores desses recursos tem o propósito inicial de (i) reduzir barreiras comerciais; (ii) prevenir incertezas de abastecimentos. Estas são as razões, no âmbito interno chinês, que justificam 70,5% dos IEDs se destinarem ao Setor Energético e à Indústria Extrativa (vide Tabela 7).

Ao mesmo tempo, os investimentos realizados na Indústria Extrativa têm o propósito de facilitar o acesso aos recursos naturais, os quais são fundamentais para o funcionamento do processo de desenvolvimento chinês, atualmente em curso, no qual se busca o acesso a *commodities*, tais como soja, minério de ferro e petróleo a preços vantajosos. Neste sentido, cabe ressaltar que o setor extrativo é composto por grandes empresas as quais formam oligopólios. Logo, a China buscou por meio da realização de IEDs ter maior controle da produção das *commodities* que ela importava. Esta iniciativa é apontada por Escher *et al.* (2018) como a terceira fase<sup>59</sup> da busca chinesa por recursos naturais quando a China passou a adquirir empresas produtoras das *commodities* demandadas pela economia chinesa. De fato, todos os IEDs feitos na Indústria Extrativa são integralmente do tipo *brownfields* e majoritariamente de propriedade estatal (97%), portanto, confirmam as características desta fase de atuação chinesas no tocante a Indústria Extrativa, conforme mostra a Tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – IEDs na Indústria Extrativa (2010 – 2019)

valor	%	tipo	propriedade	operação
12.089.000.000,0	97%	<i>brownfield</i>	público	5
390.000.000,0	3%	<i>brownfield</i>	privado	1

Fonte: RED ALC – China.

<sup>58</sup> Neste contexto, o Brasil ganha certa importância para a China, pois não haveria um país substituto imediato para o Brasil nesta relação na África, na América do Sul tampouco no Ásia.

<sup>59</sup> A primeira e a segunda fase da busca chinesa por recursos naturais apresentadas por Escher *et al.* (2018) foram abordadas no subcapítulo 3. Interesses da China no Brasil.

Os investimentos apresentados na Tabela 8, não se justificam somente pelas relevantes buscas de recursos naturais por parte da China, mas também têm o objetivo de acessar e trocar informações de cunho tecnológico. No ano de 2010, a Sinopec adquiriu 40% das operações da Repsol Brasil por U\$7.1 bilhões (CECB, 2013). Além dos fatores estratégicos que esta aquisição representa para a China no que se refere a sua busca por recursos naturais, vale lembrar que a situação conjuntural na oportunidade também favoreceu a concretude desta operação, pois a crise financeira de 2008, certamente influenciou a Repsol espanhola a se desfazer de parte de seus ativos. Logo, por meio desta compra a Sinopec pôde acessar as competências que a Repsol desenvolveu ao explorar as reservas de petróleo no Brasil (CECB, 2013). Ou seja, esta operação, efetivamente, possibilitou a China, por meio de sua empresa estatal, o acesso a recursos naturais bem como a tecnologias e a troca de informações a fim de aprimorar sua competência nesta área de exploração.

No entanto, cumpre registrar que a Sinopec ingressou no mercado brasileiro em 2004, quando a Petrobrás a contratou para realizar o projeto Gasene, o qual consistia na construção de uma rede de transporte de gás natural no Brasil com extensão de 4,5 mil quilômetros a fim de interligar os gasodutos da região Sudeste e Nordeste. Esta obra foi financiada pelo *China Development Bank* (CDB) no valor de US\$750 milhões com empréstimo concedido em 2007, conforme mostra a Tabela 9 a seguir. É pertinente apontar a importância da realização desta obra para a Sinopec, pois através deste processo, a empresa chinesa pôde melhor conhecer o mercado brasileiro antes de executar uma aquisição do tamanho da Repsol (CECB, 2013).

Diante deste quadro e à luz do Paradigma Eclético ou Modelo OLI<sup>60</sup> (*ownership, internalization e localization*) de Dunning (1988) poder-se-ia argumentar que os investimentos chineses no Brasil são orientados pela busca de (i) recursos naturais concretizados pelo montante de IEDs aplicados na Indústria Extrativa; (ii) ativos estratégicos manifestados pela grande monta de recursos destinados ao setor energético, (iii) mercado (Indústria Manufatureira) e (iv) eficiência produtiva na medida em que as empresas chinesas, especialmente as companhias atuantes no setor elétrico detêm grande capacidade de gestão e de tecnologia, ou seja, vantagens de propriedades que foram adquiridas internamente, desde 1970, por meio das várias políticas de desenvolvimentos executadas no nível doméstico visando interligar o enorme território chinês, ou seja, ampliar a sua infraestrutura interna (BECARD *et al.*, 2020).

---

<sup>60</sup> Dado os objetivos desta tese, o Modelo OLI, voltado para o âmbito microeconômico, não se coaduna perfeitamente como arcabouço teórico para esta pesquisa. Portanto, a referência a esta teoria se dá de forma pontual para explicar situações específicas das investidas chinesas no Brasil.

Hendler; Rodrigues (2018) entendem que em virtude da grande participação estatal nos IEDs chineses realizados no Brasil<sup>61</sup>, por meio das denominadas *state owned enterprises* (SOE's), a lógica que norteia esses investimentos vai além da visão estritamente empresarial, ou seja, são explicados por uma dinâmica que visa o atendimento de objetivos políticos e estratégicos por parte do Governo chinês. Naturalmente, os interesses do Governo chinês e das SOE's são absolutamente coadunados. Damião *et al* (2020) lembram que os investimentos da China no Brasil têm por objetivos permitir a mudança do modelo econômico por parte da China, conforme já abordado no Capítulo 3, e também possibilitar que as multinacionais chinesas lançadas ao exterior auferam as mesmas taxas de lucros obtidas no âmbito interno. Essa perspectiva de reprodução da obtenção de altas taxas de lucro no exterior tal como no âmbito interno, foram projetadas em virtude de as multinacionais chinesas possuírem grande eficiência produtiva, desenvolvidas desde a década de 1970, conforme já mencionado acima. Neste mesmo sentido, Jaguaribe (2018) menciona que a forte coordenação entre as SOE's, os bancos públicos de desenvolvimento e o sistema produtivo privado chinês é pautada por objetivos de longo prazo, dentre os quais a melhora do perfil da lucratividade dos ativos chineses aplicados no exterior que estão ainda abundantemente vinculados aos títulos do tesouro dos Estados Unidos.

Essa conjunção de fatores tornou, em 2015, com o lançamento do Plano “*Made in China 2025*” explícito o desejo chinês de se tornar autossuficiente na criação de tecnologia de ponta ao incentivar a inovação em dez setores chaves<sup>62</sup>, dentre os quais está o segmento de equipamentos de geração de energia onde se busca (i) tornar suas empresas chinesas atuantes neste setor e globalmente competitivas; (ii) produzir equipamentos avançados de energia térmica, hidroelétrica e nuclear e (iii) ter o domínio da formação de padrões globais para equipamentos de transmissão de alta tensão (LEE, 2018).

Desta forma, a existência da posse das vantagens de propriedade por parte das companhias chinesas atuantes no setor elétrico, permitiu o crescimento destas empresas a ponto delas se tornarem gigantes em suas áreas de atuações. Não por acaso, o estoque total de investimentos nesse segmento foi realizado por quatro companhias, todas elas estatais, por meio

---

<sup>61</sup> No período de 2003 a 2019, 86% dos IEDs chinês realizados no Brasil são de natureza estatal (China-Latin American Finance Database).

<sup>62</sup> Os outros nove setores chaves a serem incentivados no Plano *Made in China 2025* são: biofármacos e produtos médicos avançados, tecnologia avançada de informação, robótica e máquinas automatizadas, veículos e equipamentos eletrônicos, implementos agrícolas, aeroespço e equipamentos aeronáutico, equipamentos naval e navios de alta tecnologia, novos materiais, equipamento de transporte ferroviário moderno (LEE, 2018; MADRIGALI, 2017).

de 9 operações do tipo *brownfield*. No entanto, a maioria absoluta dos investimentos, ou seja, 95,8% foram realizadas por apenas duas empresas<sup>63</sup>: *State Grid Corporation of China* e a *China Three Gorges Corporation*. Neste ambiente e considerando que um dos dez objetivos presentes no Plano “Made in China 2025” é justamente incentivar a inovação de equipamentos elétricos, vislumbra-se um aumento da atuação chinesa nesse setor.

Ademais, além da realização de expressivo volume de investimentos feitos por poucas empresas estatais, o apoio governamental executado tem um papel da maior relevância para o processo de internacionalização. Este suporte somado aos investimentos, através da concessão de financiamento por bancos estatais chineses, tais como o CDB e o China Ex-Im Bank viabiliza obras no Brasil. Esta iniciativa tem o propósito de apoiar as empresas daquele país atuantes no Brasil, especialmente as produtoras de recursos naturais. Isso significa que a expansão chinesa pelo mundo e, especialmente no Brasil, se dá pela articulação de três vetores: comercial, produtiva e financeira.

Essa articulação, definitivamente não ocorre ou se realiza ao sabor do mercado, mas aconteceu de forma absolutamente coordenada pelo Estado chinês que diante da estrutura do comércio internacional, caracterizados por CGVs, conforme abordado no Capítulo 2 desta tese, adotou políticas para se expandir em termos globais por meio da intensificação seletiva do comércio exterior como cada região ou país<sup>64</sup>, bem como a realização de IEDs nesses países e por fim o fornecimento de empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos.

Este padrão de execução dos IEDs chineses pelo mundo remete a existência de uma DIT neste processo. Em termos globais, os IEDs chineses destinados à Europa e aos Estados Unidos, são executados por empresas privadas e voltados aos setores de serviços (telecomunicações e mídia) e manufaturas dotadas de alto conteúdo tecnológico. Já os IEDs destinados à América Latina, Austrália, África e Ásia são de propriedade estatal e fundamentalmente relacionados aos setores de energia, recursos naturais e de infraestrutura. Em suma, atividades consideradas estratégicas para a dinâmica da economia chinesa são operadas por empresas estatais, enquanto atividades manufatureiras são operadas por empresas privadas. Analisando-se estritamente o Brasil após o ano de 2010, quando o maior volume de IEDs chineses foi realizado, constata-se

---

<sup>63</sup> As outras duas empresas responsáveis por 24% dos IEDs no setor elétrico brasileiro são: China Jinjiang Environment Holding Company Limited (SGX:BWM) que em 2018 adquiriu a Foxx URE-BA Ambiental Ltda pelo valor de US\$ 15 milhões (0,08% dos IEDs totais no setor) e a China General Nuclear Power Corporation que no ano de 2019 comprou a Enel, três plantas pelo valor de US\$775 milhões o que corresponde a 4,12% do IED total realizado no setor elétrico.

<sup>64</sup> Medeiros (2008) e Nogueira (2012), mostram que a China possui quatro tipos distintos de padrão de comércio exterior com regiões e países.



o predomínio absoluto de empresas públicas nos investimentos do setor elétrico e quase absoluto da propriedade pública na Indústria Extrativa, setor em que apenas uma operação ou 3% dos investimentos são de propriedade privada. Em relação a Indústria manufatureira, identifica-se a composição de propriedade dos capitais investidos inversa, ou seja, 76% são de propriedade privada e 24% decorrem de empresas públicas. Este padrão seletivo de investimentos, no que se refere a sua distribuição geográfica bem como a propriedade do capital aplicado em determinado segmento, objetiva proporcionar a China um maior controle sobre algumas CGVs, ampliar o acesso a determinadas tecnologias e recursos naturais (HENDLER; RODRIGUES, 2018; JAGUARIBE; 2018).

Em suma, a relação sino-brasileira no setor produtivo vem reforçar o relacionamento comercial. Paralelamente, há várias cooperações financeiras destinadas a viabilização de projetos e obras nos setores de infraestrutura física e energética. A Tabela 9, abaixo, apresenta, em termos quantitativos, os financiamentos realizados por bancos chineses no Brasil no período de 2007 a 2019, discriminando os agentes tomadores, a modalidade de pagamento e as condicionalidades das operações quando existentes. Em termos qualitativos, os dados da Tabela 9, exemplificam uma das formas com que a China se expandiu pelo mundo e se inseriu no Brasil.

Entre 2007 a 2019, CDB e o China Ex-Im Bank financiaram 11 projetos no valor de aproximadamente US\$29 bilhões, sendo que o primeiro banco concedeu 94% deste valor ou US\$27 bilhões enquanto o segundo emprestou 6% ou US\$1.6 bilhões. Os destinos setoriais destes financiamentos são em sua maioria projetos vinculados ao setor energético, o qual recebeu 90% ou US\$26 bilhões do total financiado e os projetos de obras que recebeu 4% ou US\$1.2 bilhões do total. Portanto, 94% dos empréstimos concedidos foram carreados para projetos de infraestrutura física e energética. Do montante de US\$ 26.1 bilhões destinado ao setor energético, US\$25 bilhões foram contraídos pela Petrobras, o qual US\$17 bilhões ou 68% são pagos por meio da modalidade de pagamento *loan-for-oil*, através do qual o pagamento destas operações não ocorre em unidades monetárias, mas sim por meio do fornecimento de petróleo (HIRATUKA; DEOS, 2019).

Tabela 9 – Financiamento chineses no Brasil (2007 – 2019)

Ano	Destino	Objetivo	Banco Financiador	Tomador	US\$	Commodity-backed	Período pgto (anos)	Outros termos e condições
dez/07	Energia	GASENE pipeline	CDB	BNDES	750.000.000,00	não	15	
jun/08	Energia	Unisna de carvão - Candiota	CDB	Governo	356.000.000,00	não	-	Empreiteiro: China's Harbin Electric International Company
mai/09	Energia	Exploração do Campo de petróleo do Pré-sal	CDB	Petrobras	7.000.000.000,00	sim	10	Fornecimento de 150 a 200 mil barris de petróleo por dia; condicionado a compra e/ou contratação de produtos e empresas chinesas para o desenvolvimento do projeto financiado.
jan/14	Energia	Acordo de cooperação bilateral - 1ª parcela	CDB	Petrobras	3.000.000.000,00	não	-	
abr/15	Energia	Acordo de cooperação bilateral - 2ª parcela	CDB	Petrobras	1.500.000.000,00	não	-	
abr/15	Infraestrutura	Construção de uma linha industrial de processamento de soja	CDB	Governo	1.200.000.000,00	não	-	
mai/15	Energia	Acordo de cooperação bilateral	CDB	Petrobras	3.500.000.000,00	não	-	
mai/15	Outro	Venda de 40 aeronaves E-195 para Hainan Tianjin Airlines	Ex-Im Bank	BNDES	1.300.000.000,00	não	-	
dez/16	Energia	Financiamento de dívidas	CDB	Petrobras	5.000.000.000,00	sim	10	Fornecimento de 100 mil barris de petróleo por dia para as empresas National United Oil Corporation, China Zhenhua Oil Co. Ltd. e ChemChina Petrochemical Co. Ltd
set/17	Outro	Finaciamento comercial China-BR	Ex-Im Bank	Banco do Brasil	300.000.000,00	não		
dez/17	Energia	Produção de Petróleo	CDB	Petrobras	5.000.000.000,00	sim	10	Fornecimento 100 mil barris de petróleo por dia para a empresa Unipeç Asia Company (subsidiária da Sinopec)

Fonte: China-Latin American Finance Database; (HIRATUKA; DEOS, 2019)

No ano de 2009, a Petrobras contraiu um empréstimo de US\$7 bilhões com a finalidade de explorar os campos de petróleo do pré-sal. Em contrapartida, a empresa brasileira deveria fornecer diariamente para a China a quantidade de 150 a 200.000 mil barris de petróleo à China durante o período de dez anos. Além desta forma de pagamento, também se condicionou a contratação preferencial de empresas chinesas para o fornecimento de bens e serviços relacionados ao projeto. No ano de 2016, tomou novo empréstimo no valor de US\$5 bilhões e a forma de pagamento estabelecido por esta operação foi o fornecimento de 100 mil barris de petróleo por dia durante dez anos para três empresas chinesas: *National United Oil Corporation*, *China Zhenhua Oil Co. Ltd.* e a *Chem China Petrochemical Co. Ltd.* Finalmente, em 2017, contraiu outro empréstimo de mesmo valor junto ao CDB e a forma de pagamento acordada foi o fornecimento de 100 mil barris de petróleo diários por dez anos para a Unipecc Asia Company, empresa subsidiária da Sinopec (HIRATUKA; DEOS, 2019).

É pertinente destacar que esta modalidade de pagamento *loan-for-oil* vem sendo usada em vários países da América Latina em que a China tem atuado. Além disso, quando não se estabelece o fornecimento direto do recurso natural como forma de pagamento, é condicionado a aquisição destes recursos em condições especiais, ou seja, inferior ao preço praticado no mercado (GALLAGHER *et al*, 2013), o que permite a China uma segurança no fornecimento dos recursos naturais extremamente importantes para a dinâmica da economia do país na atual conjuntura.

Em suma, esta iniciativa faz parte de uma grande política de expansão da China pelo mundo. Este país se vale de seus bancos públicos para financiar projetos de infraestrutura, nos países receptores de seus IEDs, que serão, não por acaso, executados por empresas públicas ou privadas chinesas e finalmente resultaram ou complementarão uma operação comercial realizada também por uma empresa de origem chinesa. Todas estas operações, em última instância, visam o atendimento de suas demandas domésticas tais como comida, fontes de energia e recursos naturais estratégicos. Para tanto, os três vetores de ingresso da China nas economias estrangeiras são: comercial, produtivo e financeiro, os quais estão estrategicamente interligados.

Até o presente momento, procurou-se mostrar que a atuação externa chinesa atende às suas estratégias nacionais de desenvolvimento. Esta forma de agir resulta em investimentos diretos (Tabelas 5 e 7) e indiretos (Tabela 9) fortemente concentrados nos setores extrativos, energéticos e de infraestrutura relacionados aos dois anteriores. Portanto, cumpre agora, abordar os fatores atinentes a economia brasileira, que em paralelo aos fatos acima abordados

relacionados à China explicam a forma com que esses investimentos chineses ocorreram no Brasil.

O acontecimento de uma conjunção de fatores de ordem política, estrutural, conjuntural e legal criaram um ambiente favorável a implementação do IEDs chineses no Brasil. Em termos conjunturais, o ano de 2015 é marcado pelo fim dos ciclos das *commodities* (vide Gráfico 25, apresentado no Capítulo 3), quando na oportunidade o preço destes recursos cai, criando assim, oportunidades para empresas estrangeiras com capacidade de investimento adquirirem os ativos destas companhias a preços competitivos (BECARD *et al.*, 2020). Esta ideia se coaduna com a terceira fase da busca chinesa por recursos naturais, apresentada no Capítulo 3 com base em Escher (*et al.*, 2018), na qual a China muda sua estratégia e passa a orientar suas empresas a comprar parte de ativos de estrangeiras pertencentes ao agronegócio.

Ainda no âmbito conjuntural, cabe destacar a expressiva desvalorização da moeda brasileira, o Real, frente ao Dólar ocorrida neste período e que colaborou para o aumento dos IEDs chineses no Brasil. Desde 2011, ano em que a cotação média do Real frente ao Dólar foi de R\$1,67, a moeda brasileira vem se desvalorizando até chegar à cotação média de R\$5,13 em 2020 (jan/out). Esta desvalorização cambial tornou mais acessível os ativos das empresas brasileiros para investidores estrangeiros (HIRATUKA, 2019). O Gráfico 33 apresenta a evolução da taxa de câmbio nominal do Real no período de 2010 a outubro de 2020.

Gráfico 33 – Taxa de Câmbio nominal (R\$/US\$, cotação de venda, dados diários) – 2010 - 2020



Fonte: BACEN (2020b)

Além dos fatores de ordem conjuntural, no âmbito legal, a medida provisória n° 579 de 11 de setembro de 2012, transformada posteriormente na Lei n° 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou uma antecipação da renovação das concessões para a geração, transmissão e

distribuição de energia elétrica com tarifas 20% mais baixas, o que modificou tanto o fluxo de caixa como a receita das empresas atuantes no setor elétrico. Esse novo marco legal, dificultou as companhias brasileiras que compunham o setor elétrico nacional a investirem neste segmento, levando-as a venderem parte de seus ativos (BECARD *et al.*, 2020).

Por fim, no âmbito político, a segunda década dos anos 2000 no Brasil foi marcada por escândalos de corrupção, o que desencadeou em uma crise política com efeitos na atuação e estratégia das grandes empresas brasileiras pertencentes à indústria da construção civil. No ano de 2013, a deflagração da Operação Lava Jato resultou na paralização de muitos empreendimentos públicos, colocando em dificuldade várias empresas brasileiras (BECARD *et al.*, 2020). Diante deste quadro, Petrobrás, Camargo Corrêa, OAS e Queiroz Galvão se viram diante da necessidade de captar recursos para reduzir suas dívidas, investir em projetos bem como honrar multas decorrentes dos acordos de leniência com o Governo brasileiro. Portanto, foram compelidas a se desfazer de parte de seus ativos para empresas estrangeiras a fim de honrar estes compromissos (FILGUEIRAS, 2016).

Paralelamente a Operação Lava Jato, o Brasil convive a longa data com um déficit de infraestrutura, necessitando, portanto, melhorar a sua capacidade instalada no que se refere a portos, rodovias e na geração e transmissão de energia elétrica; aliada a também reiterada incapacidade do Estado brasileiro para resolver ou atenuar esta situação. Deste modo, a China ingressa no Brasil em um ambiente duplamente favorável, qual seja, (I) a existência de demanda brasileira por infraestrutura e (II) as empreiteiras brasileiras estarem paralisadas ou desarticuladas pela Lava Jato. Esta situação de cunho político e estrutural criou uma inequívoca oportunidade de investimentos para as empresas chinesas (BECARD *et al.*, 2020).

Dado a incapacidade histórica do Estado brasileiro de solucionar o seu déficit de infraestrutura física e energética, fato que certamente representa um óbice ao crescimento econômico, é possível argumentar que sob a ótica brasileira, que a execução dos IEDs chineses nos referidos setores, se tornam um atendimento parcial a este problema. Em outras palavras, ainda que os projetos de infraestrutura chineses estejam visceralmente ligados aos seus IEDs, estas obras trabalham para dinamizar a economia brasileira dentro das características atuais da sua estrutura produtiva, promovendo, portanto, o crescimento econômico em curto prazo. Entretanto, o outro lado desta “moeda” e que não pode ser desconsiderado, é a qualidade do crescimento econômico que se está incentivando, ou seja, a influência da relação sino-brasileira sobre a estrutura produtiva nacional e o crescimento econômico decorrente deste processo, bem

como a perda de parte do comando de um setor gerador de um insumo básico (setor elétrico) da economia brasileira para um país estrangeiro.

Efetivamente, a distribuição percentual dos IEDs chineses no setor elétrico brasileiro, no período de 2010 a 2019, coincidem com a ocorrência dos fatores de ordem legal (Lei 12.783) e a deflagração da operação Lava Jato, ambos ocorrido em 2013. Entre os anos 2010 a 2014, ocorreram 11% dos investimentos por meio de duas operações, sendo uma realizada pela *State Grid* no valor de US\$1.7 bilhões e outra pela *China Three Gorges* no valor de US\$390 milhões. Ao longo dos anos de 2015 a 2019 ocorreram os outros 89% através de sete operações, totalizando o montante de US\$16.6 bilhões, sendo que 95% deste valor foi investido pelas mesmas empresas, ou seja, a *State Grid* que participou com US\$ 10.2 bilhões e a *China Three Gorges* que investiu US\$5.6 bilhões (RED ALC – China).

Ao longo deste subcapítulo, procurou-se mostrar que as características estruturais dos IEDs chineses no Brasil, fortemente concentrados nos setores elétricos, extrativos e em menor medida no setor manufatureiro, são resultados de fatores de ordem interna tanto da economia brasileira como da chinesa. Pelo lado chinês, existe uma grande demanda por determinados recursos naturais, os quais o Brasil é produtor. A fim de melhorar ou superar déficits de infraestrutura existentes no Brasil, a China apoiou e apoia suas empresas, possuidoras de vantagens de propriedades, tais como, grande capacidade de gestão e tecnológica, a se internacionalizarem e executarem obras vinculadas direta ou indiretamente aos investimentos na Indústria Extrativa. Pelo lado brasileiro, a ocorrência de uma conjunção de fatores de ordem política (Operação Lava Jato); estrutural (déficit de infraestrutura); conjuntural (fim do ciclo das *commodities* aliada a desvalorização do Real) e finalmente de ordem Legal (Medida Provisória nº 579 de 2012 e a Lei nº 12.783 de 2013) criaram um ambiente absolutamente favorável a expansão dos investimentos chineses na economia brasileira após o ano de 2010.

Neste sentido, nos próximos subcapítulos a discussão sobre a influência do padrão comercial de um país sobre a estrutura produtiva serão aprofundados. Esta abordagem se faz necessária, na medida em que conforme procurou-se sustentar ao longo deste trabalho, a relação sino-brasileira originalmente desenvolvida no âmbito comercial ao longo da primeira década dos anos 2000, evoluiu para a relação produtiva por meio da realização de investimentos diretos e indiretos, os quais estão fortemente relacionados com as atividades comerciais anteriormente desenvolvidas. Portanto, no próximo subcapítulo abordar-se-á no âmbito teórico este tema, para posteriormente, no último subcapítulo analisar o impacto deste processo sobre a estrutura

produtiva nacional em termos empíricos. Por esta razão, a análise mais detalhada dos IEDs na Indústria de Manufatureira também será realizada neste último subcapítulo.

#### 4.3 REAÇÃO DOS PAÍSES RECEPTORES AOS IEDS CHINESES

A internacionalização da China, conforme apresentado até aqui, se realiza em termos globais e nos mais diversos segmentos econômicos. Neste sentido, é possível estabelecer um padrão seletivo da distribuição geográfica desses investimentos à luz da estratégia chinesa de ampliar o controle sobre determinadas CGVs e aumentar o acesso a tecnologias e a recursos naturais. Logo, a Europa e os Estados Unidos veem empresas privadas chinesas atuando nos seus setores de serviços, telecomunicações, mídias e manufaturas com alto conteúdo tecnológico; enquanto a América Latina, a África, Ásia e a Austrália recebem empresas chinesas de propriedade estatais atuando em setores de infraestrutura física e energética bem como nos segmentos extrativos de recursos naturais (HENDLER; RODRIGUES, 2018; JAGUARIBE; 2018). Desta forma, este subcapítulo pretende apresentar a diferença de comportamento de alguns países receptores dos investimentos chineses realizados em seus territórios, a fim de mostrar que quanto mais alto se situar o setor beneficiado por investimento externo nas suas respectivas CGVs ou ainda quando os investimentos externos ocorrem em segmentos entendidos como estratégicos pelos países receptores, maior será a reação desses países.

De fato, desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos baseados em uma concepção liberal da ordem econômica internacional têm adotado uma política de investimento estrangeiro ancorada nos princípios do direito de estabelecimento e não discriminação. No entanto, em função do crescente influxo de investimentos estrangeiros em sua economia desde a década de 1980, com reflexos na competitividade de suas empresas nacionais, a *open investment policy*, baseada em fundamentos liberais, passou a ser contestada; ensejando um debate a respeito da adoção de mudanças regulatórias, com viés protecionistas, portanto, diametralmente oposto ao marco regulatório liberal. A justificativa formal para tamanha mudança de comportamento, ação denominada de “protecionismo de investimento” (SILVA, 2011, p. 32) tem sido associado a defesa da segurança nacional. Tais preocupações remetem a década de 1970 face aos investimentos árabes na economia norte-americana e aos anos de 1980 frente as investidas japonesas em especial. Atualmente, as preocupações do Estado norte-americano residem no ingresso de IED, cuja propriedade, seja em parte ou totalmente

controlado por governos estrangeiros ou ainda que mesmo privado possam sofrer ingerência dos seus Estados de origem; o que conduz este tema, novamente, ao âmbito da segurança nacional norte-americana (SILVA, 2011).

Entre as transações que exemplificam essas situações podem ser citadas a compra da divisão de computadores da IBM pela empresa chinesa de capital privado Lenovo no ano de 2005. Neste mesmo ano, os Estados Unidos atuaram no sentido de que a aquisição da petroleira americana Unocal pela *China National Offshore Oil Company* (CNOOC), empresa estatal chinesa atuante na indústria extrativa nas atividades de petróleo e gás natural, não se realizasse. O entendimento do governo americano, presidido na oportunidade por George W. Bush, era de que tal negociação representaria, no longo prazo, uma ameaça aos interesses energéticos nacionais, ou seja, a presença de capital estrangeiro em setores estratégicos ofertantes de insumos básicos tal como o petróleo foi rechaçado pelos Estados Unidos (SCHUTTE, 2020).

Neste sentido, as discussões sobre a reforma regulatória atinentes ao ingresso de capital estrangeiro passaram a ser centradas em pontos concernentes a soberania, independência econômica e segurança nacional, de modo que no ano de 2007 o Congresso americano aprovou a criação do *Foreign Investment and National Security Act* (FINSAs), um mecanismo legal que passou a permitir ao presidente dos Estados Unidos interferir, se necessário, nas operações de fusões e aquisições de empresas americanas realizadas por meio de capital externo, especialmente IEDs, sob a alegação de que a concretude de tais transações podem conter um risco potencial à segurança nacional norte-americana (SILVA, 2011). Anos depois, em janeiro de 2011, o presidente Barack Obama fez um discurso afirmando que aquela oportunidade representava o momento Sputnik<sup>65</sup> da sua geração; referindo-se a forte expansão chinesa em curso. No ano seguinte, os Estados Unidos novamente intervieram a fim evitar a presença estrangeira atuante na sua matriz energética. Já em 2012, o presidente Obama se valeu da FINSAs para impedir que a *Ralls Corporation*, empresa norte-americana de parques eólicos fosse comprada por uma empresa chinesa. Posteriormente, no ano de 2016, o governo Obama em cooperação com o governo alemão atuaram a fim de novamente impedir que a empresa alemã produtora de semicondutores, *Aixtron*, fosse vendida para a chinesa *Fujian Grand Chip*. Em ambos os casos, ou seja, tanto na negociação envolvendo a compra da *Ralls Corporation* bem como na transação envolvendo a *Aixtron*, a justificativa para a intervenção estatal foi a defesa da segurança nacional (SCHUTTE, 2020).

---

<sup>65</sup> Sputnik foi um programa realizado pela União Soviética, durante a Guerra Fria, destinado a produção de satélites artificiais soviéticos. O lançamento do primeiro satélite deste programa demonstrou que a União Soviética estava a frente dos Estados Unidos na corrida tecnológica espacial (SCHUTTE, 2020).



Cumpra destacar que, ainda no governo Obama, uma série de articulações foram realizadas pelos Estados Unidos contra a empresa chinesa de telecomunicações Huawei. Em 2007, *Committee on Foreign Investment in the United States* (CFIUS) interveio a fim de a empresa de TI *3 Leaf Systems* não fosse adquirida pela Huawei. No ano seguinte, em 2008, a *Bain Capital Partners*, empresa de investimentos, negociou a compra da *3Com*, empresa norte-americana atuante no ramo de equipamentos e soluções de redes. Em virtude de a Huawei Technologies possuir participação minoritária na *Bain Capital Partners*, a operação foi paralisada pelo CFIUS (SILVA, 2011). Posteriormente, Huawei foi acusada pela *US-China Economic and Security Review Commission* de realizar *cyberespionagem* a mando do governo chinês. No governo seguinte, marcado pelo nacionalismo econômico, o presidente Donald Trump reforçou este comportamento e radicalizou este processo, de modo que em 2018, houve a prisão da diretora executiva da Huawei no Canadá, a pedido das autoridades norte-americanas, novamente sob a alegação da empresa chinesa estar realizando *cyberespionagem* (SCHUTTE, 2020).

A postura restritiva frente a China praticada pelos Estados Unidos deve permanecer, mesmo com a eleição de Joe Biden, integrante do partido Democrata, portanto opositor ao partido Republicano do presidente Trump. O lema utilizado na campanha de Biden foi *Made in all of America, by all of America's workers* visando evidentemente o combate ao desemprego por meio do fortalecimento das cadeias produtivas nacionais e o consumo de produtos feitos no mercado interno. Também se pretende adotar políticas a fim de impulsionar o desenvolvimento tecnológico e fontes de energias renováveis. Essas medidas econômicas estão em consonância com a política externa do novo governo que reflete o dilema *Welcome back America*, num claro indicativo de que as restrições contra a China não se restringem a um governo, mas praticamente já são uma política de Estado (LIMA, 2020). Naturalmente, esses lemas de campanhas não refletem com exatidão os atuais motivos da disputa entre China e Estados Unidos. Inicialmente, o motivo da disputa esteve, de fato, relacionado a “exportação” de empregos dos norte-americanos para a China, ou seja, esteve relacionado a uma questão de geração de emprego na economia dos Estados Unidos. Contudo, esta batalha evoluiu para dois novos eixos. O primeiro está relacionado a luta pelo *catch up* tecnológico, ou seja, está ligado a China alcançar a fronteira tecnológica. O segundo eixo está vinculado ao deslocamento da fronteira tecnológica (DIEGUES; ROSELINO; 2021). Em suma, o cerne da disputa entre estas duas nações estão relacionadas direta ou indiretamente ao comando das CGVs, motivo pelo qual os Estados Unidos têm promovidos todas as ações apresentadas acima.

Neste contexto, o Governo Trump determinou que empresas norte-americanas que desejassem fornecer tecnologias para as companhias chinesas, deveriam submeter este pleito ao crivo do Estado norte-americano a fim de obter autorização especial para realizar esta transação. O governo Biden não apenas manteve esta determinação como estabeleceu novos limites de exportação para fornecedores da Huawei. Esta determinação gerou uma manifestação do ministro das Relações Exteriores da China, Zhao Lijian, no sentido de que os Estados Unidos não seriam parceiro confiáveis<sup>66</sup>. Esta iniciativa dos Estados Unidos de bloquear a Huawei o acesso a determinados insumos, se coaduna com os eixos da guerra tecnológica proposta por Diegues; Roselino (2021) em que esta disputa se dá no âmbito do alcance da fronteira tecnológica bem como pelo defendido por Lima (2020) em que o governo Biden não teria grande mudança frente ao governo Trump no tocante ao relacionamento com a China.

Estas significativas mudanças de comportamento por parte dos Estados Unidos com fortes influências sobre a seu tradicional *open investment policy* tem afetado as relações econômicas internacionais; conduzindo outros países a adotar medidas semelhantes e levando os formuladores de políticas a se focar no tema da segurança nacional ao analisar o ingresso de investimentos externos em setores considerados estratégicos ou sensíveis para as suas economias (SILVA, 2011). Em agosto de 2016, *State Grid Corporation of China*, estatal chinesa atuante no setor de eletricidade e gás e maior fornecedora de energia do mundo sob a ótica da receita auferida, participou do certame para comprar 50,4% da estatal Ausgrid, maior concessionária de energia elétrica da Austrália. No entanto, o governo australiano atuou no sentido de que o negócio não se concretizasse, não oficialmente em função do país ofertante, no caso a China, mas sob a alegação de que a concretude desta transação ameaçaria uma infraestrutura vital ao país (TAYLOR, 2016). Cumpre registrar que operação absolutamente análoga foi realizada no Brasil pela mesma estatal chinesa (State Grid) e no mesmo setor elétrico em setembro do mesmo ano, ou seja, em 2016. Todavia, neste caso, o setor elétrico não foi identificado pelas autoridades brasileiras como vital ou estratégico para a oferta de infraestrutura nacional e a operação se concretizou com a compra da CPFL Energia SA pela estatal chinesa, segundo dados da Red ALC – China no valor de US\$2.3 bilhões.

Também em 2016, a compra da empresa alemã Kuka, líder no segmento de robótica, pela chinesa *Midea* no valor de US\$5,3 bilhões provocou um intenso debate interno na Alemanha; o que consolidou a necessidade de uma mudança de postura em relação a compra

---

<sup>66</sup> Notícia publicada no jornal Valor Econômico, no dia 12/3/20121, com o título “EUA impõem novos limites de exportação a fornecedores da Huawei e China reage”, vide Referências.

de ativos considerados estratégicos por estrangeiros (SCHUTTE, 2020). Desde então a Alemanha tem mudado sua postura frente a guerra econômica global e a exemplo do que fazem os Estados Unidos e a própria China, tem buscado apoiar suas grandes empresas com o intuito de torná-las mais competitivas internacionalmente e impedir que outras ETNs voltem a adquirir empresas estratégicas para a manutenção da capacidade tecnológica alemã (BERSHIDSKY, 2019). Além disso, vem sendo flexibilizadas as exigências para que se realize investigações de segurança em transações que implique em compras de ativos de empresas alemãs por ETNs cujas sedes não se situem na Europa, numa evidente tentativa de frear as investidas chinesas na economia alemã. Por meio destas medidas, a Alemanha pretende impedir que as empresas chinesas possuidoras de apoio estatal tenham livre acesso a tecnologias-chaves desenvolvidas na economia alemã (NIENABER; WACKET; 2018). Apesar destas iniciativas, o ministro da economia da Alemanha, Peter Altmaier, manifestou, em 2018, que o seu país permanece sendo uma economia de livre mercado e receptora de investimentos externos, contudo em virtude da estrutura da economia internacional na atualidade, advoga que “praticamente não há país bem-sucedido que dependa exclusivamente, sem exceção, das forças de mercado para atingir seus objetivos” (BERSHIDSKY, 2019, p. 1). Neste sentido, se justificaria as ações de cunho protecionistas e intervencionistas recentemente adotadas pelo governo alemão.

As reações apresentadas até aqui pelos Estados Unidos e Alemanha face aos investimentos chineses são motivadas, em última instância, pelo controle de determinadas CGVs o que implica na proteção das empresas oriundas desses países dotadas de alta tecnologia. Já a Austrália, tendo como base o caso citado acima, procura controlar determinados investimentos estrangeiros visando manter o controle do seu setor de infraestrutura. No Brasil, reações dessa natureza não têm sido realizadas. A razão mais evidente é que em função do estágio atual do desenvolvimento de sua estrutura produtiva, o Brasil é absolutamente incapaz de concorrer no topo das CGVs. Em segundo lugar, porque parte expressiva dos investimentos chineses se destinam ao setor de infraestrutura física e energética, em que o Brasil historicamente apresenta uma carência de investimentos. Em terceiro lugar, os IEDs chineses impulsionam segmentos em que o Brasil é capaz de competir internacionalmente, ou seja, na venda de recursos naturais, impulsionando a economia brasileira no curto prazo.

Neste contexto e considerando que os investimentos chineses, no Brasil, têm sido fundamentalmente concentrados nos setores de infraestrutura física e energética, na Indústria Extrativa e no segmento manufatureiro observa-se diferentes manifestações dos setores que integram cada uma dessas atividades econômicas. O setor primário, exportador de recursos

naturais, por meio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) advogam em favor da ampliação das relações sino-brasileiras<sup>67</sup>, pois as vendas ao exterior de soja e carne têm a China como o principal destino. Em sentido contrário, a indústria manufatureira manifestou por meio de notas<sup>68</sup> da Confederação Nacional das Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Associação Brasileira de Máquina e Equipamentos (ABIMAQ) sua preocupação com a perda de competitividade face as importações, especialmente as chinesas e também pelo fato do Brasil ter reconhecido a China como economia de mercado.

Também é pertinente lembrar que a economia brasileira sempre foi caracterizada por um alto grau de internacionalização de sua estrutura produtiva em função da expressiva presença de capital estrangeiro em vários segmentos econômicos, fruto naturalmente, do ingresso de fluxos de IEDs em vários momentos da história nacional. Esses recursos foram usados para impulsionar a industrialização nacional e até mais recentemente, na década de 1990, para realizar as privatizações de várias estatais, como por exemplo, as empresas públicas ofertantes de serviços como energia elétrica e telecomunicações. Portanto, a presença de IEDs em várias atividades econômicas no Brasil, definitivamente, não se constitui em uma novidade.

Ademais, registra-se que ao contrário dos outros países em que as reações aos investimentos chineses se deram no âmbito estatal, no Brasil, as manifestações partem da iniciativa privada. Esta peculiaridade pode indicar a falta de planejamento estatal brasileira para lidar com a relação sino-brasileira. O caso da Austrália, citado acima, é um exemplo desta situação. No ano de 2016, ambos os países participaram de negociações com a State Grid que desejava investir no setor elétrico das duas economias. No Brasil a transação foi finalizada enquanto na Austrália houve interferência visando a manutenção do controle de sua matriz energética.

Em suma, nos países em que os IEDs chineses afetam suas empresas com potencial de atuarem ou mesmo já estarem no topo das CGVs, os respectivos Estados agem no sentido de impulsioná-las e preservá-las do capital externo. Esses são os casos do Estados Unidos e da Alemanha. Já a Austrália busca proteger o controle do seu setor de infraestrutura. Finalmente,

---

<sup>67</sup> Ver CNA (2018).

<sup>68</sup> No ano de 2011, a ABIMAQ enviou uma carta ao Mdic manifestando sua preocupação quanto a falta de competitividade de seus produtos frente as importações, especialmente as chinesas (ABIMAQ, 2011). Em 2016, a CNI publicou uma nota destacando os impactos que a presença chinesa no Brasil provocou nos setores eletrônicos, máquinas e equipamentos, calçados, vestuário e têxtil. Também alertou que o coeficiente de importação desses segmentos tem aumentado em função deste processo. Defendeu-se na mesma nota que os investimentos chineses sejam canalizados para os setores onde o Brasil demanda maiores recursos, tais como o setor de infraestrutura (CNI, 2016).

no Brasil o debate se dá entre os segmentos beneficiados e prejudicados pelos investimentos externos, ou seja, setor agropecuário, extrativo e manufatureiro. Na medida em que o setor beneficiado tem contribuído mais para o crescimento de curto prazo no Brasil, não se constata maior resistência ao recebimento de IEDs no âmbito nacional.

Diante deste quadro, após se identificar os setores beneficiados pelos IEDs chineses no Brasil, no subcapítulo anterior bem como se verificar a inexistência de maior resistência por parte do Estado brasileiro para o seu ingresso, o próximo subcapítulo destinar-se-á ao debate teórico que um determinado padrão de comércio exterior estabelece sobre a estrutura produtiva de uma economia.

#### 4.4 A INFLUÊNCIA DO PADRÃO COMERCIAL SOBRE A ESTRUTURA PRODUTIVA

O presente subcapítulo se destina a discussão a respeito da influência do padrão comercial de um país sobre sua estrutura produtiva. A abordagem deste tema permite evidenciar a relevância da capacidade produtiva de uma economia para o seu desenvolvimento. Sob a ótica das vantagens comparativas oriunda da teoria ricardiana do século XIX, um país pode perfeitamente ter seu crescimento econômico decorrente da especialização produtiva, ou seja, ser fundamentado em poucas atividades econômicas, nas quais possui vantagens comparativas frente a outras nações. Logo, sob esta visão, o setor econômico em que é gerado o valor adicionado não possui uma importância central (PINTO; CINTRA, 2015).

Nos anos subsequentes a Segunda Guerra Mundial, as vantagens decorrentes da especialização produtiva passaram a ser contestadas. A primeira crítica, se refere a baixa sensibilidade da demanda dos produtos primários face as variações da renda. No âmbito cepalino, Prebisch-Singer constataram a existência secular de uma tendência a deterioração dos preços dos produtos primários frente aos produtos manufaturados. Isso significa que os produtos primários possuem uma baixa elasticidade-renda, enquanto os produtos manufaturados têm uma alta elasticidade-renda (PREBISCH, 2000a, 2000b). Logo, variações positivas da renda implicam variações proporcionalmente menores nos produtos primários e variações proporcionalmente maiores nos produtos industriais. Além disso, o avanço tecnológico resultaria na descoberta de técnicas poupadoras de recursos naturais, o que reforçaria o lento crescimento da demanda dos produtos primários. Por fim, o setor primário seria dotado com a menor capacidade tecnológica frente aos demais setores (MARIN *et al*, 2009; LOPEZ, 2012).

Ademais, os preços dos recursos naturais são historicamente instáveis. Esta situação aumenta a vulnerabilidade dos países produtores e exportadores destes recursos, causando, portanto, reflexos em suas receitas fiscais, taxas de câmbio e investimentos. Adicionalmente, o setor primário tem baixa capacidade de geração de emprego e nos países em desenvolvimento, o controle desses segmentos é feito por empresas multinacionais. Logo, parte da geração de riqueza produzida pela extração dos recursos naturais pode ser remetida aos países sede destas empresas. Além disso, nas localidades que abrigam as matrizes das empresas multinacionais, são os lugares onde se desenvolvem e executam as atividades com maior conteúdo tecnológico, destinando às filiais atividades geradoras de menor valor adicionado. Em suma, o fato de o segmento ser operado muitas vezes por multinacionais faz com que parte da riqueza seja remetida ao exterior e também pouco contribuem para o progresso técnico do país que as recebem (PREBISCH, 2000a; MARIN *et al*, 2009; LOPEZ, 2012).

Essas críticas ensejaram a formulação de defesas em favor da diversificação produtiva. Kaldor (1980) ao estudar o setor industrial identificou que a realização de investimentos e progressos técnicos na indústria causam externalidades positivas. As manufaturas ao serem produzidas em grande quantidade apresentam rendimentos crescentes de escala ao passo que produtos agrícolas apresentam rendimentos decrescentes de escala. Neste sentido, este autor aponta (i) o impacto positivo que o aumento da produtividade da indústria manufatureira causa no emprego e na renda; (ii) transbordamento tecnológico da indústria para os demais setores da economia, proporcionando aumento de produtividade e todos os setores envolvidos; (iii) redução da vulnerabilidade externa na medida em que o desenvolvimento do parque industrial afeta o padrão comercial do país ao possibilitar a exportação de bens manufaturados, cuja elasticidade-renda da demanda é maior, o que torna esses bens mais sensíveis a variações da renda; bem como pela redução de produtos industriais importados (PINTO; CINTRA, 2015). Logo, sob esta ótica, a participação do setor industrial no PIB e, conseqüentemente o aumento desta participação, é fundamental para que as economias em desenvolvimento possam realizar o processo de *catching up* (SILVESTRE, 2016).

Posteriormente, na década de 1990, alguns trabalhos apresentaram a relação negativa entre especialização produtiva em recursos naturais e crescimento econômico na medida em que as exportações desses recursos contribui para a tendência de apreciação da taxa de câmbio dos países em desenvolvimento, o que inviabiliza o setor industrial desta economia, reduzindo posteriormente o crescimento econômico desses países, levando-os ao processo de

desindustrialização e da doença holandesa<sup>69</sup>. Em suma, ao apresentar os efeitos da deterioração da estrutura produtiva de uma economia, esses trabalhos reforçam a importância que a estrutura produtiva exerce para a promoção do crescimento econômico (SACHS; WARNER, 1997; ROWTHORN; RAMASWANY, 1999; RAMASWANY, 1999).

Deste modo, por meio desta breve revisão da literatura, evidencia-se a existência de divergência sobre a importância estrutura produtiva para o desenvolvimento de uma economia. Sob a ótica da teoria ricardiana um país pode se desenvolver e se tornar rico independentemente do que produza. Já sob uma visão heterodoxa, a estrutura produtiva ganha um papel central, pois um país só se desenvolverá se for capaz de produzir bens e serviços com maior conteúdo tecnológico incorporado, ou seja, executar atividades que estão no topo da fronteira tecnológica. Efetivamente, sobre este aspecto, ou seja, o benefício de se produzir bens e serviços com maior valor agregado possível, existe a convergência entre as duas correntes de pensamento.

A divergência reside na necessidade ou não da interferência estatal para que o Governo implemente políticas públicas a fim de estimular determinados setores e modificar sua estrutura produtiva para assim fazer com que esta economia ascenda na fronteira tecnológica. Os defensores da não intervenção estatal advogam que as falhas de Estado, ou seja, os prejuízos das consequências da interferência estatal na alocação dos recursos privados superaram os benefícios da implementação de políticas públicas para corrigir falhas de mercado tais como concentração de mercado, estruturas imperfeitas de mercado e sistema de preços. De modo contrário, os defensores de políticas públicas entendem que estas ações são fundamentais para corrigir as falhas de mercado e, portanto, sem essas ações não há possibilidade de um país se desenvolver e ascender na fronteira tecnológica.

Efetivamente, à luz do quadro em que se encontra a economia internacional, caracterizada por um sistema produtivo complexo de geração de valor adicionado, ou seja, produção fragmentada em CGVs, na qual há um simultâneo processo de cooperação e conflito entre empresas multinacionais por ampliação das suas parcelas no valor adicionado total gerado ao longo de toda a cadeia, os exemplos recentes de implementação de políticas públicas, especialmente, as chinesas, têm se mostrado um caso de sucesso de tais medidas. No que se refere aos IEDs, a China tem planejado o destino destes fluxos, tanto os recebidos bem como

---

<sup>69</sup> Dado os objetivos deste trabalho, não se pretende discutir a validade da “Lei de Kaldor”, tampouco se aprofundar sobre o processo de desindustrialização e da “doença holandesa”. Estes fenômenos foram abordados nesta subseção sob a perspectiva do debate que está se realizando, ou seja, a relevância que estrutura produtiva desempenha para o progresso de uma economia, o impacto que o comércio exterior exerce sobre o tecido produtivo e finalmente a análise da mudança estrutural em curso no Brasil em decorrência da relação comercial e produtiva com a China.

realizado externamente. Este controle foi um dos instrumentos usados pelo Governo chinês a fim de modificar a sua estrutura produtiva e para promover a sua ascensão internacional.

No âmbito brasileiro nota-se a inexistência de tais políticas, bem como o controle sobre o destino dos fluxos e do estoque de IEDs ingressantes na economia brasileira, o qual tem sido controlado pelo país investidor. Sobre este aspecto, Slipak (2014) ao analisar os IEDs chineses na América Latina afirma que estas operações são caracterizadas por (i) uma visão de longo prazo ao se buscar fornecimentos de recursos naturais; (ii) nos casos minoritários em que se realiza uma operação do tipo *greenfield*, as firmas chinesas transferem pouca ou nenhuma tecnologia; (iii) inexistência de condicionalidades no âmbito jurídico ou econômico por parte da China ao país receptor dos investimentos e, finalmente (iv) a execução das obras de infraestrutura são condicionadas a contratação de empresas de origem chinesas. Esse padrão dos investimentos explicita os benefícios para China nesta relação e contrariam a retórica de “benefício recíproco” apresentado pelo país asiático através do “Documento sobre a Política da China para com a América Latina e o Caribe” no qual é defendido que “O desenvolvimento da China não pode ser isolado do desenvolvimento comum dos outros países em desenvolvimento incluindo os países latino-americanos e caribenhos.” (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2016, p. 1). O mesmo documento assevera que “A Parceria de Cooperação Abrangente entre a China e a América Latina e o Caribe têm como base a igualdade, benefício recíproco, e tem como objetivo o desenvolvimento comum.” (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2016, p. 2).

Deste modo, a partir dos interesses chineses, os fluxos de investimentos diretos e indiretos da China no Brasil têm sido canalizados majoritariamente para os setores de infraestrutura física e energética, para a Indústria Extrativa e manufatureira. Neste sentido, cumpre registrar, que após a década de 1970/80, ocorreu uma série de transformações nos processos produtivos, os quais resultaram em uma “hiper segmentação” nas CGVs, nos mercados globais e nas capacidades tecnológicas desenvolvidas. Este processo de intensa segmentação nas CGVs possibilitou que atividades extrativas se valessem ou demandassem produtos e serviços dotadas de dinâmica tecnológica mais elaborada. Um exemplo desta situação é a exploração de petróleo em águas profundas, atividades que demandaram investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) as quais resultaram em produtos e serviços usados ao longo da extração do petróleo em águas profundas dotados de uma maior dinâmica tecnológica (PEREZ, 2010).



No entanto, o fato de atividades extrativas de recursos naturais, portanto, com menor capacidade de geração de valor adicionado ter incorporado ao seu processo produtivo máquinas, equipamentos e procedimentos dotados de maior conteúdo tecnológico não muda a situação dos países exploradores desses recursos, apenas reformula a questão central em que eles se encontram. Em outras palavras, os países que se encontravam explorando recursos naturais e os tinham como principal produtos em suas pautas exportadoras, assim estavam em função da sua inaptidão produtiva para realizar bens e serviços que demandassem maior conteúdo tecnológico, ou seja, produtos e atividades que estivessem em uma fronteira tecnológica superior aos segmentos extrativos. Posteriormente, com a intensa especialização nas CGVs e o avanço tecnológico até mesmo nas cadeias extrativas, a dúvida que se coloca é se essas economias serão capazes de desenvolver essas tecnologias ou simplesmente as importarem para aplicá-las em suas atividades vinculadas aos recursos naturais. Neste caso, os benefícios do progresso técnico tais como aumento de produtividade do sistema econômico como um todo em paralelo com aumentos salariais não ocorreriam nos países exploradores desses recursos, pois eles ficariam na mesma condição de importadores de máquinas, equipamentos, insumos, sementes e serviços de alta tecnologia (PEREZ, 2010).

Neste sentido, em virtude da importância que a estrutura produtiva desempenha para o desenvolvimento de uma economia, no próximo capítulo será realizada uma análise dos efeitos que a relação sino-brasileira, no âmbito comercial e produtivo, teve sobre a estrutura produtiva nacional. Dado a relevância que a Indústria manufatureira possui neste processo, os IEDs chineses destinados a este setor também serão detalhados neste capítulo.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo buscou-se investigar as características estruturais dos investimentos chineses diretos e indiretos realizados no Brasil. A análise dos dados evidenciou uma forte concentração dos recursos chineses nas áreas de infraestrutura física e energética bem como nas Indústrias Extrativas e, em menor medida, na manufatureira. O destino destes investimentos decorre de uma série de fatores atinentes aos dois países.

Pelo lado chinês, a posse da capacidade tecnológica desenvolvidas pelas multinacionais deste país, atuantes nos segmentos de infraestrutura física e energética, capacitou e canalizou grande parte dos recursos para estas áreas a fim de atender outra necessidade existente no setor extrativo, qual seja, a de exportar sua produção para a própria China; ao mesmo tempo em que o financiamento destas obras se dá por meio de bancos públicos chineses. Neste sentido, a

inserção deste país asiático na América Latina e, especialmente no Brasil se dá por meio de três vetores: comercial, financeiro e produtivo. Pelo lado brasileiro uma série de fatores de ordem política (deflagração da Operação Lava Jato que resultou na paralização de grandes empreiteiras nacionais); estrutural (existência de déficit de infraestrutura a longa data no Brasil aliada a incapacidade do Governo em resolvê-la); conjuntural (fim do ciclo das *commodities* em paralelo a desvalorização cambial) e por fim, de ordem legal (Medida Provisória nº 579 de 2012) tornaram o cenário favorável para o ingresso do capital chinês na economia brasileira.

Considerando que os investimentos externos realizados pela China é fenômeno de ordem global, procurou-se também comparar as reações de alguns países receptores destes recursos. Por meio deste exercício foi possível constar que quando os investimentos chineses ocorrem em setores que são considerados estratégicos pelo país receptor, esta economia acaba impondo limites a atuação das ETNs chinesas a fim de preservar a autonomia sobre estes segmentos. Neste sentido, os Estados Unidos e a Alemanha por estarem disputando a posse de segmentos situados no topo das suas respectivas CGVs têm praticado fortes reações as investidas do capital chinês dentro de seus territórios. A Austrália buscando a manutenção do seu setor elétrico, ou seja, um setor estratégico fornecedor de um insumo básico, igualmente impôs restrições à atuação dos IEDs chineses neste setor. Em sentido contrário, o Brasil adota uma política mais liberal, influenciado por uma visão pró-mercado, e assim, não estabelece setores entendidos com estratégicos e, portanto, merecedores de certa proteção ao capital externo. Com isso, não impõe restrições ao ingresso do capital chinês, o qual tem sido guiado exclusivamente à luz dos interesses chineses na medida em que o Brasil não define seus próprios interesses. Com essa postura, o Brasil perde uma oportunidade de se valer desta situação e dirigir os capitais chineses para setores que tragam benefícios mais duradouros para a economia nacional.

Por fim, no último subcapítulo debateu-se a influência que o comércio exterior de um país realiza sobre a sua estrutura produtiva a fim de evidenciar a importância da diversificação produtiva para o desenvolvimento de uma economia. Neste sentido, cumpre agora verificar os efeitos da relação sino-brasileira sobre o padrão comercial brasileiro bem como sobre a estrutura produtiva nacional. Sobre esta temática destinar-se-á o próximo capítulo.

## 5 NOVAS RELAÇÕES CHINA-BRASIL

Este capítulo está estruturado em três subcapítulos. No primeiro, realizar-se-á uma análise qualitativa da relação comercial sino-brasileira a fim de apresentar as principais características deste processo, ou seja, o padrão comercial resultante do comércio praticado entre os dois países após o ano de 2000. Conforme apresentado ao longo desta tese, a relação comercial evoluiu para o âmbito produtivo. Portanto, o segundo subcapítulo destinar-se-á a apresentação das mudanças estruturais decorrentes dos investimentos chineses no Brasil. Por fim, no terceiro subcapítulo, com o intuito de ampliar a análise qualitativa, discutir-se-á o tipo de relação (Sul-Sul ou Norte-Sul) que o Brasil e a China estabelecem, bem como o futuro deste relacionamento.

### 5.1 PADRÃO DO COMÉRCIO EXTERNO CHINA-BRASIL

A atual estrutura produtiva global é formada pelas CGVs na qual se estabelece uma nova divisão internacional do trabalho em que cada país atuante nesse processo se especializa em uma determinada tarefa a fim de elevar a sua eficiência, dado a produção em grande escala, bem como o conhecimento sobre o que se produz. Deste modo, a prática do comércio internacional nesta estrutura proveria ganhos decorrentes da divisão internacional do trabalho, ou seja, da especialização em que cada empresa individual produziria o que é mais eficiente, elevando, por conseguinte a eficiência da estrutural produtiva global.

De fato, à luz das teorias tradicionais do comércio internacional sob o prisma das vantagens comparativas é razoável pressupor que as CGVs aumentam a eficiência do sistema produtivo global por meio da especialização. Sob esta visão teórica, a eficiência deriva da própria especialização decorrente da posse dos fatores de produção disponíveis independente da atividade que a economia está se especializando. Entretanto, a estrutura produtiva formada por CGVs se dá de forma hierarquizada no âmbito tecnológico. Logo, cada país ou empresa transnacional detentora de uma determinada capacidade tecnológica executará as atividades demandantes de tais conhecimento ao longo da cadeia produtiva, as quais são maiores geradoras de renda e por isso são objeto de disputa entre as nações e empresas. Em suma, a posição e a inserção nas CGVs estão diretamente relacionadas a capacidade tecnológica possuída por cada participante. Logo, definitivamente, não ocorre uma transferência tecnológica ao longo das

CGVs e sim uma acirrada disputa por tal conhecimento que em última instância definirá a hierarquia da própria CGV.

A partir deste funcionamento do comércio internacional, é natural pressupor que cada país adote setores estratégicos que deve defender ou estimular a fim de melhor se inserir nas CGVs. Tendo em vista a hierarquia das CGVs que decorre diretamente da capacidade tecnológica de cada participante, é natural também que cada país priorize os setores estratégicos produtores de bens e serviços dotados do maior conteúdo tecnológico possível. A priorização de setores com essas qualidades implicaria no fortalecimento da soberania nacional na medida em que reduziria sua dependência a setores mais dinâmicos. De modo contrário, a inserção de economias incapazes de priorizar e, por conseguinte, realizar as tarefas do topo da pirâmide que constitui as CGVs se dá de forma subordinada, pois caberá a essas economias e suas empresas atividades mais simples, menos sofisticadas e menor geradoras de renda.

Sob esta perspectiva, quando analisado o padrão do comércio externo sino-brasileiro não há dúvidas sobre o lugar de cada nação nesta relação que é absolutamente assimétrica. As exportações brasileiras destinadas à China são fortemente concentradas em um conjunto de *commodities* (alimentos, matérias-primas e energia) enquanto as importações são formadas em uma série de produtos manufaturados (bens de capital, intermediários e de consumo)<sup>70</sup>. Logo, a relação comercial sino-brasileira efetivamente contribuiu para o aumento do fluxo comercial brasileiro após anos 2000<sup>71</sup> (vide Gráfico 8), ao mesmo tempo em que intensificou a assimetria existente entre as importações e as exportações nacionais. Ou seja, embora o Brasil possua um superávit comercial frente a China, este superávit é sustentado pelos produtos primários e intensivos em trabalho. Quando se analisa apenas os produtos de média-alta e alta tecnologia, verifica-se um significativo déficit comercial. Logo, há um superávit comercial expresso em unidades monetárias e um déficit expresso em valor agregado.

Essa ambiguidade da evolução do fluxo comercial sino-brasileiro suscita questionamentos quanto a influência das importações chinesas, majoritariamente formadas por manufaturas, na indústria dos países que as recebem, especialmente para os países possuidores de uma grande população e, que por essa razão a indústria exerce um relevante papel para o

---

<sup>70</sup> As seções 2.3 e 3.2 detalha, respectivamente, as exportações e as importações brasileiras.

<sup>71</sup> Entre 1990 a 2002, as exportações brasileiras cresceram, em média 5,6%. Posteriormente, a partir dos anos 2000, quando a relação comercial sino-brasileira se intensificou, o crescimento médio das exportações brasileiras passou para 18%, enquanto as exportações destinadas somente para a China cresceram 42% no mesmo período. Após a crise de 2008, o crescimento médio das exportações brasileiras caiu significativamente frente ao período anterior (2000 a 2008), de modo que entre 2009 a 2018, a média de crescimento foi de 3%. Já as vendas para a China cresceram em média 17% (MDIC, 2020).

desenvolvimento dessa economia, tal como o Brasil. Logo, pelo lado das exportações, os países com maior capacidade de exportar recursos naturais saem beneficiados desta relação comercial. Porém, pelo lado das importações os países mais prejudicados são aqueles em que os produtos oriundos da China passam a competir internamente e até mesmo em terceiros mercados (HIRATUKA, 2018).

Neste sentido, os países da América Latina são diferentemente afetados pela relação comercial com a China. Podem-se observar alguns exemplos significativos a seguir: o México é o mais afetado negativamente ao ter uma pequena exportação para a economia chinesa ao mesmo tempo em que vê seus produtos competirem com a produção chinesa no mercado interno e nos Estados Unidos, destino de parte das exportações mexicanas. Em suma, o México não se beneficia com as exportações e ainda sofre forte concorrência com as importações chinesas (HIRATUKA, 2018 e REDLAT, 2010).

No outro extremo está o Chile, país que mais se beneficia por meio da relação comercial com a China. Suas exportações são fundamentalmente compostas por *commodities* e sua estrutura produtiva é pouco diversificada. Logo, as importações chinesas não representam concorrência para a produção nacional chilena. Por fim, o Brasil, se beneficia pelo lado das exportações e é afetado negativamente pelo lado das importações. Sendo o maior produtor de *commodities* dentro da América Latina, o Brasil tem a China como o seu principal parceiro comercial. Porém, ao possuir uma estrutura industrial diversificada produtora de diversas manufaturas, enfrenta concorrência interna e externa em função das importações chinesas (HIRATUKA, 2018 e REDLAT, 2010).

Efetivamente, as características das importações brasileiras provenientes da China apontam nesse sentido. Apresentou-se no subcapítulo 3.3 que os produtos vindos deste país asiático são 98% pertencentes a Indústria de Transformação, ou seja, são manufaturas ou semimanufaturados. Por intensidade tecnológica, 60% dos produtos são de alta e média-alta tecnologia. Já os bens de capital, intermediários e de consumo equivalem a 99%. Logo, a partir destas características ao longo dos anos 2000, Barbosa (2011) entende que no âmbito interno, os produtos chineses, ao substituir a produção nacional, pode provocar rupturas na estrutura produtiva brasileira, uma vez que os consumidores finais bem como as empresas são cada vez mais atendidos pela importação chinesa. No âmbito externo, o mesmo autor identifica a influência dos produtos chineses na forte perda das exportações das manufaturas brasileiras na

América Latina e nos Estados Unidos. Deste modo, ocorre um desvio de comércio intra-Mercosul, com grandes prejuízos para a indústria nacional.<sup>72</sup>

Por outro lado, as exportações brasileiras encontram-se em um quadro diametralmente oposto ao das importações, pois o principal vetor de expansão das vendas nacionais ao exterior são as *commodities* agrícolas e minerais. O principal parceiro comercial brasileiro, é justamente a China cujas aquisições junto ao Brasil são fundamentalmente recursos naturais.

Diante deste quadro, não resta dúvidas que o padrão comercial China-Brasil é marcado por uma forte assimetria alicerçada na importação de manufaturas e na exportação de recursos primários. Esta situação, vista pelo lado brasileiro, suscita algumas considerações. Em primeiro lugar, pode-se argumentar que este padrão de relação comercial absolutamente desigual causa benefícios a curto prazo inclusive já experimentados pelo Brasil em período recente. De fato, entre 2002 a 2008, a conjugação simultânea de fatores como aumento dos preços das *commodities* e da demanda chinesa por esses recursos naturais fez com que as exportações brasileiras para a China crescessem significativamente, ou seja, na ordem de 42% em média nesse período. Esse processo foi determinante para o acúmulo de reservas internacionais e consequentemente para a diminuição da vulnerabilidade externa do Brasil.

No entanto, ainda focando a análise no curto prazo, também é possível identificar que a posição do Brasil de um importante fornecedor de recursos naturais à China, consolida sua posição nas etapas menos desenvolvidas das CGVs, o que dado a atual estrutura do comércio internacional não é a condição mais desejada.

A longo prazo, permanecendo o vetor das exportações nacionais os recursos naturais atualmente exportados em paralelo com a características das importações vindas da China, é razoável pressupor que em alguma medida a estrutura produtiva nacional será afetada negativamente, pois o consumo final e a demanda empresarial serão cada vez mais supridos pelos produtos com origem chinesa. Em outras palavras, o abismo tecnológico que difere do fluxo comercial que ingressa e sai do Brasil por meio da China, reforçará o lugar em que o Brasil se encontra nas CGVs, ou seja, reserva e reservará ao Brasil o desenvolvimento das atividades geradoras de menor renda nas cadeias produtivas.

---

<sup>72</sup>A queda do comércio intra-Mercosul efetivamente ocorreu. Em 2000, elas representavam 14% das exportações nacionais (US\$7.727 bilhões). Em 2018, representava apenas 9% (US\$20.832 bilhões). Houve, portanto, uma queda percentual e um aumento em valores absolutos. Entretanto, o mais relevante desta variação é que as exportações intra-bloco são majoritariamente formadas por manufaturas. Logo, se houve uma queda dessas exportações, as vendas externas brasileiras como um todo se reprimarizaram. Para maiores detalhes quantitativos das exportações brasileiras, vide seção 2.3 desta tese.

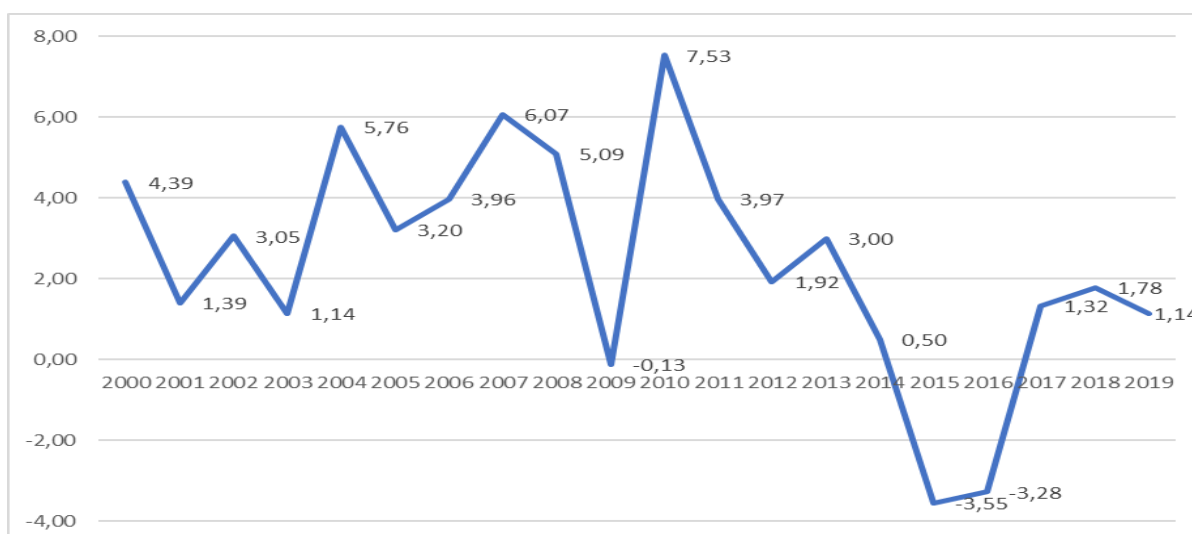
Deste modo, buscando aprofundar o entendimento dos efeitos da relação sino-brasileira amplamente apresentados ao longo deste trabalho, o próximo subcapítulo destinar-se-á a análise da estrutura produtiva nacional após o ano de 2000 a fim de identificar impactos da China nas modificações do tecido produtivo nacional.

## 5.2 MUDANÇAS ESTRUTURAIS À LUZ DO “EFEITO CHINA”

No período compreendido entre os anos de 2000 a 2009 houve uma intensificação da relação comercial entre a China e o Brasil. Em 2000, a participação das exportações brasileiras para a China correspondia a 2% do total das vendas externas brasileiras, já em 2009, este percentual atingiu 14% (vide Gráfico 7), aumento que superou qualquer outro parceiro comercial e tornou a China o principal parceiro comercial brasileiro, fato que permanece desde então. Posteriormente, ou seja, no período compreendido entre os anos de 2010 a 2019, a relação entre as duas economias ampliou-se para o âmbito produtivo através da expressiva realização de investimentos diretos e indiretos chineses na economia brasileira. À luz desses dois cortes temporais, a análise da influência da relação sino-brasileira sobre a estrutura nacional, proposta neste subcapítulo, será realizada nesses moldes, ou seja, entre os anos de 2000 a 2009 e 2010 a 2019.

O crescimento econômico médio do Brasil entre os anos de 2000 a 2009 foi da ordem de 3,39% ao ano, conforme apresentado no Gráfico 34 abaixo. Neste mesmo período, as exportações brasileiras cresceram, em média, 13,6% ao passo que as importações variaram 12,1% ao ano, (MDIC, 2020). A taxa de câmbio nominal apresentou uma pequena desvalorização, uma vez que a cotação média do Real frente ao Dólar em 2000 foi de 1,83 R\$/US\$ passando para 2,00 R\$/US\$ (BACEN, 2020b). Em termos setoriais, a Indústria de Transformação foi o segmento que obteve o menor crescimento médio entre 2000 a 2009, ou seja, 2,1%, frente a 4,8% da Indústria Extrativa, 3,2% da Agricultura e 3,5% do setor de Serviços. O maior crescimento da Indústria Extrativa foi favorecido pela conjuntura internacional marcada pelo aumento dos preços das *commodities* (vide Gráfico 25) assim como pela forte expansão das exportações nacionais, as quais estão reprimarizadas e, especialmente pelo aumento da participação da China nesse agregado, na medida em que este país demanda e compra do Brasil fundamentalmente *commodities* pertencentes a este segmento. A Tabela 10, abaixo apresenta variação percentual dos componentes do PIB pela ótica da produção (Agropecuária, Indústria e Serviços), detalhando os segmentos que compõem o setor industrial a fim de analisar especialmente as atividades extrativas e manufatureiras.

Gráfico 34 – Brasil - PIB - preços de mercado - var. real anual - (% a.a.)



Fonte: IPEADATA (2021)

No que se refere aos IEDs, entre os anos de 2003 a 2009, a Indústria manufatureira foi o destino de US\$ 181 milhões realizados por meio de sete operações, todas de propriedade privada, sendo cinco do tipo *greenfield* e duas do tipo *brownfield*. A Tabela 4, apresentada no subcapítulo 4.2, detalha esses investimentos no período em pauta. Embora haja um predomínio das operações *greenfield* quando se observa o número de operações, há um maior equilíbrio quando se compara a distribuição do valor investido, pois 56% correspondem a investimentos novos (*greenfields*), enquanto 44% equivalem a fusões e aquisições (*brownfields*). Em termos de geração de empregos, a previsão inicial dos novos empreendimentos era a criação de 491 novos postos de trabalho.

Tabela 10 – Brasil: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2001 – 2009 (%)

Grupos de atividades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Total</b>	<b>1,5</b>	<b>3,6</b>	<b>1,2</b>	<b>5,7</b>	<b>3,0</b>	<b>3,7</b>	<b>5,8</b>	<b>4,7</b>	<b>(-) 0,1</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>5,2</b>	<b>8,0</b>	<b>8,3</b>	<b>2,0</b>	<b>1,1</b>	<b>4,6</b>	<b>3,2</b>	<b>5,8</b>	<b>(-) 3,7</b>
<b>Indústria</b>	<b>(-) 0,6</b>	<b>3,8</b>	<b>0,1</b>	<b>8,2</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>6,2</b>	<b>4,1</b>	<b>(-) 4,7</b>
Indústrias extrativas	5,4	15,2	4,6	(-) 0,5	6,8	6,5	2,9	4,1	(-) 2,1
Indústrias de transformação	0,7	2,1	2,7	9,1	2,2	1,2	6,1	4,1	(-) 9,3
Elétric e gás, água, esgoto, gestão de resíduos	(-) 7,7	4,3	3,7	6,0	3,1	4,1	6,1	2,6	0,7
Construção	(-) 1,6	4,8	(-) 8,9	10,7	(-) 2,1	0,3	9,2	4,9	7,0
<b>Serviços</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>	<b>1,0</b>	<b>5,0</b>	<b>3,7</b>	<b>4,3</b>	<b>5,8</b>	<b>4,8</b>	<b>2,1</b>

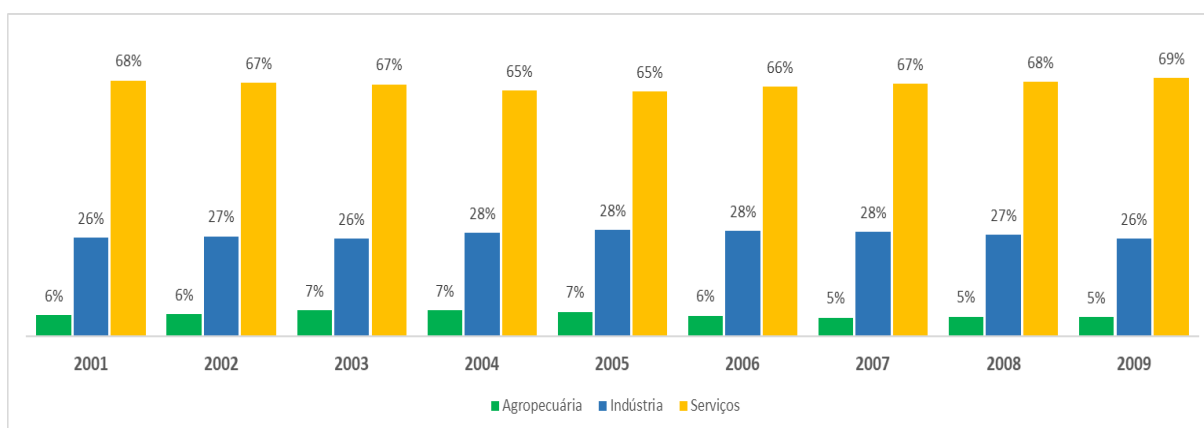
Fonte: IBGE (2021).

Portanto, quando se analisa o PIB pela ótica da produção ao longo do período em questão, não se verifica uma significativa mudança estrutural no Brasil. O setor da Agropecuária, em 2001, correspondia a 5,7% do PIB, a Indústria como um todo a 26,2% e o



setor de Serviços a 68,1%. Até o ano de 2009, cada setor apresentou pequenas variações, mas nada significativo a ponto de efetivamente representar uma mudança estrutural. O Gráfico 35, abaixo, apresenta a evolução da participação percentual de cada um dos três setores no PIB brasileiro nos oito anos analisados.

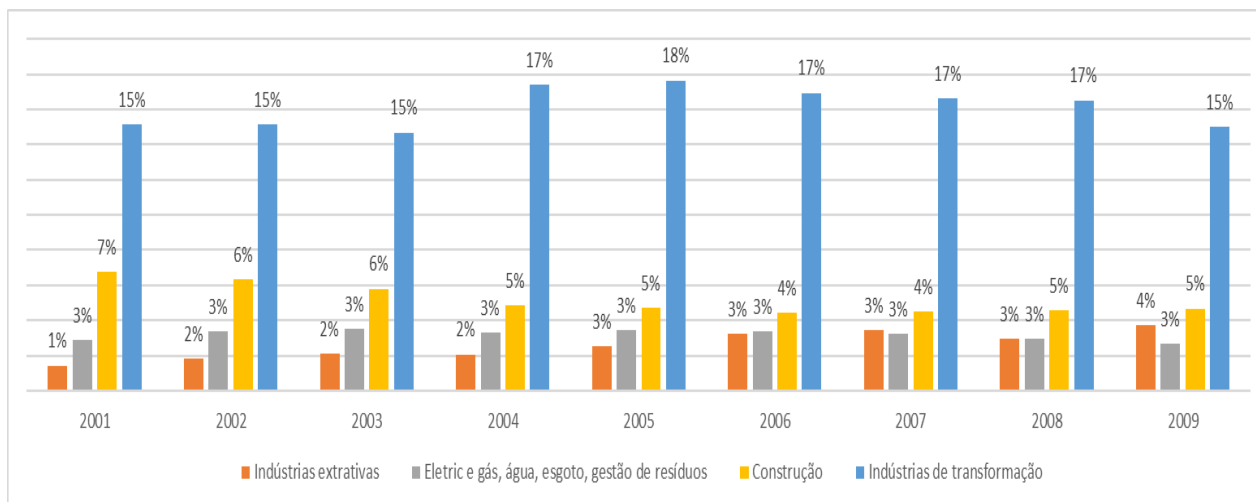
Gráfico 35 – Evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividades (2001 – 2009) – valores constantes



Fonte: IBGE (2021a).

Ao se decompor o setor industrial pelos subitens que o compõem, constata-se que a Indústria de Transformação iniciou o período correspondendo a 15,2% do setor industrial, ampliando sua participação nos quatro anos seguintes até atingir, em 2005, o ápice de 17,7%. Logo, a pequena variação da Indústria de Transformação certamente foi pouco impactada pela realização do IEDs chineses nesta atividade econômica. Isso porque, neste primeiro período, o volume de investimentos realizados, aproximadamente US\$100 milhões, é pequeno, especialmente quando comparado ao segundo período (2010 a 2019), sendo, deste modo, incapaz de afetar a estrutura produtiva nacional, ainda que cinco operações ou 56% do volume de capital aplicado seja do tipo *greenfield*. Além disso, 44% do capital investido representou fusão e aquisição, ou seja, sem influência na estrutura produtiva. O Gráfico 36, abaixo, apresenta a evolução dos subsetores que compõem a Indústria entre os anos de 2001 a 2009.

Gráfico 36 - Evolução da participação do valor adicionado por subsetores da Indústria (2001 – 2009) – valores constantes



Fonte: IBGE (2021a).

No tocante a Indústria Extrativa, este segmento apresentou uma constante expansão ao longo do período. Em 2001, a atividade de extração de recursos naturais equivalia a 1,4% do Setor Industrial como um todo e em 2009, este percentual atingiu 4%. Há de se considerar que atividade extrativa é fortemente impactada pelo mercado externo, na medida em que a exploração de recursos naturais, não apenas no Brasil, é destinada à exportação. Neste contexto, a relação comercial sino-brasileira contribuiu para a expansão da Indústria Extrativa no PIB nacional, pois, a China é o principal demandante desses recursos.

No segundo período, compreendido entre aos anos 2010 a 2019, o Brasil apresentou um crescimento econômico médio de 1,44% ao ano, sendo, portanto, significativamente inferior ao período anterior quando o crescimento da economia brasileira foi de 3,39% ao ano (vide Gráfico 34). O volume de exportações brasileiras aumentou, em média entre esses anos, 5,4% ao ano enquanto as importações 6,2% ao ano (MDIC, 2020), mostrando-se novamente bem inferior aos anos anteriores (2001 – 2009). Neste momento também ocorre a intensificação dos IEDs chineses no Brasil, bem como, o aumento da participação das vendas destinadas à China nas exportações totais. Em 2010, esse percentual era de 15%, apresentando constante crescimento até atingir 24% em 2019. A taxa de câmbio desvalorizou-se ao longo de todo o período, partindo de uma cotação média no ano de 2010 de 1,76R\$/US\$ até chegar ao valor de 3,94R\$/US\$ em 2019 (BACEN, 2020b).

Tabela 11 – Brasil: taxa de variação real dos componentes do PIB pela ótica da produção, 2010 – 2018 (%)

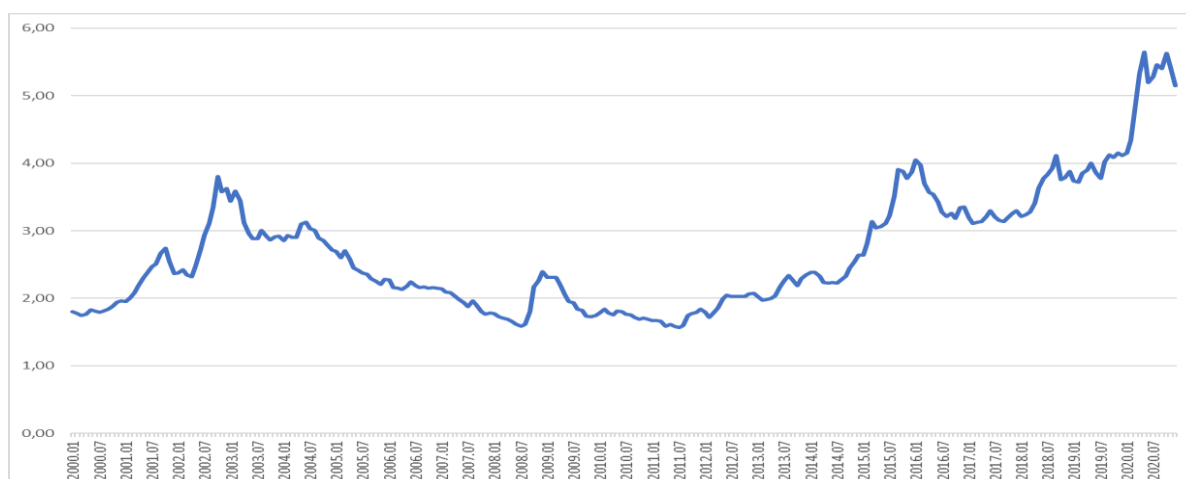
Grupos de atividades	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Total</b>	<b>7,0</b>	<b>3,7</b>	<b>1,6</b>	<b>2,9</b>	<b>0,5</b>	(-) <b>3,2</b>	(-) <b>2,9</b>	<b>1,3</b>	<b>1,8</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>6,7</b>	<b>5,6</b>	(-) <b>3,1</b>	<b>8,4</b>	<b>2,8</b>	<b>3,3</b>	(-) <b>5,2</b>	<b>14,2</b>	<b>1,3</b>
<b>Indústria</b>	<b>10,2</b>	<b>4,1</b>	(-) <b>0,7</b>	<b>2,2</b>	(-) <b>1,5</b>	(-) <b>5,8</b>	(-) <b>4,6</b>	(-) <b>0,5</b>	<b>0,7</b>
Indústrias extrativas	14,9	3,5	(-) 1,9	(-) 3,2	9,1	5,7	(-) 1,2	4,9	0,4
Indústrias de transformação	9,2	2,2	(-) 2,4	3,0	(-) 4,7	(-) 8,5	(-) 4,8	2,3	1,4
Elétric e gás, água, esgoto, gestão de resíduos	6,3	5,6	0,7	1,6	(-) 1,9	(-) 0,4	6,5	0,9	3,7
Construção	13,1	8,2	3,2	4,5	(-) 2,1	(-) 9,0	(-) 10,0	(-) 9,2	(-) 3,0
<b>Serviços</b>	<b>5,8</b>	<b>3,5</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>1,0</b>	(-) <b>2,7</b>	(-) <b>2,2</b>	<b>0,8</b>	<b>2,1</b>

Fonte: IBGE (2021).

Em termos setoriais, a Agropecuária foi o segmento que apresentou o maior crescimento médio entre os anos de 2010 a 2018, ou seja, 3,8% ao ano, enquanto o Setor de Serviços cresceu 1,5% e a Indústria como um todo apenas 0,5%. Em relação ao período anterior (2001 a 2009), a Indústria e os Serviços cresceram significativamente menos, (Indústria cresceu 2,3% aa e o Serviços 3,5% entre 2001 a 2009), o que reflete a menor ritmo da atividade econômica entre os anos de 2010 a 2018. Já a Agropecuária superou seu crescimento apresentado no primeiro período quando cresceu em média 3,2% frente a 3,8% no segundo período. A Tabela 11, acima, apresenta a taxa de variação real dos componentes do PIB brasileiro pela ótica da oferta entre os anos de 2010 a 2018 (IBGE, 2021).

Quando se abre os itens que compõem a Indústria neste mesmo período, os segmentos que apresentaram crescimento foram a Indústria Extrativa (3,6% aa) e o Setor de Eletricidade, gás, esgoto e gestão de resíduos cujo crescimento médio foi de 2,5% aa. De outro modo, a Indústria manufatureira e o Setor da Construção decresceram, respectivamente -0,2% e -0,5% aa. Destaca-se que nem mesmo a intensa desvalorização da taxa de câmbio nominal ocorrida no período foi capaz de influenciar positivamente o crescimento do setor manufatureiro. Efetivamente, quando se observa o comportamento da taxa de câmbio nominal entre janeiro de 2000, em que a cotação era de 1,77 R\$/US\$ até dezembro de 2020, quando a cotação do Dólar chega a 5,14 R\$/US\$, constata-se uma intensa desvalorização do Real frente ao Dólar. Não obstante a indústria manufatureira seguiu sua trajetória de perda de participação do PIB nacional ao longo desses anos. Esta situação é um indicativo do atual quadro de deterioração da indústria nacional. O Gráfico 35, abaixo, apresenta a taxa de câmbio nominal do Real frente ao Dólar entre o período de janeiro de 2000 a dezembro de 2020.

Gráfico 37 – Taxa de Câmbio nominal (R\$/US\$, cotação de venda, dados diários) – 2000 - 2020



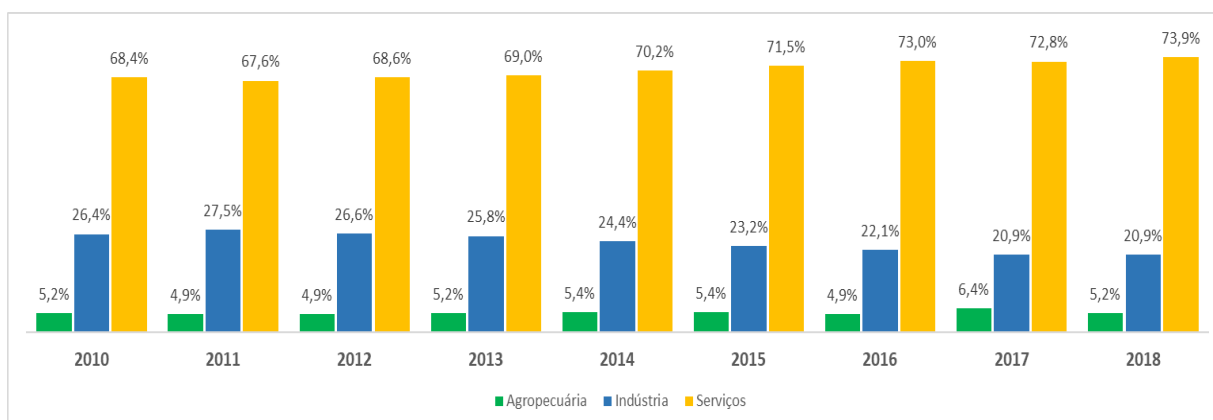
Fonte: BACEN (2020b).

Entende-se aqui que uma desvalorização cambial favorece os setores exportadores ao mesmo tempo em que prejudica ou encarece as importações. O padrão de comércio exterior brasileiro<sup>73</sup> no qual as exportações são fundamentalmente compostas por *commodities* e as importações por manufaturas e semimanufaturas pertencentes ao segmento manufatureiro, evidencia a dependência da Indústria manufatureira aos insumos e equipamentos importados bem como a sua incapacidade do Brasil de concorrer internacionalmente a partir deste setor. Por este motivo, uma valorização cambial não se tornou tão benéfica para a Indústria de Transformação na medida em que as suas importações, fundamentais para a sua produção, encareceram. Neste sentido, a indústria nacional passou a ser altamente dependente do mercado interno. Quando se observa os dados, percebe-se que o PIB brasileiro cresceu, em média, 3,39% ao ano entre 2000 a 2009 e a Indústria de Transformação 2,1%. Já entre os anos de 2010 a 2019, o PIB nacional cresceu, em média, menos da metade do período anterior, ou seja, 1,44% ao ano e a Indústria manufatureira decresceu -0,2% ao ano. Em 2014, quando a economia brasileira desacelera e cresce apenas 0,5% frente a 3% em 2013, a Indústria de Transformação é fortemente afetada e decresce -4,7%. Nos anos subsequentes, em 2015, 2016 e 2017 o PIB brasileiro apresentou respectivamente as seguintes variações: -8,5%, -4,8% e 2,3%. Nestes mesmos anos a Indústria manufatureira teve os seguintes decrescimentos/crescimento, -8,5% (2015), -4,8% (2016) e em 2017, quando a economia brasileira volta a crescer, o segmento manufatureiro também apresenta crescimento, ou seja, 2,3%. Esses dados evidenciam a dependência da indústria nacional do mercado interno (IPEADATA, 2021; IBGE, 2021).

<sup>73</sup> O subcapítulo 2.3 e 3.3 tratam com mais vagar do padrão de comércio exterior do Brasil.

Entre os anos de 2010 a 2018, houve uma pequena mudança estrutural. A Indústria perdeu participação para o Setor de Serviços. Em 2010, o setor industrial representava 26,4% do PIB nacional. Este percentual chegou a 27,5% em 2011, porém a partir deste ano sua parcela no PIB foi decrescendo até, finalmente, atingir em 2017, 20,9%, percentual mantido no ano seguinte. Já o Setor de Serviços, diminuiu sua participação em 2011, mesmo ano em que a Indústria apresentou um breve aumento de sua participação, para posteriormente a partir de 2012 paulatinamente aumentar sua parcela no PIB brasileiro até atingir, em 2018, 73,9%. Coincidentemente, os 5,5% pontos percentuais ganhos pelo Setor de Serviços neste período, são os mesmos 5,5% pontos percentuais que a Indústria decresceu. Já o segmento Agropecuário apresentou pequenas variações em sua participação, porém terminou o período observado com o mesmo percentual iniciado, ou seja, 5,2%. O Gráfico 38, mostra a evolução da participação de cada atividade econômica no período em tela (IBGE, 2021a).

Gráfico 38 – Evolução da participação do valor adicionado por grandes setores de atividades (2010 – 2018) – valores constantes



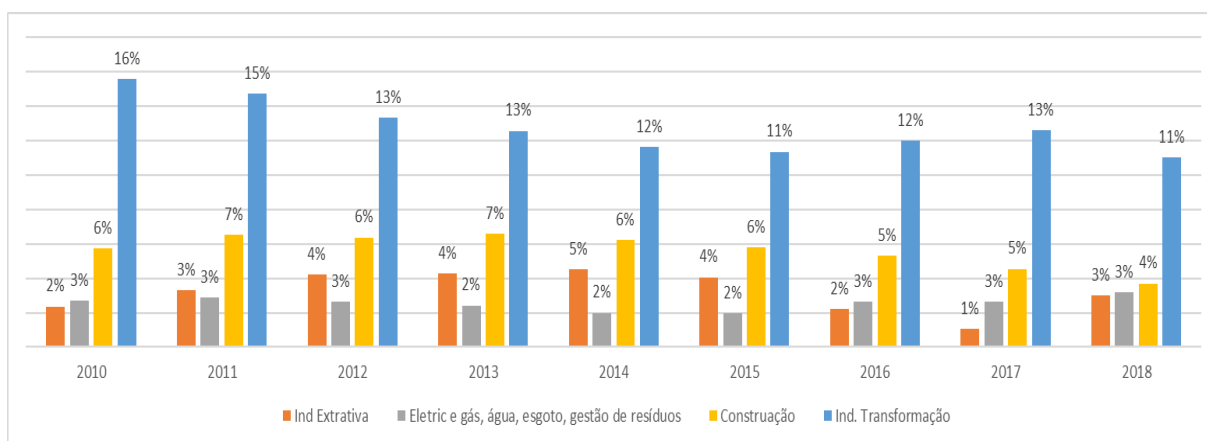
Fonte: IBGE (2021a).

A participação dos subsetores que compõem a Indústria, apresenta um decréscimo da Indústria de Transformação e do Setor de Construção, os quais passaram respectivamente, de 16% para 11% e 6% para 4% entre 2010 a 2018. Nesse mesmo período, o Setor de Eletricidade, gás, água, esgoto e gestão de resíduos apresentou uma estagnação, permanecendo em 3%, enquanto o a Indústria Extrativa apresentou um pequeno crescimento de um ponto percentual, passando de 2% para 3%. O Gráfico 39, mostra a evolução da participação dos subsetores componentes da Indústria entre os anos de 2010 a 2018.

O desempenho do segmento manufatureiro pode ser explicado à luz do menor crescimento do Setor Industrial abordado anteriormente e apresentado no Gráfico 38, bem como pela desvalorização cambial ocorrida também nesse período. Sob o aspecto do IEDs chineses,

este foi o terceiro segmento mais beneficiado ao receber 10% do ingresso destes capitais, tal como mostrou a Tabela 7. Mesmo considerando que 88% destes recursos resultaram em 47 operações do tipo *greenfield*, ou seja, com efeito sobre a estrutura produtiva, não pode ser desprezado o fato de que a maior parte dos investimentos chineses foram canalizados aos setores de eletricidade e gás bem como ao extrativo. Além disso, os projetos destinados a novos empreendimentos possuem um determinado tempo para serem efetivamente executados e concluídos, o que implica que os efeitos sobre a capacidade instalada da economia podem não ser captados nas estatísticas a curto prazo. A Tabela 12, detalha os IEDs chineses na Indústria de Transformação no período em pauta. Cabe registrar, novamente, o padrão dos investimentos chineses marcados pelo predomínio da propriedade privada no segmento manufatureiro, o qual conforme mostra a Tabela 12, abaixo, equivale a 76% frente a 24% de propriedade pública.

Gráfico 39 - Evolução da participação do valor adicionado por subsetores da Indústria (2010 – 2018) – valores constantes



Fonte: IBGE (2021a).

Em termos de geração de novos postos de trabalhos, os 47 novos projetos implementados no segmento manufatureiro têm a projeção de gerar 15.008 novos postos de trabalho, o que equivale a 55% dos 27.075 novos postos de trabalho de todas as operações do tipo *greenfield* frutos dos IEDs chineses realizados no Brasil entre os anos de 2010 a 2019, conforme mostrado na Tabela 6 no subcapítulo 4.2 e na Tabela 12 abaixo. Diante destes dados e considerando que a totalidade dos investimentos destinados tanto ao segmento de eletricidade e gás bem como os realizados nas atividades extrativas (Tabela 3) são integralmente do tipo *brownfield*, ressalta-se a importância da economia receptora destas operações, no caso o Brasil, considerar este aspecto e induzir a priorização dos investimentos do tipo *greenfield* em

detrimento as operações que resultem em fusões e aquisições, em função dos benefícios que os primeiros causam em termos de geração de emprego e renda.

Tabela 12 – IEDs na Indústria de Transformação (2010 – 2019)

valor	%	tipo	propriedade	operação
1.065.743.000,0	24%	greenfield	público	9
2.912.091.846,0	64%		privado	38
26.500.000,0	1%	brownfield	público	2
529.040.000,0	12%		privado	10

Fonte: RED ALC – China

No tocante ao impacto dos IEDs chineses nos segmentos elétricos e extrativos, em que pese o expressivo volume de capital canalizado nesses setores, o predomínio absoluto de investimentos do tipo *brownfields* acaba por minimizar a influência destes recursos sobre a estrutura produtiva nacional. Em suma, os anos de 2010 a 2018, efetivamente registraram uma mudança setorial expressa pela perda na participação geral da Indústria no PIB nacional de 26,4% para 20,9% em paralelo ao aumento dos Serviços de 68,4% para 73,9%. Nos subsetores componentes da Indústria, a maior queda foi do segmento manufatureiro, enquanto as atividades extrativas expandiram de 2% para 3% sua participação e o setor elétrico permaneceu em 3%. Estas modificações não podem ser exclusivamente atribuídas aos IEDs chineses ou estritamente a relação sino-brasileira, porém, inequivocamente, elas compõem um conjunto de fatores e acontecimentos no âmbito da economia internacional, dentro os quais está a relação sino-brasileira.

Pelo lado da estrutura produtiva, é notório a perda de dinamismo da indústria brasileira desde a década de 1980. Considerando a importância que este setor possui para a economia como um todo, este cenário coloca a economia nacional em um processo de deterioração da sua estrutura produtiva, reservando ao Brasil, dado a sua incapacidade de atuar em atividades situadas mais acima na escada tecnológica, a realização de atividades geradoras de pouco valor agregado, o que é refletido nas mudanças setoriais abordadas neste subcapítulo. Em termos de comércio exterior, embora o Brasil nunca tenha deixado ser um país no qual a exportação de recursos naturais tenha sempre tido parcela significativa na sua pauta exportadora, o intenso processo de reprimarização das vendas externas é fruto deste processo de mudança da composição setorial do PIB.

Diante deste quadro e considerando a existência de imensas dificuldades para que um país consiga subir as escadas tecnológicas ou precisamente as CGVs nas mais diversas

atividades produtivas, torna-se fundamental, por parte dos Estados, a formulação e adoção de políticas públicas com este desiderato. Relegar ao mercado esta tarefa significa assistir passivamente as mudanças estruturais as quais podem, não raras vezes, não coincidir com as mudanças necessárias para a promoção do desenvolvimento econômico nacional. O recebimento de IEDs, não apenas dos chineses, devem ser acompanhados de minucioso planejamento visando atendimento dos interesses nacionais, na medida em que, naturalmente, as empresas transnacionais são movidas pela busca de lucro e refletem os objetivos de seus países sedes, logo não tem e não devem ter compromisso com os interesses dos países receptores. Portanto, ao receber os influxos de IEDs, é de fundamental importância a adoção de políticas públicas em paralelo a fim de induzir esses capitais para colaborar no desenvolvimento do país receptor.

### 5.3 CHINA-BRASIL: RELAÇÃO SUL-SUL OU NORTE-SUL

Com o intuito de melhor qualificar a análise qualitativa desta tese, pretende-se, neste subcapítulo, discutir o tipo de relação que existe de fato entre Brasil e a China, isto é, Sul-Sul ou Norte-Sul. A pertinência deste propósito reside na constatação de que embora a relação entre os dois países, efetivamente, se caracterize como Sul-Sul, há de se considerar que, especialmente, após os anos 2000, as diferenças entre as duas nações aumentaram, o que torna real a possibilidade de uma mudança no tipo de relacionamento existente.

No início dos anos 2000, a partir do Governo Lula (2003 – 2010) a política externa brasileira foi reformulada a fim de se tornar um instrumento de projeção do Brasil no âmbito internacional. Enquanto, na década de 1990, durante os Governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC) este instrumento foi utilizado visando a geração de credibilidade brasileira no ambiente internacional, nos anos 2000, com o Governo Lula, a política externa voltou-se para ampliação da autonomia através diversificação de parceiros e da realização da cooperação do tipo Sul-Sul (DESIDERÁ *et al*, 2018).

Vale lembrar que a conjuntura internacional dos anos 2000 apresentou uma lógica mais favorável a implantação de uma cooperação do tipo Sul-Sul. Externamente, o resultado negativo das políticas liberalizantes, a centralidade dos Estados Unidos no Sistema Internacional passou a ser questionada; ao mesmo tempo que ocorria a emergência de novos países com capacidade de influenciar o Sistema Internacional, de modo especial a China. Internamente, os preços das *commodities* produzidas pelos países em desenvolvimento, especialmente o Brasil,



impulsionaram as exportações destes países, gerando, por conseguinte, altas taxas de crescimento econômico e acúmulo de reservas internacionais (RAMANZINI JÚNIOR *et al*, 2015).

Uma cooperação Sul-Sul compreende a relação entre nações que possuem problemas similares nas áreas econômicas, políticas e sociais bem como histórias coloniais e de exploração pregressas. Neste sentido, caracteriza-se pelo seu caráter horizontal; diferenciando-se, assim de uma relação Norte-Sul marcada por um caráter vertical, ou seja, formada por países desenvolvidos e em desenvolvimentos (PEDROZO, 2016). No entanto, isso não significa que os blocos ou as relações formadas no eixo sul tenham uma unidade entre os participantes, mas sim a coordenação de iniciativas conjuntas que levem a superação de problemas comuns que afetem os países em desenvolvimentos. As cooperações e instituições criadas se destinam a superar obstáculos estruturais impostas pelos países desenvolvidos (RAMANZINI JÚNIOR *et al*, 2015).

Deste modo, a inserção internacional brasileira no eixo sul-sul buscava ampliar a capacidade do Brasil no Sistema Internacional, em negociações externas específicas em que seria necessário o Brasil contar com o apoio de outros países, formar a coalizão com outras economias emergentes<sup>74</sup> e, finalmente, trabalhar para aumentar as exportações brasileiras bem como o processo de internacionalização das empresas nacionais (RAMANZINI JÚNIOR *et al*, 2015). Além desses fatores, Silva (2018) também observa que a matriz de política externa dos governos Lula e Dilma era caracterizada pela busca do aprofundamento regional e pela retomada da tradição multilateral com críticas as relações assimétricas entre os Estados.

Neste contexto, a relação sino-brasileira é apontada como um relevante exemplo de cooperação Sul-Sul, que tem apresentado relevantes acordos no âmbito político-diplomático e avanços no meio econômico-comercial. Mesmo na década de 1990 quando o relacionamento com as grandes potências era priorizado, a China também passou a integrar o rol de prioridades da diplomacia brasileira em função (i) convergência de posições em fóruns multilaterais; (ii) no âmbito econômico o relacionamento entre os dois países começava a se estreitar na medida em que China era vista como possuidora de um grande mercado consumidor e também sendo fornecedora e investidora externa; (iii) da potencial parcerias no meio científico-tecnológico (PIRES *et al*, 2015).

---

<sup>74</sup> Em 2003, o Brasil liderou junto com a Índia a coordenação do G20 agrícola. Esta coalizão de países em desenvolvimento demandava o acesso aos mercados agrícolas dos países desenvolvidos ao mesmo tempo em que se insurgia contra a prática de concessão subsídios aos produtores agrícolas destes países. Outro exemplo de coalizão é a própria formação dos BRICS e a posterior criação dos Banco de Desenvolvimento dos Brics bem como a constituição do Arranjo Contingente de Reservas (RAMANZINI JÚNIOR *et al*, 2015).

No tocante a parceria científico-tecnológica, Pires *et al* (2015) citam como exemplo o Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica assinado em 1984 entre as duas nações; o que ensejou, posteriormente, na concretização do Protocolo sobre Pesquisa e Produção Conjunta do Satélite Sino-Brasileiro de Sensoriamento Remoto o qual previa ações conjuntas no sentido de se produzir uma série de cinco satélites de sensoriamento remoto. Logo, por meio do programa *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS), já foram lançados quatro satélites nos respectivos anos: 1999, 2003, 2007 e 2014. A concretude deste programa, pode ser apontada como uma relevante cooperação entre dois países em desenvolvimento no setor de alta tecnologia; o que possibilitou a superação de parte da dependência tecnológica imposta pelos países centrais detentores do oligopólio da tecnologia de informações relativas ao sensoriamento remoto. Por esta razão, esta iniciativa é definida como um paradigma no âmbito da relação Sul-Sul. Ainda na esfera científica-tecnológica, merece ser pontuado a feitura de outros projetos nas áreas de nanotecnologia, biotecnologia, fármacos e no setor agrícola (PIRES *et al*, 2015).

Na esfera política, também na década de 1990, China e Brasil começaram a se aproximar na medida que os dois países passaram a apresentar posições de interesses convergentes, pois o cenário internacional indicava um aumento de importância dos países periféricos nos anos subsequentes. Nos anos 2000, esta aproximação se intensificou através da realização de visitas recíprocas. No ano de 2001, o governo FHC firmou acordos prevendo a criação de *joint-ventures* entre empresas brasileiras e chinesas<sup>75</sup>. Com início do Governo Lula em 2003, a política externa brasileira voltou-se às relações de perfil Sul-Sul, sendo que ao longo do governo do Partido dos Trabalhadores seis visitas de Estado entre as duas nações ocorreram (PIRES *et al*, 2015). Também por esse fator, as exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos e a Europa diminuiram enquanto as vendas externas à China aumentaram desde então (vide Gráfico 7).

Ao recapitular a parceria desenvolvida entre a China e o Brasil nos últimos trinta anos, Oliveira (2014), mostra que a China tinha alguns objetivos centrais, na década de 2000, com este relacionamento, dentre os quais, pode-se destacar: (i) o estabelecimento e a ampliação da relação comercial visando o acesso aos recursos naturais demandados para o seu desenvolvimento interno; (ii) o acesso ao mercado interno brasileiro por meio de IEDs ou simplesmente pela exportação de bens de alto valor agregado; (iii) por meio da cooperação Sul-

---

<sup>75</sup> Tal iniciativa resultou na formação das parcerias entre a Embraer e a AVIC, empresa estatal atuante no ramo aeroespacial da China, e entre a Vale do Rio Doce e a Shanghai Baosteel, maior siderúrgica da China.

Sul, a China pretendia aumentar seu poder relativo através da multipolaridade. Já o Brasil deseja ampliar seus laços com a China visando (i) ampliar os parceiros comerciais; (ii) se tornar um destino atrativo dos investimentos chineses e, assim, ter acesso a novas tecnologias de ponta; (iii) criar acesso para os produtos brasileiros ao grande mercado consumidor chinês e, finalmente, (iv) se valer das semelhanças existentes entre China e Brasil, dois países em desenvolvimento e, portanto, possuidores da mesma visão quanto a necessidade de mudanças no Sistema Internacional para, como isso, atuarem juntos visando aumento do poder de barganha nos fóruns internacionais (PIRES *et al*, 2015).

Mais recentemente, no ano de 2016, a China publicou o “Documento sobre a Política da China para com a América Latina e o Caribe” na qual manifesta, de forma clara, a sua intenção de desenvolver com os países latino-americanos uma relação baseada nos termos *win-win*, ou seja, promover um relacionamento que seja benéfico para ambos os lados. Para tanto, a China defende neste documento a soberania nacional de cada nação para formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e a cooperação Sul-Sul a fim de construir um sistema econômico mais aberto voltado ao comércio multilateral:

“Persistir na colaboração internacional, promover a equidade e justiça, isto é a responsabilidade internacional do desenvolvimento das relações China-América Latina e Caribe. A parte chinesa está disposta a reforçar contatos e colaborações com os países latino-americanos e caribenhos no quadro de instituições internacionais multilaterais, salvaguardar em conjunto a ordem e o sistema internacional que têm como núcleo os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, impulsionar o processo da multipolarização, da democratização e da legalização das relações internacionais, aumentando a representatividade e o direito à voz dos países em desenvolvimento. A parte chinesa está disposta a aprofundar a cooperação sul-sul com os países da América Latina e do Caribe, a fim de consolidar o sistema de comércio multilateral, promover a reforma da governança global e construir juntos um sistema econômico mundial aberto”. (EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL, 2016, p. 3).

Efetivamente, a cooperação entre a China e a América Latina tem se intensificado ao longo dos anos 2000. Maggiorelli (2020) apresenta a evolução da ajuda chinesa para os países em desenvolvimento e classifica este processo em seis fases. Focando-se na última fase dessa relação, compreendida do ano de 2006 até os dias atuais, este estudo faz referências à visita do primeiro-ministro chinês Li Keqiang à América Latina em 2015 quando, na oportunidade, o político manifestou o desejo chinês de seguir contribuindo para o desenvolvimento da região apesar das taxas de crescimento econômico ter desacelerado em ambos os lados do Pacífico. Apenas no Brasil, entre os anos de 2007 a 2019, ingressou aproximadamente US\$29 milhões na condição de investimentos indiretos chineses, dos quais 94% foram usados para a realização de projetos de infraestrutura física e energética (vide Tabela 9). Neste contexto, a China

reafirma sua condução de política externa apresentada no “Documento sobre a Política da China para com a América Latina e o Caribe”; através do qual prega a defesa da soberania nacional e a não interferência em assuntos internos dos países receptores dos seus empréstimos. Com isso, não impõe nenhum condicionante formal para o recebimento destes financiamentos; ou seja, executa uma prática oposta a realizada usualmente por organismos internacionais situados no ocidente.

Todavia, Maggiorelli (2020) sustenta que a ajuda fornecida pela China para o desenvolvimento dos outros países em desenvolvimento não é de fato incondicional, uma vez que a China possui claros interesses econômicos e políticos nos países em que ela financia o desenvolvimento. Esses interesses se manifestariam na forma de pagamento imposta pela China, ou seja, por meio de recursos naturais; o que por sua vez corresponde a uma condicionalidade implícita. Efetivamente, conforme já apresentado em detalhes na Tabela 9, os empréstimos concedidos pelos bancos públicos chineses (CDB e o China Ex-Im Bank) para realização de obras no Brasil tem o seu pagamento condicionado a modalidade *loan-for-oil*, ou seja, se realizam por meio do fornecimento de recursos naturais demandados para o funcionamento da dinâmica interna chinesa.

Além de condicionar a forma de pagamento, vale retomar a questão já abordada no Capítulo 4 a respeito da imposição estabelecida pela China para que em algumas obras realizadas pela Petrobrás, financiadas evidentemente pelo capital chinês, houvesse a preferência de empresas chinesas para o fornecimento de bens e serviços relacionados ao projeto em questão. Essa prática ocorre de forma mais explícita nos projetos de infraestrutura realizados na África; onde além de impor as empresas e fornecedores contratados, também se determina a contratação de trabalhadores chineses para atuar no projeto (BRAUTIGAM, 2010; 2011).

Deste modo, ao longo deste subcapítulo procurou-se mostrar que conceitualmente a relação sino-brasileira se enquadra como sendo uma cooperação tipicamente Sul-Sul. A análise da política externa da China e do Brasil ao longo do relacionamento entre as duas nações também corrobora esta ideia, na medida em que efetivamente houve iniciativas que resultaram em cooperações em diversas esferas tais como político-diplomático, econômico-comercial e científica-tecnológica. No entanto, também é lícito afirmar que em decorrência da evolução da relação sino-brasileira, especificamente a partir dos anos 2000, este relacionamento foi se tornando assimétrico, notadamente, do ponto de vista comercial e produtivo. Além disso, no âmbito das Relações Internacionais os dois países passaram a ter graus de importância distintas no Sistema Internacional, de modo que a China passou a acumular um poder relativo muito

superior ao brasileiro. Essa conjuntura conferiu ao país asiático a possibilidade de atrelar certas condicionalidades nas suas ações no âmbito das relações Sul-Sul.

Quando se analisa este problema sob o aspecto da economia internacional ou mais precisamente sobre a ótica da estrutura produtiva global, fragmentada em CGVs, novamente se evidencia que ambos os países se situam em posições completamente distintas também sobre este quesito. Neste sentido, muito embora esta relação tenha sido gestada sob a forma Sul-Sul e, de fato, se enquadre nesta modalidade desde a sua criação até o presente momento, trazendo benefícios para ambos os lados, ao menos a curto prazo no caso brasileiro, o formato assimétrico deste relacionamento pode transformar, no futuro, a relação entre os dois países em laços não tão cooperativos e até mesmo tornar em um relacionamento do tipo Norte-Sul.

Em outras palavras, embora em termos diplomáticos o relacionamento sino-brasileira seja apresentado pela China como uma relação *win-win*, e tenha efetivamente sido criada nessas condições a fim de gerar benefícios mútuos para os dois países, isso não invalida o fato de que esta relação tem uma clara hierarquia sobre vários aspectos. Conforme já exposto ao longo deste trabalho, a relação comercial é absolutamente assimétrica e acabou por influenciar a relação produtiva, realizada por meio dos IEDs na segunda década dos anos 2000. Este processo é fruto de uma estratégia de desenvolvimento chinês e causa ganhos de curto prazo para a economia brasileira. Todavia, não se identifica pelo lado brasileiro uma estratégia para melhor aproveitar o relacionamento com o país em maior ascensão nos últimos quarenta anos. Deste modo, enquanto o Brasil pauta-se por benefícios imediatos desta relação, a China segue sua estratégia pré-determinada de ascensão. Por esta razão, sustenta-se que no futuro a condição hierárquica entre Brasil e China se acentue levando, portanto, a cooperação Sul-Sul se descaracterizar.

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A evolução da relação comercial sino-brasileira, intensificada ao longo dos anos 2000, tornou a China o principal parceiro comercial para o Brasil e impulsionou o crescimento nacional, trazendo benefícios inequívocos aos setores agrícolas e extrativos; os quais podem ser estendidos para a economia como um todo, sob uma ótica de curto prazo. Este é um lado deste processo. O outro lado, expresso por esta mesma relação comercial, é que muito embora ela apresente superávit comercial sob o ponto de vista monetário, quantitativo, ela, ao mesmo tempo, também evidencia profundas dissimilaridades quando analisada sob a ótica qualitativa expresso pelo déficit comercial em termos de valor agregado; fruto da exportação brasileira de

recursos naturais frente a importação de manufaturas e semimanufaturas. Este fato é singularmente importante quando observado à luz da estrutura produtiva global vigente, marcada pela formação de CGVs, pois assim, é possível situar claramente a participação do Brasil e da China nestas cadeias produtivas. Em outras palavras, o padrão comercial assimétrico sino-brasileira reflete, em certa medida, a inserção dos dois países nas suas respectivas CGVs em que a China exporta produtos dotados com maior conteúdo tecnológico enquanto o Brasil fornece ao exterior produtos primários.

Deste modo, buscou-se igualmente neste capítulo avaliar o impacto que a relação com a China provocou sob a estrutura produtiva nacional após o ano de 2000. Para tanto, analisou-se o período de 2000 a 2009, caracterizado pelo aprofundamento da relação comercial e o período de 2010 a 2019, marcado pela intensificação produtiva com a China. Os dois períodos apresentaram desempenho econômico distintos. O primeiro apresentou crescimento econômico médio de 3,4% ao ano (IPEADATA, 2021) e uma forte expansão do comércio exterior, especialmente as exportações destinadas para a China, o que aliado ao aumento dos preços das *commodities* nesses anos, contribuíram para o aumento médio do setor extrativista ser de 4,8% aa e, assim, superar a variação dos demais segmentos integrantes do PIB; uma vez que a Indústria de Transformação aumentou 2,1%, o segmento Agrícola 3,2% aa e o Setor de Serviços, 3,5% aa (IBGE, 2021). Consequentemente, a Indústria Extrativista beneficiou-se da relação sino-brasileira e aumentou sua participação no PIB nacional de 1%, em 2001, para 4% em 2009 (IBGE, 2021a).

No segundo período, o desempenho econômico foi mais modesto quando comparado a fase anterior, apresentando um crescimento econômico médio de 1,44% aa (IPEADATA, 2021), enquanto as exportações totais cresceram 5,4% aa e as importações 6,2% aa (MDIC, 2020). Em sentido contrário, o ingresso de IEDs chinês se intensificou justamente quando a economia nacional desacelerava. O menor crescimento econômico do período refletiu no menor aumento em termos setoriais: a Indústria manufatureira decresceu, em média, -0,2% aa, enquanto a Indústria Extrativa cresceu 3,6% aa e o setor de Serviços 1,5% aa. A Agricultura foi o único segmento que apresentou um crescimento maior do que o período anterior (2000 – 2009), ou seja, aumentando, em média 3,8% aa.

Em termos de mudança estrutural, o melhor desempenho do setor agrícola não representou um aumento de sua participação no PIB nacional. Entre os anos de 2010 a 2018, a agricultura manteve sua participação de 5,2%. Já a indústria como um todo diminuiu sua participação de 26,4% (2010) para 20,9% (2018) e o segmento de Serviços aumentou de 68,4%

(2010) para 73,9% (2018). Analisando os segmentos que compõem o setor industrial, a Indústria de Transformação diminuiu sua participação de 16% (2010) para 11% em (2018) enquanto a Indústria Extrativista ampliou sua participação em 1 ponto percentual passando de 2% (2010) para 3% (2018). Em suma, no segundo período analisado, a Indústria como todo perdeu participação, bem como a indústria manufatureira; já o setor extrativista apresentou um ligeiro crescimento. Logo, o decréscimo da Indústria foi absorvido pelo Setor de Serviços.

Conforme já apresentado anteriormente, foi também a partir de 2010 que o influxo de capital chinês se intensificou na economia brasileira. Muito embora, o avanço da reprimarização das exportações nacionais possa ser atribuído a evolução da relação sino-brasileira, o mesmo não pode ser dito em relação as mudanças estruturais estudadas neste capítulo. Há de se considerar que parcela significativa dos IEDs chineses (90%) ocorreram nos setores de infraestrutura física e energética bem como no setor extrativo, sendo a maior parte desses projetos são do tipo *brownfield*, ou seja, sem impacto na capacidade instalada da economia receptora. É bem verdade que os 10% de IEDs destinados à Indústria de Transformação foram em sua maioria, isto é, 88%, do tipo *greenfield*, no entanto, dado o lapso temporal entre o início e o término de muitos desses projetos, mudanças estruturais decorrentes dessas iniciativas podem requerer um maior tempo para serem captadas pelas estatísticas.

Ademais, a estrutura produtiva nacional vem se deteriorando desde a década de 1980 influenciada, evidentemente, pelas complexas transformações que a estrutura produtiva global vem sofrendo desde a década de 1970. Logo, embora a estrutura produtiva nacional tenha se modificado desde o início da relação sino-brasileira, especialmente após 2010, ressalta-se novamente que atribuir todo este processo ao “efeito China” não é razoável. De fato, ocorreram uma série de fatores que contribuíram para reafirmar o Brasil na sua posição de exportador de recursos naturais, dentre os quais a própria relação com a China. No entanto, o aprofundamento desta relação se deu muito mais por ações brasileiras ou faltas delas, como por exemplo, a inexistência de um planejamento para melhor aproveitar os influxos de IEDs no Brasil a favor do desenvolvimento nacional.

Diante deste quadro, buscou-se no último subcapítulo discorrer sobre o relacionamento sino-brasileiro tendo em visto as classificações do tipo Sul-Sul e Norte-Sul. Conceitualmente, o relacionamento do Brasil com a China se enquadra como sendo do tipo Sul-Sul. Ambos são PED, compartilham, por vezes de interesses comuns e realizaram parcerias nos âmbitos diplomático-político, econômico-comercial e científico-tecnológico. Todavia, não há como negligenciar que a evolução do relacionamento sino-brasileiro tem se mostrado assimétrico, de

modo especial, sob a ótica comercial e produtiva, assim como, em virtude do lugar que cada país atua por meio de suas empresas nas CGVs. Além disso, também merece registro o fato de que dado o aumento de importância conquistada pela China no Sistema Internacional, esse país passou a estabelecer condicionalidades nas suas relações Sul-Sul, como por exemplo, o pagamento de empréstimos na forma de recursos naturais demandados internamente pela economia chinesa. Diante deste contexto, não parece irreal projetar uma tendência de que em um futuro próximo o relacionamento sino-brasileiro, inicialmente, estabelecido sob as características de uma relação do tipo Sul-Sul seja alterado para Norte-Sul.



## 6 CONCLUSÃO

A economia brasileira vem passando por mudanças estruturais expressas pela constante diminuição do setor industrial, notadamente o setor manufatureiro, desde a década de 1980. Desde então até dos dias atuais, este fenômeno não se deu exclusivamente no Brasil, ao contrário, tem sido observado em outros países que viram os respectivos segmentos manufatureiros, em maior ou menor medida, se deslocarem para a Ásia; configurando, deste modo, uma das faces do processo de globalização econômica. Paralelamente a perda de participação da Indústria de Transformação brasileira no PIB nacional, a economia brasileira reforça sua histórica posição de exportador de recursos naturais ao acentuar a reprimarização das exportações nacionais.

Diante destes dois fenômenos, esta Tese se propôs a analisar os impactos que os fluxos comerciais e os IEDs chineses, realizados entre os anos de 2000 a 2019, provocaram no setor produtivo nacional e no padrão de comércio externo brasileiro. Para o cumprimento desta tarefa, se fez necessário o entendimento das profundas mudanças que a economia chinesa passou desde a década de 1970, por meio de extraordinário influxo de IEDs, o qual permitiu que este país mudasse sua estrutura produtiva e assim, fosse capaz de ascender nas CGVs. Igualmente importante, foi a ocorrência de outros fatores após os anos 2000, como o expressivo êxodo rural da ordem de 400 milhões de pessoas ocorrido na China, que levou este país a ter a necessidade de ampliar a urbanização de suas cidades e aumentar a demanda urbana por alimentos.

Essa conjunção de fatores, por um lado, capacitou as empresas chinesas a competirem internacionalmente, ou seja, ampliar o processo de internacionalização produtivo, não o realizando somente por meio de exportações, mas também pela realização de IEDs. Por outro lado, levou a China a estrategicamente buscar recursos naturais demandados para a sua dinâmica interna. Neste cenário o Brasil entra no radar chinês dado a sua histórica característica agroexportadora. Do outro lado, isto é, pela ótica brasileira, também é necessário ressaltar que desde a década de 1980, novamente um conjunto de fatores reafirmaram o Brasil na sua condição de exportador de recursos naturais. A crise política e econômica na década de 1980, a implementação de medidas econômicas de caráter “pró-mercado” nos anos 1990 contribuíram para deteriorar a estrutura produtiva nacional, e assim, reafirmar o caráter agroexportador da economia brasileira. Neste quadro, o interesse das duas nações se coadunou, contribuindo, deste modo, para o aumento da relação comercial sino-brasileira a partir dos anos 2000.

A evolução desta relação comercial se mostrou absolutamente assimétrica para o Brasil. Muito embora o Brasil apresente superávit comercial frente a China em termos quantitativos, expresso em unidades monetárias, a mesma pauta exportadora apresenta déficit em termos qualitativos, isto é, quando medida em valor agregado. Logo, a assimetria comercial é caracterizada pela venda de *commodities* pelo Brasil e pela compra de produtos semimanufaturados e manufaturados oriundos da China. Neste contexto, poder-se-ia advogar que a China colocou o Brasil nesta situação desfavorável em uma visão de longo prazo. No entanto, à luz dos acontecimentos citados anteriormente, é mais razoável sustentar que foi a forma com que o Brasil reagiu as mudanças de ordem interna e externa, ocorridas desde a década de 1980, que o reafirmaram na condição de exportador de recursos naturais; enquanto a China adotou o “caminho inverso” para o seu desenvolvimento. Em suma, a atitude dos dois países frente a globalização econômica e consequente inserção de suas economias neste processo tem uma razoável capacidade explicativa para justificar a assimetria comercial entre as duas economias.

O padrão comercial absolutamente assimétrico evoluiu, para um relacionamento comercial e produtivo. Embora em pequeno volume monetário, os IEDs realizados de 2003 até 2010 foram 94% deles, portanto, majoritariamente aplicados na Indústria Extrativa, ou seja, no setor exportador de *commodities* para a própria China. Após o ano de 2010, a distribuição setorial dos investimentos externos chineses (42% dos IEDs no setor de Eletricidade e Gás, 28% na Indústria Extrativa e 10% na Indústria de Transformação – vide Tabela 7) bem como dos indiretos (empréstimos e financiamentos – vide Tabela 9) mostram uma clara influência da relação comercial praticada no período anterior (2000 a 2010), no destino dos investimentos no segundo período (2010 a 2019), pois grande parte deles estão direta ou indiretamente relacionados com a criação de infraestrutura física ou energética visando facilitar o escoamento dos recursos naturais destinados para a própria China. Deste modo, a hipótese geral deste trabalho de que a estrutura comercial sino-brasileira existente no período 2000 – 2010 teve papel relevante para a formação produtiva constituída no período seguinte (2010 – 2019) se mostra verdadeira.

Ao mesmo tempo, a evolução da relação produtiva sino-brasileira, ou seja, a aplicação do rol de IEDs chineses no Brasil não pode ser apontada como responsável pelas mudanças estruturais em curso a partir do ano de 2010. A existência de uma parcela significativa de investimentos nos setores de infraestrutura física e energética bem como no setor extrativo do tipo *brownfield*, impede esta atribuição. Da mesma forma o desempenho da Indústria de

Transformação, cuja participação no PIB nacional decresceu de 16% em 2010 para 11% em 2018, também não pode ser explicada pelos IEDs chineses. Embora este setor tenha recebido 10% do volume de investimento total do período (2010 a 2019), 88% desses recursos foram do tipo *greenfield*, isto é, geraram novas unidades produtivas. Logo, diante deste quadro em que há o já referido decréscimo da participação do segmento manufatureiro no PIB nacional e as características dos IEDs chineses nesse setor, poder-se-ia, no limite, argumentar que tais investimentos contribuíram para que a queda da Indústria manufatureira não fosse maior do que os 11% apresentado em 2018. Todavia, em virtude da existência do lapso temporal entre o início e o término de muitos desses projetos, mudanças estruturais decorrentes dessas iniciativas podem requerer um maior tempo para serem captadas pelas estatísticas. Com isso, refuta-se em parte a hipótese específica deste estudo que atribuía relevância ao “efeito China” para o aprofundamento da mudança da estrutura produtiva nacional. Já a influência do mesmo “efeito China” sobre o padrão de comércio externo brasileiro é verdadeira, pois as exportações nacionais foram diretamente modificadas em função da demanda chinesa por determinados recursos naturais tal como soja, minério de ferro e petróleo.

Deste modo, ao longo deste estudo procurou-se mostrar que a relação sino-brasileira foi caracterizada por um comércio assimétrico em que o Brasil exporta para China produtos primários ao mesmo tempo em que se importa da China produtos semimanufaturados e manufaturados. Esta estrutura comercial teve uma influência relevante no destino setorial dos IEDs chineses. A estrutura desta relação sintetiza em que lugar cada país, por meio de suas empresas, atua nas respectivas CGVs. Ademais, cabe lembrar que os interesses de cada ETNs e do país onde se situam as suas respectivas matrizes, efetivamente, se coadunam. Isso implica que há uma tendência natural para que as atividades geradoras de maior valor agregado sejam desenvolvidas nas matrizes, cabendo as filiais realizar atividades menos intensivas em termos tecnológicos. Com isso, dado esta forma de agir das ETNs e fundamentalmente, o lugar ocupado pelo Brasil no comércio internacional, isto é, majoritariamente exportador de *commodities*, confirma-se outra hipótese deste trabalho de que a relação sino-brasileira não resultará em transferência de tecnologia para a economia brasileira.

Cabe, portanto, diante das características da relação sino-brasileira, conjecturar a situação da economia brasileira se essas características permanecerem ou mesmo se acentuarem. É pertinente lembrar que a China passou por um processo análogo ao estudo nesta tese, ou seja, recebeu expressivo influxos de IEDs os quais foram estrategicamente aplicados em consonância com os interesses nacionais chineses visando, evidentemente, o

desenvolvimento de sua estrutura produtiva e a sua recolocação no comércio internacional, o que no limite possibilitou a China escalar as CGVs que ela participa.

O Brasil diante da relação com a China defronta-se com duas situações absolutamente distintas. A primeira dela, sob uma perspectiva de curto prazo e capitaneadas por setores agrícolas e extrativistas, tende a interpretar o relacionamento sino-brasileiro nos moldes em que ela se apresenta atualmente como favorável. De fato, sob este prisma ela é favorável, se não ao Brasil como um todo, mas certamente para os setores exportadores que comercializam com a China. Neste mesmo contexto, a Indústria de Transformação vem a longa data diminuindo sua participação no PIB nacional, o que significa, perda de importância econômica e uma crescente dificuldade em pleitear junto ao Governo brasileiro a adoção de políticas públicas que venham reverter este processo. Em sentido contrário, o setor exportador, tem a sua importância econômica aumentada e, assim, vê a sua capacidade de pleitear junto ao Governo brasileiro medidas que, no mínimo, trabalhem pela manutenção da situação vigente, isto é, o Brasil como exportador de produtos primários e os respectivos segmentos desses bens contribuindo para o crescimento econômico nacional.

Ao mesmo tempo, não pode ser negligenciada a atual estrutura do comércio internacional formado por CGVs em que cada ETNs, apoiada pelo seu Estado de origem, luta constantemente para aperfeiçoar a sua capacidade produtiva e assim, passar a realizar atividades mais próximas possíveis da fronteira tecnológica de sua cadeia produtiva. O processo de desenvolvimento econômico passa por essa difícil trajetória. Logo, sob uma perspectiva de longo prazo, a permanência do Brasil nesta situação de exportador de recursos naturais ou, em outras palavras, a manutenção da relação sino-brasileira nos moldes atuais, dificilmente contribuirá para o desenvolvimento nacional, aqui entendido como o desenvolvimento da estrutura produtiva nacional visando à modificação da inserção brasileira no comércio exterior e, por conseguinte, nas CGVs por meio da capacitação das empresas brasileiras para atuarem na elaboração de atividades mais próximas da fronteira tecnológica de seus respectivos segmentos.

Se a perspectiva de curto prazo se mantiver, a economia brasileira assume um risco de ter a sua vulnerabilidade externa aumentada. Isso porque as exportações nacionais compostas por produtos primários, além de possuírem uma baixa elasticidade renda da demanda, atuarão em uma estrutura de mercado em que há apenas um comprador, ou seja, um monopólio. Em suma, os fatores que sustentam a demanda chinesas pelos recursos naturais exportados pelo Brasil podem se alterar, colocando o Brasil em delicada situação, isto é, sem comprador

imediatamente para suas exportações e com uma estrutura produtiva deteriorada e, portanto, incapaz de concorrer internacionalmente. A reversão desta situação estrutural desfavorável requer, no mínimo, a adoção de uma estratégia por parte do Brasil à luz do que a própria China fez, objetivando conciliar o influxo dos investimentos estrangeiros com os interesses nacionais.

## REFERÊNCIAS

- ABIMAQ. [Carta ao MDIC:] **Agravamento da competitividade da indústria de transformação frente aos concorrentes internacionais**. 2011. Disponível em <<http://abimaq.org.br/site.aspx/Detalle-Palavra-do-Presidente-nova?DetalleClipping=47&CodigoClipping=53>> Acesso em: 01 mar. 2021.
- ACIOLY, L; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. China e Brasil: oportunidades e desafios. *In: LEÃO et al. A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.
- American Enterprise Institute - AEI. **China Global Investment Tracker**. Disponível em: <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. Acesso em: 23 dez. 2017.
- AREND, M. A Industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. **Texto para discussão**, IPEA, Brasília, n. 2105, 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25796](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25796). Acesso em: 24 dez. 2018.
- BACHA, E. Bonança externa e desindustrialização. Uma análise do período 2005-2011. *In: BACHA, E.; BOLLE, M. (Org.). O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Estatísticas** : Tabelas Especiais : Setor Externo : Demonstrativo de variação das reservas internacionais. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais> Acesso em: 01 mar. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Estatísticas – Tabelas Especiais – Fluxos de investimento direto – distribuição por país ou setor**. Brasília, 2020a. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/tabelasespeciais>. Acesso em 05 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Estatísticas – Taxa de Câmbio Nominal**. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/grafico/graficoestatistica/cambio>. Acesso em 01 nov. 2020.
- BALDWIN, R. Trade and industrialisation after globalisation's 2nd unbundling: how building and joining a supply chain are different and why it matters. **NBER (Working Paper)**, n. W17.716, 2011.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e a América Latina na nova divisão internacional do trabalho. *In: LEÃO et al. A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.
- BARRON, Jeff. More Chinese crude oil imports coming from non-OPEC countries. **U. S. Energy Information Administration**. 2019. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=30792#>. Acesso em 03 nov. 2019.
- BARTON, J. R. Eco-dependency in Latin America. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v.27, n.2, p.134-149. 2006. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/228055693\\_Eco-dependency\\_in\\_Latin\\_America](https://www.researchgate.net/publication/228055693_Eco-dependency_in_Latin_America). Acesso em 06 jan. 2020.

BECARD, Danielly Ramos; LESSA, Antônio Carlos ; Silveira, Laura Urrejola . One Step Closer: The Politics and the Economics of China s Strategy in Brazil and the Case of the Electric Power Sector. *In: Bernal-Meza R.; Xing L.. (Org.). **International Political Economy Series***. London: Springer International Publishing, 2020. p. 55-81.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. Campinas: Unesp, 2009.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Contracorrente, 2017.

BERRINGER, T.; BELASQUES, B . As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma. **Carta Internacional**, v. 15, p. 151-173, 2020.

BERSHIDSKY, Leonid. Berlim dá guinada e entra na guerra econômica global. **Valor Econômico**, São Paulo 06 fev. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2019/02/06/berlim-da-guinada-e-entra-na-guerra-economica-global.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BIELSCHOWSKY, R. Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. **Revista da Cepal**, número especial, p. 183-191, maio 2010.

BOITO Jr, Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil: os Conflitos de Classe nos Governos do PT**. São Paulo: Editora UNICAMP/Editora UNESP, 2018.

BRAGA, J. C.; OLIVEIRA; G. C.; WOLF. P. J. O “efeito China” e alguns dos principais desafios para o desenvolvimento brasileiro. *In: **As mudanças mundiais em curso e seus impactos sobre as perspectivas de desenvolvimento do Brasil*** – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. volume 1, p. 71-166.

BRAINARD, L. A simple theory of multinational corporation and trade with a trade-off between proximity and concentration. **NBER (working paper)**, n. 4269, 1993.

BRASIL. Medida Provisória no. 579, de 11 de setembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Mpv/579.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Mpv/579.htm). Acesso 01 jun. 2020.

BRASIL. LEI No. 12.783, DE 11 DE JANEIRO DE 2013. Brasília, 2013. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12783.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12783.htm). Acesso 01 jun. 2020.

BRAUTIGAM, Deborah. China, Africa and the international aid architecture. **African Development Bank Group Working Paper**, v. 107, 2010.

\_\_\_\_\_. **The dragon’s gift: the real story of China in Africa**. Oxford: OUP Oxford, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? *In: FÓRUM DE ECONOMIA DE SÃO PAULO*, 4. **Anais[...]**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Globalização e Competição**. São Paulo: Campus, 2009.

\_\_\_\_\_. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, 2012

BUCKLEY, P.; CASSON. M. A theory of international operations. **European Research on International Business**, 1979.

CAMPOS, P. H. P.; Capital estrangeiro no setor brasileiro de infraestrutura: história e situação atual. **JORNAL DOS ECONOMISTAS**, v. 343, p. 10-11, 2018.

CEICDATA – Resident Income Distribution - **China Gini Coefficient** – Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/china/resident-income-distribution/gini-coefficient>. Acesso em 08 jun. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **Globalização e Desenvolvimento**. Brasília: CEPAL, 2002.

\_\_\_\_\_. **Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China: oportunidades y desafíos**. Chile: CEPAL, 2016.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA – CECB. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012**. Rio de Janeiro, Junho/2013.

\_\_\_\_\_. **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil (2012-2013)**. Rio de Janeiro, Março/2014.

\_\_\_\_\_. **Investimentos chineses no Brasil 2016**. Rio de Janeiro, Maio/2017.

\_\_\_\_\_. **Investimentos chineses no Brasil 2017**. Rio de Janeiro, Agosto/2018.

\_\_\_\_\_. **Investimentos chineses no Brasil 2018 – O quadro brasileiro em perspectiva global**. Rio de Janeiro, Julho/2019.

CHINA-LATIN AMERICAN FINANCE DATABASE. Disponível em [https://www.thedialogue.org/map\\_list/](https://www.thedialogue.org/map_list/). Acesso em: 21 jul. 2020.

CHINA STATISTICAL YEARBOOK. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2018/indexeh.htm>. Acesso em: 02 jan. 2018.

CHINA, República Popular da. **Documento sobre a Política da China para com a América Latina e o Caribe**. 2016. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1418402.htm> Acesso em: 03 dez. 2017.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS - CNAE – Versão 2.0 – **Comissão Nacional de Classificação** - IBGE – Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:



[https://cnae.ibge.gov.br/?option=com\\_cnae&view=estrutura&Itemid=6160&chave=&tipo=cnae&versao\\_classe=7.0.0&versao\\_subclasse=9.1.0](https://cnae.ibge.gov.br/?option=com_cnae&view=estrutura&Itemid=6160&chave=&tipo=cnae&versao_classe=7.0.0&versao_subclasse=9.1.0). Acesso em: 15 mar. 2020.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. **O futuro é agro (2018-2013)**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/documentos-tecnicos/o-futuro-e-agro-plano-de-trabalho-2018-a-2030>. Acesso em: 03 mar. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. Brasil precisa atrair investimento chinês para infraestrutura, diz diretor da CNI. **Agência de Notícias CNI (Posicionamento)**. São Paulo, 29 ago. 2016. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/brasil-precisa-atrair-investimento-chines-para-infraestrutura-diz-diretor-da-cni/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. - **Metodologia dos Coeficientes de Abertura Comercial**. Confederação Nacional Da Indústria. Brasília, março/2012.

CONTI, B; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. **Texto para discussão**, Unicamp, Campinas, n. 292, 2017. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3512&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3512&tp=a). Acesso em: 13 set. 2018.

CUNHA, A. M; LÉLIS, M. T. C; BICHARA; J. O Brasil no espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 208-236, mai-ago/2012.

CUNHA, A. M.; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi ; FLIGENSPAN, Flávio Benevett . Comércio exterior e indústria manufatureira no Brasil: velhas questões e novas evidências para o período 2000 a 2010. *In*: SEMINÁRIO SOBRE PESQUISAS EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS, 3., 2011, Brasília. **Anais[...]**. Brasília: FUNAG, 2011. p. 29-81.

DAMIÃO, Érika; RESES, Luciana, HENDLER, Bruno. Investimento externo chinês no setor hidrelétrico brasileiro: mapeando a atuação da State Grid e da China Three Gorges. **Diálogos Internacionais**, vol. 7, n. 71, maio 2020. Disponível em: <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2020/05/investimento-externo-chines-no-setor.html> Acesso em: 06 out. 2020.

DESIDERÁ, Walter. TUSSIE; Diana. As Relações Sul-Sul (2008-2015). *In*: DESIDERÁ, Walter *et al* (Org.). **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008** - Brasília: Ipea : Funag, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34472&catid=410&Itemid=433](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34472&catid=410&Itemid=433) Acesso em 10 mar. 2021.

DEMEULEMEESTER, J. M. **Déjà vu: O Brasil e a revitalização de uma condição histórica de dependência motivada pela ascensão chinesa**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ascensão Chinesa: uma análise de seus impactos sobre o Brasil**. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

DIEGUES, ANTÔNIO CARLOS; ROSELINO, J. E. . Política industrial, tecno-nacionalismo e indústria 4.0: a guerra tecnológica entre China e EUA. **Texto para Discussão**, Unicamp, Campinas, v. 401, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD401.pdf> Acesso em 24 mar. 2021.

DOWNS, Erica S. **Inside China, Inc: China Development Bank's cross-border energy deals**. Brookings Institution, 2011. Disponível em: <http://www.brookings.edu/research/papers/2011/03/21-china-energy-downs>. Acesso em: 06 out. 2017.

DUNNING, J. H. Toward an eclectic theory of international production: some empirical tests. Londres: **Journal of International Business Studies**, v. 11, n. 1, p. 9-31, 1980.

\_\_\_\_\_. **Explaining international production**. London: Unwin Hyman, 1988.

EMBAIXADA chinesa reage a Eduardo Bolsonaro e fala em 'consequências negativas'. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/11/24/embaixada-chinesa-reage-a-eduardo-bolsonaro-e-fala-em-consequencias-negativas.ghtml>. Acesso em 12 mar. 2021.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. **Documento sobre a Política da China para com a América Latina e o Caribe**, 2016. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/zbqx/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

ESCHER, F.; WILKINSON, J.; PEREIRA, P. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In: JAGUARIBE, ANNA. **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil** – Brasília: FUNAG, 2018.

ETHIER, W. e HORN, H. Managerial control of international firms and patterns of direct investment. **Journal of International Economics**, n. 27, 1990.

EUA impõem novos limites de exportação a fornecedores da Huawei e China reage. **Valor Econômico**. 12 mar. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2021/03/12/eua-impoem-novos-limites-de-exportacao-a-fornecedores-da-huawei-e-china-reage.ghtml>. Acesso em 12 mar. 2021.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise da política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FILGUEIRAS; L. A. M; GONÇAVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro. Contraponto, 2007.

FILGUEIRAS, M. L. O setor elétrico brasileiro caiu no colo dos chineses. **Revista Exame**. Ago/2016. Disponível em <https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-setor-eletrico-brasileiro-caiu-no-colo-dos-chineses/>. Acesso em 17 out. 2020.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. *In*: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

FONSECA, Pedro. ALVES, Vitor. Lima, Marcos Costa. China e América Latina: uma nova dinâmica nas relações entre o dragão asiático e a região latino-americana. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevidéo. **Anais [...]**. Montevidéo: ALACIP, 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YTToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYTToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjI4NTEiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiZDI1NTFiY2M2ZjJhYWZhMDY1MGE5NmNmM2ZjNGI3MDUiO30%3D>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

GARCIA, ANA. Investimentos da China no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. **Revista Tempo no Mundo** / IPEA, Brasília, p. 149-174, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/240>. Acesso em: 01 out. 2020.

GALLAGHER, Kevin; IRWIN, Amos; KOLESKI, Katherine. Novos bancos em cena: financiamentos chineses na América Latina. **Informe: Diálogo Interamericano**, maio, 2013.

GONÇALVES, R. **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2016.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro. LTC. 2013.

\_\_\_\_\_. **Empresas transnacionais e internacionalização da produção**. Petrópolis: Vozes, 1992.

GUDYNAS, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. *In*: LÉNA, P.; PINHEIRO DO NASCIMENTO, E. **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, 2012. p.303-318.

\_\_\_\_\_. Estado compensador y nuevos extractivismos. **Nueva Sociedad**, v.237, p.128-146. 2012a.

HAFFNER, J.; MILAN, M.; PEREIRA, R. Banco de desenvolvimento dos BRICS: Origens e Evolução. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 5., 2015, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABRI, 2015.

HARRIS, Bryan. A nova fronteira que transforma o Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 fev. 2021. Disponível em <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/02/12/a-nova-fronteira-que-transforma-o-brasil.ghtml>. Acesso em 19 fev. 2021.

HEDRICK-WONG, Yuwa. China's economic rebalancing and global implications. **MasterCard Worldwide Insights**, 3Q 2011.

HELPMAN, H. A simple theory of trade with multinational corporation. **Journal of Political Economy**, n. 92, 1984.

HELPMAN, H.; KRUGMAN, P. **Market structure and international trade**. Cambridge. MIT press. 1985.

HENDLER, Bruno. **O Sistema Sinocêntrico Revisitado: a sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o Sudeste Asiático**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Rio de Janeiro, BR-RJ, 2018.

HENDLER, B.; RODRIGUES, B. S. Investimento Externo Direto chinês na América Latina e Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais**, v. 6, p. 1-18, 2018a. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/16174>. Acesso em: 06 out. 2020.

HINGA, Sandy Edward; JUN, Yao; YIGUAN, Qian. (2013). China-Africa Cooperation- an outstanding relationship built on mutual respect and common benefits: a review. **International Research Journal of Social Sciences**, v. 2, n. 9, p. 26-32. Disponível em: <http://www.isca.in/IJSS/Archive/v2/i9/6.ISCA-IRJSS-2013-131.pdf>. Acesso em 19 abr. 2019.

HIRATUKA, C. **Empresas transnacionais e comércio exterior: uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. **Texto para discussão**, Unicamp, Campinas, n. 339, 2018. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3630/TD339.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Chinese OFDI in Brazil. In: Enrique Dussel Peters. (Org.). **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: Conditions and Challenges**. Cidade do México: Universidade Autonoma de México, 2019, v. 1, p. 167-188.

HIRATUKA, Célio; DEOS, S. S. Chinese Financing in Brazil (2000-2018). In: PETERS, Enrique Dussel. (Org.). **China's Financing in Latin America and the Caribbean**. México, D.F., 2019a. v. 1, p. 209-234.

HIRATUKA, C; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate. **Texto para discussão**, Unicamp, Campinas, n. 222, 2015. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3408&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3408&tp=a). Acesso em: 15 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Relações econômicas entre Brasil e China: análise dos fluxos de comércio e investimento direto estrangeiro. **Tempos do mundo / IPEA**, Brasília, v. 1, n. 1, jan. 2015a.

HYMER, S. H. **The international operations of national firms**. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT)**. Rio de Janeiro, 2020 – Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?t=resultados>. Acesso em: 26 jun. 2020.

\_\_\_\_\_ – **Sistema de Contas Nacionais (SCN)** – Tabela 11.1 – Variação em volume do valor adicionado a preços básicos, segundo atividades – 2001 – 2018. Rio de Janeiro, 2021 - Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 03 jan. 2021.

\_\_\_\_\_ – **Sistema de Contas Nacionais (SCN)** – Tabela 10.1. – Valor adicionado bruto constante e corrente, segundo os grupos de atividades – 2000-2018. Rio de Janeiro, 2021a. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados> Acesso em 03 jan. 2021.

\_\_\_\_\_ – **Sistema de Contas Nacionais (SCN)** – Tabela 7 - Formação bruta de capital fixo, valores correntes e constantes e taxa de investimento - 1995-2018. Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em 23 fev. 2021.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY - IEA. **Energy supply** - Total primary energy supply (TPES) by source. International Energy Agency, Paris, 2019. Disponível em: <https://www.iea.org/countries/china>. Acesso em: 06 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Energy investments and technology transfer across emerging countries: The case of Brazil and China**. Paris, 2013. Disponível em [http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/PCS\\_ChinaBrazil\\_FINAL\\_WEB.pdf](http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/PCS_ChinaBrazil_FINAL_WEB.pdf). Acesso em 10 ago. 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL - IEDI. **Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente**. São Paulo: IEDI, maio 2007.

International Monetary Fund – IMF. **Real GDP growth**: annual percent change. Washington, 2021. Disponível em: [https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP\\_RPCH@WEO/WEO\\_WORLD](https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/WEO_WORLD). Acesso em: 12 abr. 2021.

International Monetary Fund – IMF. **Commodity Price System**. Washington, 2020. Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=471D4DD8-D8A7-499A-81BA-5B332C01F8B9>. Acesso em 12 mar. 2020.

IPEADATA. **Exportações por classe de produtos**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **PIB – Indústria – Extrativa (% PIB) anual**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em 13 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Coefficiente de exportação – indústria extrativa – (%)**. Brasília, 2020a Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 13 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **PIB – Indústria – Transformação (% PIB) anual**. Brasília, 2020b. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Coefficiente de penetração – indústria de transformação – (%)**. Brasília, 2020c. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado: variação real anual – (%)**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Balanco de Pagamentos: Transações correntes referente a Saldo – Anual - US\$ (milhões)**, Brasília, 2021a. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 28 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Balanco de Pagamentos: Balança comercial referente a Saldo – Anual - US\$ (milhões)**. Brasília, 2021b. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 25 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Balanco de Pagamentos: Serviços referente a Saldo - Mudança de Período para: Anual, Método: Acumulado - US\$ (milhões)**. Brasília, 2021c. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 28 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Balanco de Pagamentos: Renda primária referente a Saldo - Mudança de Período para: Anual - US\$ (milhões)**. Brasília, 2021d. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em 28 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Balanco de Pagamentos: Renda secundária referente a Saldo - Mudança de Período para: Anual, Método: Acumulado - US\$ (milhões)**. Brasília, 2021e. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 28 fev. 2021.

JAGUARIBE, ANNA. Characteristics and Direction of China's Global Investment Drive. In: JAGUARIBE, ANNA. (org). **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasilia: FUNAG, 2018.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. E. The internationalization Process of the firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. **Journal of International Business Studies**, Londres, n.8, p. 23-32, 1977.

\_\_\_\_\_. The mechanism of internationalization. **International Marketing Review**, v.7, n.4, p. 11-24, 1990.

KALDOR, N. **Essays on economic stability and growth**. London: Duckworth, 1980.

KAPLAN, R. **The Revenge of Geography**. Nova York: Random House, 2012.

KIM, Cristian. **Estratégias de Internacionalização de Empresas Exportadoras do Estado do Paraná e o Papel de Agentes de Exportação**. Dissertação (Mestrado em Administração) Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

KRUGMAN, P. The new theories of international trade and the multinational enterprise. *In*: KINDLEBERGER, C.; AUDRETSCH, D. (eds.) **The Multinational Corporation in the 1980s**. Cambridge: MIT Press, 1983.

KUPFER, D.; FREITAS, F. R. Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: estratégia nacional ou busca de oportunidades. *In*: JAGUARIBE, ANNA. **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018.

LACERDA, Antônio Correa de. **Globalização e inserção externa da economia brasileira: política econômica, investimentos diretos estrangeiros e comércio exterior, na década de 1990**. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.

LALL, S. **Export performance, technological upgrading and FOI strategies in the Asian NIEs, with special reference to Singapore**. Chile: CEPAL, 2000. Série Desarrollo Productivo, n. 88. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/b987/308659ad4b8cb626f80be2476609abf5db94.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

LAZONICK; William; O’SULLIVAN; Mary. Maximizing shareholder value: a new ideology for corporate governance. **Economy and Society**, vol. 29, n. 1, pp. 13-35, fevereiro/2000.

LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira. A articulação produtiva asiática e os efeitos da emergência chinesa. *In*: LEÃO *et al.* **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011.

LEE, Amanda. China’s aviation industry has a steep climb to ‘Made in China 2025’ goals. **South China Morning Post**, Beijing, 29/10/2018. Disponível em: <https://www.scmp.com/business/article/2170746/chinas-aviation-industry-has-steep-climb-made-china-2025-goals> Acesso em 26 set. 2020.

LIMA, Uallace Moreira. O significado da vitória de Joe Biden nos EUA para o Brasil e China. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, p. 10 - 12, 02 dez. 2020.

LOPEZ, A. Los recursos naturales y el debate sobre la industrialización em América Latina. *In*: ALBRIEU, R.; LÓPEZ, A.; ROZENWURCEL, G. **Los recursos naturales como palanca del desarrollo en América del sur: ficción o realidad?** RED MERCOSUR, 2018.

MADRIGALI, Mariana. Importação de petróleo pela China. **China Link Trading**. 2018. Disponível em <https://www.chinalinktrading.com/blog/importacao-de-petroleo-pela-china/> Acesso em 03 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Plano “Made in China 2025”: conheça a meta chinesa de transformar o país em um gigante de tecnologia. **China Link Trading**, 14 nov. 2017. Disponível em: <https://www.chinalinktrading.com/blog/plano-made-china-2025/>. Acesso em: 26 set. 2020.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Estratégias e Modelos de Desenvolvimento. *In: OS ANOS Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MAGGIORELLI, Lorenzo. Cooperação entre China e América Latina e Caribe: Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e outros fluxos oficiais (2006-2016). **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 199 – 224, Brasília: Ipea, 2020.

MARIN, A.; NAVAS-ALEMAN, L.; PEREZ, C. **The possible dynamic role of natural resource-based networks in Latin American development strategies**. London: CEPAL-SEGIB Project, 2009. Disponível em: [http://carlotaperez.org/downloads/pubs/Perez\\_Marin\\_Navas-Aleman%20\\_Dynamic\\_role\\_of\\_NR\\_FINAL\\_FINAL.pdf](http://carlotaperez.org/downloads/pubs/Perez_Marin_Navas-Aleman%20_Dynamic_role_of_NR_FINAL_FINAL.pdf). Acesso em 13 dez. 2020.

MARKUSEN, J. The boundaries of multinational enterprise and the theory of international trade. **Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n. 2, 1995.

MARKUSEN, J.; VENABLES, A. Multinational firms and the new trade theory. **NBER (Working Paper)**, n. 5.036, 1995.

MATTLIN, Mikael; NOJONEN, Matti. Conditionality in Chinese bilateral lending. **BOFIT Discussion Paper**, n. 14, 15 jun. 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1868792>. Acesso em 03 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Conditionality and path dependence in Chinese lending. **Journal of Contemporary China**, v. 24, n. 94, p. 701-720, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - MDIC. **Balança Comercial Brasileira: Países e Blocos**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em 28 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Séries Históricas**. Brasília, 2020a. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas> Acesso em 09 mar. 2020.

MEDEIROS, Carlos. A. A China e as matérias-primas. *In: Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MEDEIROS, Carlos. A.; CINTRA; Maria Rita Vital Paganini. Impactos da ascensão chinesas sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 1 (138), pp. 28-42, janeiro-março/2015.

\_\_\_\_\_. Integração produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o Mercosul. *In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOHLERS, M. (Org.). Integração produtiva: caminhos para o Mercosul*. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010, p. 252-303.



\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e ascensão nacional: rupturas e transições na Rússia e na China. *In: FIORI et al. O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2008.

\_\_\_\_\_. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 577-594, jul./set. 2006.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. . Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37.*, 2013, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st39/8676-neodesenvolvimentismo-e-neoextrativismo-duas-faces-da-mesma-moeda>. Acesso em: 11 set. 2019.

MONTEIRO NETO, A. Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da Revolução comunista à Globalização). **Texto para Discussão**, IPEA, Rio de Janeiro n. 1126, 2015. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4304](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4304). Acesso em: 01 mar. 2019.

MORAES, Isaias A.; AGUIAR, Mônica. H. P. ; TAUIL, Carlos. E. . Relações Brasil-China: uma parceria para desenvolvimento ou uma relação de codependência?. **Revista de Desenvolvimento Econômico** (Impresso), v. 1, p. 402, 2018.

MORENO, C. **O Brasil made in China**: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

MORTIMORE, M., VERGARA, S. e KATZ, J. **La competitividad internacional y el desarrollo nacional**: implicancias para la política de Inversión Extranjera Directa (IED) en América Latina. Chile, 2001. *Série Desarrollo Productivo*, n. 107. Disponível em: <http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S01080635.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.

NASCIMENTO, E. P.; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves da. Financeirização, Cadeias Globais de Valor e Desindustrialização no Brasil: Traçando conexões entre três debates atuais. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 10.*, 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UNB, 2017.

NASSIF, A. Há Evidência de Desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 72-96, jan./mar. 2008.

NIENABER, Michael; WACKET, Markus. Alemanha reforça controle sobre aquisições chinesas. **Valor Econômico**. São Paulo, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2018/12/19/alemanha-reforca-controle-sobre-aquisicoes-chinas.ghtml> Acesso em: 21 mar. 2021.

NOGUEIRA, I. Cadeias produtivas globais e agregação de valor: a posição da China na indústria eletroeletrônica de consumo. **Revista Tempo do Mundo**, v. 4, n. 3, dez. 2012.

NONNENBERG, M. J. B. Participação em cadeias globais de valor e desenvolvimento econômico. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 17, Maio/Agosto 2014.

OLIVEIRA, S. E. M. C. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá.** Tese (Doutorado) -Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de. O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, p. 61-88, 2008.

OLIVEIRA, H. A. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. Brasília: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 7-30, jan./jun. 2004.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), abr./jun. 2010.

PASTORE, A. C.; GAZZANO, M.; PINOTTI, M. C. Por que a produção industrial não cresce desde 2010? *In*: BACHA, E.; BOLLE, M. (Org.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PEDROZO, G. E. **Implicações políticas e econômicas da ascensão chinesa para América do Sul e as possibilidades de Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, a Faculdade de Filosofia e Ciências, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Marília, BR-SP, 2016.

PEREIRA, Lia Baker Valls. **As relações econômicas China-Brasil: do comércio para o investimento.** Brasília: FUNAG 2018. Apresentação de Power Point.

PEREZ, C. Dinamismo tecnológico e inclusión social en América Latina: una estrategia de desarrollo productivo basada em los recursos naturales. **Revista de la Cepal**, n. 100, abr. 2010.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. *In*: LEÃO *et al.* **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: Ipea, 2011.

PINTO, E. C.; CINTRA, M. América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. **Textos para Discussão**, Instituto de Economia da UFRJ, n.12, 2015.

PIRES, Marcos Cordeiro, PAULINO, L. A, CUNHA, A. T. Brasil, China e a cooperação Sul-Sul. *In*: R. RAMANZINI JÚNIOR, H.; AYERBE, Luis F. (Org.). **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais.** São Paulo: Cultura Acadêmica - UNESP, 2015. p. 141-180.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000a. p. 69-136.

PREBISCH, Raúl. Estudo econômico da América Latina. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro: Record, 2000b. p. 137-178.

PUTNAN, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e política**, v. 18, n.36, jun. 2010.

RAMANZINI JÚNIOR, H.; MARIANO, M. P; ALMEIDA, Rafael A. As diferentes dimensões da cooperação Sul-Sul na política externa brasileira. *In*: R. RAMANZINI JÚNIOR, H.; AYERBE, Luis F. (Org.) . **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica - UNESP, 2015. p. 15-52.

RED ALC-CHINA. **Brasil**: OFDI china a nível de empresa (2000-2019). México, 2020. Disponível em: <http://www.redalc-china.org/monitor/informacion-por-pais/busqueda-por-pais/29-brasil> Acesso em: 03 abr. 2020.

REDE LATINO-AMERICANA DE PESQUISA EM EMPRESAS MULTINACIONAIS - REDLAT. **As relações econômicas e geopolíticas entre a China e a América Latina: aliança estratégica ou interdependência assimétrica**. São Paulo: RedLat, 2010.

ROWTHORN, R.; RAMASWANY, R. Growth, trade and de-industrialization. **IMF Staff Papers**, Washington, v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999.

\_\_\_\_\_. Indústria de transformação: crescimento, comércio e mudança estrutural. *In*: CASTRO, A. B. *et al.* **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: CNI/Campus, 1999. p. 57-76.

SACHS, J.; WARNER, A. Natural Resource Abundance and Economic Growth. Cambridge: **NBER (Working Paper)**, n. 5.398, 1997.

STATE ADMINISTRATION OF FOREIGN EXCHANGE - SAFE. Beijing, 2021. Disponível em: <http://www.safe.gov.cn/wps/portal/english/Data>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Indústria mundial: mudanças e tendências recentes. **Texto para discussão**, Campinas: IE, n. 86, 2010.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. *In*: CARNERO, R. BALTER, P. SARTI, F. **Para além da Política Econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. p. 127-170.

SAWAYA, Rubens R.. A Corporação Transnacional, controle global e o lugar da periferia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23., 2018, Niterói. **Anais[...]**. Niterói, 2018.

\_\_\_\_\_. China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial. *In*: SEMINÁRIO SOBRE PESQUISAS EM RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS, 3., 2011, Brasília. **Anais[...]**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, v. I, p. 205-235.

SCHUTTE, Giorgio R. **Oásis para o Capital**: Solo fértil para a “corrida de ouro”: a dinâmica dos investimentos chineses no Brasil. Curitiba: Appris, 2020.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX. **Legislação**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.siscomex.gov.br/legislacao/orgaos/secretaria-de-comercio-externo-secex>. Acesso em: 05 maio 2018.

SILVA, E. A. A política de investimento estrangeiro dos Estados Unidos: Conflito de princípios na reforma do CFIUS. **Revista Tempo no Mundo**, IPEA, v. 03, p. 31-68, 2011. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6253?mode=full> Acesso em 21 mar. 2021.

SILVA, André Luiz Reis da. As transformações da política externa brasileira no governo Dilma Rousseff: Identificando condicionantes e prioridades regionais e globais. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 36.,2018, Barcelona. **Papers [...]**. Barcelona, 2018.

SILVESTRE, José Maurício. **Globalização e desindustrialização. O movimento internacional do capital e da crise da indústria brasileira desde a década de 1980**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE – SIPRI. **Military Expenditure Database**. Stockholm, 2017. Disponível em: [http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex\\_database](http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database). Acesso em: 20 set. 2017.

SLIPAK, Ariel M. América Latina y China: cooperación Sur-Sur o Consenso de Beijing? Lima, **Nueva Sociedad**, v. 250, p.102-113, mar./abr. 2014. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/92337>. Acesso em 08 out. 2020.

SPRING, Jake. Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. **UOL**, São Paulo, 25 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurso-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.htm>. Acesso em 12 mar 2021.

STURGEON, T. *et al.* O Brasil nas cadeias globais de valor: implicações para a política industrial e comércio. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 115, abr./jun. 2013.

TORRES FILHO, E. T. A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 1 (65), p. 5-19, jan./mar. 1997.

TAYLOR, R. Austrália barra investimento chinês. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 ago. 2016. Disponível em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/08/12/australia-barra-investimento-chines.ghtml> Acesso em 26 mar. 2021.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Data Center**. Genebra, 2021. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>. Acesso em: 06 abr. 2021.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION - UNIDO. **Statistics Data Portal – Country Profile – Brazil**. Viena, 2019a. Disponível em: <https://stat.unido.org/country-profile/economics/BRA>. Acesso em: 20 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Statistics Data Portal – Country Profile – China**. Viena, 2019b. Disponível em: <https://stat.unido.org/country-profile/economics/CHN> \. Acesso em: 21 ago. 2019.

VIEIRA JUNIOR, P. A.; BUAINAIN, A. M. ; FIGUEIREDO, E. V. C. . O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil? **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, p. 51-82, 2016.

VERNON, R. International investment and international trade in the product cycle. **Quartely Journal of Economics**, n. 83, 1966.